

ANITA HELENA SCHLESENER

**A RECEPÇÃO DE GRAMSCI NO BRASIL  
A INTERPRETAÇÃO NO CONTEXTO  
DO PCB NOS ANOS 60**

Tese apresentada como requisito parcial  
para a obtenção do grau de Doutor no  
Curso de Pós-Graduação em História da  
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Luís Carlos Ribeiro

CURITIBA

2001

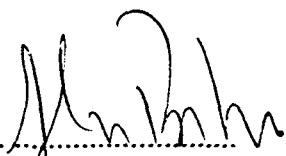


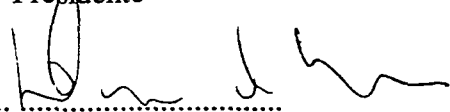
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ  
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES  
COORDENAÇÃO DOS CURSOS DE PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Rua General Carneiro, 460 6º andar fone 360-5086 FAX 264-2791

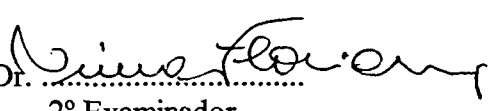
## PARECER


Os Membros da Comissão Examinadora designados pelo Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História para realizar a arguição da Tese da candidata Anita Schlesener, sob o título "A recepção de Gramsci no Brasil. A interpretação no contexto do PCB nos anos 60" para obtenção do grau de Doutor em História, após haver realizado a atribuição de notas são de Parecer pela APRVAÇÃO com conceito "A..." sendo-lhe conferidos os créditos previstos na regulamentação dos Cursos de Pós-Graduação em História, completando assim todos os requisitos necessários para receber o grau de Doutor.

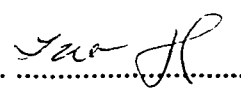
Curitiba, 02 de abril de 2001

Prof. Dr.   
Presidente

Prof. Dr.   
1º Examinador

Prof. Dr.   
2º Examinador

Prof. Dr.   
3º Examinadora

Prof. Dr.   
4º Examinadora

**BANCA EXAMINADORA:**

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Ribeiro (Orientador)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ivete Simionatto

---

Prof. Dr. Edmundo Fernandes Dias

---

Prof. Dr. Dimas Floriani

---

Prof. Dr. Dennison de Oliveira

Sabemos, e isso foi abundantemente demonstrado nos últimos dez anos, na Alemanha, que o aparelho burguês de produção e publicação pode assimilar uma surpreendente quantidade de temas revolucionários, e até mesmo propagá-los, sem colocar seriamente em risco sua própria existência e a existência das classes que o controlam. Isso continuará sendo verdade enquanto esse aparelho for abastecido por escritores rotineiros, ainda que socialistas.

Walter Benjamin – 1934



Estas páginas são dedicadas:

aos meus alunos da Universidade Federal do Paraná.

a Ana Paula e Leonardo, meus filhos.

## AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Luís Carlos Ribeiro, pela orientação competente e segura.

Ao Professor Dr. Alceo Riosa, do Departamento de História da Universidade de Milão, por se dispor a me orientar durante a pesquisa realizada na Itália e gentilmente ceder-me o seu gabinete e o seu computador para a redação do trabalho.

Ao Prof. Dr. Marco Gervasoni, também do Departamento de História da Universidade de Milão, pelas orientações e valiosas contribuições na formulação do conceito de revolução, bem como por me encaminhar à Biblioteca da Fundação Feltrinelli.

Aos colegas do Curso de Pós-Graduação em História, pelas importantes sugestões nas discussões do projeto.

Especialmente à CAPES, pela bolsa de Estudos que permitiu buscar a bibliografia mais recente sobre Gramsci, na Itália.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	01
-----------------	----

### PRIMEIRA PARTE:

GRAMSCI E A POLÍTICA COMUNISTA DO INÍCIO DO SÉC. XX.....	15
--	----

CAPÍTULO I: A NOÇÃO DE REVOLUÇÃO: GRAMSCI CONTRAPOSTO AO MARXISMO-LENINISMO.....	15
---	----

1. A noção leniniana de revolução e seus desdobramentos.....	18
2. O marxismo-leninismo.....	29
3. A noção gramsciana de revolução.....	35
a) A característica peculiar da noção gramsciana.....	35
b) O conceito de revolução a partir dos conselhos.....	42
c) A noção de revolução na fase de 1924-1926.....	48
d) O conceito de revolução nos Cadernos do Cárcere.....	56
e) A crítica à democracia liberal.....	73

CAPÍTULO II: A PRIMEIRA LEITURA DE GRAMSCI.....	84
---	----

1. Togliatti intérprete de Gramsci.....	85
2. A direção italiana e a Terceira Internacional.....	91
3. O dissenso de Gramsci com o Comintern e o PC.dl nos Cadernos do Cárcere .....	112
4. Togliatti como divulgador da herança literária e política de Gramsci.....	122

### SEGUNDA PARTE:

A RECEPÇÃO DE GRAMSCI NO BRASIL: CONJUNTURA HISTÓRICA E TRABALHO INTELECTUAL.....	138
--	-----

CAPÍTULO I: INTELECTUAIS E AMBIENTE CULTURAL.....	138
---	-----

1. A Conjuntura Histórica dos anos 60.....	141
2. O PCB e a revolução burguesa.....	150
3. Cultura e política: o trabalho intelectual e a indústria editorial.....	172

<b>CAPÍTULO II: OS LIMITES DO PCB E O GRAMSCI DE TOGLIATTI.....</b>	<b>201</b>
1. O Gramsci “processual” de Togliatti.....	208
2. O PCB e a interpretação togliattiana de Gramsci.....	212
 <b>CAPÍTULO III: GRAMSCI NO BRASIL.....</b>	 <b>218</b>
1. As primeiras leituras e a delimitação das vertentes.....	219
2. Os escritos e abordagens na década de 60.....	229
 <b>TERCEIRA PARTE:</b>	
 <b>A TRADUÇÃO BRASILEIRA DA EDIÇÃO TEMÁTICA.....</b>	 <b>238</b>
 <b>CAPÍTULO I: MOMENTO E CIRCUNSTÂNCIAS.....</b>	 <b>238</b>
1. Considerações gerais sobre tradução.....	240
2. Considerações sobre a tradução brasileira.....	243
3. A introdução à Concepção dialética da História.....	250
 <b>CAPÍTULO II: A TEORIA DE GRAMSCI E A LEITURA DE CARLOS NELSON COUTINHO.....</b>	 <b>259</b>
1. Carlos Nelson Coutinho e as idéias de Gramsci.....	261
2. Carlos Nelson Coutinho e a recepção das idéias de Gramsci.....	289
 <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	 <b>303</b>
 <b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	 <b>320</b>
1. Escritos de Gramsci.....	320
2. Traduções.....	321
3. Outras referências bibliográficas:	
a) Sobre Gramsci.....	322
b) História da Itália.....	334
c) Teoria política e história.....	335
d) História do Brasil.....	340
e) Recepção de Gramsci.....	346
f) Outros.....	348

## INTRODUÇÃO

O projeto de pesquisa sobre a recepção da obra de Antonio Gramsci no Brasil no período compreendido entre 1960 e 1970 foi motivado pelo encontro de uma rica bibliografia em torno do assunto.<sup>1</sup> As questões que nos colocamos ao nos defrontarmos com essa bibliografia e que motivaram e delimitaram esta pesquisa foram basicamente: Quais as circunstâncias históricas que delimitaram a recepção do pensamento de Gramsci no Brasil? Tomando como pressuposto que o trabalho intelectual se insere em uma conjuntura histórica, quais os limites que essa conjuntura colocou aos tradutores e principais divulgadores de Gramsci? Por que a inserção do pensamento de Gramsci se fez no contexto político do PCB, tomando como referencial a leitura do PCI? De que modo a influência do PCB sobre a produção cultural na década de 60 exerceu um papel na recepção do pensamento gramsciano e como os intelectuais que o traduziram e divulgaram sofreram essa influência? A partir da década de 70 houve uma proliferação de leituras e interpretações do pensamento de Gramsci: por que prevaleceram certas leituras e não outras?

As circunstâncias históricas que caracterizaram a década de 60 e que delimitaram a inserção do pensamento de Gramsci no Brasil demonstram que as disputas políticas que se travaram no decurso desse período se permeavam por determinados conceitos

---

<sup>1</sup> Bibliografia citada no final deste trabalho, letra e, “recepção de Gramsci”.

de revolução que, por sua vez, pressupunham análises da realidade histórica. A leitura e interpretação de Gramsci no âmbito da política do PCB também trazia implícita uma noção de revolução que se propunha como um projeto para o Brasil.

Diante desse contexto, tomamos como pressuposto de análise a noção de revolução: a partir de uma leitura do conjunto da obra de Gramsci e dos estudos que fizemos ao longo de anos, esboçamos um conceito de revolução que, embora se apresente como uma interpretação entre outras, procura uma unidade na produção teórica gramsciana para, em seguida, cotejar a leitura realizada por seus tradutores e primeiros intérpretes, a fim de levantar pontos polêmicos surgidos na apropriação da matriz teórica.

Nosso propósito, portanto, não é o de reconstruir todos os aspectos e níveis da recepção e assimilação do pensamento de Gramsci no Brasil, nem de levantar as possibilidades de leitura que seu texto pode sugerir, mas delimitar a pesquisa guiando-nos pelo objetivo preciso de esclarecer três questões específicas: 1) qual o papel da inserção do pensamento de Gramsci nos limites da política do PCB nas décadas de 60 e 70; 2) qual o papel dos tradutores e dos mecanismos de produção editorial na divulgação de uma leitura de Gramsci; 3) que usos foram atribuídos às categorias gramscianas (em especial à noção de revolução), a partir da tradução da edição temática.

A escolha do conceito de revolução como referencial se justifica porque:

1) é o conceito que permeia todo o trabalho teórico e a prática política de Gramsci, de modo que é uma noção que permite uma abordagem da totalidade de sua obra, bem como seguir o percurso de construção de sua teoria. Nossas leituras iniciais nos davam

a entender que em torno do conceito de revolução a discussão dos limites e possibilidades de interpretação se apresentavam mais polêmicos. É também o conceito que permite questionar a influência do pensamento de Lenin e do marxismo-leninismo na interpretação que prevaleceu a partir da tradução brasileira e dos limites políticos colocados no âmbito do PCB; em nosso entender, essa configuração histórica e teórica não só dificultou a leitura do pensamento gramsciano, como orientou a interpretação numa determinada direção.

2) era o conceito que, a partir de inúmeras vertentes teóricas, fundava as ações de esquerda no Brasil e foi freqüente nos debates políticos até o final da década de 60. As ações políticas eram orientadas por uma leitura da conjuntura histórica que tinha no horizonte a possibilidade de uma revolução: ou socialista, ou democrático-burguesa, conforme o referencial teórico que dava sustentação a cada leitura.

Cabe salientar aqui as dificuldades na realização do objetivo proposto: inicialmente, é preciso considerar que o texto de Gramsci, fragmentado e difícil porque resultante da militância política junto à classe operária italiana e permeado por polêmicas com diversos interlocutores, permite abordagens diversas e até contraditórias; desde a sua publicação seu texto conviveu com outros referenciais teóricos, foi aproximado ou mesclado com o pensamento de outros autores da tradição marxista, às vezes divulgado pela mediação de comentadores de orientações teóricas diversas servindo, em determinados momentos, para justificar posições e defender interesses políticos imediatos.

Sabe-se que um trabalho inacabado pode possuir um grande valor crítico precisamente por não se construir de forma sistemática. A riqueza de um texto assim

construído está em abrir a possibilidade de múltiplas e variadas interpretações. Cabe-nos analisar as condições políticas e culturais que delimitaram a inserção do pensamento de Gramsci no Brasil e os interesses que atuaram no sentido de salientar uma interpretação entre outras. Dessa perspectiva, pode-se evidenciar uma instrumentalização ou um “uso” dos conceitos gramscianos, a partir de interesses imediatos colocados pela prática política.

Isso não significa que não se possa recorrer a uma parte da obra como apoio teórico para análises de outras realidades; implica, porém, em considerar que se trata de parte de uma obra complexa porque fragmentária e produzida no decurso de condições históricas particulares, que lhe alteraram o curso sem que o pensamento perdesse a sua unidade política. Como acentua Portantiero, trata-se do trabalho de uma vida, desenvolvido no “interior de um processo alternativamente glorioso e cruel: o transcorrido durante as duas décadas que vão desde a Revolução Russa de 1917 até a miséria dos processos de Moscou”.<sup>2</sup>

Dessa perspectiva, salientamos que a nossa leitura do conceito gramsciano de revolução é também uma interpretação construída a partir de um determinado referencial teórico. Existem elementos que sobressaem dos fragmentos e que são importantes em qualquer leitura de Gramsci: por exemplo, a necessidade de superar a polaridade e a dicotomia a partir da qual são entendidas as formações sociais, de modo que a luta de classes é muito mais complexa do que o simples confronto de interesses econômicos ao qual o economicismo (liberal e stalinista) costuma reduzi-la. O Estado,

---

<sup>2</sup> PORTANTIERO, J. C. Los usos de Gramsci. México : Plaza & Janés S.A, 1987, p. 73.



por sua vez, também não se reduz ao aparato repressivo e burocrático, em oposição à sociedade civil: esta é a interpretação burguesa, que permitiu, ao longo da história, realizar seu projeto de dominação. É importante salientar que a superação de uma concepção instrumental do Estado já se encontra em Marx, de modo que, ao explicitar a natureza e a complexidade da estrutura estatal, Gramsci se mostrou um grande leitor de Marx que, “mais que uma fonte, foi um interlocutor permanente”.<sup>3</sup>

Procuramos ler o texto de Gramsci em sua historicidade e especificidade, salientar as relações e diferenças entre seu pensamento e o de Marx e de Lenin (e sua derivação marxista-leninista), salientar sua originalidade, principalmente porque buscou a mediação do texto de Maquiavel e apresentar as leituras mais recentes na Itália em torno do trabalho interpretativo de Palmiro Togliatti,<sup>4</sup> que serviu de mediação na leitura de Gramsci no Brasil a partir da publicação da edição temática. Embora esta edição tenha sido o único referencial teórico do período carcerário até 1975, o próprio texto de Gramsci possibilitava questionar a redução de sua teoria política aos limites do leninismo, por exemplo e, mais ainda, do marxismo-leninismo.

Nessa perspectiva, salientamos alguns aspectos da relação de Gramsci com o Partido Comunista Italiano no período carcerário e das circunstâncias em que ocorreu a publicação dos **Cadernos do Cárcere** a partir de 1947, para esclarecer elementos que

---

<sup>3</sup> GERRATANA, V. Gramsci – Problemi di metodo. Roma : Riuniti, 1997. Introduzione, p. XIV.

<sup>4</sup> TOGLIATTI, Palmiro (1893-1964), foi companheiro de Gramsci no movimento socialista e na fundação e organização do jornal **L'Ordine Nuovo**. Membro fundador do PC.dI., desempenhou importantes funções no partido, assumindo a direção no exílio, durante o regime fascista. Retornou à Itália em 1944 e assumiu funções de Ministro e Vice-Presidente nos governos que se constituíram até 1948, quando se elegeu Deputado e Presidente do Grupo Parlamentar Comunista, exercendo funções representativas até a sua morte.

envolveram sua interpretação na Itália. Consideramos importantes esses esclarecimentos porque a tradução e divulgação de Gramsci no Brasil por intelectuais do PCB se realizou com a mediação da interpretação de Togliatti.

A essa leitura segue-se uma explicitação do papel dos intelectuais e sua vinculação à conjuntura histórica brasileira, a fim de compreender o momento e os limites que permearam o trabalho dos tradutores. Por que uma teoria complexa e heterodoxa como a de Gramsci interessava a uma determinada facção da intelectualidade de esquerda no PCB? Havia condições de renovar a política partidária ou Gramsci serviu de instrumento para adaptações?

Embora a publicação brasileira (1966) viesse acompanhada da *intenção de renovar* o debate no interior do PCB, em nosso entender as condições culturais e históricas e a visão de mundo na qual se desenrolavam as discussões políticas, aliadas à influência política do PCB e ao corpo editorial da Editora Civilização Brasileira, contribuíram tanto para a divulgação quanto para que prevalecesse uma determinada leitura do pensamento de Gramsci. Como os textos gramscianos foram retirados de circulação no momento subsequente à sua publicação, a partir da repressão ditatorial, abordar o tema da inserção das idéias de Gramsci no Brasil implica avançar no mínimo à década de 70.

O que pretendemos demonstrar é que a recepção ocorreu a partir dos limites decorrentes da conjuntura histórica e de um ambiente cultural em que prevalecia um determinado conceito de revolução, bem como dos mecanismos editoriais existentes, submetidos ao controle partidário. Nesse contexto, os tradutores, que se vinculavam ao PCB, tiveram a oportunidade de publicar parte a obra de Gramsci e, mais tarde, a partir de uma determinada postura política no interior do PCB, Carlos Nelson Coutinho

entendeu também interpretar a realidade brasileira aplicando os conceitos gramscianos, desta vez com base na interpretação processual idealizada por Togliatti que, em linhas gerais, vinculava a interpretação de Gramsci à matriz teórica leninista e o fazia assimilável ao marxismo-leninismo.

Para desenvolver esse tema, buscamos explicitar a postura política do PCB na década de 60 e sua relação com a Terceira Internacional, a fim de refletir sobre o papel da teoria de Gramsci (e de sua noção de revolução) no interior de uma política que pressupunha a teoria e a prática marxista-leninista e que, apesar das intenções de renovação, não rompeu definitivamente com os esquemas e dogmas propostos pela Terceira Internacional.

Na seqüência, procuramos explicitar o ambiente político e cultural em que se inseriam as obras de Gramsci, bem como o papel dos meios editoriais no mercado de bens culturais. A nova indústria de comunicação exerceu um papel importante no contexto da política econômica que se implantou a partir do golpe de 64; o regime ditatorial incentivou e direcionou a produção cultural e de comunicação de massa, a fim de integrar seus objetivos ideológicos com o desenvolvimento do mercado de bens culturais. Por outro lado, entre as esquerdas, o PCB se empenhava em sustentar uma linha programática e submeter o diverso a seus paradigmas ideológicos que, apesar das crises e cisões internas, se mantiveram como matriz teórica; tal orientação se traduziu no esforço em exercer a tutela sobre o trabalho intelectual de parcelas da esquerda, bem como na influência e no controle de aparatos editoriais (revistas, jornais). Nesse contexto, acentuamos a atuação da Editora Civilização Brasileira, que abriu espaço para a publicação de vários autores cujas teorias possibilitariam renovar o

debate político no interior do PCB. Esses esclarecimentos permitem mostrar que havia outras leituras que não possuíam os mesmos mecanismos de divulgação e, por isso, não tiveram grande repercussão.

Assim, a inserção das idéias de Gramsci no Brasil foi delimitada tanto pelo modo como a obra foi apresentada no contexto cultural que prevalecia no país na década de 60, quanto por pressupostos que orientavam a política do PCB, um partido que, a partir de sua linha programática e da sua compreensão da natureza da revolução brasileira conseguia exercer certa influência no plano político e intelectual. Tal influência se evidencia também no ecletismo característico do trabalho de alguns intelectuais vinculados ao partido, como modo de conformar sua atuação à orientação política do PCB.

Diante das circunstâncias históricas, caracterizadas tanto pela Guerra Fria e o enfrentamento das forças conservadoras quanto pelo empenho em manter uma influência política junto às classes trabalhadoras e sobrepujar outras tendências de esquerda, o PCB não enfrentou uma crítica radical dos pressupostos do marxismo-leninismo no momento das revelações de Krushev. Ao longo dos anos 60, apesar das crises internas que enfrentou, o partido não reformulou sua atuação política nem sua análise da realidade brasileira, que implicava na noção de revolução. A partir desse contexto, o texto de Gramsci não despertou interesse pela sua heterodoxia, mas sim pela possibilidade de redimensionar a teoria política e renovar o discurso do PCB sem romper definitivamente com um projeto de reformas graduais, já que a renovação implicaria um questionamento e uma crítica da ideologia e das linhas programáticas que prevaleciam no partido. Pensamos que a introdução de uma imagem de Gramsci a

partir das teses do PCI se apresentou aos jovens intelectuais tradutores como uma oportunidade de conquistar força política no interior do partido. É o que tentaremos demonstrar a partir dos escritos de Carlos Nelson Coutinho.

Desse modo, seguimos o seguinte percurso: uma primeira parte (GRAMSCI E A POLÍTICA COMUNISTA DO INÍCIO DO SÉC. XX), dividida em dois capítulos apresenta, no primeiro capítulo, a noção gramsciana de revolução, explicitada em suas diferenças em relação à concepção leniniana e contraposta ao marxismo-leninismo; no segundo capítulo, retomamos a polêmica em torno do dissenso entre Togliatti e Gramsci e refletimos sobre o encaminhamento dado por Togliatti à herança literária e política de Gramsci, para mostrar de que modo se instrumentalizou o pensamento gramsciano visando preencher exigências colocadas pela situação histórica italiana depois da Segunda Guerra Mundial. Tratou-se de uma escolha política que consagrou uma determinada leitura de Gramsci que os historiadores contemporâneos se ocupam em rever e reinterpretar.

A segunda parte (CONJUNTURA HISTÓRICA E TRABALHO INTELECTUAL) se constitui de três capítulos: no primeiro, fazemos um esboço da conjuntura histórica brasileira dos anos 60, procurando delinear o ambiente político e cultural em que atuavam os segmentos de esquerda e em que se elaborou o conceito de revolução burguesa, bem como o papel dessa noção na orientação política do PCB e sua atuação no âmbito cultural, tomando como referência editorial a Editora Civilização Brasileira, que publicou os textos gramscianos; no segundo capítulo, refletimos sobre os limites do PCB e o Gramsci “processual” de Togliatti, recuperando alguns aspectos da leitura togliattiana de Gramsci para mostrar como a inserção do pensamento de Gramsci no

Brasil se fez em consonância com a interpretação que orientou a reorganização do PCI. Assim como na Itália, onde Gramsci foi interpretado a partir da política e dos debates internos do PCI, no Brasil sua publicação e leitura esteve relacionada ao papel político do PCB e seu conceito de revolução; na Itália, o pensamento de Gramsci foi interpretado no confronto com a cultura croceana e foi tomado como referência para repensar a tradição política do PCI que teve, na direção togliattiana e, mais tarde, no eurocomunismo e nas análises de Berlinguer, novas interpretações. No terceiro capítulo, salientamos as primeiras leituras de Gramsci que foram feitas no Brasil, antes de 60, delimitando, em seguida, algumas vertentes e abordagens que se apresentaram no decorrer da década de 60, em torno do conceito de revolução.

A terceira parte (A TRADUÇÃO BRASILEIRA DA EDIÇÃO TEMÁTICA) divide-se em três capítulos: no primeiro, consideramos o momento e as circunstâncias em que o pensamento de Gramsci foi divulgado na América Latina e no Brasil, completando com algumas considerações sobre a tradução brasileira; reconhecemos a importância do projeto editorial e do esforço dos tradutores, que viabilizaram o acesso em língua portuguesa a uma obra importante no âmbito do pensamento marxista, mas procuramos salientar as limitações do projeto de tradução, à medida que se circunscreveu a partir da edição temática, sem uma contextualização histórica, suprimindo as mínimas informações oferecidas pelos editores italianos nos prefácios de sua publicação. No segundo capítulo, abordamos a leitura de Carlos Nelson Coutinho, como um dos principais divulgadores da leitura togliattiana de Gramsci.

A partir do final da década de 70 Gramsci se tornou objeto de inúmeras leituras que se apresentaram em extensa produção teórica na década de 80, a ponto de se

considerar que Gramsci tinha se tornado moda no Brasil. Objeto de uma admiração desmedida, o pensamento de Gramsci se transformou em fonte de explicação de questões muitas vezes circunstanciais. Muitas interpretações resultaram do objetivo de resolver problemas políticos imediatos, mais do que em esclarecer o texto gramsciano, difícil de explicitar, principalmente a partir da divulgação parcial de sua obra. A falta de uma tradução da edição crítica, (em circulação na Itália desde 1975), aliada ao quase desconhecimento dos escritos pré-carcerários divulgados até o momento e a dificuldade de acesso à publicação italiana, foram os principais fatores que dificultaram uma reflexão mais detalhada e rigorosa em torno dos escritos gramscianos. Nesse contexto, a leitura de Coutinho assumiu um papel relevante, porque estabeleceu uma linha de interpretação. Para esta abordagem, recorreremos aos ensaios de Coutinho produzidos na década de 70, no sentido de explicitar os condicionamentos históricos e teóricos que delimitaram a interpretação de Coutinho e mostrar como se trata de um viés liberal que é polêmico em relação à teoria de Gramsci. Seguem-se, depois, as considerações finais.

As fontes e referências estão ao pé de página e explicitam também o nosso itinerário teórico. No caso do conceito de revolução burguesa no contexto da política do PCB, recorreremos a fontes primárias - Resolução do PC brasileiro, março de 1952 e Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, Rio de Janeiro, março de 1958 – sendo que as demais referências documentais foram extraídas de fontes secundárias, sempre referidas ao pé de página. A análise do ambiente cultural que prevalecia na década de 60 é feita a partir de fontes secundárias ou bibliográficas. Para explicitar o papel da indústria editorial no contexto da política do PCB em seu esforço

em manter uma influência sobre grande parcela da intelectualidade de esquerda, consultamos a *Revista Civilização Brasileira*, publicada de 1965 a 1968, que consideramos fonte primária. A bibliografia que aborda o tema da produção cultural na década de 60, caracterizada por escritos de Roberto Schwarz, Renato Ortiz, Daniel Pécaut e Emir Sader, entre outros, consideramos fonte secundária. A parte que se refere à produção teórica de Carlos Nelson Coutinho tem como base fontes primárias, isto é, ensaios produzidos ao longo da década de 60 e início de 70.

No que diz respeito ao método de abordagem, entendemos que o contexto histórico é condicionante da leitura e compreensão de uma teoria. Neste sentido, o historicismo gramsciano, construído no diálogo com Croce, Marx e Lenin, não pode ser entendido como uma técnica aplicada ao real, mas sim como o produto de uma análise concreta de situações concretas, por meio das quais se constroem suas categorias. Desse modo, entendemos que seus conceitos não podem ser abstraídos e incorporados a outros esquemas teóricos, sem considerar sua historicidade.

A partir desse posicionamento que se enraíza na leitura de Gramsci, entendemos que nossa análise teórico metodológica se inscreve no campo da história intelectual, presumindo que as idéias de um autor se explicitam a partir do contexto histórico em que se inserem e no qual adquirem uma certa circularidade. Para explicitar uma teoria é necessário pesquisar a formação do ambiente cultural ou a existência de círculos intelectuais em que germinam e se difundem determinadas idéias em torno das quais se agregam grupos que se alimentam e renovam as idéias.

Dessa perspectiva, a articulação entre pensamento e social, nessa área da história, está presente nas proposições de Lucien Goldmann e Georg Lukács, tomando forma na



noção de “visão de mundo”, definida como “conjunto de aspirações, de sentimentos e de idéias que reúne os membros de um mesmo grupo (de uma classe social, na maioria das vezes) e os opõe aos outros grupos”.<sup>5</sup> A esta definição, preservadas as especificidades, podemos aproximar a noção gramsciana de “concepção de mundo”: pela qual, conforme Gramsci, “pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e de agir”.<sup>6</sup> A atividade intelectual se concretiza enquanto as idéias germinam no bojo do embate político e da estrutura social. Uma teoria é original não tanto por ser nova, mas sim por apresentar elementos que possibilitem a sua socialização.

O confronto da noção gramsciana de revolução com a teoria leniniana e o marxismo-leninismo tem como pressuposto o ambiente cultural e o debate político em que as idéias de Gramsci foram sendo elaboradas. Embora a reflexão carcerária tenha sido solitária, tinha como referência tanto a experiência dos Conselhos de Fábrica quanto a leitura cotidiana de jornais e revistas que amigos faziam chegar às suas mãos regularmente.

Não pretendemos entrar na polêmica sobre a atualidade do pensamento de Gramsci. Salientar que seus conceitos não podem ser incorporados a esquemas lógicos significa dizer que a obra de Gramsci é datada e depende da realidade histórica a partir da qual foi construída. É necessário “distinguir o que é datado, contingente e exaurido, daquilo que, mesmo datado, conserva uma função estimulante para o diálogo

---

<sup>5</sup> GOLDMANN, L. *Le Dieu caché. Etude sur la vision tragique dans les Pensées de Pascal e dans le théâtre de Racine*. Paris : Gallimard, 1955, apud. CHARTIER, R. A História Cultural. Entre práticas e representações. Lisboa : Difel, 1990, p. 47.

<sup>6</sup> GRAMSCI, A. Quaderni del Carcere. 2ª Ed., Torino : Einaudi, 1977, II (XVIII), p. 1376.

hodierno”.<sup>7</sup> Tal reconhecimento não impede que Gramsci seja lido, relido e interpretado, mas é preciso considerar que cada nova leitura se insere em uma nova situação histórica que a delimita. Isso demonstra que devemos ter um cuidado ante as categorias gramscianas a fim de não correr o risco de transformá-las em um conjunto lógico, esquemático e funcional, passível de aplicação a qualquer realidade.

---

<sup>7</sup> GERRATANA, V. Gramsci – Problemi di metodo. Introduzione, p. XIX.

## **PRIMEIRA PARTE**

# **GRAMSCI E A POLÍTICA COMUNISTA DO INÍCIO DO SÉC. XX**

## **CAPÍTULO I**

### **A NOÇÃO DE REVOLUÇÃO: GRAMSCI CONTRAPOSTO AO MARXISMO-LENINISMO.**

O esboço teórico que é apresentado a seguir visa levantar alguns pontos que esclarecem a natureza da noção de revolução em Lenin, para explicitar o modo como sua teoria foi revista e modificada por Stalin, a partir dos desdobramentos da Revolução Russa de 1917. O objetivo dessa breve abordagem é situar o pensamento de Gramsci no contexto das principais polêmicas em torno da natureza da revolução socialista e esclarecer o seu posicionamento ante o stalinismo. A relação entre o pensamento de Gramsci e o de Lenin continua sendo um tema polêmico, que não temos a intenção de

resolver, apenas mostrar o quanto foram problemáticas algumas afirmações de Togliatti a respeito de Gramsci.

A questão da revolução no texto de Lenin é complexa, assumindo novos nuances no decorrer do processo revolucionário, o que torna difícil abordá-la em todas as suas implicações. Procuramos desenvolver o seu módulo principal e seus pontos essenciais, dentro dos limites e das necessidades deste trabalho, sem esquecer que o tema implica as polêmicas e cisões que diferenciaram e afastaram o Partido Social-Democrata Russo do movimento da Segunda Internacional. Há que distinguir, ainda, as noções de revolução (burguesa e socialista) que podem ser encontradas nos textos de Lenin, que resultam de sua interpretação do marxismo no decorrer das lutas políticas e de construção da revolução soviética, contrapondo-as à noção de revolução que prevaleceu na Internacional Comunista a partir da ascensão de Stalin e que se denominou marxismo-leninismo.

Para tanto, foram selecionados alguns textos e polêmicas que permitem delinear a noção leniniana de revolução para, posteriormente, mostrar de que modo Gramsci se diferencia de Lenin e de Stalin, a partir da experiência italiana. São importantes, nesse contexto, os escritos que tratam da organização do Estado e dos Soviets, da revolução burguesa e o papel do proletariado, temas que são fundamentais para o cumprimento dos objetivos desse trabalho, a saber, compreender o modo como o pensamento de esquerda brasileiro entendia a revolução e se inseria no contexto das polêmicas e orientações do movimento comunista internacional no momento em que se resolveu traduzir e divulgar o pensamento de Gramsci no Brasil.

A leitura de Lenin apresentada nesse trabalho se firma em alguns textos básicos para a questão: **Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática**, escrito em 1905 e **O Estado e a Revolução**, de 1917, além de dois artigos publicados no jornal *Pravda* em abril de 1917.<sup>8</sup> Quanto à noção gramsciana de revolução, o ponto de referência da argumentação foi a totalidade da obra, seguindo o percurso cronológico, para evidenciar o processo de construção do conceito e acentuar como Gramsci reinterpreta Marx e Lenin, contrapondo-se ao marxismo-leninismo.

Nos trabalhos teóricos de Lenin e de Gramsci o conceito de revolução se constrói historicamente pois a teoria se reelabora a partir dos desdobramentos e das necessidades da ação política. A conjuntura histórica e a estrutura do capitalismo eram diversas em relação à época de Marx, de modo que as leituras do texto de Marx são diferentes em Lenin e Gramsci, porque se realizam em momentos e condições específicos: além da situação política, o desconhecimento de parte da produção teórica de Marx, publicada em 1932, delimitaram a abordagem de Lenin; Gramsci, por sua vez, teve uma outra compreensão dos textos a partir da situação histórica da Itália no âmbito do capitalismo imperialista. São abordagens diversas que resultaram em teorias revolucionárias que diferem na concepção do próprio processo revolucionário.

---

<sup>8</sup> LENIN, V. I., As Tarefas do Proletariado na presente Revolução. Publicado em 07 de abril de 1917 *Pravda*, n. 26; e LENIN, V. I., Sobre a Dualidade de Poderes. 09 de abril de 1917, *Pravda*, n. 28. Os dois artigos se encontram In: LENIN, V. I., Obras Escolhidas, São Paulo : Alfa-Omega, 1980, v. 2, p. 11-19.

## 1. A NOÇÃO LENINIANA DE REVOLUÇÃO E SEUS DESDOBRAMENTOS:

Lenin sempre se mostrou um ardoroso polemista e seus textos resultam não só do esforço em desencadear as forças políticas reais, mas de confrontos com outras teorias e interpretações de Marx, como as de Kautsky, Bernstein, Bukharin e Plekhânov, além dos anarquistas e também dos ideólogos liberais; os escritos de Lenin não só redimensionam a questão da revolução burguesa, tornando-a um momento do encadeamento das lutas de classes e da conquista do poder pelo proletariado, como reinterpretam a teoria de Marx e Engels sobre o Estado, para dar sustentação a uma nova teoria da revolução socialista.

As características e o sentido da revolução burguesa se redefinem nos textos de Lenin pela análise da situação concreta da Rússia, onde se confrontavam as forças reacionárias, representantes do latifúndio e das velhas tradições, a burguesia vacilante que tendia a aliar-se aos grupos conservadores e as forças emergentes do proletariado e do campesinato, que se organizavam e constituíam um poder embrionário que resultou na formação dos Soviets.

Ante os desdobramentos da Revolução de 1905 e as oscilações da burguesia, Lenin afirmava que o desenlace da revolução dependeria do seguinte: “desempenhará a classe operária o papel de auxiliar da burguesia, embora seja um auxiliar poderoso pela intensidade do seu ataque contra a autocracia, mas politicamente impotente, ou assumirá o papel de dirigente da revolução popular”. A burguesia tinha consciência da

---

força insurrecional da classe operária e da possibilidade de uma mudança nos rumos da revolução.<sup>9</sup>

Tratava-se de uma questão urgente pensar as táticas<sup>10</sup> a adotar e a participação do Partido num provável governo revolucionário. A avaliação da situação particular da Rússia, onde prevalecia o campesinato e a burguesia se mostrava frágil e reticente a transformações democráticas, se traduz na elaboração de um projeto em que Lenin defende inicialmente a revolução burguesa, a ser realizada com a participação efetiva do povo russo, para garantir as mudanças políticas, econômicas e sociais necessárias para a implantação e o desenvolvimento rápido do capitalismo.

O caráter democrático do processo revolucionário burguês é, dessa forma, vinculado ao projeto socialista na Europa: colocando nas mãos das classes trabalhadoras o dever de dirigir a revolução e organizar o novo poder, Lenin acentua que na Rússia a “classe operária sofre menos do capitalismo do que da insuficiência de seu desenvolvimento”, de modo que, se a revolução burguesa exprimia as necessidades do desenvolvimento do capitalismo e satisfazia aos interesses da burguesia, era muito mais vantajosa para o proletariado.<sup>11</sup> Não se colocava na ordem do dia, conforme o texto de Lenin, “questões como a da ‘conquista do poder’ em geral”, mas o que mobilizava o povo era “o derrubamento da autocracia e a convocação da

---

<sup>9</sup> LENIN, V. I., *Duas táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*. In: LENIN, V. I., *Obras Escolhidas*, São Paulo : Alfa-Omega, 1982, v. 1, Prólogo, p. 384.

<sup>10</sup> “Por tática de um Partido entende-se a sua conduta política ou o caráter, a orientação e os métodos de sua atuação política”. As resoluções táticas definem “de modo preciso a conduta política do partido no seu conjunto em relação com as novas tarefas ou em vista de uma nova situação política”. Idem, p. 387.

<sup>11</sup> LENIN, V.I., *Duas Táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, p. 406.

assembléia constituinte”.<sup>12</sup> Portanto, as classes trabalhadoras (proletariado e campesinato aliados) deveriam não só participar do processo, mas assumir a sua direção, para evitar concessões e garantir que as mudanças democrático-burguesas se produzissem “não pela via das reformas, mas por via revolucionária”.<sup>13</sup>

O que Lenin propunha naquele momento era uma “*ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato*”, a fim de varrer os restos do passado e criar as bases para o desenvolvimento do capitalismo e de um futuro socialismo na Rússia. Tratava-se, para Lenin, de vencer o czarismo e implantar um governo de coalizão entre os socialistas revolucionários das classes operária e camponesa, uma “ditadura democrática” nos moldes do jacobinismo francês, que poderia tomar medidas econômicas como a “redistribuição radical da propriedade da terra a favor dos camponeses”, desencadear uma “democracia conseqüente e completa indo até à república”, extirpar todos os traços de servidão e “finalmente, levar o incêndio revolucionário à Europa”.<sup>14</sup>

Lenin acentua com ênfase que se trata de uma revolução democrática burguesa com novas características e uma nova sustentação de classe capaz de garantir a sua efetivação na forma mais progressiva. Qualquer outra articulação das forças sociais em luta abriria espaço para possibilidades mais conservadoras de conciliação “pelo alto” e,

---

<sup>12</sup> Idem, p. 389.

<sup>13</sup> Idem, p. 407-408. Cabia às classes trabalhadoras participar de modo enérgico e decisivo no processo em curso, a fim de garantir as bases democráticas para preparar a futura revolução socialista. Assim, Lenin dizia nesse momento: “Não podemos ultrapassar os limites democrático-burgueses da revolução russa, mas podemos ampliar em proporções colossais estes limites” criando, assim, condições para a “futura vitória completa”.

<sup>14</sup> Idem, p. 411. Grifo do autor.



por isso, mais dolorosas para as classes trabalhadoras. Tratava-se de evitar que a Rússia seguisse a via prussiana e de criar as bases para uma mudança radical da sociedade sob a direção do proletariado.

Na verdade Lenin, por questão de estratégia, não esclarecia inicialmente como pretendia encaminhar o processo revolucionário, afirmando até o último momento a separação entre as duas revoluções (burguesa e socialista).

O trabalho contínuo e obstinado de mobilização e educação era vital naquele momento de efervescência revolucionária e esta foi uma tarefa da qual Lenin não descuidou. Sua teoria da revolução se contrapunha à visão que outros líderes da social-democracia russa, como Plekhânov e Martov, possuíam dos acontecimentos em curso. As diferenças se esclareciam no decorrer do embate político, no discurso oral e escrito que resultava da avaliação do movimento concreto das forças em luta.

A conjuntura histórica se alterou no decurso de 1905 a 1917: a necessidade de rever posições ante a situação gerada pela guerra, a análise das forças sociais em confronto na Rússia e o processo de mobilização das massas levam a uma revisão da teoria no sentido de encaminhar, nesse novo momento, o projeto revolucionário socialista, conforme as chamadas Teses de Abril de 1917. As Teses são apresentadas de modo mais elaborado no artigo: *As Tarefas do Proletariado na presente Revolução*. O conceito de revolução também se explicita nas reflexões sobre a questão do poder no texto: *Sobre a Dualidade de Poderes*. Nesses escritos, Lenin salienta que, por seu conteúdo e alcance, os Soviets se apresentavam como um poder embrionário de tipo especial semelhante ao poder instituído pela Comuna de Paris. Por sua originalidade e fortalecimento crescente com o apoio da maioria do povo, operários armados e

soldados, os Soviets se constituíam como um poder paralelo ao Governo Provisório de representação burguesa, caracterizando-se uma dualidade de poderes. Essa situação peculiar exprimia a tensão e a instabilidade de um “momento de transição no desenvolvimento da revolução, quando ela já foi além dos limites da revolução democrático-burguesa comum mas não chegou ainda a uma ditadura - pura - do proletariado e do campesinato”.<sup>15</sup> Ante essa configuração da luta política, a alternativa revolucionária defendida por Lenin se desenrola num projeto de plataforma partidária que a conferência do Partido adota quase integralmente.

As novas posições de Lenin quanto à teoria da revolução se explicitam em: **O Estado e a Revolução**. Escrito em agosto e setembro de 1917, esse texto pretende esclarecer as bases do pensamento de Marx e Engels sobre a função do Estado e o papel revolucionário do proletariado no momento em que se desencadeia o movimento revolucionário na Rússia.<sup>16</sup> Lenin, porém, vai além desse objetivo e reinterpreta a teoria que toma como referência, ao repensá-la no âmbito das novas configurações do capitalismo monopolista de Estado, que recrudescer a exploração do trabalho e gera novos conflitos com o flagelo da guerra e a expansão imperialista.

Contra todo discurso reformista<sup>17</sup> que planeja uma transformação lenta e progressiva dos mecanismos de poder, Lenin marca posição quanto ao caráter violento

---

<sup>15</sup> LENIN, V. I., *As Tarefas do Proletariado na presente Revolução*, p. 26.

<sup>16</sup> Lenin acentua, no Pós-fácio, que pretendia escrever ainda um capítulo final sobre “A experiência das revoluções russas de 1905 e 1917”, mas ficou “impedido” de o fazer “pela crise política que precipitou a revolução de outubro de 1917”. LENIN, V.I. O Estado e a Revolução. São Paulo : Hucitec, 1978, p. 153.

<sup>17</sup> O termo “reformista” é usado por Lenin para designar uma via revolucionária vantajosa exclusivamente para a burguesia, efetuada com base em reformas lentas e restaurações. In: LENIN, V. I., *Duas táticas da Social-Democracia na Revolução Democrática*, p. 407.

e destrutivo da revolução socialista: a “revolução não pode ser somente a conquista do poder, deve ser também a destruição do velho Estado”.<sup>18</sup> A velha máquina administrativa, burocrática e repressiva do Estado burguês precisa ser destruída e o novo Estado proletário deve ser um Estado de transição, com a função de gerar as bases de uma democracia plena.

Existem três pontos fundamentais a salientar no texto, porque fizeram parte das divergências com Kautsky na sua polêmica com Bernstein e também porque se desdobram no marxismo-leninismo posterior: o primeiro, que chama imediatamente a atenção, é a comparação da teoria de Marx com o evolucionismo de Darwin. Tal comparação foi efetuada por Karl Kautsky que, como depositário da herança teórica de Marx, realizou a interpretação que foi divulgada no movimento socialista do início do século XX. Essa interpretação leva a acentuar a evolução do comunismo “uma vez conhecidas a sua origem e a linha de seu desenvolvimento” e a colocar a necessidade de um período de transição histórica entre o capitalismo e o comunismo;<sup>19</sup> a própria democracia se enquadra como “uma etapa no caminho que vai do feudalismo ao capitalismo e do capitalismo ao comunismo”.<sup>20</sup> Mesmo sendo um livro de cunho didático, escrito para cumprir uma função educativa e de formação da consciência das massas, essa posição e redução simplista da realidade a esquemas de interpretação tem desdobramentos na leitura posterior de Marx.

---

<sup>18</sup> COLLETTI, L., “O Estado e a Revolução” de Lenin (Tradução de Edmundo f. Dias). In: Textos didáticos. Campinas, UFCH/UNICAMP, n. 6 - abril 1992, p. 3.

<sup>19</sup> LENIN, V.I. O Estado e a Revolução, p. 105.

<sup>20</sup> Idem, p. 123.

O segundo ponto se refere à natureza do Estado e ao novo modelo político que se pretende construir. Lenin interpreta a teoria de Marx sobre a necessidade de destruir o aparato estatal existente (“quebrar a máquina burocrática e militar do Estado”) e de gerar um novo tipo de poder (que teria por base a precária experiência da Comuna de Paris). Retomando o “último prefácio do **Manifesto Comunista**, assinado conjuntamente pelos dois autores e com data de 24 de junho de 1872”,<sup>21</sup> Lenin acentua que a “única ‘correção’ que Marx julgou necessário introduzir no Manifesto” se refere precisamente à experiência da Comuna de Paris, que “demonstrou que *não basta a classe operária apoderar-se da máquina do Estado para adaptá-la aos seus próprios fins*”.<sup>22</sup> A Comuna se concretizou como uma experiência que permitiu repensar a natureza do Estado e o processo revolucionário. Não se trata de uma substituição da classe no poder, mas de destruir o aparato estatal para instaurar uma nova forma de poder que, para ser construída, implicaria um período de transição em que novas relações econômicas, sociais, políticas e culturais (que Lenin acentua como formação de novos hábitos e comportamento), deveriam se constituir. Como acentua Lenin, na nova sociedade os homens “habituar-se-ão a observar as condições elementares da vida social, sem constrangimentos nem subordinação”.<sup>23</sup> Para distinguir os momentos da revolução, Lenin recorre a Engels a fim de demonstrar a diferença entre destruição do Estado burguês e definhamento do Estado no regime socialista.

---

<sup>21</sup> Informação retirada do texto de LENIN, V.I. O Estado e a Revolução; houve, depois, um prefácio à edição alemã de 1883 (28 de junho) escrito por Engels, provavelmente ainda sob o impacto da morte do amigo, onde Engels atribui a Marx os principais méritos na produção de sua obra teórica.

<sup>22</sup> LENIN, V.I. O Estado e a Revolução. p. 46. Grifos do autor, em citações retiradas do Prefácio mencionado.

O terceiro ponto diz respeito à questão da democracia, que envolve a crítica ao sistema parlamentar no âmbito da estrutura de poder capitalista e o delineamento do processo de transição da forma restrita que a democracia assume no Estado burguês enquanto “poder dos ricos” para sua realização plena na sociedade sem classes, por meio da ditadura do proletariado.

A crítica ao sistema representativo burguês visa não só reafirmar as posições de Marx quanto ao caráter de classe do regime parlamentar, mas também demonstrar e questionar as ilusões da social-democracia na perspectiva de Kautsky.<sup>24</sup> A explicitação das características fundamentais do sistema representativo no âmbito do Estado moderno possibilita esclarecer o papel e o significado dos Soviets no processo revolucionário: à democracia liberal e restrita, que se configura no Parlamento, contrapõe-se a democracia dos Soviets, que se espelha na Comuna de Paris, cujas características principais, acentuadas por Marx, são retomadas por Lenin. O novo poder proletário comunal realizou a democracia “tão plenamente e tão metodicamente quanto é possível sonhar-se”, na supressão do exército permanente e na substituição do Parlamento por uma instância executiva e legislativa que funcionava como um conselho para o qual todos eram elegíveis, com permanente responsabilidade e revogabilidade dos cargos.<sup>25</sup>

A questão mais complicada e polêmica é a da transição histórica do capitalismo para a nova sociedade comunista, que Lenin desenvolve no capítulo V, com base na

---

<sup>24</sup> Para as classes oprimidas a essência do parlamentarismo burguês se expressa em “decidir periodicamente, para um certo número de anos, qual o membro da classe dominante que há de oprimir e esmagar o povo no parlamento”. Idem, p. 57.

<sup>25</sup> Idem, p. 52-55.

**Crítica do Programa de Gotha**, escrito por Marx em 1875 e publicado em 1891, combinado com o **Manifesto do Partido Comunista**, de 1848. Como pressuposto da argumentação de Lenin, a idéia de uma evolução do comunismo a partir do capitalismo por via do desenvolvimento histórico.

Constatado o caráter sistematicamente repressivo do regime capitalista e sua atuação por meio do aparato estatal, que tem uma de suas expressões na democracia restrita, mutilada e caricaturada, Lenin procura mostrar que, no período de transição do capitalismo para o comunismo, é necessário manter não apenas um Estado transitório, mas também o “aparelho especial de repressão do ‘Estado’, para o “esmagamento de uma minoria de exploradores pela maioria dos escravos assalariados de *ontem*”.<sup>26</sup> Esse Estado transitório deve assumir a função de organizar as novas relações de trabalho e as bases da verdadeira democracia, no “*Estado do Soviets dos deputados operários e soldados*”, isto é, um Estado dirigido por trabalhadores, mas ainda com uma estrutura de poder indefinida e a ser construída ao longo do processo revolucionário.<sup>27</sup>

Em seguida, Lenin trata das dificuldades a enfrentar na primeira fase do comunismo denominada socialismo, período de organização da nova sociedade: ainda retomando o texto de Marx na sua crítica a Lassalle, Lenin acentua que não se pode “realizar a justiça e a igualdade” nessa primeira fase, mas sim destruir as bases da “*exploração do homem pelo homem*, pois ninguém poderá mais dispor, a título de propriedade, dos *meios de produção*, das fábricas, das máquinas, da terra”.<sup>28</sup> O que se

---

<sup>26</sup> Idem, p. 111-112.

<sup>27</sup> Idem, p. 120. Grifos do autor.

<sup>28</sup> Idem, p. 115.

tem, na seqüência, é uma análise do desdobramento do processo revolucionário em que, a partir dos “graus de maturidade econômica do comunismo”, se poderá avançar para a superação do “estreito horizonte do direito burguês”, aplicado pelo aparato estatal, de modo que, “durante um certo tempo, não só o direito burguês, mas ainda o Estado burguês, sem burguesia, subsistem em regime comunista”.<sup>29</sup>

Ao lado das etapas econômicas a vencer, há etapas políticas de superação do direito burguês e da democracia formal para a implantação da igualdade e a concretização da emancipação política. A democracia também se constrói de modo gradual, “sai dos quadros da sociedade burguesa e começa a evoluir para o socialismo”, à medida que se geram as premissas econômicas para a “gestão do Estado” por todos os homens; ora, essas premissas já se encontram “realizadas na maior parte dos países capitalistas avançados”; trata-se de criá-las na Rússia, além de desenvolver “a educação e a disciplina” dos operários.<sup>30</sup>

Esse processo, detalhado em suas fases por Lenin, se constitui por medidas de controle e de recenseamento que se estendem por toda a sociedade e transformam todos os cidadãos em “empregados assalariados do Estado, personificado, por sua vez, pelos operários armados. Todos os cidadãos se tornam empregados e operários de um só truste universal de Estado”, para que trabalhem uniformemente e recebam salários uniformes. A consolidação dessa primeira fase de implantação do comunismo ocorre

---

<sup>29</sup> Idem, p. 122.

<sup>30</sup> Idem, p. 124.

quando a sociedade inteira for transformada em “um grande escritório e uma grande fábrica, com igualdade de trabalho e igualdade de salário”.<sup>31</sup>

O que se pode concluir dessas colocações é que se trata de um Estado controlado por operários armados, com uma função administrativa e centralizadora. Embora descreva em detalhes o papel controlador e organizador do Estado socialista, Lenin não pode dizer como esse Estado, assim fortalecido, poderá “definhar” após a organização e a formação dos novos hábitos sociais.<sup>32</sup>

Lenin reconheceu, já em 1921, que o Estado soviético havia superado obstáculos inauditos, mas também havia incorrido em insucessos e erros; no discurso comemorativo do quarto aniversário da Revolução de Outubro Lenin fez um balanço da trajetória percorrida, acentuando: “supúnhamos, sem ter calculado o suficiente, que com imposições diretas do Estado proletário poderíamos organizar de maneira comunista, num país de pequenos camponeses, a produção estatal e a distribuição estatal dos produtos”, mas erramos e entendemos a necessidade de várias “etapas transitórias”. No esforço de justificar a nova política econômica, Lenin coloca, nesse momento, a necessidade de ingressar em uma nova fase que ele denomina “capitalismo de Estado”, para preparar a passagem ao comunismo.<sup>33</sup>

Na verdade, a partir dessas circunstâncias, o Estado soviético já apresentava sérias distorções burocráticas que apenas se agravaram no período subsequente.

---

<sup>31</sup> Idem, p. 125.

<sup>32</sup> Não apenas porque a realidade russa não o permitia, mas porque se tratava de um paradoxo: se pretendia criar uma situação avançando na direção oposta.

<sup>33</sup> LENIN, V. I., Para o Quarto Aniversário da Revolução de Outubro (18.10.1921). In: LENIN, V. I., Obras Escolhidas, São Paulo : Alfa-Omega, 1980, v. 3, p. 549.



Lenin reconhece esta situação ao analisar um ano de funcionamento da nova política econômica: “temos poder político suficiente”... “mas insuficiente competência”... O plano não funciona “segundo a nossa vontade”... o “carro escapa das mãos: parece que há uma pessoa sentada a guiá-lo, mas o carro não vai para onde o dirigem”... não anda como se imagina e se quer e “frequentemente anda de maneira completamente diferente”.<sup>34</sup> Esses problemas do poder político soviético se desdobraram no exercício ditatorial do poder, sob o comando de Stalin.

## 2. O MARXISMO-LENINISMO:

Se Lenin percebia a importância e a necessidade de aliar a política a uma reflexão rigorosa, de esclarecer as questões permeando-as com uma aguçada crítica, seu sucessor não possuía as mesmas qualidades intelectuais e a mesma habilidade em polemizar. O poder político soviético se caracterizou, sob o governo de Stalin, pelo uso sistemático de mecanismos policiais de controle e de aniquilamento dos que se opunham à sua orientação política. Para consolidar o poder, Stalin efetuou a revisão das teses de Marx e Lenin sobre o Estado e a revolução, elaborando uma nova leitura que se chamou marxismo-leninismo. É reconhecida a redução staliniana da teoria política de Lenin a um corpo teórico com uma dimensão instrumental e técnica reforçando, ao longo dos anos, o seu caráter doutrinário, isto é, a codificação e a

---

<sup>34</sup> LENIN, V. I., Relatório Político do Comitê Central do PCR (b) (27.03.1922). In: LENIN, V. I.,

transformação de um pensamento crítico em um conjunto de definições e princípios aceitos como verdade inquestionável. Liberada da ação renovadora da crítica e reduzida aos objetivos imediatos da prática, a teoria se empobreceu em qualidade, mas adquiriu operacionalidade e se tornou um dispositivo útil às mais variadas manipulações políticas com o objetivo de consolidar o poder e a ditadura de Stalin.

Não pretendemos discorrer sobre o revisionismo stalinista mais do que o necessário para esclarecer o quanto Gramsci se opunha a esta linha política de análise da realidade (e às suas conseqüentes práticas). Entretanto, alguns conceitos fundamentais do stalinismo precisam ser delineados, como a noção de Estado e a periodização da história por etapas, conceitos que fundam a reformulação da noção de revolução.

Uma das revisões<sup>35</sup> realizadas por Stalin na teoria do Estado de Marx e Engels refere-se ao caráter provisório do Estado socialista e à sua gradual dissolução com a instauração da nova ordem social. Stalin afirmou a natureza coercitiva do Estado socialista acentuando que o Estado não pode se dissolver gradualmente mas, ao contrário, deve se fortalecer e ampliar suas funções de controle social para fazer frente às exigências da construção do socialismo. Para justificar sua teoria Stalin se apoiava na situação concreta da União Soviética ante o permanente cerco imperialista.

Nos **Cadernos do Cárcere** Gramsci se contrapõe ao fortalecimento e à burocratização do Estado por entender, como Marx, que esse processo compromete

---

Obras Escolhidas, v. 3, p. 582-583.

<sup>35</sup> Cfr. MORAES, J. Q., A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro. In: REIS FILHO, D. A. et al. História do Marxismo no Brasil. O impacto das revoluções. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991, p. 47-87.

seriamente o projeto de construção da democracia proletária. É verdade que Gramsci *acentua a necessidade de um período transitório coercitivo, de organização das novas relações econômicas e sociais, principalmente em situações em que, como na Rússia, o acesso à vida estatal autônoma não foi precedido por um “longo período de desenvolvimento cultural e moral próprio e independente”*. Porém, esclarece que esse período transitório de criação de uma sociedade civil, que não foi historicamente possível criar antes do acesso ao poder, “*não deve ser abandonado a si, não deve, especialmente, tornar-se fanatismo teórico e ser concebido como “perpétuo”: deve ser criticado, precisamente para que se desenvolva e produza novas formas de vida estatal*”.<sup>36</sup> Deste fragmento se depreende uma das diferenças de Gramsci em relação à noção staliniana de Estado, bem como ao processo de transição ao socialismo.

Outra revisão efetuada por Stalin, que alterou e redefiniu o caráter e os rumos da revolução proletária, foi a substituição do argumento internacionalista pela defesa do “socialismo em um só país” e que determinou o desdobramento da política dos partidos comunistas no mundo inteiro. Foi Bukharin que a formulou enquanto Stalin dela se serviu para consolidar o aparato coercitivo do Partido e concentrar definitivamente o controle do movimento internacional. Conforme a nova doutrina, era necessário priorizar e concentrar forças na construção do socialismo na Rússia e reorientar o processo de revolução mundial.

É evidente que esta questão não se vincula unicamente à reinterpretação da teoria

---

<sup>36</sup> GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*. 8 (XXVIII), par. 130, p. 1020. Outros fragmentos podem ser encontrados ao longo dos Cadernos, entre eles, os que tratam da construção de um novo Estado por meio da passagem do momento econômico-corporativo ao momento ético-político.

realizada por Stalin: supõe uma conjuntura histórica onde o cerco das potências capitalistas à União Soviética e o fracasso da revolução proletária na Europa desempenhou um papel fundamental; faz parte também de um debate interno do Partido Comunista Russo anterior a 1926, culminando nas polémicas que separaram o grupo de Trotski do grupo que liderava o Comitê Central. Gramsci participou desse debate e sua contribuição pode ser retomada na Carta de 1926,<sup>37</sup> onde Gramsci salientava a função revolucionária da Rússia no plano internacional, que poderia ser alterada e comprometida pela cisão dos dirigentes e a nacionalização das questões russas.

Conforme Giuseppe Vacca,<sup>38</sup> os **Cadernos do Cárcere** aprofundam o significado dessa reorientação da política soviética e vislumbram nela os primeiros momentos de um processo de “revolução passiva” que, por mais paradoxal que pareça, Gramsci desenvolve “através da polémica com Trotski” em torno da questão do “‘americanismo’, a figura dominante da ‘revolução passiva’ do século XX”.<sup>39</sup>

A importância da teoria de Stalin sobre os novos caminhos do socialismo se põe em relação proporcional ao papel que ele desempenhava enquanto chefe de Estado e ditador com plenos poderes; a partir de sua posição, aliada à alimentação do culto à personalidade, sua intervenção intelectual tinha implicações práticas imediatas.

---

<sup>37</sup> GRAMSCI, A. Al Comitato Centrale del Partito Comunista Sovietico (outubro/1926). In: GRAMSCI, A. La Costruzione del Partito Comunista (1923-1926), Torino : Einaudi Editore, 1978. p. 125-131, (daqui em diante será citado CPC). Esta carta é analisada mais adiante.

<sup>38</sup> VACCA, G., L'Urss staliniana nell'analisi dei “Quaderni del carcere”. In: **Crítica Marxista**, 1988, n. 3-4, p. 129-146.

<sup>39</sup> Idem, p. 142.

Ligada a essa nova orientação política, a teoria das etapas completava o quadro revisionista e alterava a natureza da revolução. A teoria das etapas se explicita no bojo de uma teoria da história em que os pressupostos que podem ser identificados revelam uma análise muito mais positivista que dialética: refazendo a leitura da história da Revolução Russa, Stalin a divide em momentos pontuais e estanques definidos a partir a mudança do poder político; a interrelação entre o social, o econômico e o político enquanto instâncias de um processo contraditório que se desdobra em avanços e recuos nem sempre sincronizados, que caracteriza a leitura dialética de Marx e Lenin, não é contemplada.

O modo esquemático e quantitativo de abordagem histórica reduziu a teoria a um instrumento da prática imediata na orientação dos caminhos<sup>40</sup> a seguir: o grande objetivo revolucionário se fragmenta em momentos em que se cumprem pequenos objetivos que se tornam o objetivo principal de cada etapa, enquanto o sonho utópico permanece apenas como corpo doutrinário, como um fim cada vez mais distante. Na teoria das etapas, a prática predomina sobre a teoria, a classe proletária sobre a campesina e o político se cinde do econômico, evidenciando a clara instrumentalização inclusive das alianças de classe.

Se considerarmos que “o principal teórico do ‘socialismo em um só país’ não foi Stalin, mas Bukharin”,<sup>41</sup> e que temos uma extensa crítica de Gramsci ao Ensaio Popular

---

<sup>40</sup> Esses caminhos, por sua vez, são interpretados a partir da aplicação das categorias de estratégia e tática, que já eram utilizadas por Lenin de modo dialético para expressar a articulação entre meios e fins; no contexto da produção teórica de Stalin sofreram também alterações no seu significado e foram simplificadas para responder a objetivos políticos imediatos.

<sup>41</sup> MORAES, J. Q., A influência do leninismo de Stalin no comunismo brasileiro, p. 65.

de Bukhárin, na qual são expostas as fragilidades de uma leitura mecanicista da história, podemos dispor de um novo referencial para a crítica staliniana.<sup>42</sup>

As diferenças entre Lenin e Gramsci na leitura de Marx - especificamente no que se refere ao texto **A Guerra Civil em França** – foram acentuadas por Leonardo Paggi,<sup>43</sup> que esclarece os caminhos diversos que ambos tomaram na interpretação do papel do Estado: enquanto Lenin desenvolve o tema da “ruptura” da máquina estatal, Gramsci valoriza “o motivo do autogoverno dos produtores”.<sup>44</sup>

Quanto ao stalinismo, Gramsci se apresenta hoje, nas novas leituras dos cadernos, como um severo crítico tanto do reducionismo e da instrumentalização da teoria realizada por Bukharin e Stalin, quanto da teoria das etapas, que não cabe no contexto da reflexão gramsciana, até porque Gramsci renova substancialmente a noção de Estado.

Em sua produção teórica elaborada no cárcere Gramsci fez uma reinterpretação da teoria leniniana, de modo a dar-lhe uma nova conotação a partir de sua experiência histórica, leitura que tomou forma nos conceitos de revolução, democracia, hegemonia, nos **Cadernos do Cárcere**. Gramsci coteja as teorias apresentadas por Lenin em seus textos, com a experiência russa de 1917 e as lutas posteriores, que abriam novas incógnitas ao movimento comunista (como a ascensão do fascismo) e colocavam a necessidade de repensar a teoria para buscar novas soluções originais.

---

<sup>42</sup> Sempre de modo indireto no caso de Gramsci, o que pode ser explicado pelo temor em ter o seu trabalho teórico confiscado a qualquer momento pelos fascistas (assim como as cartas, que eram censuradas).

<sup>43</sup> PAGGI, L. Gramsci e l'egemonia dall'Ordine Nuovo alla “Questione Meridionale” In: VV. AA. Egemonia, Stato, partito in Gramsci. Roma : Riuniti, 1977.

<sup>44</sup> Cfr. LIGUORI, G. Gramsci conteso. Roma : Riuniti, 1996, p. 188.

### 3. A NOÇÃO GRAMSCIANA DE REVOLUÇÃO

#### a) A característica peculiar da noção gramsciana:

A teoria da revolução elaborada por Gramsci difere da teoria de Lenin porque ambos viveram diferentes situações concretas que geraram análises e reflexões teóricas diversas sobre a realidade econômica, social, política e cultural da sociedade capitalista; a partir da especificidade de suas experiências políticas os dois militantes realizaram uma abordagem diferente dos textos de Marx e compreenderam de modo diverso o próprio processo revolucionário.

Gramsci reinterpreta Marx e Lenin a partir das novas exigências colocadas pelo movimento operário internacional na nova configuração do capitalismo de entre guerras. Esse esforço se traduz numa polêmica com a tradição economicista do movimento comunista e numa releitura de Marx e Lenin que não apenas renova a teoria leniniana como se opõe à instrumentalização e ao etapismo da revisão staliniana que se denominou marxismo-leninismo. Essa oposição se apresenta de modo indireto, na crítica à noção de história permeada por um determinismo especulativo, na análise da lei da queda da taxa de lucro na história, na dialeticidade do método enquanto caminho sempre retomado pelo sujeito do conhecimento para desvelar o objeto, na explicitação da natureza do Estado, na demonstração da necessidade de superar a fase econômico-corporativa para construir o socialismo, na vasta reflexão sobre a natureza da “revolução passiva”, enfim, na crítica ao ensaio de Bukharin, como a representação teórica que assumiu o modelo soviético no período stalinista.

Em Gramsci, portanto, o conceito de revolução se elabora tendo como referência os desdobramentos da realidade econômica e política italiana e uma leitura peculiar de Marx, o que transparece nas análises da Revolução Russa (textos de 1917-1919) como um movimento tanto de força para instituir uma nova ordem social, quanto de mudança dos costumes e de concretização da liberdade; a importância da questão cultural no âmbito das lutas políticas, herança do idealismo croceano, enriquece sua compreensão do marxismo dando uma característica especial à noção de revolução.

Já num texto polêmico denominado *A revolução contra "O Capital"*, Gramsci saudou a Revolução Russa como um evento inusitado que contradizia as colocações de Marx quanto à necessidade de que, "na Rússia, se formasse uma burguesia, se iniciasse uma era capitalista, se instaurasse uma civilização de tipo ocidental, antes que o proletariado" pudesse colocar suas reivindicações de classe e desencadear sua revolução.<sup>45</sup>

Essas idéias já se delineiam em artigos anteriores, como: *Os maximalistas russos*,<sup>46</sup> onde Gramsci alerta para o paradoxo entre o processo revolucionário e a consolidação do novo poder como algo definitivo, salientando que a revolução deve ser entendida como um movimento permanente e instável que "devora os seus homens, substitui um grupo por outro mais audaz" (...) "é uma atividade sempre atual, uma contínua troca" em que são geradas novas energias de renovação. Este é um momento em que Gramsci identifica a revolução com a vida, que impede cristalizações; é assim

---

<sup>45</sup> GRAMSCI, A., La rivoluzione contro il "Capitale", 24.12.1917. In: GRAMSCI, A., La Città Futura (1917-1918). Torino : Einaudi, 1982, p. 513 (daqui em diante citado CF.).

<sup>46</sup> GRAMSCI, A., I massimalisti russi. 28.07.1917. In: GRAMSCI, A., Scritti Giovanili. Torino : Einaudi, p. 122-124 (daqui em diante citado SG.).



que ele entende o processo em curso na Rússia, isto é, como uma permanente substituição de “valores, categorias, classes”, que insiste em definir como anti-jacobina, precisamente pelo caráter puramente burguês do jacobinismo e pelas características humanas (espirituais e morais) e universais que afloram no movimento revolucionário russo, além de se renovarem as energias insurrecionais que dão o sentido proletário à revolução e fazem dela um acontecimento sem precedentes na história.<sup>47</sup>

No decorrer de sua vida, Gramsci se posicionou contra as afirmações mecanicistas que interpretavam o texto de Marx de modo dogmático e indiscutível e o reduziam à análise econômica; Gramsci dava relevância ao humanismo e ao historicismo que permeiam a teoria marxiana. Esta posição foi revista em textos posteriores (no sentido de uma relação dialética entre economia, política e cultura), mas sua concordância e apoio ao bolchevismo nunca descartaram um distanciamento crítico que o levou, em determinados momentos, a assumir posições contrárias às orientações propostas por Lenin e Trotski ou mesmo pela Internacional Comunista, como no caso da *frente única* na Itália, como tática contra o fascismo, no período de 1921 a 1924.<sup>48</sup>

Gramsci trabalhou com um referencial histórico totalmente diferente daquele de Lenin, a saber, a situação italiana de entre guerras. A revolução burguesa italiana foi realizada no processo de unificação levado a cabo em 1870, que deu lugar a um Estado unitário sob a égide do Piemonte. A análise do Risorgimento é pressuposto para a compreensão da função do Estado italiano moderno para as classes dominantes.

---

<sup>47</sup> GRAMSCI, A., Note sulla rivoluzione russa. 29.04.1917, SG. 105-108.

<sup>48</sup> As diferenças de Gramsci com a Internacional Comunista se esclarecem a partir da divulgação de novas Cartas publicadas em 1996 e 1997.

A reflexão gramsciana em torno do processo de organização do movimento dos Conselhos de Fábrica supõe a análise da estrutura social italiana de 1919, onde o poder burguês estava constituído, tanto econômica quanto politicamente; nesse momento a noção gramsciana de revolução se elabora em torno de uma correlação de forças que se constitui, por um lado, da tentativa insurrecional do proletariado e, por outro, da contra-revolução burguesa no sentido de enfrentar não só a ascensão do movimento dos trabalhadores, mas a grave crise econômica e social interna gerada principalmente pela participação da Itália na primeira grande guerra. A burguesia italiana, então, integra-se ao processo econômico e político internacional e se submete ao jogo econômico que origina o capitalismo monopolista, que exige redefinir os mercados nacionais e efetivar mudanças internas radicais tanto no sistema de produção quanto na estrutura do Estado e de seu papel junto à sociedade civil.<sup>49</sup>

Esse processo gera uma crise política que desvela as raízes históricas de um conflito silenciado por uma unificação feita pelo alto; a crise do pós-guerra desnuda a divergência de interesses da burguesia industrial e latifundiária e manifesta a incapacidade da burguesia industrial em unir as forças econômicas burguesas regionais que reagem à nova conjuntura apresentada; com a experiência da guerra e o acirramento dos conflitos sociais, a unidade italiana aparece claramente como uma construção artificial, exterior, vazia.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> GRAMSCI, A., L'Unione Sacra, 19.07.1919. In: GRAMSCI, A., L'Ordine Nuovo (1919-1920). Torino, Einaudi, 1975, p. 264-265 (daqui em diante citado LN.).

<sup>50</sup> GRAMSCI, A. L'Unità Nazionale. 04.10.1919. LN, p. 277-278.

A crise desnuda também as características do Estado italiano, que se constituiu e se consolidou pela ação dos núcleos burgueses industriais "que subjugaram brutalmente a agricultura aos interesses da indústria".<sup>51</sup>

O Estado italiano havia se tornado, naquela situação, um aparato que não tinha outra preocupação além do desenvolvimento, a qualquer custo, do capital industrial; para tanto, não poupou "proteções, prêmios, favores de toda espécie e de toda medida. Os campos foram saqueados, a fertilidade do solo foi esterilizada, a populações camponesas tiveram que emigrar." O Estado criou mecanismos que possibilitaram o desenvolvimento do capital industrial e a exploração brutal dos trabalhadores nas fábricas, "absorveu a pequena burguesia dos campos, os intelectuais, nos seus organismos administrativos, nos jornais, nas escolas, na magistratura", dificultando o próprio processo de organização camponesa.<sup>52</sup> A burguesia industrial reduziu o Estado a mero executor de medidas que defendiam seus interesses, converteu "todas as instituições do poder governamental à função de instrumentos imediatos de sua permanência e de seu desenvolvimento." Enfim, o Estado se apresentava como uma instituição que havia sido transformada, em larga medida, em "agente comercial" da burguesia; um Estado que promovia a repressão direta e violenta quando as classes trabalhadoras tentavam se organizar na luta econômica e política.<sup>53</sup>

Gramsci articula a análise econômica e política com o quadro social que se forma a cada novo momento da conjuntura e procura mostrar como o desenvolvimento da

---

<sup>51</sup> GRAMSCI, A. Lo Stato Italiano, 07.02.1920. LN, p. 75.

<sup>52</sup> GRAMSCI, A. Il potere in Italia, 11.02.1920. LN, p. 77.

<sup>53</sup> GRAMSCI, A. Cos'è la reazione? 24.11.1920. LN, p. 365.

grande indústria e do capital financeiro geraram um novo equilíbrio das classes sociais: assim, os textos de 1920-1921 analisam as novas medidas econômicas, que não conseguem se efetivar em âmbito nacional, de modo que a crise se apresenta como incapacidade de direção política da classe burguesa, que não consegue a coesão da população em geral em torno de seus objetivos; as classes trabalhadoras e suas organizações de resistência se tornam os alvos diretos do processo reacionário que se instaura: "tudo se faz para suprimir a luta de classes, esta outra forma de concorrência," quem sabe a mais radical, porque tende a abolir a própria concorrência eliminando a propriedade privada e nacional.<sup>54</sup>

A pequena-burguesia, que havia desempenhado um papel importante na vida política e cultural italiana ao longo das últimas décadas e que tinha expectativas de prosperidade e segurança material a partir dos desdobramentos da guerra,<sup>55</sup> passa a ser excluída das "funções vitais no campo da produção" e vê frustradas suas esperanças pela dura realidade da crise econômica; relegada a uma simples função política pela qual se especializa no que Gramsci denomina de "cretinismo parlamentar", transforma o Parlamento num espaço de discursos vazios, "num meio de parasitismo".<sup>56</sup> É essa pequena-burguesia descontente, no entender de Gramsci, que se torna a base de sustentação do fascismo ascendente.

Assim, tanto nos escritos de militância política quanto nos **Cadernos do Cárcere**, a questão da revolução se apresenta numa conjuntura histórica em que o capitalismo

---

<sup>54</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>55</sup> GRAMSCI, A., *Giolitti al potere*, 12.06.1920. LN. p. 337.

<sup>56</sup> GRAMSCI, A., *Il popolo delle scimmie*, 02.01.1921. In: GRAMSCI, A., Socialismo e Fascismo (1921-1922), Torino : Einaudi, 1978, p. 09 (daqui em diante citado SF.).

assume sua forma imperialista e monopolista; essa situação faz com que a luta de classes se delineie de modo diverso da Rússia de 1917 e o próprio processo revolucionário assuma outra forma, havendo de se realizar no bojo da sociedade burguesa já instituída e organizada.

É fundamental esclarecer essas circunstâncias para entender as diferenças de concepção e de prática entre os Soviets russos e os Conselhos de fábrica italianos.<sup>57</sup> Os Soviets, como os descreve o próprio Lenin, se constituem de operários e soldados armados que se organizam como poder paralelo cujo modelo de relacionamento e poder é a Comuna de Paris,<sup>58</sup> para tomar o aparato estatal e, a partir daí, por meio de fases revolucionárias, construir a nova sociedade comunista.

Gramsci, por sua vez, nos artigos em que trata da Revolução Russa, salienta que o processo soviético visava dar “forma estatal às experiências históricas e sociais do proletariado russo”, isto é, Gramsci vincula o processo revolucionário muito mais à participação das massas que à atuação das vanguardas. A tarefa dos bolcheviques é descrita por Gramsci como um trabalho de coordenação de um organismo complexo “agilmente articulado à vida íntima” do povo russo, “à sua tradição e à sua história espiritual e social mais profunda e amada”, ou seja, Gramsci estabelece uma relação entre política e cultura pela qual ele entende que se deveria construir o socialismo nos Soviets, expressão das forças vitais das grandes massas do povo russo. A ação dos

---

<sup>57</sup> Um trabalho interessante sobre esse período é o de STACCONE, G. Gramsci: 100 anos - Revolução e Política. Petrópolis : Vozes, 1991.

<sup>58</sup> Conforme explicitamos anteriormente, com base em: LENIN, V. I., Sobre a Dualidade de Poderes. In: Obras Escolhidas, v. 2.

Soviets dariam forma ao Estado proletário, que deveria ser “a garantia de permanência e de sucesso de todas as atividades sociais”, nisso se constituindo a revolução.<sup>59</sup>

b) O conceito de revolução a partir dos Conselhos:

A noção gramsciana de revolução se elabora e se reformula no decorrer dos anos de militância política, a partir da consideração da conjuntura histórica italiana e da própria formação cultural e política de Gramsci e se pode delinear esse processo de construção teórica até os escritos do cárcere. Nesse contexto, os Conselhos de fábrica se tornam um referencial diferenciador em relação aos Soviets. A experiência dos Conselhos e do jornal *L'Ordine Nuovo*, que serviu de referencial cultural ao movimento, é retomada no decurso dos Cadernos.

Os Conselhos, como os entendia Gramsci, se organizavam no interior das fábricas com uma conformação específica que unia o ato da produção e o exercício da soberania, com a finalidade de desenvolver uma nova concepção de Estado. Embora Gramsci se refira constantemente aos Soviets como modelo dos Conselhos, estes tinham uma característica inovadora, que se produzia no fato de se apresentarem como uma forma organizativa que aliava e interrelacionava o trabalho produtivo, a política e a educação. Os Conselhos, conforme se conclui dos textos gramscianos de 1920, visavam desestruturar o modo de produção capitalista e gerar novas relações sociais, políticas e culturais, ou seja, visavam atingir os fundamentos do sistema capitalista,

---

<sup>59</sup> GRAMSCI, A. La taglia della Storia. 21.06.1919, LN, p. 7.

atuando na própria estrutura do trabalho. O princípio do trabalho coletivo e solidário deveria desencadear um processo de educação mútua no interior das unidades de trabalho e possibilitar a conquista da completa autonomia do produtor no campo econômico, político e cultural, base do autogoverno do Estado operário.

A ação dos trabalhadores nos Conselhos de fábrica tinha a função de gerar um tipo de humanidade historicamente novo e original (conforme a compreensão que Gramsci tinha dos Soviets). A preocupação com a questão cultural perpassa os textos e dá aos Conselhos uma característica específica, sem precedentes. Muito já se escreveu sobre o assunto, principalmente para acentuar a influência idealista dessa forma de abordar a questão política e econômica. Essa leitura peculiar do movimento em curso na Itália de 1920 se constitui na grande contribuição de Gramsci, nesse período, para com a noção de revolução.

Outro elemento a salientar é a sua análise das relações internas de produção e dos meios a desencadear para alterá-las. A vida na fábrica subordina o operário à produção intensa e metódica e o faz conviver permanentemente com uma contradição que se configura no confronto entre a vida da sociedade e a vida da fábrica: na sociedade, a distribuição desigual da riqueza e as relações sociais e políticas desenvolvem-se de forma desordenada e caótica, em contraste com a vida ordenada, precisa e disciplinada da fábrica, que obedece o ritmo da produção. A divisão do trabalho fabril criou hábitos, gerou uma “unidade psicológica da classe operária”, produziu condições que possibilitam criar “no mundo proletário aquele corpo de sentimentos, instintos,

pensamentos, costumes" e "afetos que se resumem na expressão: solidariedade de classe".<sup>60</sup>

A fábrica, para Gramsci, constituía-se no espaço privilegiado de formação de uma nova concepção de mundo, em condições de superar o individualismo e a fragmentação a que o operário é reduzido no sistema capitalista de produção: na sua leitura, quanto mais o trabalhador se especializa, mais entende que a complexidade e a diversificação do processo produtivo exigem que a atividade industrial seja encarada como um trabalho coletivo, um processo unitário que, desde as mais simples tarefas até as funções mais qualificadas, requer a constante colaboração de todos. A especialização e a organização política no interior das unidades de trabalho permitem compreender o processo de produção e sentir a necessidade de formar um corpo unificado e coeso que se projete para toda a sociedade.<sup>61</sup>

Por nascer e enfrentar os problemas gerados no campo da produção, o Conselho de fábrica tendia a negar e superar a "legalidade industrial burguesa (...) a desencadear a todo momento a guerra de classes (...) a universalizar cada rebelião, a dar valor e alcance resolutivo a cada ato de poder".<sup>62</sup> A atividade produtiva era entendida, portanto, como o espaço privilegiado de organização política e formação cultural dos trabalhadores, onde se devia desencadear a revolução. O processo revolucionário

---

<sup>60</sup> GRAMSCI, A., L'Operaio di fabbrica, 21.02.1920, LN., p. 325. O texto gramsciano se refere a um modelo fabril que era próprio da década de 20 e se alterou ao longo da história do século XX. Nos Cadernos do Cárcere, Gramsci reflete sobre o americanismo e o fordismo constatando as mudanças que, por sua vez, já não se aplicam ao sistema atual de produção.

<sup>61</sup> Idem, p. 325-326. Nos Cadernos do Cárcere, sempre que trata de uma questão, Gramsci salienta o seu duplo sentido e a possibilidade de se formar a consciência política explicitando e tirando proveito das contradições.

<sup>62</sup> GRAMSCI, A., Sindacati e consigli, 12.06.1920, LN., p. 133.



assumia nova forma na ação de formação política e cultural do trabalhador no interior do espaço de trabalho.

Para Gramsci, entender-se como produtor significava passar por um processo gradual de compreensão das relações econômicas como um conjunto que se estendia desde a fábrica até os mecanismos internacionais da estrutura capitalista de produção. Ao compreender o trabalho "como unidade, como ato criador" no contexto da fábrica, o operário podia "alcançar a compreensão de unidades sempre mais amplas" e complexas, até a "nação que é, no seu conjunto, um gigantesco aparelho de produção," que mantém relações comerciais com outros aparelhos de produção no mundo. Então seria possível entender que a "propriedade privada não é função da produtividade", que a estrutura concreta da sociedade expressa a unidade do processo de produção internacional, no qual se insere a vida da fábrica e que o Estado burguês tem a função de manter esta ordem.<sup>63</sup> A compreensão das relações de produção em sua complexidade gerava o entendimento das relações políticas de dominação na figura do Estado.

Nos Conselhos, a partir da experiência e resolução comunitária dos problemas do trabalho, o trabalhador podia compreender os limites da própria democracia burguesa e capacitar-se a romper com esses limites, a instaurar as bases da nova democracia operária. Essa experiência demonstrava, para Gramsci, que os Conselhos possuíam uma característica nova e original que o distinguia do Partido e do Sindicato. Por isso, estes "não deviam colocar-se como tutores ou como superestruturas já constituídas

---

<sup>63</sup> GRAMSCI, A., Sindacalismo e consigli, 08.11.1919, LN., p. 46-47.

desta nova instituição", mas sim propor-se a organizar as bases externas gerais para que o processo revolucionário se desenvolva com maior rapidez.<sup>64</sup>

O próprio Gramsci assinala sua diferença com Lenin quando acentua que os Conselhos de fábrica desencadeiam uma ação que deve "necessariamente desembocar na fundação de um Estado operário" e se constituem na "primeira célula de um processo histórico que deve culminar na Internacional Comunista". Nessa perspectiva, são os Conselhos e não o Partido o centro de irradiação de uma ação revolucionária, entrelaçada a uma ação educativa e de elaboração de uma nova concepção de mundo. Da atividade interna dos Conselhos nasce a consciência política das relações internacionais.<sup>65</sup>

O partido tem um papel político e cultural no sentido de tornar-se "de confiança 'democrática' de todas as classes oprimidas" e de convencer "todos os estratos da população de que o proletariado comunista é a classe dirigente na constituição de um novo poder estatal," ou seja, o partido deve "criar as condições em que seja possível que a revolução proletária se identifique com a revolta popular contra o Estado burguês".<sup>66</sup>

É importante salientar que Gramsci identifica momentos ou "tempos" em que se desdobram os acontecimentos históricos, isto é, a revolução enquanto momento de destruição acompanhada da construção das bases de uma nova ordem social e política, mas salienta que tais momentos "não são destacados e independentes; são

---

<sup>64</sup> GRAMSCI, A., Il Consiglio di Fabbrica, 05.06.1920, LN., p. 127.

<sup>65</sup> Nos Cadernos do Cárcere, estas relações são analisadas como relações de hegemonia.

<sup>66</sup> GRAMSCI, A. Due Rivoluzioni. 03.07.1920, LN., p. 138.

momentos de um mesmo processo dialético de desenvolvimento, no curso do qual as relações de causa e efeito se entrelaçam, se transformam e se interferem”.<sup>67</sup>

Desse período é necessário salientar o artigo publicado em dois momentos, por ocasião da ocupação das fábricas, sob o título - *Il partito comunista*, onde Gramsci esclarece que:

- 1) não há esquemas para explicar ou prever o desenrolar de um processo revolucionário. O presente não pode ser comparado ao passado, a não ser por metáfora. Cada situação é única e os resultados criativos não podem sequer ser imaginados, sendo necessário analisá-los em suas relações concretas.
- 2) no processo de luta revolucionária os trabalhadores percebem que, além do inimigo externo, precisam combater um inimigo interno à própria classe, que é a sua forma de pensar, a sua "ignorância, a sua preguiça, a sua maciça impenetrabilidade às intuições rápidas". As questões política e cultural se entrelaçam na compreensão da "dialética da luta de classes", pela qual "em cada consciência o homem novo deverá, em cada ação, combater o 'burguês' emboscado".<sup>68</sup>

A experiência dos Conselhos foi fundamental para a elaboração posterior de uma concepção de partido político, que se esboça na polêmica e no dissenso com Togliatti e se explicita nos **Cadernos do Cárcere**. Um partido com novas características, inovadoras em relação à noção leniniana e que Gramsci remete, em vários momentos, à experiência do período pré-carcerário. Um dos elementos que fazem recordar o

<sup>67</sup> Idem, p. 139. Essa formulação, em nosso entender, é retomada e aprofundada posteriormente, nas noções de “guerra de posição” e “guerra de movimento”.

<sup>68</sup> GRAMSCI, A., *Il Partito Comunista*. 07.09 e 09.10.1920, LN., p. 154-156.

movimento dos Conselhos é a crítica a toda forma de cristalização burocrática e a afirmação de que um partido se constrói e se renova ao longo da história.

c) A noção de revolução na fase de 1924-1926:

Nos escritos de 1924-1926 encontramos a exposição de uma reflexão sobre os desdobramentos do capitalismo em que Gramsci constata a diversidade de situações entre Oriente e Ocidente e reelabora a noção de revolução que desenvolve, mais tarde, nos **Cadernos do Cárcere**. Já em 1924 em carta a Zino Zini,<sup>69</sup> Gramsci descreve a situação russa como um momento de criação de “uma nova vida, de novos costumes, de novas relações sociais” e a compara à realidade italiana para concluir que, “em 1920, não teríamos mantido o poder se o tivéssemos conquistado”,<sup>70</sup> porque faltava aprofundar o modo de pensar e enfrentar os problemas, ou seja, formar uma têmpera robusta, uma força de resistência moral e uma profundidade de sentimentos que são a base de um empreendimento revolucionário.

O fascismo, por sua vez, conseguiu despertar essa força de resistência com a instauração de um cotidiano de violências e abjeções, de tal modo que se podia constatar, na Itália de 1924, “uma situação permanentemente revolucionária, como o czarismo havia gerado na Rússia”. Gramsci acentua que, nesse momento, havia na Itália um ambiente cultural de resistência ao fascismo e, portanto, a possibilidade de

---

<sup>69</sup> Professor, amigo e companheiro de Gramsci. Zini foi colaborador do jornal **L'Ordine Nuovo**.

<sup>70</sup> GRAMSCI, A., Lettere (1908-1926). Viena, 02.04.1924, Torino : Einaudi, 1992, p. 312.

“organizar e concentrar as forças ideais que já existiam”<sup>71</sup> nas massas para retomar a luta revolucionária.

Por outro lado, encontramos nesse período outros documentos que mostram que, embora a situação seja eminentemente revolucionária, algo se diferenciava em relação à Rússia da época do czarismo: era necessário esclarecer a nova correlação de forças geradas no âmbito do capitalismo. Um texto importante para se compreender esse momento e que já prenuncia o caminho que se seguiu nos **Cadernos do Cárcere** é um documento de agosto de 1926, redigido em preparação de uma reunião do Comitê dirigente do partido, intitulado *Un esame della situazione italiana*. Nesse documento Gramsci propõe a discussão de elementos fundamentais para a política italiana como: a tática de frente única, a situação interna do bloco burguês-agrário fascista e a possibilidade de constituir um bloco democrático de esquerda. A reflexão que nos interessa aqui é a que se desdobra na segunda parte do documento em torno da situação internacional, onde Gramsci questiona a abordagem da crise do capitalismo e o que ela significa para o encaminhamento da estratégia revolucionária internacional. E, então, afirma:

A observação que nos países de capitalismo avançado a classe dominante possui reservas políticas e organizativas que não possuía, por exemplo, a Rússia. Isso significa que também as crises econômicas gravíssimas não têm imediatas repercussões no campo político. A política está sempre atrasada e em grande retardo sobre a economia. O aparato estatal é muito mais resistente do que frequentemente se crê e, nos momentos de crise, consegue organizar forças fiéis ao regime mais do que a profundidade da crise poderia deixar supor. Isso se refere especialmente aos Estados capitalistas mais importantes. Nos Estados periféricos como a Itália, a Polônia, a Espanha e Portugal, as forças estatais são menos eficientes. Mas, nestes países, se

---

<sup>71</sup> Idem, p. 313.

verifica um fenômeno que deve ser tomado em máxima consideração. O fenômeno, na minha opinião, consiste em que, nesses países, entre o proletariado e o capitalismo se distende um largo estrato de classes intermediárias às quais querem e, em certo sentido, conseguem conduzir uma política própria, com ideologias que frequentemente influenciam grandes parcelas do proletariado mas que têm uma sugestão particular sobre as massas camponesas.<sup>72</sup>

Esta formação de classes médias, em certos momentos, “tem um caráter radical de esquerda ou, ao menos, se apresentam diante das massas como radicais de esquerda”.<sup>73</sup> Gramsci conclui suas observações dizendo que naquele momento se vivia uma nova fase de desenvolvimento da crise capitalista que apresentava formas distintas nos países avançados e periféricos do capitalismo e que exigia uma reelaboração das estratégias revolucionárias. O problema que ele entendia surgir daí era o da passagem da tática de frente única a uma tática determinada que atuasse na base das forças populares no sentido de uma reorganização do movimento. E, esclarecendo sua posição sobre como se deveria encaminhar a discussão, afirma:

Se não houvesse um certo temor de ouvir gritar ao ordinovismo, diria que hoje um dos problemas mais importantes que se coloca especialmente nos grandes países capitalistas é aquele dos conselhos de fábrica e do controle operário, como base de um novo reagrupamento da classe operária que permitisse uma melhor luta contra a burocracia sindical e adaptar as massas ingentíssimas que estão desorganizadas.<sup>74</sup>

Tratava-se, portanto, de constatar mudanças substanciais na realidade capitalista que exigiam repensar as estratégias de luta revolucionária, mas sem abrir mão da radicalidade dessas lutas com o objetivo da construção do socialismo.

---

<sup>72</sup> GRAMSCI, A., Un esame della situazione italiana. CPC, p. 121-122.

<sup>73</sup> Idem, p. 122.

<sup>74</sup> Idem, p. 123.

Ante a nova conjuntura do capitalismo, bem mais complexa, que conseguia se desenvolver apesar das crises econômicas e que tinha um reforço ideológico nas classes médias, tornava-se necessário pensar e propor novos caminhos de luta revolucionária. Os documentos redigidos por Gramsci entre 1924 e 1926 evocam a experiência ordinovista e dos Conselhos de fábrica, que Gramsci entendia, ainda naquele momento, como o meio privilegiado de organização que possibilitaria manter em pauta a atualidade da revolução. Gramsci reconhecia que a situação política havia mudado profundamente desde os movimentos de 1919-1920, mas acentua que os problemas a resolver permaneciam os mesmos, porém, mais complicados e difíceis, exigindo reconsiderar as formas de luta. Retomar a experiência do jornal *L'Ordine Nuovo* e dos Conselhos de fábrica significava reafirmar a relação entre organização política e formação de uma nova concepção de mundo para fundar um novo Estado.<sup>75</sup>

A conjuntura histórica era diversa em relação ao movimento de 1920, tanto pelas novas características do capitalismo, a formação de classes intermediárias e a ascensão do fascismo, quanto pela atuação dos sindicatos e partidos de esquerda. Qualquer análise política da situação europeia deveria considerar esses elementos, bem como avaliar o papel exercido pelos sindicatos junto à classe operária e o avanço acelerado da “tendência reformista e pacifista” na direção dessas instituições. O reformismo, como na Rússia de 1917, era um complicador a superar e não um caminho alternativo.<sup>76</sup>

---

<sup>75</sup> GRAMSCI, A., Cronache de “L'Ordine Nuovo”, março.1924, LN., p. 162.

<sup>76</sup> GRAMSCI, A., La situazione interna del nostro partito e i compiti del prossimo congresso. Maio.1925, CPC, p. 64. Reformista, aqui, é a designação dada à esquerda socialista, vinculada ao PSI. Nos partidos, essa tendência defende uma atividade voltada ao campo parlamentar.

Essa questão já se colocava em 1924 quando, referindo-se à noção bordighiana de internacionalismo, Gramsci acentuava que a “concepção política dos comunistas russos se formou num terreno internacional e não nacional”; a questão da especificidade nacional se colocava não em relação à Rússia, mas em relação à Europa Central e Ocidental, cujas características Gramsci apresentava do seguinte modo:

Na Europa Central e Ocidental o desenvolvimento do capitalismo determinou não apenas a formação de grandes parcelas proletárias, mas também criou um estrato superior, a aristocracia operária com os seus anexos de burocracia sindical e de grupos social-democratas. A determinação que, na Rússia, era dirigida e lançava as massas no caminho do assalto revolucionário, na Europa Central e Ocidental se complicava por todas essas superestruturas políticas criadas pelo maior desenvolvimento do capitalismo, tornando mais lenta e mais prudente a ação das massas e pedindo, portanto, ao partido revolucionário, toda uma estratégia e uma tática bem mais complexas e de longo fôlego do que as que foram necessárias aos bolcheviques no período de março a novembro de 1917.<sup>77</sup>

Tal situação colocava duas questões fundamentais a resolver e que resultavam tanto na crítica à estratégia do “socialismo em um só país” quanto na reformulação da noção de “revolução permanente”: a primeira questão, que se refere à teoria de Stalin, se desdobra na defesa do internacionalismo como estratégia, mas reconhecendo as especificidades dos países do ocidente para buscar novos caminhos de atuação revolucionária, sempre respeitando a diversidade e a autonomia partidárias. A segunda, que envolve principalmente a leitura de Trotski, desemboca na noção de hegemonia que Gramsci aprofunda já no ensaio sobre a questão meridional e em escritos onde explicita o papel do partido e “das relações que se devem estabelecer entre este e as

---

<sup>77</sup> GRAMSCI, A., *Lettere* (1908-1926). Viena, 09.02.1924, p. 233. Esse tema é retomado nos Cadernos do Cárcere na reflexão em torno da “guerra de movimento” e “guerra de posições”.



massas sem partido, entre o partido e a população em geral”, numa ação que tenha longa vida, sem equívocos, sem mal-entendidos, que tenha “uma organicidade e possa desenvolver-se e se tornar todo o partido”.<sup>78</sup>

Na base dessas reflexões, a tentativa de compreender o dilema que o fascismo gerou na Itália, o dilema “da revolução permanente e da impossibilidade não apenas de mudar a forma do Estado, mas simplesmente de mudar o governo a não ser com a força armada”.<sup>79</sup> Embora reconhecesse que o capitalismo assumia novas formas para continuar a controlar as forças produtivas, Gramsci acreditava que a luta revolucionária continuava atual, apenas deveria ser repensada em suas estratégias, ante a complexidade que assumia a nova sociedade capitalista.

A alternativa que se apresentava viável era a que estava implícita num discurso de Amendola de 1924,<sup>80</sup> em que este sugeria separar a atividade constituinte das atividades legislativas normais para conduzir as reformas ventiladas pelos fascistas. Em 1926, quando a crise capitalista assumia novas características, Gramsci entendia oportuno considerar com atenção a idéia de uma constituinte, como o caminho para superar os impasses colocados pelo fascismo.

A nova conjuntura, que caracterizava “uma nova fase de desenvolvimento da crise capitalista” e assumia formas específicas nos países periféricos, exigia colocar em discussão o papel das classes médias e a proposta de uma “fase intermediária” no processo revolucionário, fase de caráter democrático que possibilitasse às classes

---

<sup>78</sup> GRAMSCI, A., Lettere (1908-1926). Viena, 05.01.1924, p. 160-161.

<sup>79</sup> Idem, p. 162.

<sup>80</sup> Gramsci conclui: “Pode estar contido aí o germen das diretivas políticas da oposição no futuro Parlamento”. In: GRAMSCI, A., Lettere (1908-1926). Viena, 21.03.1924, p. 283.

trabalhadoras recolocar na ordem do dia a tomada do poder. Para todos os países capitalistas se colocava “o problema fundamental da passagem da tática de frente única, entendida em sentido geral, a uma tática determinada”, que colocasse a questão concreta da vida nacional e operasse “sobre a base das forças populares assim como são historicamente determinadas”.<sup>81</sup>

Conforme esclarece Vacca, para Gramsci a “aplicação coerente do bolchevismo deveria compreender uma política interna e internacional da União Soviética conciliável com as vias da revolução mundial”, que se constituiriam a partir das especificidades dos países capitalistas avançados, como alternativas diversas da estratégia russa. O Partito Comunista d’ Italia (PC.DI).<sup>82</sup>, sob a direção de Gramsci, não aceitava a divisão do mundo em dois campos como defendia Stalin e acreditava possível “coordenar a construção do socialismo na Rússia com os desenvolvimentos da revolução proletária nos países europeus”. A tensão que se instaurou entre os italianos e a direção soviética foi herdada por Togliatti, que ocupou a direção do Partido, depois de Gramsci. Os dirigentes do PC.dl. pediam uma política que compreendesse a “*união de autonomia nacional e internacionalismo*”.<sup>83</sup>

Para Paggi, a questão assume uma outra conotação: precisamente porque o elemento econômico já não tinha condições de determinar rupturas políticas relevantes, a nova estratégia deveria se encaminhar no sentido de uma mudança do modo de

---

<sup>81</sup> GRAMSCI, A., Un esame della situazione italiana. CPC., p. 123.

<sup>82</sup> Partito Comunista d’Italia era o nome que designava o Partido Comunista Italiano desde sua fundação.

<sup>83</sup> VACCA, G. Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca. In: GRAMSCI, A. e TOGLIATTI, P. Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca – Il Carteggio del 1926 (a cura di Chiara Daniele). Torino : Einaudi, 1999, p. 148-149. Grifo do autor.

pensar das multidões, ou seja, propondo-se como alternativa política sedimentada em uma mudança cultural, numa consistente formação ideológica. Gramsci tendia, na sua reformulação da noção de revolução, a “recuperar a sua antiga idéia de mudança como criação de uma nova cultura e de uma nova civilização”.<sup>84</sup>

Esses dois elementos constitutivos do conceito gramsciano de revolução, a saber, o internacionalismo vinculado ao respeito às especificidades nacionais e a necessidade de considerar os elementos culturais que interagem num processo político, permeiam os fragmentos dos **Cadernos do Cárcere**. As múltiplas formas de manifestação histórica e cultural de cada povo são significativas e devem ser consideradas em sua particularidade e diversidade dentro de um projeto internacionalista. Num momento em que se delineia o discurso stalinista do “socialismo em um só país”, que implicava em concentrar as forças no desenvolvimento do socialismo na Rússia e em declarar o refluxo da revolução na Europa, Gramsci reconhecia todo um contexto diverso no Ocidente e reelaborava de modo original o conceito de revolução, sempre tendo no horizonte a revolução mundial que, embora exigindo novas estratégias em função das mudanças concretas, continuava a alternativa de luta.

---

<sup>84</sup> PAGGI, L. Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo. Roma : Riuniti, 1984, p. 379-380.

d) O conceito de revolução nos Cadernos do Cárcere:

Nos **Cadernos do Cárcere**, embora redefinido o contexto histórico, o que coloca a noção de revolução em novas bases, a questão cultural não é abandonada e reaparece sempre dialeticamente articulada com a questão econômica e política. Gramsci, como outros intelectuais do início do século, sofreu a influência do idealismo croceano, mas seu pensamento se modificou a partir da atividade política junto aos trabalhadores de Turim, que lhe deu condições de criticar tanto as interpretações especulativas do marxismo derivadas da influência de Croce, quanto as várias posições e tendências marxistas que formavam o corpo teórico do Partido Socialista.

É no âmbito desse debate, no ambiente cultural em que se definiam as várias tendências de esquerda e também no enfrentamento das forças do fascismo que Gramsci constrói a noção de revolução que, nos escritos carcerários, se redimensionou na noção de hegemonia.

É importante salientar que já existem elementos que permitem identificar o conceito de hegemonia nos escritos do período anterior ao cárcere, onde essa noção vem implícita na análise histórica e no conceito de cultura, definido de modo preciso nos escritos de 1916 e 1919. Cultura é:

... organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de uma consciência superior, pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres.<sup>85</sup>

---

<sup>85</sup> GRAMSCI, A., Socialismo e Cultura, 29.01.1916, SG., p. 24.

A cultura como criação histórica, construção da própria personalidade e de uma identidade de classe, tornou-se efetiva na prática dos Conselhos de fábrica, onde o trabalho comum de esclarecimento e educação recíproca visava a criação de uma nova ordem socialista.

Um exemplo da hegemonia permeando a noção de cultura se apresenta na análise da política de Giolitti<sup>86</sup> nos escritos de 1919-1920: no decurso da polêmica já aparece a correlação entre coerção e consenso, este formado pela atuação dos jornais. A análise da relação entre o uso das forças estatais e a divulgação de um discurso unificador visando mobilizar a sociedade em torno dos interesses mais imediatos do setor industrial, já prefigura a noção de hegemonia explicitada nos **Cadernos do Cárcere**. As novas forças que a primeira guerra revelou e desenvolveu são analisadas como correlações de forças, com desdobramentos no florescimento do movimento operário e no nascimento do fascismo.

A referência principal para entender o conceito gramsciano de revolução se encontra nos cadernos 11, 13 e 15, escritos entre 1932 e 1935; neles Gramsci se apoia nos escritos de Marx e Lenin, mas é em Maquiavel que busca elementos para desenvolver o conceito de hegemonia e explicitar o processo de unificação italiana. A leitura de Maquiavel permite a Gramsci desenvolver uma teoria política original, que se efetiva como reinterpretação do marxismo.

---

<sup>86</sup> GIOLITTI, Giovanni (1842-1928). Foi deputado e Primeiro Ministro em mais de uma ocasião; pela sua atuação executiva, colocava a serviço da burguesia industrial todas as forças econômicas do país, tomando medidas que consolidaram e fortaleceram o poder da burguesia setentrional. Giolitti era apoiado pelo **La Stampa**, grande jornal que representava as forças setentrionais.

Conforme Paggi, Maquiavel foi retomado por muitos intelectuais europeus no período entre guerras, entre eles, Croce, em cujos escritos Maquiavel foi tema recorrente. Gramsci se insere no debate teórico de seu tempo, faz parte de um ambiente cultural que o influenciou e que procurou pensar de modo crítico. A leitura gramsciana de Maquiavel se apresenta como um dos pontos de confronto com o pensamento de Croce, porque se desenvolve em uma linha bem diversa e original.<sup>87</sup>

Enquanto outros intérpretes valorizam o poder da força na argumentação de Maquiavel, Gramsci considera o papel das crenças ou da cultura na organização da sociedade, analisando as relações sociais do ponto de vista da contradição: para Maquiavel os mecanismos de exercício do poder se fundam na relação que se estabelece entre forças sociais antagônicas. As dissensões entre as classes sociais (no caso de Roma, povo e aristocracia) não são prejudiciais à vida pública, ao contrário: as leis romanas para instituir e preservar a liberdade de todos nasceram da desunião e do conflito. A raiz do poder em Maquiavel é a força permeada pelo consentimento, condições que são a base da hegemonia para Gramsci. Nos **Cadernos do Cárcere**, ele diz que não só os **Discorsi sulla Prima Deca de Tito Livio**, entendido como o texto que trata do momento do universal e da liberdade, é um tratado sobre a hegemonia, mas também em **O Príncipe** existem referências ao consenso e sua relação com a autoridade e a força.

Essa abordagem permitiu a Gramsci estabelecer uma relação entre Maquiavel e Marx, leitura que, vinculada às reflexões de Lenin, principalmente aquelas que

---

<sup>87</sup> PAGGI, L. Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo. p. 388-394.

encontramos nos documentos de 1922-23 sobre os desdobramentos da experiência revolucionária de 1917, possibilitaram a Gramsci desenvolver o conceito de hegemonia.

Em linhas gerais, a hegemonia se apresenta como dominação econômica que se sustenta na direção política e cultural da sociedade, por meio da estrutura do Estado,<sup>88</sup> entendido por Gramsci como “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente justifica e não só mantém o seu domínio mas consegue obter o consenso ativo dos governados”.<sup>89</sup> O exercício da hegemonia assume conotações diferentes a partir do modo como os grupos sociais se organizam e se relacionam. O conflito, as divergências de opiniões, as contradições sociais, os movimentos por novas relações sociais sempre podem aflorar, porque a hegemonia supõe um campo de correlações de forças. Mas a dominação se consolida no consenso alcançado pela difusão de uma concepção de mundo, isto é, quando os dominados assumem, no seu saber dasagregado, característico do senso comum, o pensar dos dominantes.

Tal conceito implica que se entenda como uma concepção de mundo assumida sem crítica pode atuar como prática de poder no contexto das relações sociais e políticas pelas quais uma classe constrói as bases para o exercício do poder. A formação do consenso, na sociedade capitalista, se apresenta como elemento que

---

<sup>88</sup> Para Leonardo Paggi o conceito gramsciano de hegemonia se funda na experiência russa e na reflexão leniniana de 1921-3, de onde Gramsci retém a necessidade de superação da fase econômico-corporativa para o exercício da função de direção, que significaria, para uma classe, a “possibilidade de superar a satisfação de seus interesses econômicos (particulares) para por-se como elemento propulsor de um desenvolvimento harmônico fundado sobre interesses diversos”; o processo de desenvolvimento econômico, civil e cultural teria como base uma aliança entre as várias classes dominadas, a tornar-se possível pela atuação de um partido operário sem compromisso com nenhum interesse particular dos grupos sociais aliados. PAGGI, L. Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo. p. 32-34.

<sup>89</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 15 (II), par. 10, p. 1765.

possibilita a assimilação orgânica de parcelas de outras classes ao projeto burguês. Essa característica fez da classe burguesa a classe revolucionária do século XIX. Retomando a análise de Marx em **O Manifesto do Partido Comunista** sobre o papel da burguesia na instauração de uma nova ordem social e econômica, Gramsci entende que a tarefa do proletariado enquanto classe revolucionária seja semelhante, com a diferença fundamental de extinguir o aparato de força e fortalecer a sociedade civil, o que significaria a concretização do projeto socialista:

A classe burguesa põe a si própria como um organismo em contínuo movimento, capaz de absorver toda a sociedade assimilando-a ao seu nível cultural e econômico; toda a função do Estado é transformada: o Estado torna-se ‘educador’ etc. (...) A burguesia (hoje) está ‘saturada’: não apenas não se difunde, mas se desagrega; não só não assimila novos elementos, mas desassimila uma parte de si própria (ou ao menos as desassimilações são bem mais numerosas que as assimilações). Uma classe que ponha a si própria como passível de assimilar toda a sociedade e seja, ao mesmo tempo, realmente capaz de exprimir este processo, leva à perfeição essa concepção de Estado e de direito como (instituições) inúteis por terem exaurido a sua tarefa e serem absorvidos pela sociedade civil.<sup>90</sup>

No bojo da noção da hegemonia, o papel da ideologia também se modifica. Nos escritos anteriores ao cárcere a questão da ideologia era tratada no contexto da crítica à democracia liberal e na análise da formação do senso comum. A partir da consideração de novas situações concretas, Gramsci renova a noção marxiana de ideologia ao explicitá-la no contexto do conceito de hegemonia e da necessidade de realizar a crítica à concepção de mundo fragmentada que caracteriza o senso comum.

O senso comum, habituado a entender a realidade a partir de oposições dualistas,

---

<sup>90</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 8 (XXVIII), par. 2, p. 937.



sem compreender e enfrentar as contradições, temeroso ante as incertezas decorrentes de uma mudança radical na estrutura social, sofre o "poder taumatúrgico" da ordem, palavra cuja força contribui para garantir a conservação das instituições políticas. Por meio de metáforas Gramsci procurou mostrar, já nos escritos pré-carcerários, como o senso comum é formado para apegar-se ao presente e às garantias que ele oferece, embora mínimas, negando-se a correr riscos ou a sentir a insegurança ante o desconhecido: é melhor "um ovo hoje que uma galinha amanhã", principalmente porque, "para ter a galinha, é necessário romper a casca do ovo". A imagem da violência e da dilaceração geram o temor que imobiliza.<sup>91</sup>

Essa característica do senso comum tinha correspondência, na política italiana, na atuação do partido socialista, que reduzia a teoria de Marx "a um esquema exterior, a uma lei natural, que se verifica fatalmente fora da vontade dos homens, da sua vontade associativa e das forças sociais que esta atividade desenvolve". Assim, produziam, no âmbito da militância política, um efeito semelhante àquele que as crenças e a visão fragmentada do mundo geravam no senso comum: a inércia, a ação reduzida a um conformar-se com "pequenas conquistas, no antes o ovo hoje do que a galinha amanhã". A política social-democrata tinha, diante da proposta revolucionária, uma atitude semelhante à do senso comum e acabava, na prática, atuando mais para a conservação do sistema instituído do que para a sua mudança.<sup>92</sup>

---

<sup>91</sup> GRAMSCI, A., Tre principi, tre ordini, 11.02.1917, SG., p. 75.

<sup>92</sup> GRAMSCI, A., La Crítica Crítica, 12.01.1918, SG., p. 154; CF., p. 554-558. A crítica gramsciana aos reformistas italianos pode ser comparada à crítica de Rosa Luxemburg à Social-Democracia alemã e esclarece, em larga medida, o papel da social-democracia no âmbito da democracia burguesa, fato que acentua a atualidade do pensamento de Gramsci.

Nos **Cadernos do Cárcere**, a formação do senso comum é parte do exercício da hegemonia, por meio da formação do consenso: as contradições geradas no mundo da produção e a concepção de mundo formada no seio da sociedade civil, na qual prevalecem a cultura e o modo de pensar das classes dominantes traduzem-se, no cotidiano dos trabalhadores, em "contrastes entre o pensar e o agir".<sup>93</sup>

Esse contraste revela a existência de elementos embrionários renovadores que se manifestam na vida diária dos trabalhadores e que estão em contradição com a cultura, a moral e a religião dominantes. Esses elementos só se explicitam no processo de organização política e se tornam fatores importantes para a elaboração de uma nova concepção de mundo coerente e unitária, base para a formação de uma nova ordem social e política.

A noção de Estado também se renova, a partir do significado de sociedade política, que detém os mecanismos de repressão, vinculada à sociedade civil como lugar privilegiado de formação do consenso e de difusão da concepção de mundo das classes dominantes entre todas as camadas da população. Sociedade política e sociedade civil não podem ser entendidas como instâncias dicotômicas e que por elas se separe a coerção do consenso: entre sociedade política e sociedade civil há uma integração dialética de funções. A noção gramsciana de Estado inclui em sua estrutura a sociedade civil e é por meio da articulação entre coerção e consenso que o Estado dirige a sociedade e concretiza o seu papel "educador", realizando a hegemonia da burguesia, de modo que falar da construção de um projeto socialista por etapas, no

---

<sup>93</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 11 (XVIII), par. 12, p. 1378-9.

interior da sociedade civil, opondo-a à sociedade política, significa refletir e atuar no contexto da estrutura de dominação vigente, sem conhecer e questionar sua natureza.

Ao reformular a noção de Estado Gramsci também desloca e amplia a questão da luta de classes, mostrando que ela é muito mais que um conflito de interesses entre classes que se opõe no âmbito econômico, mas possui um aspecto cultural do qual se realimenta. A configuração da dominação político-ideológica torna-se, nesse contexto, muito mais complexa e intrincada porque as relações de poder e as contradições se engendram em todos os pontos da sociedade, entendida em seu conjunto como a vida estatal. É na sociedade civil que as classes trabalhadoras devem se organizar na luta hegemônica, mas sem esquecer que qualquer estratégia de luta no interior da sociedade civil deve ter em vista a tomada do poder ou a desestruturação do Estado em sua totalidade.

A sociedade civil é o espaço onde se concretizam as relações hegemônicas pela veiculação de um modo de pensar que delimita o horizonte de compreensão da realidade. Essa difusão se faz de modo contínuo e, à medida que um modo de pensar vai sendo assimilado sem crítica, permeia as manifestações culturais das classes dominadas e induz um sentimento de resignação diante da ordem existente. Trata-se de uma concepção de mundo que passa a fazer parte da vida e do conjunto das manifestações populares tendo, portanto, um caráter político e ideológico.

Na verdade, submeter-se às “evidências” do senso comum é uma das alternativas. Outra, a que se traduz na organização política, supõe a crítica e a superação do senso comum e a elaboração de uma nova concepção de mundo, base para a afirmação da personalidade e de um projeto político de classe. A sociedade civil apresenta-se, assim,

como o lugar onde se podem elaborar formas de resistência ao projeto hegemônico em vigor, no trabalho de subverter o consenso. Passar do senso comum à filosofia ou fazer uma leitura crítica das relações vividas implica superar o momento corporativo para atingir o momento ético-político.

Nesse contexto, pensar a luta pela hegemonia como um processo por etapas, que se caracterizaria primeiro em conquistar a direção cultural e depois o poder político, cindindo sociedade civil de sociedade política, significa desconhecer a natureza do Estado.

Tendo como pressuposto que a luta das classes dominadas é por uma “nuova civiltà”, base para a fundação de um novo Estado, que a hegemonia se realiza por meio da sociedade política e da sociedade civil, sendo que a primeira não é apenas constituída por mecanismos de coerção, assim como a segunda não detém apenas a função ideológica e da formação do consenso, não é possível falar da contrução de um projeto socialista no interior da sociedade civil contra a sociedade política.

Esta característica abrangente do Estado torna a luta política muito mais complexa e acentua a importância da formação cultural para a realização de um projeto revolucionário. A conquista da direção cultural pela formação de um pensar autônomo se concretiza por meio da organização política no processo de luta pela superação da economia e da democracia burguesas, na formação de um novo Estado.

Nesse processo, o conhecimento da conjuntura e do papel das forças em luta pode ser fundamental para a concretização de um projeto político. A importância de uma consciência clara das condições da luta político-ideológica aparece nas análises do Risorgimento italiano, onde Gramsci acentua que “na luta Cavour-Mazzini, na qual

Cavour é o expoente da revolução passiva – guerra de posição e Mazzini da iniciativa popular – guerra de movimento”, ambos são indispensáveis na mesma medida e o resultado da ação decorre do equilíbrio dessas duas forças em correlação.<sup>94</sup> Mas Cavour demonstrou possuir maior clareza da situação, fato que lhe possibilitou definir os caminhos do processo político.

Os desdobramentos da luta política, bem como os seus resultados dependem, em grande medida, da clareza que as classes sociais em luta apresentem, não apenas de sua tarefa histórica mas também do papel que o adversário desempenha e defende, ou seja, os termos da luta se traduzem na “relação dialética entre as forças subjetivas” em confronto, o que significa dar relevância ao papel do intelectual, porém, sem reduzir a questão a termos morais ou subjetivos, mas abordando-a em seu contexto histórico e político.<sup>95</sup>

Gramsci procura mostrar que em outros momentos, como na França de 1830 (Orleans) ou nos desdobramentos de 1789 (ascensão de Napoleão), pode-se perceber a “ausência, nas forças radicais populares, de uma consciência das tarefas da outra parte”, o que impediu a essas classes “de ter plena consciência de sua própria função” e de avaliar a conjuntura histórica e, conseqüentemente, influir no equilíbrio final das forças, de modo a “determinar um resultado mais avançado no sentido do progresso e

---

<sup>94</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 15 (II), par. 11, p. 1767-1768. Cavour e Mazzini foram os líderes do movimento que se constituiu no processo de unificação italiana: a revolução burguesa de 1870, denominada Risorgimento.

<sup>95</sup> “Que a ‘clareza’ intelectual dos termos da luta seja indispensável é pacífico, mas esta clareza é um valor político enquanto se torna paixão difusa e é a premissa de uma forte vontade”. GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 15 (II), par. 25, p. 1781-2.

da modernidade”.<sup>96</sup> Assim, em eventos históricos concretos, Gramsci identifica o “problema teórico de como deve ser compreendida a dialética” descrita por Marx em *Miséria da Filosofia*.<sup>97</sup>

A análise das forças que atuaram no Risorgimento é estendida a outras situações como, por exemplo, o fascismo, enquanto “a ‘forma’ de revolução passiva própria do século XX, como o liberalismo o foi do século XIX”.<sup>98</sup> Não etapas, mas processo orgânico, dinâmico, em que as “forças subjetivas”, a consciência clara das forças em luta, têm um papel relevante no processo político.

Não se trata de valorizar o papel da vontade, mas de acentuar a relação dialética entre as “condições objetivas” e as “forças subjetivas” e seu papel histórico, para salientar a interrelação entre o econômico, o político e o cultural no curso da luta hegemônica e no conceito de revolução que a desencadeia. A consciência clara do encadeamento de meios e fins se produz no decurso do processo e não antes. Acentuar essa relação significa, no contexto do marxismo, posicionar-se contra as tendências economicistas e mecanicistas, como as que prevaleceram na União Soviética com a ascensão de Stalin.

A crítica às interpretações mecanicistas tem desdobramentos políticos que implicam uma coincidência entre meios e fins, conforme um parágrafo escrito entre 1932 e 1935:

---

<sup>96</sup> GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 15 (II), par. 15, p. 1773-4.

<sup>97</sup> GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 15 (II), par. 11, p. 1768. Cada membro da oposição dialética deve procurar entender o conjunto de relações e lançar-se ao confronto com todas as suas forças para buscar a superação real.

<sup>98</sup> GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 8 (XXVIII), par. 236, p. 1089.

Convicção cada dia mais enraizada que, não menos que a iniciativa, conta o controle de que a iniciativa se efetive, que meios e fins coincidam perfeitamente (se bem que não se deva entender o caso materialmente) e que se pode falar de querer um fim somente quando se sabe predispor com exatidão, cuidado, meticulosidade, os meios adequados, suficientes e necessários (nem mais nem menos, nem alguém nem além da mira). Convicção também enraizada que, já que as idéias caminham e se efetivam historicamente com os homens de boa vontade, o estudo dos homens, de suas escolhas, a verificação de suas ações é tão necessário quanto o estudo das idéias, etc. Por isso, qualquer distinção entre o dirigir e organizar (e no organizar está compreendido o ‘verificar’, o controlar) indica um desvio e freqüentemente uma traição.<sup>99</sup>

Tal afirmação implica tanto a geração de mecanismos que possibilitem a ampla participação da sociedade no processo de decisão política (o que se deduz da necessidade de controle e verificação), quanto a compreensão do movimento histórico em que se concretizam os fins com a aplicação de meios “adequados, suficientes e necessários”, escolhidos com meticulosa atenção.

A possibilidade e a necessidade de conceber a realidade como processo, sem desvincular a filosofia da política e da economia, que é a característica da dialética marxiana, permite a crítica de um momento concreto para salientar a crise orgânica que o perpassa.

A dinâmica interna da estrutura social dificulta inclusive o trabalho dos historiadores em delimitar épocas e descrever movimentos: a Revolução Francesa, por exemplo, completou-se em Valmy ou com Napoleão III? Para Gramsci, “as contradições internas da estrutura social francesa que se desenvolveram depois de 1789 encontraram a sua relativa composição somente com a terceira república”. Considerando o período que se estende até 1870, Gramsci reinterpreta um texto de Marx que dá margem a uma leitura

---

<sup>99</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 14 (I), frag. 75, p. 1743.

mecanicista da realidade e procura mostrar como se chocam as forças de conservação e de renovação no desdobramento “do movimento orgânico e do movimento de conjuntura da estrutura”, num processo que se pode chamar de revolução permanente.<sup>100</sup>

A abordagem da história do Risorgimento tem em vista explicitar a noção de revolução tanto no contexto da formação e desenvolvimento do Estado moderno italiano, quanto das implicações contemporâneas da linha estratégica da revolução burguesa italiana. A questão de fundo da análise do Risorgimento é a comparação com a noção de “revolução permanente”, conforme a proposição de Trotski, para refletir sobre as duas formas de revolução que caracterizaram a história moderna até a primeira guerra mundial: a “revolução passiva” (com características de via prussiana) e a formulação jacobina de 1948-49, que foi “retomada, sistematizada, elaborada, intelectualizada pelo grupo Parvus-Bronstein” e aplicada “de fato” pelos que souberam entender e aderir à história concreta e realizar a revolução ou a “aliança de dois grupos sociais com a hegemonia do grupo urbano”,<sup>101</sup> ou seja, por Lenin e por todos os que

---

<sup>100</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 17, p. 1582; antes em Quaderni del Carcere, 4 (XIII), p.456-457, que apresenta a primeira elaboração do texto, retomado e reescrito no Caderno 13. Gramsci reelabora os dois princípios que Marx especifica no Prefácio à Crítica da Economia Política, de 1859; Conforme Claudia Mancina em: MANCINA, C. Rapporti di forza e previsione: il gioco della storia secondo Gramsci. In: **Critica Marxista**, 1980, n. 5, p, 41-42, as mudanças introduzidas por Gramsci no enunciado de Marx – no lugar de “condições materiais”, “condições necessárias e eficientes” e em vez de “forças produtivas” a noção mais ampla: “formas de vida” – se fazem não tanto no sentido de alterar a relação hierárquica entre estrutura e superestrutura, mas principalmente no sentido de ampliar os aspectos da realidade a examinar para a análise das relações de força em determinado período. Em nosso entender, a ampliação do âmbito da realidade a considerar rompe com a “relação hierárquica” entre estrutura e superestrutura e acentua a dialeticidade dos termos em interação.

<sup>101</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 19 (X), par. 24, p. 2034.



com ele se empenharam na realização da Revolução de 1917. A questão subjacente a essa reflexão de Gramsci se vincula às circunstâncias históricas concretas e específicas do sistema capitalista pós 1917, que exigiam a redefinição de estratégias e linhas de ação.

A realidade do pós-guerra demonstrou o quanto o tecido social no Ocidente havia mudado, colocando a necessidade de uma reavaliação dos conceitos até então utilizados para a compreensão do processo histórico, entre eles, a própria noção de “revolução permanente”. O problema que já havia sido levantado em 1926 em relação à teoria de Lenin, é retomado na reflexão em torno das noções de “guerra de movimento” e “guerra de posições”.

Esses conceitos explicitam a noção de revolução e visam dar conta da complexidade do Estado moderno, da necessidade de engendrar o processo revolucionário no bojo da sociedade capitalista constituída e consolidada, bem como da situação específica da Itália com a consolidação do fascismo.

O conceito “guerra de posições” refere-se à conquista do consenso no âmbito da sociedade civil como base de qualquer conquista da hegemonia; a “guerra de movimento” é a estratégia do ataque frontal e da tomada do poder, como aconteceu com o jacobinismo e o movimento de 1917. A primeira implica a existência de uma ampla e complexa organização da sociedade civil que sirva de base (cultural, hegemônica) à sociedade política; a segunda ocorre quando esta base é inexistente e o novo Estado deve criar condições para o seu surgimento.

Não se trata, para Gramsci, de duas situações opostas ou excludentes. São momentos que devem ser encaminhados em um processo dialético de compreensão e

enfrentamento da luta política. Na base dessa relação, o entendimento de que as formas de hegemonia não possuem o mesmo conteúdo e supõe a consideração das especificidades históricas, da estrutura do Estado e da interrelação entre o econômico, o social e o cultural, que caracterizam as sociedades ocidentais.

Acontece na arte política o que acontece na arte militar: a guerra de movimento torna-se sempre mais guerra de posição e se pode dizer que um Estado vence uma guerra enquanto a prepara minuciosamente e tecnicamente em tempo de paz. A estrutura maciça das democracias modernas, seja como organizações estatais ou como complexo de associações na vida civil, constituem para a arte política como as “trincheiras” e as fortificações permanentes do fronte na guerra de posição: *essas exprimem apenas ‘parcialmente’ o elemento do movimento que antes era ‘toda’ a guerra, etc.*<sup>102</sup>

A complexidade da estrutura do Estado moderno, a maior autonomia da sociedade civil em relação à sociedade política, bem como a expansão do mercado mundial, exigem uma nova tática política denominada por Gramsci de “hegemonia civil”. Muito se tem escrito visando explicitar o sentido desse conceito. O que sugere esse conceito é uma revisão dos métodos revolucionários que considere a complexidade e a relativa autonomia da sociedade civil no período posterior a 1870, para retomar o movimento revolucionário.

O que se depreende do texto gramsciano é que, ao refletir sobre a “hegemonia civil”, Gramsci está buscando alternativas para o movimento operário europeu, ao mesmo tempo em que está fazendo a crítica às políticas autoritárias (crítica aplicável tanto ao fascismo quanto ao stalinismo): se deve abolir o “cadornismo político” e ainda

---

<sup>102</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 7, p. 1566-1567 (grifo meu).

“estudar em profundidade” os novos elementos da sociedade civil que “correspondem ao sistema de defesa” na guerra de posições. Esses elementos são ideológicos e “não são destruídos apenas porque explicados ‘realisticamente’, como se fossem superstições populares” (novamente a crítica a determinadas interpretações abstratas e mecanicistas do marxismo-leninismo). A questão de fundo é cultural, ou seja, a formação de uma nova concepção de mundo que torne as classes dominadas, que fazem parte da sociedade civil, capazes de sustentar um movimento revolucionário depois da tomada do poder. E Gramsci lembra que Trotski foi um dos primeiros a alertar para o problema da mudança estrutural da sociedade capitalista, que exigiria uma revisão das táticas políticas,<sup>103</sup> assim como Lenin, num de seus últimos discursos.

Ligada à noção de “guerra de posições” temos o conceito de “revolução passiva”, que permite entender a nova forma adotada pela política burguesa em determinados momentos da história, não tanto para conquistar, mas para restaurar sua hegemonia. Esse conceito não só permite aprofundar a crítica ao discurso burguês sobre o Estado, como serve para compreender a idéia de democracia burguesa e de participação das massas na constituição do poder burguês.

Nesse conjunto, a “guerra de posições” assume dois sentidos: se apresenta como oposição interna diante das novas formas de controle das massas e de exercício da hegemonia, com o objetivo de abalar o conjunto dessa estrutura. Pode também ser entendida como um instrumento de poder das classes burguesas para a restauração ou reorganização do poder e da economia capitalista (como revolução-restauração, que se

---

<sup>103</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 24, p. 1616.

caracterizaria por um processo de mudanças no interior das relações de poder sem grandes traumatismos sociais).

O conceito de “revolução passiva” pode ser entendido como um método de trabalho onde:

A cautela expositiva que privilegia hipóteses interpretativas com relação a esquemas generalizantes, induzem a individualizar um procedimento circular: de um fenômeno definido a um paradigma interpretativo mais geral que, por sua vez, deve ser verificado concretamente à luz de exemplificações históricas específicas.<sup>104</sup>

A dialética entre conservação e inovação, que permeia o conceito de “revolução passiva” e que, na linguagem moderna pode traduzir-se em “reformismo” assumido como programa, é um mecanismo político das sociedades modernas, onde as organizações internas tornam-se mais complexas e o exercício do poder implica a formação do consentimento de grandes massas, a “guerra de movimento transforma-se cada vez mais em guerra de posição”. Não se pode dizer, porém, que “guerra de movimento” e “guerra de posições” sejam mecanismos que se excluam ou sejam tomados independentemente por Gramsci.<sup>105</sup>

A “guerra de posições” é uma estratégia ofensiva das classes trabalhadoras no ocidente para romper com as relações de hegemonia vigentes e realizar seu projeto socialista, o que supõe uma combinação das duas estratégias, numa dialética em que não tem lugar o reformismo,<sup>106</sup> porque este levaria a uma absorção das massas no

<sup>104</sup> MANGONI, L. Rivoluzione passiva. In: Gramsci: le sue idee nel nostro tempo. Roma, Editrice l'Unità, 1987, p. 129.

<sup>105</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 24, p. 1613-1616 e p. 1578-1589.

<sup>106</sup> Aqui no sentido de mudanças graduais, realizadas na sociedade civil contra a sociedade política..

processo democrático representativo. Gramsci tinha no horizonte de reflexão a possibilidade de construção de um projeto socialista.

e) A crítica à democracia liberal:

Os **Cadernos do Cárcere** são de difícil leitura e interpretação, não apenas pelas circunstâncias em que foram escritos, mas por apresentarem uma teoria política inovadora, tanto em relação à teoria leniniana quanto ao pensamento de Marx, transformado a partir de sua relação com Maquiavel.

Nos escritos pré-carcerários Gramsci acentuava que as afirmações do liberalismo eram o ideário que correspondia aos objetivos da burguesia, que ela tendia a concretizar no Estado burguês. Junto ao proletariado essas idéias tinham um papel mistificador, de modo que precisavam ser questionadas e desmistificadas porque significavam "sacrifício das próprias necessidades, da própria personalidade, da própria combatividade".<sup>107</sup>

Nos Cadernos essa concepção é reafirmada e ampliada na crítica à "utopia democrática": a democracia burguesa se sustenta à medida que o modelo utópico que a alimenta funciona como invólucro e simulacro de uma realidade social cujo conteúdo é a desigualdade.

---

<sup>107</sup> GRAMSCI, A., Tre principi, tre ordini, SG., p. 74-75.

Um dos fragmentos onde esse tema é tratado explicitamente liga o nascimento do direito moderno ao surgimento e desenvolvimento da desigualdade e acentua que:

o direito não exprime toda a sociedade, mas a classe dirigente, que 'impõe' à toda a sociedade aquelas normas de conduta que estão mais ligadas à sua razão de ser e ao seu desenvolvimento. A função máxima do direito é esta: de pressupor que todos os cidadãos devem aceitar livremente o conformismo assinalado pelo direito enquanto todos possam tornar-se elementos da classe dirigente.<sup>108</sup>

Em outro fragmento, tratando da historicidade da filosofia da praxis, Gramsci se refere à expectativa cristã de espelhar-se em Deus como utopia, isto é, não realizável neste mundo, mas em outro, acentuando que "as idéias de igualdade, liberdade e fraternidade fermentam entre os homens, que não se vêem nem iguais, nem irmãos de outros homens, nem livres em face deles". De modo que, "em toda sublevação radical das multidões, de um modo ou de outro, sob formas e ideologias determinadas, estas reivindicações foram colocadas".<sup>109</sup>

Entre os limites da democracia liberal está o seu vínculo visceral com a estrutura do capitalismo, que ela não questiona, ao contrário, mistifica. Gramsci procurou esclarecer como a concepção liberal se consolidou a partir de um discurso que separa de modo

<sup>108</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 6 (VIII), par. 98, p. 776.

<sup>109</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 11 (XXVIII), par. 62, p. 1488. Essa argumentação lembra a Questão Judaica, que Gramsci traduziu no cárcere; nesse ensaio Marx dizia que o Estado liberal desempenha um papel mediador como o de Cristo na religião, constituindo-se como universalidade acima dos elementos particulares; dessa forma, o "Estado político é, em relação à sociedade civil, tão espiritualista como o céu em relação à terra e o homem, despojado de sua vida real, é o "membro imaginário de uma soberania imaginária". (MARX, K., A Questão Judaica, Cadernos Ulmeiro, n. 10, 1978, p. 18-21) O utópico, porém, não tem apenas um sentido negativo, mas se apresenta também como tudo que motiva e impulsiona a ação; neste sentido, Gramsci prefere empregar o termo *fantasia criadora* ou, ainda, *fantasia concreta*.

dicotômico a estrutura da superestrutura, a sociedade civil da sociedade política quando, na verdade, essas instâncias se entrelaçam, se implicam reciprocamente e interagem dialeticamente.

A concepção liberal, ao separar mecanicamente o econômico do político-ideológico, criou um instrumento mistificador que se constituiu historicamente em sua força política, tanto que o discurso mecanicista de esquerda, principalmente no movimento sindical, acabou por entender que as mudanças se desencadeiam a partir do econômico. Gramsci acentua que nenhum equilíbrio de forças se rompe por causas mecânicas imediatas, mas sim pelo papel que os problemas econômicos imediatos desempenham no seu entrelaçamento com o ideológico no âmbito dos conflitos políticos, que se manifestam como “exasperação dos sentimentos de independência, de autonomia e de poder”. Se pode separar as instâncias para análise, “por razões didáticas”, mas a realidade é sempre mais complexa e precisa ser abordada como um conjunto orgânico de relações de força.<sup>110</sup> Ao dissociar sociedade política de sociedade civil e gerar a crença de que a primeira cuida das coisas públicas e a segunda se constitui como o espaço do privado, oculta-se o verdadeiro papel do Estado e os mecanismos de dominação que se concretizam por meio das relações de livre mercado.

A crítica gramsciana ao economicismo<sup>111</sup> (tanto liberal quanto o que orienta a política sindical de esquerda) consiste em mostrar que existe na base desse movimento

---

<sup>110</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 17, p. 1587 Esses escritos correspondem ao período de 1933-1934.

<sup>111</sup> Conceito utilizado por Lenin para referir-se ao movimento social-democrata russo que separava as lutas políticas das lutas econômicas; Gramsci se refere ao economicismo como um movimento teórico em defesa do livre mercado, estendendo-o tanto ao liberalismo quanto à derivação desse movimento no chamado sindicalismo teórico, ligado à política social-democrata.

um erro teórico que se constitui em separar “sociedade política e sociedade civil, cuja distinção metódica é transformada e apresentada como distinção orgânica”, para então afirmar “que a atividade econômica é própria da sociedade civil e que o Estado não deve intervir na sua regulamentação”. Porém, considerando-se que, “na realidade efetiva sociedade civil e Estado se identificam”, também esta forma de relação econômica se efetiva por meio do Estado, “introduzida e mantida por via legislativa e coercitiva”. Ao recorrer a esses pressupostos o sindicalismo teórico atua no sentido de manter as classes subalternas no seu nível primitivo de compreensão das relações sociais e políticas, de modo a não superar a fase econômico-corporativa. Na prática, sacrifica a independência e a autonomia do grupo subalterno que diz representar à “hegemonia intelectual do grupo dominante”.<sup>112</sup> Em geral, o economicismo, na forma que assume na política de esquerda, leva a filosofia da praxis a “perder parte de sua expansividade cultural” na esfera dos grupos intelectuais, embora conquiste espaço mais facilmente entre as massas populares; por tudo isso, é necessário combatê-lo tanto na teoria quanto na prática.<sup>113</sup>

Na crítica ao economicismo Gramsci mostra que a transformação da política em um “jogo de ilusões e de prestidigitação” não é própria apenas do liberalismo, mas também de uma interpretação economicista da filosofia da praxis, que reduz a “atividade ‘crítica’ a revelar truques, a suscitar escândalos”, a fazer as contas visando os interesses imediatos dos que estão no poder.<sup>114</sup>

---

<sup>112</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 18, p. 1590.

<sup>113</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 18, p. 1595.

<sup>114</sup> Idem, *ibidem*.



No âmbito da idéia de igualdade, que sustenta a democracia burguesa, Gramsci rebate argumentos da imprensa fascista que diminui o valor da prática do sufrágio universal, a partir da crença comum de que o número seja a “lei suprema” e a expressão da vontade comum, que se traduziria na quantidade como garantia da qualidade e da igualdade de representação. Contra esse argumento dos que desejam suprimir o estreito limite de liberdade política que existe no contexto da democracia burguesa, Gramsci afirma que de modo algum é verdadeiro que “o número seja a ‘lei suprema’ nem que o peso da opinião de cada eleitor seja exatamente igual”. Em qualquer caso em que se empregue a estatística, os números têm apenas um valor instrumental e possibilitam uma margem de medida para mostrar a correlação de forças em um dado momento político.<sup>115</sup>

O que se mede é a “capacidade de expansão e de persuasão” de um grupo político, elites ou vanguardas. O peso de cada opinião singular não é exatamente igual pois as opiniões não nascem nas cabeças das pessoas como se caíssem do céu, mas são formadas a partir de um “centro de formação, de irradiação, de difusão, de persuasão de um grupo” que elaborou e apresentou um programa político. Os votos são “a manifestação terminal de um longo processo”<sup>116</sup> em que se empenham as forças políticas (e econômicas, que sistematicamente falsificam o consenso numérico).

No fundo, a noção de igualdade numérica que sustenta o sufrágio universal na democracia burguesa gera, por um lado, a ilusão de participação igualitária no sistema representativo, ilusão que serve para manter uma prática mistificadora (falsificada pelo

---

<sup>115</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 30, p. 1624.

<sup>116</sup> Idem, p. 1625.

poder econômico) e, por outro, pode servir também como argumento para tolher ao homem comum “aquela infinitésima fração de poder que ele possui no decidir sobre o curso da vida estatal”.<sup>117</sup>

Na verdade, ao procurar mostrar os limites do parlamentarismo fundado na idéia de igualdade numérica, Gramsci pretende entender seus fundamentos: a base do sistema representativo moderno está na formação da opinião pública no seio da sociedade civil. Esse é o espaço de enfrentamento político. Na sociedade capitalista o poder econômico pode determinar o processo de decisão agindo no âmbito da formação de opinião, tanto que os grupos dominantes se empenham em controlar os meios de comunicação, instrumentos privilegiados de divulgação e persuasão. A desigualdade econômica torna a luta política desigual. Daí a importância da cultura no contexto de um projeto político.

Portanto, ao mostrar os limites do parlamentarismo no interior da democracia burguesa Gramsci não se manifesta contra esse sistema de representação, mas entende que sua função e ação se ampliariam em uma nova ordem social. Embora acentue em alguns fragmentos que, na Itália, a atuação de políticos como Giolitti geraram o descrédito do parlamentarismo, a questão principal é que, para Gramsci, o parlamentarismo não esgota a função representativa:

Mesmo admitindo que o parlamentarismo tornou-se ineficiente e até danoso, não se pode concluir que o regime burocrático deva ser reabilitado e exaltado. É necessário ver se parlamentarismo e regime representativo se identificam e se não é possível uma solução diversa tanto do parlamentarismo quanto do regime burocrático, com um novo tipo de regime representativo.<sup>118</sup>

---

<sup>117</sup> Idem, p. 1624-1625.

<sup>118</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 14 (I), par. 49, p. 1708.

Gramsci procura pensar em um tipo de regime representativo e de partidos que funcione como um mecanismo idôneo de escolha e controle dos representantes de modo a impedir qualquer possibilidade de cristalização burocrática. Um instrumento de representação que se estruture em programas claros e definidos que determinem os objetivos e limites de cada mandato. Tal situação só poderia ser pensada pressupondo-se um novo conceito de democracia.<sup>119</sup>

Para explicitá-lo, é preciso ter claro que a sociedade civil faz parte da estrutura estatal. É o pensamento liberal que identifica Estado e governo e faz da sociedade política a guardiã da propriedade privada, dos contratos e de toda a legislação referente ao controle do trabalho o que, para Gramsci, representa a forma econômico-corporativa das relações de poder. A sociedade política como instância do público e do técnico militar, separada e oposta à sociedade civil enquanto lugar por excelência dos interesses privados, serve como instrumento político para manter a ordem de dominação burguesa a partir do consenso dos dominados. Aceitar como pressuposto que a sociedade civil se opõe à sociedade política ou reduzir o conflito de classes ao confronto econômico significa refletir (e consequentemente atuar) no âmbito da institucionalidade burguesa e de seus mecanismos de dominação, diluindo os conflitos de classe.

A importância da relação entre política e cultura no texto de Gramsci se liga ao fato de que é necessário elaborar um pensamento autônomo, porque este é o caminho que possibilita romper os limites impostos por uma visão de mundo concretizada no bojo da

---

<sup>119</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 7 (VII), par. 102, p. 928-929.

institucionalidade capitalista e retomar as bases reais da luta revolucionária, que são os antagonismos de classes.

A dicotomia entre Estado e sociedade civil no texto gramsciano permitiu subtrair e até suprimir as contradições de classes para falar da busca de um consenso no âmbito da sociedade civil. O projeto gramsciano perdeu, assim, a sua originalidade e pôde ser transformado num instrumental de absorção das classes dominadas ao projeto hegemônico da burguesia: a luta das classes trabalhadoras foi transformada em “conquista de posições” no interior do Estado burguês (e, na seqüência, essa conquista foi reduzida à luta pela simples cidadania burguesa) e a revolução enquanto tomada do poder deixou de fazer parte das estratégias políticas. Confundiu-se reformas lentas e graduais com processo de transformação a longo prazo, como se a estrutura capitalista não tivesse a força e a capacidade de absorver crises e tirar proveito de pequenas mudanças. Desconheceu-se o alerta do próprio Gramsci e se criou uma situação semelhante à “conquista por etapas” que Gramsci superou com sua teoria política.

Salientar que o Estado, para Gramsci, tem uma outra natureza que aquela do Estado liberal, permite explicitar o significado de um Estado socialista como autogoverno dos produtores que, nos **Cadernos do Cárcere**, é denominado “sociedade regulada”. A conquista do Estado, assim como para Marx, implica a superação da democracia burguesa, a transformação das instituições e a criação de novos instrumentos de participação política.

A noção de democracia assume um novo sentido em Gramsci a partir das reflexões sobre a hegemonia no contexto do novo Estado que se pretende fundar com o socialismo. Nesse contexto, a democracia deve ser entendida como um processo

político, econômico e cultural em que exista uma “unidade ativa, vivente”, entre povo e dirigentes. Esta unidade, que sempre faltou na Itália, aponta para um novo sentido do consenso, a alcançar no movimento operário a partir da participação efetiva das classes trabalhadoras.<sup>120</sup>

Encontra-se uma série de fragmentos em que Gramsci procura questionar os pressupostos da democracia burguesa e refletir sobre as condições necessárias para uma nova democracia. Um dos elementos básicos está em atuar de modo que a organização política “favoreça a passagem (molecular) dos grupos dirigidos ao grupo dirigente”.<sup>121</sup> A questão de fundo é saber se o objetivo político que um movimento se coloca é o de superar a separação milenar entre dirigentes e dirigidos ou conservá-la em benefício do grupo no poder. Conhece-se bem o fragmento em que Gramsci acentua esse pressuposto como condição de um projeto socialista:

Se quer que existam sempre governados e governantes ou se deseja criar as condições em que a necessidade da existência dessa divisão desapareça? Ou seja, se parte da premissa da perpétua divisão do gênero humano ou se acredita que a divisão seja apenas um fato histórico, correspondente a certas condições?<sup>122</sup>

A questão política envolve, aqui, uma interrogação filosófica que traz implícita toda a reflexão gramsciana sobre a filosofia da praxis, o que não é indiferente, porque a noção gramsciana de revolução implica a concepção de cultura. Torna-se evidente que a democracia liberal, a partir de seus pressupostos, não pode superar a divisão entre governantes e governados, a não ser formalmente.

---

<sup>120</sup> GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 14 (I), par. 72, p. 1740.

<sup>121</sup> GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 8 (XXVIII), par. 191, p. 1056.

<sup>122</sup> GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 15 (II), par. 4, p. 1752.

A democracia, para Gramsci, se concretiza na “sociedade regulada” que, conforme ele próprio esclarece, não pode ser confundida com Estado-classe, a não ser por metáfora.<sup>123</sup> Lembrando que a idéia de “sociedade regulada” já está presente nas noções de “Estado-ético ou sociedade civil” enquanto “Estado sem Estado”, a “sociedade regulada” se caracteriza como um momento em que o “Estado se identificará com a sociedade civil” que, para ser alcançado, supõe “passar por uma fase de Estado-guardião noturno, isto é, uma organização coercitiva que tutelar o desenvolvimento dos elementos de sociedade regulada em contínuo incremento e, portanto, reduzindo gradativamente as suas intervenções autoritárias e coercitivas”. E Gramsci salienta que “tal situação não pode fazer pensar em um novo ‘liberalismo’, embora seja para ser o início de uma era de liberdade orgânica”.<sup>124</sup>

Gramsci entendia que “as classes subalternas, por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não possam tornar-se ‘Estado’: a sua história, portanto, está entrelaçada àquela da sociedade civil, é uma função ‘desagregada’ e descontínua da história da sociedade civil”.<sup>125</sup> Ocorre que o processo de organização política das classes trabalhadoras deve se efetivar no interior e contra a ordem burguesa, como recusa ao economicismo e construção do momento ético-político, que o próprio modelo democrático liberal não pode alcançar. Ora, essa compreensão da situação das classes

---

<sup>123</sup> “Enquanto existe o Estado-classe não pode existir a sociedade regulada, a não ser por metáfora”. (...) Os utopistas o compreendiam muito bem e “introduziam a igualdade econômica como base necessária da reforma projetada” e, neste sentido, “não eram utópicos mas concretos cientistas da política e críticos congruentes”. GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 6 (VIII), par. 12, p. 693.

<sup>124</sup> GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 6 (VIII), par. 88, p. 764.

<sup>125</sup> GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 25 (XXIII), par. 5, p. 2288.

subalternas no contexto da sociedade capitalista, aliada à natureza do Estado e à crítica aos limites da democracia liberal, mostram a necessidade de repensar todo o processo de luta política por uma nova ordem social e por uma nova civilização.

Gramsci se apresenta hoje, nas novas leituras dos Cadernos, como um severo crítico do stalinismo. Por outro lado, a crítica ao liberalismo, que no texto citado acima vem acompanhada com a definição da sociedade regulada como “uma era de liberdade orgânica”, remete a um novo conceito de democracia, bem mais amplo que o liberal, a ser construído no processo de luta pelo socialismo.

A partir de seus escritos, o sentido desse novo conceito, que não coincide com a liberdade política implementada pelo liberalismo, apresenta uma nova complexidade e supõe a reflexão sobre a relação dinâmica entre mudança política e mudança cultural no bojo da construção de uma nova ordem social. A liberdade orgânica como proposta política implica a efetiva igualdade econômica, bem como a transformação do Estado que, à medida que é entendido como conjunto de sociedade política e sociedade civil, abre a possibilidade de pensar a sua transformação interna.

## CAPÍTULO II

### A PRIMEIRA LEITURA DE GRAMSCI

A explicitação do conceito gramsciano de revolução e suas diferenças em relação às teorias de Marx, Lenin e do marxismo-leninismo, é pressuposto para entender o modo como o pensamento de Gramsci foi apropriado e divulgado pelo Partido Comunista Italiano (PCI),<sup>126</sup> a partir do retorno de Palmiro Togliatti à Itália, com a queda do fascismo. Essa abordagem é importante porque a tradução do pensamento de Gramsci no Brasil na década de 60 se fez a partir da obra temática elaborada por Togliatti; portanto, a inserção do pensamento de Gramsci a partir da publicação da Editora Civilização Brasileira teve como pano de fundo tanto o ambiente cultural que prevalecia entre as esquerdas brasileiras quanto a conjuntura histórica em que se desenvolveu o comunismo italiano e suas relações com a Terceira Internacional, além do esforço de reorganização do Partido sob a direção de Togliatti.

A partir das profundas mudanças que ocorreram na década de 80 e início de 90 na política internacional e italiana, o PCI empenhou-se em repensar de modo crítico seu

---

<sup>126</sup> Usamos a sigla PCI, Partido Comunista Italiano, que é a denominação que foi usada a partir da Segunda Guerra, e PC.dI. (Partido Comunista d'Italia), nome de fundação, conforme existência do partido.



passado, esforço que se traduziu no esclarecimento das relações entre o partido comunista italiano e a Terceira Internacional no período de 1924-1926. A republicação de cartas do período, as pesquisas de Paolo Spriano e Giuseppe Fiori, bem como a publicação de novos documentos inéditos pertencentes aos arquivos do PCI e do Comintern permitiu não apenas entender posições políticas divergentes e esclarecer ambigüidades e atitudes até então obscuras, mas também reinterpretar o pensamento de Gramsci e seu papel histórico no âmbito do partido italiano, desde a atuação de Togliatti na direção e na construção histórica do PCI, até as interpretações mais atuais que o aproximam de concepções liberais. Conforme Portantiero, as limitações geradas pelo processo de publicação tornaram seu texto apto a receber qualquer interpretação e a ser submetido a “usos diversos conforme as necessidades de cada momento”.<sup>127</sup>

## 1. TOGLIATTI INTÉRPRETE DE GRAMSCI.

Deve-se reconhecer que Togliatti exerceu um papel importante na divulgação do pensamento do Gramsci e, sem ele, é provável que Gramsci permanecesse em completo esquecimento depois da morte no cárcere. Conforme Guido Liguori, em 1944, no momento de reconstrução da vida política italiana de pós-guerra, para os milhares de novos que aderiam ao PCI, Gramsci era “um desconhecido a mais; no melhor dos

---

<sup>127</sup> PORTANTIERO, J. C., Los usos de Gramsci. México : Plaza & Janés S. A., 1987, p. 69.

casos, um mártir, um herói, um exemplo, fundador e dirigente do PCI, porém recordado principalmente como vítima do fascismo".<sup>128</sup> Porém, se deve salientar também que, depois da edição crítica dos **Cadernos do Cárcere**<sup>129</sup> se pode perceber que houve uma interpretação togliattiana de Gramsci não apenas na publicação temática dos fragmentos, mas principalmente na divulgação das idéias gramscianas em discursos e manifestações políticas no curso dos anos. Refazer o percurso da leitura de Togliatti permite desfazer alguns equívocos e esclarecer a posição política de Gramsci ante o stalinismo e ante problemas específicos da história italiana.

Entre os comentadores de Gramsci que se dedicaram a essa leitura se revelam vertentes divergentes entre si, desde as pesquisas de intelectuais como Paolo Spriano, até os trabalhos mais recentes de Giuseppe Vacca, passando por Nicola Badaloni, Guido Liguori e Giuseppe Fiori. São leituras que, em sua contraposição, permitem desvelar os limites da reflexão de Togliatti e conhecer mais profundamente o processo de germinação e evolução do pensamento gramsciano.

Desde 1938, ano em que recebeu em mãos (fotocópias) parte do legado teórico de Gramsci, até 1947, quando foi publicada a primeira coletânea de cartas e 1951, quando foi publicado o último livro temático, Togliatti foi o leitor privilegiado que teve acesso aos textos gramscianos e os divulgou e interpretou, imprimindo-lhes a orientação de quem

---

<sup>128</sup> LIGUORI, G. Tradizione e identità di partito in Togliatti interprete de Gramsci. In: **Critica Marxista**, 1988, n. 3-4, p. 253.

<sup>129</sup> A edição crítica dos **Cadernos do Cárcere** foi publicada pela Editora Einaudi em 1975 e apresenta os escritos gramscianos em ordem cronológica. A edição foi organizada por Valentino Gerratana, com base em exaustiva pesquisa filológica que esclareceu a ordem em que os textos foram escritos e procurou respeitar integralmente a elaboração teórica. Os procedimentos e o cuidado na elaboração da edição crítica são descritos por Gerratana em: GERRATANA, V. Gramsci - Problemi di Metodo. Roma : Riuniti, 1997.

tinha a autoridade não apenas de dirigente do então PC.dl., mas de depositário da herança literária e política que Gramsci legou ao partido. Sabe-se que o período de 1937-1938 se caracterizou por um acirramento da repressão e do terror stalinista, que assumiu proporções inauditas. Se, em 1926, Togliatti procurava desempenhar um papel conciliador entre a Internacional Comunista e a direção italiana liderada por Gramsci, que defendia uma posição autônoma do PC.dl. ante os desdobramentos da questão russa, em 1938 a aceitação da linha staliniana pelo partido italiano, agora dirigido por Togliatti, é completa e a leitura e apresentação de Gramsci ao mundo se faz ressentir desse pressuposto.

Já em 1941, em carta onde esclarece sobre o andamento dos trabalhos da comissão formada para decidir sobre o destino a dar ao arquivo de livros e documentos de Gramsci, Togliatti se pronunciava contra o pedido da família de possuir uma cópia dos manuscritos e acentuava que já havia estudado cuidadosamente quase todos os Cadernos, entendendo que o material só poderia ser utilizado depois de uma acurada elaboração, caso contrário, poderia ser prejudicial para o partido. Recomendava que o material permanecesse no arquivo do PC.dl. (ou seja, sob seu controle) para ser elaborado e utilizado conforme os objetivos e o interesse do partido.<sup>130</sup> Os escritos togliattianos dessa época citam e interpretam Gramsci com conhecimento de causa. É Togliatti que o apresenta como “chefe da classe operária italiana”, fundador do partido, cuja preocupação “se orientava na pesquisa de formas de realização da frente-popular

---

<sup>130</sup> Cfr. citação de VACCA, G., Appuntamenti con Gramsci. Roma : Carocci, 1999, p. 130-131. A carta se encontra entre os documentos do Centro russo para a conservação e o estudo dos documentos da história contemporânea, em Moscou.

antifascista na Itália”; ou como um político que buscava uma “via italiana para o socialismo”, por meio de aliança política entre as forças anti-capitalistas na criação de uma “democracia-progressiva”.<sup>131</sup>

Hoje se sabe que muitos desses conceitos e opiniões foram de Togliatti ou foram o resultado de suas interpretações, idéias que ele dizia terem apoio no pensamento de Gramsci. Conforme alguns intérpretes, os textos de Gramsci, em certos momentos, foram “usados”, isto é, serviram para dar autoridade e sustentação a posições políticas que eram de Togliatti.

Na leitura de Badaloni, “Togliatti apresentava Gramsci tanto como teórico da diversidade das formas políticas de domínio em época de construção do socialismo, quanto como iniciador de uma teoria das fases que deviam ser atravessadas pelo movimento depois da tomada do poder”.<sup>132</sup>

Na pesquisa de Spriano que, em 1967, publicou documentos inéditos como a carta de Togliatti a Piero Sraffa,<sup>133</sup> escrita em 1937, Togliatti se preocupava em saber quais as últimas orientações de Gramsci a respeito da publicação de seus escritos. No documento citado ele afirma ignorar a forma de redação dos textos gramscianos e aguardar o recebimento dos cadernos para breve. Acentua a importância de cuidar da herança literária e política de Gramsci e a necessidade de executar essa tarefa com o

---

<sup>131</sup> TOGLIATTI, P. *Opere*. Roma : Riuniti, 1967, v. IV, Tomo I vários artigos.

<sup>132</sup> BADALONI, N. *Espansione democratica e controllo sulle catastrofi* in Togliatti ‘politico’ e ‘interprete’ di Gramsci. In: **Critica Marxista**. 1985, n. 4, p. 39.

<sup>133</sup> SRAFFA, Piero (1898-1983), economista e professor, foi amigo de Gramsci e manteve com este um diálogo em torno de pesquisas a realizar no cárcere; deu apoio a Gramsci durante a prisão, criando um fundo para bibliografia; empenhou-se, ainda, na busca de caminhos para a libertação de Gramsci da prisão.

máximo respeito à sua vontade. A resposta escrita por Sraffa não foi encontrada e, 30 anos depois, em entrevista concedida a Spriano, Sraffa pouco recordou do que disse ou ouviu de Gramsci.<sup>134</sup>

Para Fiori,<sup>135</sup> Togliatti manteve os escritos em mãos por 10 anos sem publicar não por dificuldades técnicas, mas por razões políticas e, quando finalmente os publicou, o fez de modo instrumental, conforme os interesses de sua política: desse modo, forçou o texto gramsciano, omitiu o que contradizia sua interpretação, constrangeu “a imagem (de Gramsci) dentro da ortodoxia stalinista”.

Vacca, por sua vez, procurou justificar em parte a atitude de Togliatti mostrando que condicionamentos exercidos por familiares, o respeito à privacidade e à intimidade de Gramsci e a dificuldade em reunir documentos dispersos determinaram o atraso da publicação; o que dificultou e orientou a leitura dos textos gramscianos, conforme Vacca, foi o reagrupamento temático dos fragmentos, dificuldade superada com a publicação da edição crítica, em 1975.<sup>136</sup>

As diferenças teóricas entre Togliatti e Gramsci se delinearam no período de 1924 e 1926. As divergências a respeito da disputa política emergente no grupo dirigente do Partido Comunista Russo causaram o rompimento entre os dois amigos e dirigentes e são abordadas por intelectuais como Fiori e Vacca, cujas leituras são significativas porque apresentam versões opostas do papel de Togliatti.

---

<sup>134</sup> SPRIANO, P. Gli ultimi anni di Gramsci in un colloquio con Piero Sraffa. In: **II Contemporaneo – Rinascita**, n. 15, 14.04.1967, p. 14-16.

<sup>135</sup> FIORI, G. Gramsci, Togliatti, Stalin. Roma: Laterza, 1991, p. 84.

<sup>136</sup> VACCA, G., Appuntamenti con Gramsci, p. 130-135.

No interior das polêmicas se esclarece a evolução intelectual de Gramsci e a elaboração original e crítica de seu pensamento em relação aos desdobramentos da questão russa, que permite dizer que a contribuição de Gramsci para a filosofia da praxis foi bem mais renovadora e profunda do que pretendeu Togliatti em sua interpretação.

Deve-se notar que o dissenso de 1926 entre os dois dirigentes do PC.dI. deixa clara a divergência teórica e política. O silêncio completo de Gramsci em relação a Togliatti durante o cárcere se deve à opção gramsciana de fazer da correspondência com os familiares o seu elo com o mundo, para preservar as manifestações políticas da ingerência e da utilização que delas podia fazer o fascismo. É difícil saber se houve, da parte de Gramsci, mensagens políticas ou orientações a respeito do futuro aproveitamento de sua produção teórica por meio dos poucos colóquios que manteve com Piero Sraffa. O que de fato aconteceu é que, durante todo o período em que Gramsci permaneceu na prisão, Togliatti o acompanhou à distância por meio das informações de Tatiana<sup>137</sup> passadas a Sraffa<sup>138</sup> e, logo após a sua morte, Togliatti tomou todas as providências para que o legado gramsciano chegasse às suas mãos e fosse confiado a seus cuidados, assumindo a função de seu principal intérprete e divulgador.

---

<sup>137</sup> Tatiana era cunhada de Gramsci e a pessoa da família que lhe deu assistência durante os anos de cárcere.

<sup>138</sup> Tatiana fazia duas cópias das cartas de Gramsci e enviava uma para a família na Rússia e outra para Piero Sraffa, não se sabe se com ou sem o conhecimento de Gramsci porque não existe nada que faça alguma menção ao seu consentimento. Sraffa, por sua vez, repassava as cartas a Togliatti.

## 2. A DIREÇÃO ITALIANA E A TERCEIRA INTERNACIONAL:

As divergências políticas na Itália (tanto no PSI quanto no PC.dI.) se aprofundam a partir do encaminhamento da proposta de frente única, em torno de 1922. A frente popular antifascista se tornou possível apenas depois da “svolta”<sup>139</sup> da Internacional Comunista. Antes não havia possibilidade de aliança porque havia uma oposição cerrada aos socialistas. A polêmica sobre esse tema se desdobrou ao longo de anos e as reflexões gramscianas desse período, que se apresentam principalmente na valorização estratégica da idéia de um bloco operário-camponês, revelam um amadurecimento político que se traduz no esforço em procurar resolver as diferenças com a Internacional Comunista, que se abrem depois de Livorno.<sup>140</sup>

Gramsci entendia que a unidade era necessária, mas acentuava, também, as dificuldades em encaminhar alianças sem dissolver as diferenças, tão acentuadas desde a cisão de Livorno. Declarava-se formalmente de acordo com a proposta de “frente única”, mas apontava os riscos que esse processo poderia acarretar, debilitando os comunistas enquanto organizadores do proletariado revolucionário.<sup>141</sup> E, para

---

<sup>139</sup> Mudança completa de orientação.

<sup>140</sup> PAGGI, L. Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo. p. 36-37. O congresso de Livorno (1922) designa o momento de fundação do Partido Comunista d'Itália, de uma dissidência do Partido Socialista.

<sup>141</sup> GRAMSCI, A., Serrati e il fronte unico, 19.03.1922, SF., p. 480-482. De certa forma, o que se propõe nesse texto é unir-se, mas preservando as diferenças.

Gramsci, qualquer ação contra o fascismo, para garantir os interesses dos trabalhadores, precisava ser dirigida pelo Partido Comunista.

A partir dessa posição, Gramsci passou a desempenhar um papel mediador entre as tendências divergentes do PC.dl. e a Internacional Comunista, a ponto de ser designado como representante do Partido junto a essa organização, função que assumiu em junho de 1922, permanecendo na Rússia até novembro de 1923. Esse período foi difícil para Gramsci, não só pela fragilidade física provocada pela doença, mas pelas tensões internas do Partido Comunista italiano, geradas pelo debate em torno da estratégia da frente única. A crise chegou a seu auge quando da recomendação, tirada do IV Congresso da Internacional Comunista, de fusão entre os dois partidos. Gramsci, que não concordava com a fusão, se manifestou, nessa ocasião, em nome do PC.dl., a respeito da questão italiana:

A maioria atual do P.C. pretende defender até o fim a sua posição e o seu papel histórico na Itália, onde o Partido comunista unificado deve constituir-se sobre uma base ideológica que não seja aquela do Partido socialista tradicional nem um compromisso. Nós defendemos o porvir da revolução italiana. (...) A atitude do Comintern e a ação de seus representantes provoca a desagregação e a corrupção nas fileiras comunistas. Nós estamos decididos a combater os elementos liquidadores do nosso partido, assim como os elementos corrompidos. A situação de ilegalidade e a emigração nos obrigam a isso. Não queremos que se repita na Itália o que aconteceu na Hungria e na Iugoslávia. Se, em consequência desta luta, o Comintern for golpeado, a culpa não é nossa: não é necessário aliar-se a elementos inconfiáveis.<sup>142</sup>

---

<sup>142</sup> O texto citado é de apontamentos manuscritos que seguem o artigo: *La questione italiana e il Comintern*, 24.04.1924, CPC., p. 457. publicado por SPRIANO, P., Storia del Partito comunista italiano, I, Torino, 1967.



A tendência de Gramsci era aceitar a união com uma das frações do Partido Socialista, denominada maximalista e liderada por Serrati,<sup>143</sup> que confirmou sua adesão à Terceira Internacional.<sup>144</sup>

O período em que permaneceu em Moscou e Viena (1922-1924), conforme Paggi, foi dedicado a um assíduo trabalho crítico em torno de dois problemas principais: a) “exame da evolução assumida pelo Comintern no contexto da situação política internacional; b) a análise das forças sociais e políticas atuantes na Itália depois do advento do fascismo”.<sup>145</sup> Seus escritos dessa época mostram a sua preocupação com os conflitos que envolvem os dirigentes tanto do PC.dI. quanto do partido russo, bem como as implicações desses conflitos no movimento internacional.

No que diz respeito à questão italiana, as cartas de 1923-1924 explicitam as polêmicas. A partir de 1923 a repressão fascista se intensificou na Itália e Serrati e Bordiga<sup>146</sup> foram presos. Gramsci recebeu um telegrama comunicando a existência de um mandado de prisão em seu nome, o que impossibilitou seu regresso à Itália.<sup>147</sup> A partir de dezembro desse mesmo ano, Gramsci assumiu a direção do Partido e se transferiu para Viena. Ainda na leitura de Paggi, esse foi um momento de tensão na produção gramsciana, em que Gramsci buscou uma possível conciliação entre os

---

<sup>143</sup> SERRATI, Giacinto Menotti, líder da fração maximalista, militante do PSI, participou de polêmicas com Gramsci em torno da questão sindical.

<sup>144</sup> GRAMSCI, A., Contro il pessimismo, 15.03.1924, CPC., p. 16-20.

<sup>145</sup> PAGGI, L. Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo, p. 123.

<sup>146</sup> BORDIGA, Amadeo, foi um dos grandes polemizadores com quem Gramsci se defrontou; dirigiu o PC.dI. nos primeiros anos de sua fundação; na polêmica que emergiu no Partido Russo em 1926, Bordiga se posicionou ao lado de Trotski.

<sup>147</sup> GRAMSCI, A Forse rimarrai lontana. Lettere a Iulca (1922-1937), (a cura di Mimma Paulesu Quercioli), Roma: Albatros/ Riuniti, 1987, carta a Giulia, (Moscou, 1923), p. 60 (daqui em diante FRL.).

temas de sua militância política, como o papel da cultura e o privilegiamento da fábrica, com o “primado da hierarquia, a exaltação da disciplina e com a fé absoluta na virtude da organização que era própria do bolchevismo”.<sup>148</sup>

Na verdade, os conceitos marxianos de “revolução permanente” e “via prussiana” passaram, nesse período, por uma profunda reformulação em seus escritos, não apenas a partir da experiência resultante do contato direto com a direção do movimento comunista internacional, mas a partir da consideração da realidade italiana com a ascensão do fascismo. Também na leitura de Racionieri<sup>149</sup> “este foi um momento original do pensamento de Gramsci”, não só em termos da concepção de hegemonia, mas do próprio papel do partido em relação à organização das massas e aos problemas italianos.

Por outro lado, o enfrentamento das polêmicas internas ao partido italiano, principalmente com Bordiga, bem como a orientação cultural dada a *L'Ordine Nuovo* estão, a partir daí, permeados pela leitura que Gramsci faz dos textos de Lenin.<sup>150</sup>

A necessidade de entender a relação entre partido e classe operária a partir da força organizativa e revolucionária das massas e não de um ponto de vista burocrático e institucional transparece, no posicionamento de Gramsci de 1924, ante as atitudes da Internacional em relação ao movimento operário alemão e ao grupo político liderado por

---

<sup>148</sup> PAGGI, L. Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo. p. 171.

<sup>149</sup> RAGIONIERI, E. Gramsci e il dibattito teorico nel movimento operaio internazionale. In: Gramsci e la cultura contemporanea I (Atti dell convegno di Cagliari), Roma : Riuniti / Istituto Gramsci, 1975, p. 113.

<sup>150</sup> Lenin começou a ser “conhecido, traduzido, publicado e amplamente lido na Itália” a partir de 1918. In: TOGLIATTI, P., Il leninismo nel pensiero e nell'azione di A. Gramsci. In: VV. AA. Studi Gramsciani, Roma : Riuniti/Istituto Gramsci, 1973, p. 20.

Trotsky. Sua avaliação dos desdobramentos dessa polêmica interna tem aspectos originais, como o que Paggi lembra a respeito do deslocamento político de sua leitura histórica: comparando a situação interna da Internacional e sua orientação quanto aos acontecimentos na Alemanha, Gramsci afirmava não acreditar que essa organização tendesse à esquerda. Acentuava que “na topografia das frações e tendências Radek, Trotsky e Bukharin ocupavam uma posição de esquerda, Zinoviev, Kamenev e Stalin uma posição de direita enquanto Lenin estava ao centro e funcionava de árbitro em toda situação de grave tensão”;<sup>151</sup> salientava também que:

em toda história do movimento revolucionário russo Trotsky estava politicamente mais à esquerda dos bolcheviques, enquanto nas questões de organização frequentemente fazia bloco ou realmente se confundia com os mencheviques. Sabe-se que já em 1905 Trotsky afirmava que na Rússia poderia se verificar uma revolução socialista e operária, enquanto os bolcheviques entendiam apenas estabelecer uma ditadura política do proletariado aliado aos camponeses, que servisse de invólucro ao desenvolvimento do capitalismo, o qual não devia ser cortado em sua estrutura econômica. Sabe-se também que em novembro de 1917, enquanto Lenin e a maioria do partido passou para a concepção de Trotsky e entendia iniciar não apenas o governo político mas também o governo industrial, Zinoviev e Kamenev permaneceram na opinião tradicional do partido e queriam um governo de coalizão revolucionária com os mencheviques e com os social-revolucionários.<sup>152</sup>

Na verdade, conforme lembra Paggi, Gramsci não ignorava que 1917 representava uma nova conjuntura política e uma nova fase de colaboração entre os dirigentes bolcheviques, mas pretendia salientar “como o equilíbrio criado em torno de Lenin se ia

<sup>151</sup> GRAMSCI, A., Lettere (1908-1926), Viena, 09.02.1924, p. 223; também em: TOGLIATTI, P. La formazione del gruppo dirigente del partito comunista italiano (nel 1923-1924). Roma: Riuniti, 1962, p. 186.

<sup>152</sup> GRAMSCI, A. Lettere (1908-1926), Viena, 09.02.1924, p. 223-224.

quebrando com o desaparecimento de sua pessoa”.<sup>153</sup> Gramsci esclarecia aos companheiros de partido sua posição em relação às atitudes de Trotski, dizendo que:

Na recente polêmica que aconteceu na Rússia se revela como Trotski e a oposição, em geral, com a ausência prolongada de Lenin da direção do partido, se preocupam fortemente com um retorno à velha mentalidade, que seria deletéria para a revolução. Pedindo uma maior intervenção do movimento operário na vida do partido e uma diminuição dos poderes da burocracia querem, no fundo, assegurar à revolução o seu caráter socialista e operário e impedir que lentamente se chegue àquela ditadura democrática, invólucro de um capitalismo em desenvolvimento, que era o programa de Zinoviev e companheiros ainda em novembro de 1917.<sup>154</sup>

Gramsci manifestava claramente que, para ele, o controle e a diminuição do poder burocrático do partido provinha de uma relação contínua com a vida da classe operária, que deveria participar e intervir permanentemente na vida do partido, de modo efetivo e não apenas referendando a ação dos dirigentes. Essa noção do papel do partido não foi abandonada por Gramsci na produção teórica posterior.

As diferenças entre Trotski e o partido comunista russo se tornaram mais profundas no decorrer de 1924. Nessa ocasião, Gramsci manifestou sua preocupação em carta escrita a Giulia<sup>155</sup> e acentuou seus temores quanto à burocratização do partido, ponto em que concordava com Trotski, pois sempre defendeu uma ampla participação dos trabalhadores na vida política como condição para a realização da revolução socialista. Pedindo informações mais precisas sobre o encaminhamento da polêmica, Gramsci escreveu em janeiro de 1924:

<sup>153</sup> PAGGI, L. *Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo*. p. 124.

<sup>154</sup> GRAMSCI, A. *Lettere (1908-1926)*, p. 224.

<sup>155</sup> Giulia, também chamada por Gramsci de Iulca, era sua esposa, que ficou em Moscou. Giulia voltou à Itália e residiu em Roma, com o marido por quase um ano, retornando à Rússia poucos meses antes da prisão de Gramsci.

Não conheço ainda os termos exatos da discussão que se desenvolve no Partido. Vi apenas a resolução do C.C. (Comitê Central) sobre a democracia do partido, porém não vi nenhuma outra resolução. Não conheço o artigo de Trotski e nem o de Stalin. Não sei explicar-me o ataque deste último, que me parece bastante irresponsável e perigoso.

<sup>156</sup>

A mesma preocupação reaparece em carta a Terracini<sup>157</sup> onde Gramsci pedia informações sobre a questão Trotski-Zinoviev que, entendia, “teria reflexos no V Congresso” a realizar-se em breve, quando seria necessário tomar posição nos confrontos. Nessa carta há também uma breve colocação sobre o modo como vinha sendo entendido o centralismo do Comintern, acentuando que ainda “não se conseguiu obter que existam partidos que saibam fazer uma política autônoma e criadora e que, automaticamente, seja centralizada”, ou seja, Gramsci parece sugerir que o centralismo se efetive a partir da autonomia partidária e não o contrário, como vinha sendo efetivado pelo Comintern.<sup>158</sup>

Essa posição se confirma na correspondência de 1926 com Togliatti, conforme o ensaio de Vacca,<sup>159</sup> que explicita alguns dos desentendimentos entre os dois dirigentes. Pode ser que esse dissenso tenha levado ao rompimento e gerado o silêncio de Gramsci em relação a Togliatti depois de 1926.

No momento da polêmica, Togliatti estava em Moscou e Gramsci na direção do PC.dI.. Uma das discordâncias entre ambos ocorria em torno da decisão dos dirigentes italianos de enviar Amadeo Bordiga a Moscou como um dos representantes do Partido

<sup>156</sup> GRAMSCI, A., Carta a Giulia, (Viena, 13.01.1924) in: FRL., p. 65.

<sup>157</sup> TERRACINI, Umberto, companheiro no PC.dI.

<sup>158</sup> GRAMSCI, A. Lettere (1908-1926), Viena, 27.03.1924, p. 301-302.

<sup>159</sup> VACCA, G. Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca (intr.). In: Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca – Il Carteggio de 1926, p. 3-149.

junto à Internacional Comunista, conforme deliberação do Congresso de Lion. Bordiga havia participado do grupo italiano no VI Executivo Ampliado (de 17.02 a 15.03.1926). Naquela ocasião, suas manifestações e seu propósito de pedir uma discussão aberta sobre a crise que se vivia no partido russo, levaram o grupo italiano liderado por Togliatti a solicitar um encontro com Stalin, onde a oposição de Bordiga se traduziu em áspero confronto.<sup>160</sup> Bordiga continuou insistindo em suas posições no decorrer das reuniões do Encontro, sendo rebatido por Togliatti. O fato foi acompanhado pelos dirigentes na Itália por meio de cartas de Togliatti e de um relatório, também redigido com a orientação de Togliatti, sobre a atitude de Bordiga.

Esses acontecimentos geraram uma intensa e áspera correspondência na qual Togliatti tentava demover os companheiros italianos (entre eles Gramsci) da idéia de tornar Bordiga um de seus representantes em Moscou. Uma das respostas do PC.dI., permeada de lances irônicos, esclarecia que não se tratava de se desembaraçar de uma presença incômoda, mas de respeitar uma decisão de congresso:

No ultimo Plenum do C.E. o companheiro Ercoli (Togliatti), do alto da tribuna, convidou o companheiro Bordiga a colaborar com a Internacional Comunista e a trabalhar nos seus órgãos centrais. Como explicar agora a mudança de atitude de vossa opinião? As razões indicadas em vossa carta não nos parecem suficientes (...) Não consideramos que a ida do camarada Bordiga a Moscou como um MEIO EXTRAORDINÁRIO para facilitar a luta contra a extrema esquerda em nosso partido ou a solução de questões internas ao partido. (...) Acreditamos também que do ponto de vista internacional não se deve temer o trabalho de fração que o companheiro Bordiga possa desenvolver no terreno internacional. Pensamos que são outros os meios

---

<sup>160</sup> Para esse encontro, conforme escreveu Berti e o próprio Togliatti, Bordiga se preparou recorrendo a Trotski que, em alguns colóquios, tentou convencê-lo de suas posições. No encontro com Stalin, Bordiga questionou a política econômica, a teoria do socialismo em um só país, a posição da Rússia em relação à Alemanha em 1923 e o lugar privilegiado que o partido russo ocupava na Internacional. VACCA, G. Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca (intr.), p. 45.

com que a Internacional Comunista deve liquidar o extremismo. Se for necessário, se deve iniciar também no terreno internacional uma discussão contra o “bordighismo”. Por todas as razões indicadas nesta carta, insistimos no nosso pedido de que o companheiro Bordiga vá a Moscou.<sup>161</sup>

A resposta de Togliatti veio dois meses depois e acentuava que os companheiros italianos tinham razão em dizer que “o bordighismo se combate com outras armas, com discussões abertas, etc.”, mas frisava que tal razão era elaborada “de um ponto de vista abstrato” porque, concretamente, tal discussão complicaria mais a situação já extremamente difícil. Portanto, considerava “aconselhável evitar novas complicações”.<sup>162</sup>

Essa e outras polêmicas demonstram que, enquanto Togliatti tentava resolver a questão assumindo a orientação do Comintern, Gramsci continuava a insistir na necessidade de uma discussão aberta dos problemas, garantindo a autonomia dos partidos vinculados à Internacional e a ampla participação das massas.

Tal se confirma, por exemplo, no posicionamento dos dirigentes italianos com respeito à questão russa: alegando não conhecer todos os aspectos da polêmica por falta de informações precisas e de documentos sobre o encaminhamento da questão, os dirigentes na Itália mantinham sua reserva em se manifestar e solicitavam maiores esclarecimentos. A correspondência salienta a intenção de discutir o problema e esclarecer as massas a respeito, afirmando que a propaganda anticomunista desenvolvida pelo fascismo exigia a abertura de um debate. Togliatti também tinha uma

---

<sup>161</sup> GRAMSCI, A., Carta da Secretaria do PC.dI. ao Secretariado do Comintern, 29.07.1926. In: Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca – Il Carteggio de 1926, p. 355-356.

<sup>162</sup> Carta de: Togliatti alla Segreteria del PC.dI., 06.09.1926, In: Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca – Il Carteggio de 1926, p. 377.

opinião diversa a esse respeito e dizia que a questão deveria ser discutida, naquele momento, apenas pela vanguarda do proletariado. Acentuava que colocar esses problemas para as massas significaria o risco de afastar-se delas; admitia, quanto muito, uma abertura do assunto para os inscritos no partido, depois que o tema fosse bem conhecido dos dirigentes. E, se Gramsci entendia, a partir da experiência junto aos operários de Turim, colocar tudo às claras, Togliatti afirmava que a questão deveria ser abordada “no modo como todos os problemas políticos deviam ser postos às massas – como foi posto a seu tempo o problema da passagem do comunismo de guerra à NEP, etc.”.<sup>163</sup>

Na verdade, o que permeia a colocação de opiniões tão opostas são duas noções diversas de partido, que se traduzem em atuações políticas distintas: para Gramsci, além da necessidade de defender a autonomia da gestão italiana ante a ingerência russa, o partido deveria pautar-se por uma prática de enfrentamento aberto dos problemas, como na experiência de *L'Ordine Nuovo*, para possibilitar que as diferenças fossem expostas, esclarecidas e avaliadas a fim de decidir, depois de analisar todos os aspectos da questão. Dessa prática dependia a própria vida do partido.

Já em 1924 Gramsci criticava a valorização do papel da vanguarda e definia claramente o partido como “o resultado de um processo dialético no qual convergem o movimento espontâneo das massas revolucionárias e a vontade organizativa” dos dirigentes.<sup>164</sup> Para Togliatti, prevalecia a idéia de um partido submetido à Internacional e à maioria comandada por Stalin.

---

<sup>163</sup> Idem, p. 376.

<sup>164</sup> GRAMSCI, A. Lettere (1908-1926). Viena, 09.02.1924, p. 231.



Conforme Paggi, Gramsci possuía uma compreensão clara do processo histórico e uma interpretação anti-jacobina da revolução, tanto que percebeu precocemente a degeneração da experiência russa e foi o “primeiro a dar o grito de alarme”, enquanto Togliatti tentava preservar a linha do partido russo sem questioná-la, aceitando o marxismo-leninismo “como instrumento de governo de uma instituição”.<sup>165</sup> Na polêmica que perpassa as cartas tem-se, do lado de Gramsci, “a ótica do processo histórico como se delineia na correlação entre Oriente e Ocidente depois de outubro de 1917”; (...) do lado de Togliatti, porém, se tem “a lógica da instituição (o partido e o Estado) como filtro e ponto de passagem obrigatório de qualquer possível afirmação ou escolha política”.<sup>166</sup>

Ora, a concepção gramsciana de um partido que primasse pela autonomia e capacidade criadora implicava uma concepção de revolução e de organização internacional que não coincidia com a prática e a teoria do Comintern, nem com a atitude fracionista da oposição, embora concordasse com esta em alguns pontos, como o vínculo dos desdobramentos da revolução bolchevique com o processo revolucionário mundial (ou a negação da estratégia do “socialismo em um só país”) e como “revolução permanente”.

Para Gramsci, a experiência ordinovista servia de base para propor um novo modelo de partido comunista que se esforçasse em antecipar em sua vida interna o relacionamento político desejado num Estado proletário e, dessa forma, deveria superar o tipo parlamentar de relacionamento, no qual ocorria uma certa divisão do trabalho

---

<sup>165</sup> PAGGI, L. Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo. p. 366 e 375.

<sup>166</sup> Idem, p. 374.

político conforme a origem e a representação de classe e onde, na correlação de forças, se visava aumentar o próprio poder diante das demais tendências. No entender de Gramsci, um partido comunista representava uma só classe e tinha como objetivo gerar um novo tipo de relacionamento no qual as divergências eram possíveis e desejáveis, mas deveriam nascer da “apreciação diferenciada dos acontecimentos em curso e, por isso, não podiam se solidificar em uma estrutura permanente” e cristalizada.<sup>167</sup>

A crítica à oposição liderada por Trotski se fazia no sentido de mostrar que esta visava tomar a direção do partido concebendo, portanto, a sua vida interna ainda “como a arena de uma luta de tipo parlamentar” e se “cristalizando em atitude de oposição permanente”.<sup>168</sup> Por outro lado, a posição do Comintern se desdobrava com base em uma visão vanguardista e autoritária de partido, também cristalizadora.

Ligada a essa noção de partido, tem-se a concepção do centralismo: na compreensão de Gramsci, este deveria se constituir no meio de incentivar e preservar a autonomia dos partidos comunistas nacionais e não o contrário. A centralização não podia ser concebida de modo mecânico, como obediência e submissão porque, acima de tudo, a vida de um partido dependia de seu vínculo com as massas e da transformação de cada um de seus membros em “elemento político ativo, ou seja dirigente”.<sup>169</sup> Conforme Vacca, tratava-se de esclarecer que:

---

<sup>167</sup> GRAMSCI, A. *Lettere (1908-1926)*. Viena, 13.01.1924, p. 175.

<sup>168</sup> Idem, p. 175-176.

<sup>169</sup> GRAMSCI, A., *Introduzione al primo corso della scuola interna di partito*. 1925, CPC. p. 55-56.

A unidade do movimento comunista e o internacionalismo se realizariam concretamente somente se, aplicando de modo autônomo e criativo os princípios basilares do bolchevismo nos próprios países, os partidos comunistas fizessem progredir a aliança entre operários e camponeses, desenvolvessem a hegemonia do proletariado e automaticamente se centralizassem no partido da revolução mundial.<sup>170</sup>

A unidade do movimento internacional, cujo objetivo principal era estimular a revolução mundial, se realizaria à medida que as características específicas e a criatividade dos partidos comunistas nacionais fosse respeitada e incentivada. Esse era o princípio de bolchevização como o entendia Gramsci ao afirmar a necessidade de traduzir o bolchevismo em linguagem histórica nacional.

Vacca afirma que a posição de Gramsci, nesse momento, não coincidia com a de Trotski ou a de Bordiga, embora defendesse os princípios do internacionalismo ainda como “revolução permanente”. As polêmicas com os jornais burgueses que interpretavam a questão russa e “que o ocuparam por todo o mês de setembro não deixam dúvidas: nesse momento Gramsci concordava com a posição de Bucharin” quanto à condução da questão econômica e discordava da maioria quanto à tática de frente única e a bolchevização.<sup>171</sup>

Os esclarecimentos quanto à questão russa são encaminhados por Togliatti a partir de julho de 1926, quando o rompimento do grupo leninista se apresentava inevitável. A carta, escrita por ocasião da conclusão dos trabalhos do Comitê Central, é considerada

---

<sup>170</sup> VACCA, G. Gramsci a Roma, togliaiti a Mosca (intr.). In: Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca – Il Carteggio de 1926, p. 99-100.

<sup>171</sup> Idem, p. 90-91. Essa também é a opinião de Paggi, segundo o qual “no plano teórico tanto Gramsci quanto Bucharin representam, contra o marxismo-leninismo, uma tentativa consciente de promover desenvolvimentos pós-leninianos, mas a partir de uma relação intensa com a produção teórica do ultimíssimo Lenin”. PAGGI, L. Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo, p. 363.

por Vacca “um resumo muito vivo, dramático e pontual” que pode ser entendida como “a narração mais ampla e mais aguda que foi escrita por uma testemunha do confronto entre as facções no partido comunista russo”.<sup>172</sup> Nela Togliatti descreve os desdobramentos da polêmica, tanto a Declaração do grupo de Trotski, que Togliatti considerava “o fato político mais importante do Plenum, destinado a exercer sobre a vida do PCR conseqüências por ora incalculáveis, certamente muito graves”, quanto a atitude repressiva que assumia a maioria, intimidando e censurando<sup>173</sup> pronunciamentos e documentos, como a Declaração, que “não foi nem ao menos inserida no protocolo”.<sup>174</sup>

A reunião do Comitê Central do partido russo concluiu pela exclusão de Zinoviev do quadro dirigente do PCR, o que comprometia a sua permanência na presidência da Internacional. Togliatti percebia claramente a gravidade da situação tanto que, voltando atrás na atitude tomada no VI Executivo Ampliado, quando se colocou contra Bordiga no pedido de uma convocação de um Congresso mundial do Comintern para discutir a questão russa, agora era ele próprio a pedir o apoio dos dirigentes italianos para solicitar uma antecipação do Congresso do Comintern.<sup>175</sup>

As diferenças e a posição de Gramsci sobressaem da análise da questão russa na urdidura das cartas de outubro de 1926 que levam, também, ao rompimento com

---

<sup>172</sup> VACCA, G. Gramsci a Roma, togliaatti a Mosca (intr.). In: Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca – Il Carteggio de 1926, p. 71.

<sup>173</sup> “A leitura da declaração suscitou uma enorme impressão e depois das primeiras frases as interrupções foram contínuas e vivazes, coisa estranha porque geralmente se deixa o orador falar livremente”. Togliatti all’Ufficio Politico del PC.dI. 29.07.1926, In: Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca – Il Carteggio de 1926 p. 363.

<sup>174</sup> Idem, p. 362.

<sup>175</sup> Idem, p. 364-365.

Togliatti. A carta endereçada ao Comitê Central do Partido Comunista Soviético depois de um longo adiamento com o argumento de “falta de informações mais completas” foi finalmente enviada a Togliatti, acompanhada de um bilhete onde Gramsci pedia que o amigo conhecesse o conjunto do texto e que fizesse mudanças de detalhe e forma, caso considerasse necessário, mas mantivesse os termos essenciais. Solicitava, ainda, que Togliatti o traduzisse e o assinasse conjuntamente, caso concordasse com os termos do documento.<sup>176</sup>

Nesse documento Gramsci acentua a sua preocupação com a possibilidade de uma cisão interna no partido russo, com o modo como a questão vinha sendo enfrentada e as repercussões no movimento operário internacional. A carta inicia dizendo que os italianos acompanhavam com grande atenção as discussões que aconteciam na Rússia. Acentuava que, no passado, apesar da aspereza das polêmicas, tinha-se a segurança de que a unidade do partido russo não estava em perigo, que se estava seguro de que as discussões serviam para estabelecer uma homogeneidade ideológica e fortalecer o partido. Nesse momento, porém, não se tinha mais a segurança do passado e todos se sentiam irresistivelmente angustiados e interessados em contribuir para resolver o impasse.

Entre as questões levantadas pela carta há uma argumentação que recorda a grandiosidade do feito revolucionário e o seu comprometimento a partir de uma cisão interna do grupo leninista. Para Gramsci, os dois efeitos graves da questão russa estavam no risco de destruir o que tinha sido conquistado com tanto esforço e sacrifício

---

<sup>176</sup> GRAMSCI, A., Al Comitato Centrale del Partito Comunista Soviético (outubro/1926), CPC. p. 125-131.

ao longo de nove anos e comprometer, com isso, todo o movimento revolucionário internacional, tanto no sentido de uma perda de referência dos outros partidos comunistas ocidentais (a Rússia deixaria de ser “o elemento organizador e propulsor das forças revolucionárias”, isto é, perderia sua liderança política) quanto na dificuldade e inviabilidade da revolução internacional.

Reafirmando seu internacionalismo, Gramsci acentua que “a paixão pelas questões russas não devia deixar perder de vista os aspectos internacionais das próprias questões russas”, que deveriam prevalecer.<sup>177</sup> Conforme Paggi, Gramsci fez uma antecipação da evolução do quadro gerado pelo stalinismo ao acentuar que se estava destruindo a obra iniciada por impulso de Lenin, de modo que os dirigentes russos corriam o risco de anular a função dirigente que o Partido Comunista Russo ocupava, o que causaria a degeneração do regime político nascido com a revolução de outubro.

A percepção da gravidade da situação e a antecipação dos possíveis desdobramentos tinha como referencial a profunda reflexão desenvolvida por Gramsci em torno do fascismo e do seu papel no âmbito do capitalismo. Esse conhecimento lhe dava condições de avaliar concretamente as conseqüências do relato da questão russa na imprensa burguesa e fascista, que “procura mostrar, com um esforço evidente de objetividade”, que “o Estado dos Soviets está se tornando um puro Estado capitalista e que, portanto, no duelo mundial entre fascismo e bolchevismo, o fascismo terá o predomínio”.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup> Idem, CPC. p. 128.

<sup>178</sup> Idem, CPC., p. 127.

Outro ponto a evidenciar é o reconhecimento da importância das novas medidas econômicas (NEP), seguido do entendimento dos riscos que o enfrentamento das contradições geradas por essas medidas impunham à ditadura do proletariado se não se conseguisse superar o “espírito corporativo”. Gramsci se referia à oposição, mas a crítica cabia também à maioria dirigente.<sup>179</sup>

Em terceiro lugar, o questionamento da noção de partido na prática dos companheiros russos transparece na questão da unidade e da disciplina (que pressupõe a superação do “espírito corporativo” e de compreensão do partido como “arena de luta parlamentar”): embora defendesse a unidade, não só do partido russo, mas de todo o movimento, como da maior importância no âmbito internacional, Gramsci salientava que “a unidade e a disciplina, neste caso, não podiam ser mecânicas” e resultantes da coação, da imposição. A unidade exigia lealdade e convicção e não podia existir onde uma “fração inimiga aprisionada ou sitiada pensa na evasão ou na saída de surpresa”.<sup>180</sup> Pode-se sentir aqui uma crítica severa ao modo de enfrentar as divergências políticas que tinha como pressuposto uma atitude fracionária de ambos os lados, gerada principalmente por uma concepção instrumental, técnica e não dialética da função do partido.

Embora discordando do bloco de oposição por ver nas suas propostas uma retomada da “tradição da social-democracia e do sindicalismo”, Gramsci salientava que

---

<sup>179</sup> O espírito corporativo se traduz num projeto econômico que inicia um processo de oposição entre as classes operária e camponesa que, no entender de Gramsci, deveriam continuar aliadas, sendo essa uma das condições para concretizar a construção do socialismo. Essa questão é abordada nos Cadernos do Cárcere.

<sup>180</sup> *Idem*, CPC., p. 130.

Zinoviev, Trotski, Kamenef, muito contribuíram no processo de educação para a revolução, dizendo: "estão entre os nossos mestres". Termina dirigindo-se à oposição e à maioria do Comitê Central, acentuando desejar estar seguro de que esta não pretenda "vencer na luta e esteja disposta a evitar as medidas excessivas".<sup>181</sup>

Encerra a carta lembrando ainda uma vez que a cisão ou uma "condição prolongada de cisão latente podem ser irreparáveis e mortais" (evidentemente para o objetivo revolucionário mundial).<sup>182</sup>

Togliatti manifestou sua discordância com o conteúdo da carta e, numa crítica pontual, acentuou que o texto demonstrava dúvidas sobre a posição do Comitê Central, do qual não se podia afirmar que tivesse errado, além de ser pessimista não só quanto às consequências da discussão russa no contexto internacional, mas também quanto à capacidade da vanguarda proletária em compreender qual a linha do Partido Comunista Russo e transmiti-la às massas operárias.<sup>183</sup>

A argumentação de Togliatti se desenvolve no sentido de mostrar que uma intervenção que não confirmasse a "exata linha leninista" não seria útil e poderia até ser danosa, isto é, a carta de Togliatti sugeria um limite de intervenção que não deixava espaço a qualquer divergência, como se Togliatti entendesse que a maioria stalinista possuísse a verdade e não pudesse ser questionada. Tal impressão se confirma nas afirmações: "... falta uma distinção. Não se pode concluir senão que o grupo dirigente do PC.dl. considera que todos são responsáveis, todos a chamar à ordem"; e "quando

---

<sup>181</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>182</sup> Idem, CPC., p. 131.

<sup>183</sup> Carta: Togliatti a Gramsci, (18.10.1926), CPC., p. 131-134.



se está de acordo com a linha do C.C. o melhor modo de contribuir para superar a crise é exprimir a própria adesão a esta linha sem colocar nenhuma limitação".<sup>184</sup>

A questão do papel do partido junto às massas também demonstra a diversidade de posição entre os dois dirigentes: se, para Gramsci, a adesão das massas devia ser confirmada a cada nova ação política, para Togliatti ela parece depender da capacidade da vanguarda proletária em convencer as massas e fazê-las compreender a linha do partido.

A resposta de Gramsci foi extremamente áspera e irônica, rebatendo as acusações implícitas e retomando a definição de partido que havia explicitado em carta de 1924 (já citada). Gramsci demonstrava claramente que se tratava de concepções diversas de partido e de revolução: "a tua carta é muito abstrata e esquemática". Como se Togliatti já não soubesse, era preciso reafirmar que na Itália "não existem apenas os partidos, compreendidos como organização técnica, mas existem também as grandes massas trabalhadoras, politicamente estratificadas de modo contraditório", mas tendentes à unidade. Um dos elementos que sustentam o processo unitário é a "persuasão difusa de que na URSS se caminha na via do socialismo". Ora, era preciso ter clareza que, embora o Partido Comunista Soviético fosse "o organizador de massas mais potente" que se construiu na história, até agora não havia conquistado uma forma estável e decisiva: ao contrário, "ele é sempre instável".<sup>185</sup> Ou seja, não se conquista a direção política de uma vez por todas, mas é necessário que tal direção seja sustentada e realimentada no decorrer do processo político, até porque um partido se constrói ao

---

<sup>184</sup> Idem, CPC., p. 132 e 133.

<sup>185</sup> Carta: Gramsci a Togliatti, (26.10.1926), CPC., p. 134.

longo da história e quando se considera estável e cristalizado é porque, de certa maneira, está morto. Na carta de 1924, discutindo o manifesto escrito por Bordiga, Gramsci dizia: “A verdade è que historicamente um partido nunca está definido e não o estará jamais”. Quando um partido se define, desaparece.<sup>186</sup>

Confirmando sua concepção de envolvimento permanente das massas, Gramsci esclarecia que não se podia esquecer os nove anos de existência da revolução e que “a sua atividade atual é um conjunto de ações parciais e de atos de governo que somente uma consciência teórica e política muito desenvolvida pode entender como conjunto” no seu movimento em direção ao socialismo. A questão da unidade era da máxima importância para a compreensão das massas no âmbito do movimento internacional.<sup>187</sup>

A concepção de partido de Togliatti, em vez disso, era claramente abstrata e mecânica: aceitá-la deixando os fatos acontecerem sem interferir, justificando a priori a sua necessidade, seria incorrer em grave irresponsabilidade ante o movimento internacional. Gramsci completa a carta dizendo que o raciocínio de Togliatti lhe causava uma penosa impressão e que estava convencido de seguir a linha correta na avaliação das questões russas e seus desdobramentos internacionais, a linha leninista:

Temos falado das grandes massas e não da vanguarda proletária. Subordinadamente, porém, a dificuldade existe também por isso, a vanguarda não está suspensa no ar, mas unida à massa. (...) Você esquece facilmente as condições técnicas em que se desenvolve o trabalho em muitos partidos, (condições) que não permitem a difusão das questões teóricas mais elevadas a não ser em pequenos grupos de operários. Toda a sua argumentação está viciada de ‘burocratismo’.<sup>188</sup>

<sup>186</sup> GRAMSCI, *A Lettere (1908-1926)*, p. 232.

<sup>187</sup> Carta: Gramsci a Togliatti, (26.10.1926), CPC., p. 134-135.

<sup>188</sup> Idem, CPC., p. 136. Refere-se explicitamente à carta de 09.02.1924, já citada aqui.

Para as massas ocidentais a questão do momento não era mais a tomada do poder pelos bolcheviques, mas a possibilidade de esse movimento realizar o sonho socialista:

a persuasão (se existe) de que o proletariado, uma vez tomado o poder, *pode construir o socialismo*. A autoridade do partido está ligada a esta persuasão, que não pode ser inculcada nas grandes massas com métodos de pedagogia escolástica, mas somente de pedagogia revolucionária, apenas pelo fato político de que o Partido russo, no seu conjunto, está persuadido e luta unitariamente.<sup>189</sup>

Gramsci concordava com Trotski<sup>190</sup> em pontos fundamentais como a necessidade de criticar o processo de burocratização do Partido e defender incansavelmente uma política de participação efetiva das massas trabalhadoras no processo revolucionário, que deveria continuar a ter como objetivo a revolução internacional. Discordava não apenas com a forma como a questão vinha sendo encaminhada, mas via a necessidade de repensar as estratégias a desenvolver ante as mudanças que identificava na estrutura do capitalismo, percepção que o levou a questionar, mais adiante, a noção de “revolução permanente”.

<sup>189</sup> Idem CPC., p. 137; grifo do autor.

<sup>190</sup> Confr. Vacca, na reunião de Valpolcevera, convocada para discutir a carta de Gramsci com um enviado da Internacional, embora Gramsci não tenha podido comparecer, a cisão interna do PC.dI. ficou clara no discurso de Ruggiero Grieco, que manifestou idéias semelhantes às de Togliatti sobre a questão russa e Mauro Scoccimarro, que traduziu o pensamento de Gramsci quase literalmente. Na declaração de Grieco se percebe a “oscilação” dos dirigentes do partido quanto à questão russa e sua posição em relação ao trotskismo, que o grupo stalinista utiliza “como um meio de pressão até 1938”. VACCA, Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca (intr.). In: Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca – Il Carteggio de 1926, p. 144-146.

### 3. O DISSENSO DE GRAMSCI COM O COMINTERN E O PC.dI. NOS CADERNOS DO CÁRCERE.

Das novas leituras dos **Cadernos do Cárcere** e da divulgação de cartas e documentos inéditos se pode dizer que: a) no cárcere, Gramsci não abandonou seu posicionamento político de 1926, expresso na carta ao Comintern; b) essa organização tinha conhecimento da posição de Gramsci por meio dos contatos de Togliatti com Bukharin e outros dirigentes russos. A partir daí outras especulações podem ser feitas, por exemplo, em torno da vigilância que o Comintern exerceu sobre a vida e a correspondência de Giulia, esposa de Gramsci, vigiada pela irmã Eugênia, muito ligada ao Partido, em Moscou; ou com relação aos impedimentos que se colocaram nas várias tentativas, no decorrer dos anos de cárcere, para abrir negociações no sentido de liberar Gramsci por meio da troca de prisioneiros entre Itália e União Soviética. Os sucessivos fracassos das tentativas (da esposa e de amigos como Piero Sraffa) despertaram suspeitas do próprio Gramsci.

Quanto ao dissenso com o PC.dI., a posição de Gramsci se delineia a partir da análise de cada nova situação concreta. O Partido Comunista italiano sofreu com a prisão de seus principais dirigentes e com as profundas transformações políticas e ideológicas que condicionaram o movimento comunista internacional a partir da instauração do regime stalinista, da centralização do partido russo e da imposição do modelo soviético como referência para a conquista do poder e a construção do socialismo. A adesão do PC.dI. às diretivas da Internacional Comunista se torna clara a

partir de 1929 e também o dissenso de Gramsci, cujas reflexões em torno da noção de Estado e revolução passiva, ao lado das análises sobre o fascismo, o distanciam da linha geral assumida pela maioria dos dirigentes e militantes italianos.

Para Gramsci, a situação de clandestinidade e as dificuldades de organização de um movimento de massas debilitaram os comunistas na Itália. Por outro lado, a compreensão do papel do Estado corporativo fascista na reestruturação e na racionalização do sistema capitalista levou Gramsci a entender a impossibilidade, para o proletariado, de conquistar o poder sem passar por uma fase democrática e por uma Assembléia Constituinte. Essas idéias, colocadas aos companheiros de prisão no momento em que a adesão ao stalinismo era completa, geraram o seu isolamento na prisão.

Pode-se salientar pontos do dissenso de Gramsci com o partido ao longo dos escritos e das cartas do cárcere, diferenças que se ampliam com os desdobramentos da política do PC.dI. Um desses momentos, que parece marcar a vida do prisioneiro no decorrer dos anos, permanece obscuro apesar das várias interpretações que se lhe deram e demonstra a complexidade do relacionamento de Gramsci com os companheiros de partido: trata-se da carta recebida na prisão em 1928. Expedida de Moscou (como comprovavam selos e carimbos) embora o remetente se encontrasse na Suíça, a carta foi recebida em Milão precisamente no momento em que se fazia a instrução para o processo de condenação de Gramsci. O juiz instrutor do processo sugeriu a Gramsci que o envio foi intencional para documentar e ajudar a incriminá-lo. Assinada por Ruggiero Grieco, um dos dirigentes italianos (que compunha com as

idéias de Togliatti), a carta traz informações sobre o dissenso entre o grupo de Trotski e a direção stalinista.<sup>191</sup>

Quem escreveu a carta dita “famigerada” e com que intenção? A assinatura era de Grieco, mas foi inspirada por dirigentes russos? A intenção seria mesmo a de prejudicar Gramsci e provocar o agravamento de sua situação, como insinuou o juiz instrutor de seu processo? O clima de mistério e de intriga que envolve esse escrito é fruto da imaginação de Gramsci? São questões que ocuparam Paolo Spriano<sup>192</sup> em sua última pesquisa e retornam em novos escritos como os de Giuseppe Fiori e Aurelio Lepre.

O isolamento de Gramsci no cárcere ocorreu, conforme Giuseppe Fiori,<sup>193</sup> pelo seu distanciamento da linha stalinista seguida pelo partido italiano. Tal afastamento aconteceu não por falta de informações sobre a política comunista, mas por uma clara opção política no sentido de manter as posições tomadas desde 1926. Além de vários testemunhos de prisioneiros que conviveram com Gramsci no cárcere, tem-se duas

---

<sup>191</sup> Encontrada com outros documentos da polícia no Arquivo Central do Estado em 1968, foi publicada pela primeira vez in: *Rinascita*, a. XXV, n. 32, em agosto do mesmo ano e, depois, por SPRIANO, P., Gramsci in carcere e il partito. L’Unità, 1988, p. 135-137. A carta, afirma que “as medidas tomadas contra Trotski e outros foram, com certeza, dolorosas, mas não era possível agir diversamente”; continua com uma breve análise da situação internacional e da formação de um bloco anti-russo para acentuar que, nessa situação, não se podia ficar do lado da oposição. O autor parece querer ironizar em torno da situação de Gramsci e, de forma maldosa, acentua: “você que, (agora) tem ‘a sorte’ de poder ler, pode me pedir quais os livros que deseja e se posso enviar”.

<sup>192</sup> SPRIANO, P., Gramsci in carcere e il partito. L’Unità, 1988. SPRIANO, P. L’ultima ricerca di Paolo Spriano (i documenti segreti dagli archivi dell’Urss sui tentativi per salvare Antonio Gramsci). Roma : L’Unità, 1988.

<sup>193</sup> FIORI, G. Gramsci, Togliatti, Stalin. Bari-Roma : Laterza, 1991. Para Fiori, é desmesurada a importância que Gramsci deu à carta de Grieco a partir da maldosa insinuação do juiz instrutor do processo, o qual poderia ter como objetivo instalar na “alma do prisioneiro o germen da suspeita” (p. 62)

cartas de 1931 escritas a Tatiana onde Gramsci diz sentir-se isolado tanto no terreno político e cultural quanto afetivo.<sup>194</sup>

O ostracismo do partido e a distância dos familiares, esta imposta principalmente pelas dificuldades de comunicação, geraram uma amarga solidão que, em 1933, se manifestou em termos de desconfiança, suspeita de traição e em velada acusação aos companheiros de partido, na referência à estranha e, no entender de Gramsci, celerada missiva de 1928, assinada por Grieco. O fato o incomodou, tanto que é abordado em uma carta de abril de 1928, escrita à mulher, Giulia,<sup>195</sup> e é retomado em 1933 em duas cartas escritas a Tatiana,<sup>196</sup> isto é, depois de cinco anos de reflexão sobre o motivo gerador da estranha mensagem, aparentemente afetuosa, solidária e consoladora mas,

<sup>194</sup> A primeira carta, de 13 de julho de 1931, salienta a impressão de que a “cada dia se rompe um novo fio” de seus liames com o mundo e com o passado e que parece se tornar “cada vez mais difícil religar os fios rompidos”. A segunda carta, escrita vinte dias depois (03 de agosto), retoma o discurso para explicar que se trata de uma questão vital e que ele não tinha mudado no terreno cultural (ou seja, o que havia mudado era o mundo político e cultural) e se sentia isolado no próprio terreno que, em si, deveria suscitar liames afetivos. GRAMSCI, A. e SCHUCHT, T. Lettere (1926-1935), Torino, Einaudi, 1997, carta n. 433, p. 732 e carta n. 444, p. 748. Para Fiori os “fios rompidos” se referiam tanto aos companheiros de prisão e aos dirigentes no exílio quanto à mulher, cada vez mais distante, em função do controle que sofria da parte do Partido. Essa carta não aparece na primeira publicação, de 1947, realizada aos cuidados de Togliatti.

<sup>195</sup> “Recebi recentemente uma estranha carta assinada Ruggiero, que pedia uma resposta. Talvez a vida carcerária me tenha tornado mais desconfiado de quanto pediria a normal sabedoria; mas o fato é que esta carta, a despeito de seu selo e carimbo postal, me deixou irritado”. GRAMSCI, A., Lettere dal Carcere. Torino : Einaudi, 1975, p. 207.

<sup>196</sup> GRAMSCI, A., Lettere dal Carcere, 05 de dezembro de 1932, p. 709-712 e 27 de fevereiro de 1933, p. 753-756, também citadas por Fiori. Na primeira, Gramsci diz: “As vezes, quem quer consolar, ser afetuoso, na realidade pode ser o mais feroz dos torturadores. (...) Recordas que em 1928, quando estava no judiciário de Milão, recebi uma carta de um ‘amigo’ que estava no exterior? Lembra que te falei dessa carta muito ‘estranha’ e fiz referência ao que disse o juiz instrutor: ‘O senhor tem amigos que certamente desejam que permaneça um tempo na prisão’? Pois bem, aquela carta era extremamente ‘afetuosa’... (...) se pode cometer um ato criminoso desejando fazer o bem... (...) pode ser que quem escreveu fosse irresponsavelmente estúpido e alguém menos estúpido o tenha induzido a escrever.” Essas cartas foram censuradas por Togliatti na primeira publicação. VACCA, G. Appuntamenti con Gramsci. p. 135.

na opinião de Gramsci, formada a partir das palavras do juiz instrutor, precipitada e irresponsável. Gramsci parece entender que o motivo se ligava ao seu posicionamento político de 1926:

A conclusão, resumidamente, é esta: eu fui condenado a 04 de junho de 1928 pelo Tribunal Especial, ou seja, por um colégio de homens determinados que se poderia nominalmente indicar com endereço e profissão na vida civil. Mas este é um erro. Quem me condenou foi um organismo muito mais vasto do qual o Tribunal Especial não foi mais que a indicação externa e material que cumpriu o ato legal da condenação. Devo dizer que entre estes ‘condenadores’ creio esteja também Iulca, antes, estou firmemente convencido, inconscientemente; e há uma série de outras pessoas menos inconscientes. Esta é a minha persuasão, já ferreamente ancorada porque é a única que explica uma série de fatos sucessivos e congruentes entre si.<sup>197</sup>

Sentia-se, portanto, condenado não apenas pelo fascismo, mas vislumbrava outros “condenadores”, entre eles a própria esposa e, principalmente, os companheiros de partido que o haviam abandonado, na sua opinião, por suas posições políticas. A mesma carta acentua que embora viva no cárcere, isolado de todas as fontes de comunicação direta e indireta, conseguia reunir “elementos de juízo e de reflexão”. Na verdade, dizia, tais elementos “chegavam desorganicamente”, de modo fragmentário, “a longos intervalos, como não pode deixar de ser, dos discursos ingênuos daqueles que ouvia falar ou fazia falar e que, de quando em quando, traziam ecos de outros ambientes, de outras vozes, de outros juízos, etc.” Mesmo assim, possibilitavam compreender e avaliar a situação política internacional. Acentuava: “ainda não perdi todas as qualidades de crítica ‘filológica’; sei separar, distinguir, diminuir os exageros tencionados, integrar, etc.”<sup>198</sup>

<sup>197</sup> GRAMSCI, A. e SCHUCHT, T. *Lettere (1926-1935)*. Carta n. 707, p. 1210-1211.

<sup>198</sup> *Idem*, *ibidem*.



Entende-se que a observação de Gramsci se formou e se alimentou principalmente de seu conhecimento (que ele reconhece limitado, mas existente) da situação política externa, tanto dos desdobramentos autoritários do regime soviético e da censura por ele exercida sobre Giulia, quanto da orientação partidária dos companheiros italianos que aderiram à linha stalinista.<sup>199</sup>

Na leitura de Fiori, Togliatti sabia do dissenso de Gramsci pelo menos desde 1931, mas manteve silêncio a respeito. Gramsci, por sua vez, a partir das reflexões em torno dos motivos da carta de Grieco, perdia a confiança nos companheiros de partido a ponto de pedir a Tatiana segredo sobre as gestões diplomáticas a serem encaminhadas para a sua liberação. Os “italianos” não deveriam tomar conhecimento dos planos para que os entendimentos não corressem risco de fracasso.<sup>200</sup> Coincidentemente os temores de Gramsci se concretizaram precisamente porque os comunistas italianos, demonstrando falta de sensibilidade política, retomaram a campanha publicitária pela sua liberação e publicaram o certificado clínico sobre a sua grave condição de saúde justamente no momento em que tramitava um recurso de aplicação favorável a Gramsci de um decreto de anistia e indulto. A campanha parece ter realmente alterado o curso

---

<sup>199</sup> Esta é também a opinião de LEPRE, A. Il prigioniero – Vita di Antonio Gramsci. Bari-Roma : Laterza, 1998, p. 183; entendemos que esse autor levantou problemas importantes, mas fez uma abordagem superficial de algumas questões que poderiam ser melhor aprofundadas e sedimentadas em pesquisa documental; outras colocações nos parecem equivocadas, como a que parte do dissenso em relação ao partido para afirmar que “Gramsci parecia temer que a prisão pudesse transformar também suas convicções políticas” (p. 186).

<sup>200</sup> Carta de Tatiana a Sraffa, 11.02.1933, citada por FIORI, G., Gramsci, Togliatti, Stalin, p. 71. Em carta a Giulia, Tatiana acentua a recomendação de Gramsci segundo a qual “os italianos não devem saber de nada, tendo em conta os erros, voluntários ou involuntários, cometidos no passado”. In: SCHUCHT, T., Lettere ai familiari. Roma : Riuniti, 1991, p. 141. Também em: GRAMSCI, A. e SCHUCHT, T. Lettere (1926-1935). Carta n. 740, nota n. 2, p. 1255.

do processo, provocando a ira dos fascistas e a revisão da resposta do presidente do Tribunal Especial. Togliatti reconheceu o erro, mas não havia mais nada a fazer.<sup>201</sup>

As recentes pesquisas de Giuseppe Vacca procuram mostrar a crítica radical ao stalinismo nas entrelinhas dos Cadernos, nas reflexões sobre a passagem do Estado-classe à sociedade regulada, na crítica ao economicismo, na noção de democracia e nas polêmicas com Trotski, que podem ser todas consideradas como endereçadas a Stalin, já que este as reinterpreto e adotou em sua política.<sup>202</sup>

Sem dúvida, a questão da estratégia de “frente única”, de inspiração leniniana mas reinterpretada por Gramsci a partir de novas situações concretas, foi o ponto fundamental de dissenso com a Internacional Comunista que, após 1928, abandonou definitivamente essa política. Gramsci, por sua vez, a desenvolveu a partir de 1930 na palavra de ordem da Constituinte como forma de enfrentamento da questão da superação do fascismo.

Porém, o conceito mais significativo que Gramsci produziu nos **Cadernos do Cárcere** foi o de hegemonia enquanto rompimento com a idéia de evolução em etapas ou de progressão linear da revolução em dois tempos, implicando a efetivação da revolução burguesa, a tomada do poder pelo proletariado e a transformação coercitiva

---

<sup>201</sup> GRAMSCI, A. e SCHUCHT, T. Lettere (1926-1935). Carta n. 728, nota 2, p. 1238-1239 e carta n. 776, nota 1, p. 1305. Na verdade, a questão parece bem mais complexa porque, antes da publicação do diagnostico do Prof. Arcangeli, um médico enviado pelo Ministério público submeteu Gramsci a um longo interrogatório com o objetivo de contestar o parecer do médico anterior e mostrar que as doenças do prisioneiro tinham origem anterior à prisão (como o mal de Pott); Gramsci relatou a visita em carta a Tatiana e acabou corroborando esse parecer ao rememorar o fato de sua queda, na infância; essa carta foi seqüestrada e enviada ao Ministério. A campanha sobre o grave estado de saúde de Gramsci foi o pretexto para negar definitivamente o seu pedido.

<sup>202</sup> VACCA, G., Gramsci e Togliatti. Roma : Riuniti, 1991, p. 25-26.

da sociedade. A revolução é entendida como um processo de construção política e cultural ao longo de situações de correlação de forças que se apresentam no cotidiano da sociedade. Essa construção se funda necessariamente na aliança operário-camponesa em escala mundial como condição para a transformação das relações de produção capitalistas e a construção do socialismo, da qual Gramsci não abriu mão em nenhum momento de sua produção teórica. Além de se opor à utilização de meios coercitivos contra classes sociais aliadas<sup>203</sup> (como a classe camponesa, submetida à força com as novas medidas econômicas no regime stalinista), Gramsci propunha, com base na experiência ordinovista, uma estrutura partidária aberta, com a participação efetiva das massas, em contínuo processo de construção e de renovação, que deveria prefigurar na prática um novo tipo de sociedade e de Estado, ou seja, algo que se distanciava daquilo que estava sendo realmente consolidado na Rússia com a ditadura stalinista. E certo que os escritos do cárcere só foram conhecidos depois de 1947, mas Gramsci expunha sua posição política aos companheiros de prisão, tanto que Togliatti sabia, por meio de Terracini, do dissenso de Gramsci.

Como diz Giuseppe Vacca, a concepção gramsciana de hegemonia é muito mais elaborada e sofisticada que a de Lenin.<sup>204</sup> Uma teoria que prima pela originalidade e profundidade, que inova e principalmente supera os limites estreitos das estratégias políticas do período stalinista. A crítica ao economicismo, por exemplo, parece retomar e aprofundar o que Leonardo Paggi salienta como “o sinal de alarme” contido no documento de 1926 em torno dos desdobramentos e deformações do processo

---

<sup>203</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 23, p. 1612-1613.

<sup>204</sup> VACCA, G., Gramsci e Togliatti., p. 10.

revolucionário caso esse tomasse o rumo que se anunciava nas medidas contra Trotski.<sup>205</sup>

Na verdade, um dos pontos que Gramsci salienta no referido documento e aprofunda nos **Cadernos do Cárcere** é a possibilidade de a União Soviética perder a sua função internacional ou ter que redimensionar e redefinir a luta revolucionária internacional a partir dos encaminhamentos da questão russa. Os escritos carcerários acentuam que nessas condições a estrutura do Estado soviético tendia a modificar-se. Na base dessas mudanças, além dos desdobramentos da situação gerada com a estratégia política, Gramsci apontava uma concepção fatalista e mecânica da história, a “aversão de princípio aos compromissos”, que tinham como manifestação subordinada o “medo dos perigos” e a convicção férrea de que “as leis objetivas são do mesmo caráter que as leis naturais”. Estas características do economicismo impossibilitavam superar a fase econômico-corporativa em que se encontrava o Estado soviético e, por isso, precisava recorrer à coerção para a efetivação de seus objetivos.<sup>206</sup>

A caracterização do Estado Soviético como uma estrutura que se enrijecia mecanicamente na burocracia buscando uma situação estável e permanente que só podia ser alcançada por meio da coerção, evidencia o seu conhecimento da situação russa e o seu desacordo com tal política. Para Gramsci, na organização do Estado, a “predominância do centralismo burocrático indica que o grupo dirigente está saturado”, que “tende a perpetuar os seus privilégios mesquinhos controlando ou, inclusive,

<sup>205</sup> PAGGI, L. Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo, p. 366 a 375.

<sup>206</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 23, p. 1611-1612 e Quaderni del Carcere, 8 (XXVIII), par. 185, p. 1053.

sufocando o surgimento de forças contrastantes, mesmo se estas forças se confundem com os interesses dominantes fundamentais”.<sup>207</sup>

A função de um Estado socialista era, para Gramsci, a de iniciar a sociedade para a vida estatal autônoma por meio da criação e do fortalecimento de uma sociedade civil que, historicamente, não tinha sido possível criar na Rússia antes da tomada do poder. E a sociedade política ou “governo de funcionários”, à qual se dá, comumente, o nome de Estado e que, “vulgarmente, é entendida como todo o Estado”, teria a função de desenvolver e produzir novas formas de vida estatal em que as iniciativas individuais e dos grupos pudessem ter expressão “estatal”, ainda que não se devam ao ‘governo dos funcionários’ (tornando, assim, ‘espontânea’ a vida estatal)”.<sup>208</sup>

Entende-se, nesse contexto, que sociedade política e sociedade civil formam o Estado, havendo uma necessidade de efetiva participação das massas e de crítica permanente à atuação dos dirigentes no estágio de construção de uma nova sociedade, num processo que gere condições de surgimento de uma sociedade civil forte e organizada, base para o que Gramsci denomina “autogoverno” e para tornar “espontânea” a vida estatal. Tem-se, nos Cadernos, um posicionamento claro contra o fortalecimento da sociedade política, o fanatismo e a ausência de crítica, tudo o que prevaleceu na União Soviética com o regime stalinista.

O período crucial que caracterizou o distanciamento de Gramsci em relação à política partidária se estendeu de 1929 até o fim de sua vida. por volta de 1934, embora a adesão ao stalinismo prevalecesse no Partido Comunista Italiano, houve uma

---

<sup>207</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 36, p. 1634.

<sup>208</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 8 (XXVIII), par. 130, p. 1020-1021.

retomada do discurso da frente popular e se reorientou a política italiana com uma aproximação com o movimento espanhol e o reforço do discurso democrático. Porém, Gramsci teve pouca influência nesse processo, não apenas pelo isolamento político e intelectual a que foi relegado mas pelo desconhecimento do conteúdo de seus escritos, só publicados a partir de 1947.

#### 4. TOGLIATTI COMO DIVULGADOR DA HERANÇA LITERÁRIA E POLÍTICA DE GRAMSCI:

Entre as inúmeras pesquisas dedicadas a esclarecer os complicados liames entre o pensamento de Gramsci e a interpretação de Togliatti tem-se os escritos de Guido Liguori, que procurou salientar os elementos de continuidade e ruptura na apresentação togliattiana de Gramsci. Para Liguori, Togliatti começou a se referir a Gramsci como o líder da classe operária italiana já em 1927, tomando posição clara em defesa da linha política delineada no Congresso de Lion, que era substancialmente a linha gramsciana. Liguori reconhece “um certo uso” da herança gramsciana por Togliatti a partir de 1944, uso que entende como fruto de uma escolha política, determinada não apenas pela necessidade de redefinir e legitimar a atuação do PCI em torno de uma unidade nacional dos comunistas, mas também de “fornecer uma tradição histórica unificadora à massa de novos militantes que afluíram durante a Resistência e de estabelecer um

terreno de encontro com os intelectuais antifascistas”.<sup>209</sup> Tratava-se de buscar na figura de Gramsci e em sua teoria política elementos para elaborar uma história do partido que possibilitasse uma ampla integração dos jovens que aderiam, assim como das novas forças democráticas renovadoras que precisavam ser reunidas em torno dos objetivos de luta do partido.

O “uso”, não apenas do texto mas também da imagem de Gramsci, se esclarece a partir do vasto material de publicações de Togliatti. Desse material é necessário salientar um artigo de 1937, nascido de um discurso pronunciado em Moscou em 27 de maio, um mês após a morte de Gramsci.<sup>210</sup> O discurso inicia com a apresentação de Gramsci como “chefe da classe operária italiana”, grande companheiro e amigo, mártir nas mãos do regime fascista. Por meio de uma biografia simplificada exaltando o companheiro e fundador do Partido Comunista, Togliatti procura mostrar que o itinerário político de Gramsci foi da “extrema esquerda do partido socialista” nos primeiros meses da guerra para a organização e a direção dos Conselhos de fábrica aproximando-se, no decorrer de sua atividade política e participação junto ao movimento operário, “das

---

<sup>209</sup> LIGUORI, G. Tradizione e identità di partito in Togliatti interprete di Gramsci. In: **Critica Marxista**, 1988, n. 3-4, p. 255. Esta leitura é retomada em LIGUORI, G. Gramsci conteso, p. 28-45.

<sup>210</sup> TOGLIATTI, P. In memoria di Antonio Gramsci. In: **Critica Marxista**, 1991, n. 6, p. 123-134, com introdução explicativa de PISTILLO, M. Un discorso sconosciuto di Togliatti su Gramsci del 1937. Idem, p. 117-122. Esse primeiro discurso serviu de base para a elaboração do artigo “Antonio Gramsci, capo della classe operaia italiana” publicado em **Lo Stato Operaio** (maio-junho 1937 e abril 1938) e, posteriormente em opúsculo pela Società Editrice L’Unità, Roma, 1944. Nesse texto, que praticamente introduziu Gramsci como dirigente do Partido e mártir do fascismo, Togliatti expõe o processo de condenação e o sofrimento de Gramsci na prisão com o objetivo de desvelar os mecanismos de repressão utilizados pelo fascismo desde o assassinato de Matteotti, em 1924, até a morte de Amendola e Gobetti. Togliatti apresenta Gramsci como o primeiro marxista da Itália, o primeiro bolchevique italiano, porque foi educado na escola do marxismo-leninismo.

posições fundamentais do marxismo-leninismo, que lhe deram a possibilidade de percorrer a estrada justa” na análise dos fundamentos econômicos e políticos da revolução italiana.<sup>211</sup> Togliatti afirma que Gramsci foi um marxista autêntico e rigoroso porque entendeu “os ensinamentos de Marx, Engels, Lenin e Stalin” e, a partir daí, o mostra como fundador e guia do partido comunista italiano.<sup>212</sup> Evidente que, nesse momento, Togliatti ainda não conhecia o conteúdo dos cadernos (material em fotocópias que ele recebeu apenas em 1938) e formulava uma opinião a partir dos interesses partidários imediatos, num momento em que prevalecia o regime de terror stalinista, ao qual a adesão do PCI se mostrava clara.

Ao longo dos anos seguintes, os breves acenos ao conteúdo dos escritos gramscianos se tornam freqüentes nos artigos de Togliatti. Os discursos publicados a partir de seu retorno à Itália (1944), depois de sua participação no movimento revolucionário espanhol, comparados com o material posteriormente dado a conhecer na edição temática, demonstram o conhecimento gradativo do conteúdo dos Cadernos e, ao mesmo tempo, a simplificação do conteúdo da teoria gramsciana, realizada com objetivos de propaganda e de legitimação de uma política partidária que salientava a função nacional do proletariado na reconstrução democrática da Itália.

Nesses artigos, não se encontra nenhum aceno ao dissenso de 1926: Togliatti apresentava Gramsci como amigo e mestre cujo conhecimento e convivência pessoal ele entendia como um privilégio. Era nos ensinamentos de Gramsci que se inspiravam as novas alianças políticas e a idéia do novo partido. Quando, em 1938, Angelo

---

<sup>211</sup> TOGLIATTI, P. In memoria di Antonio Gramsci, p. 126.

<sup>212</sup> Idem, p. 132.



Tasca<sup>213</sup> publicou a carta de Gramsci de 1926, no momento em que a caça stalinista aos dissidentes estava aberta e alguns comunistas italianos pediram “uma pública autocritica do pretenso trotskismo de Gramsci” implícito na carta, Togliatti se declarou contra esse método de retomar o passado.<sup>214</sup>

Sempre anunciando a próxima publicação dos escritos carcerários e das cartas, os discursos de Togliatti faziam referência a algumas passagens dos Cadernos e demonstravam o encaminhamento de suas leituras: a profunda e complexa crítica gramsciana à filosofia de Croce é reduzida por Togliatti, nos escritos dessa época, à crítica a um instrumento de domínio burguês puro e simples. Croce era apresentado como um intelectual que exercia uma forte influência sobre a intelectualidade do último século, como uma ditadura intelectual que, de modo mecânico, visava assegurar a ditadura da burguesia reacionária no âmbito econômico e político.<sup>215</sup>

Em outros artigos da época, Togliatti celebra Gramsci como “o maior italiano do século”, que soube entender o papel fundamental dos intelectuais junto à sociedade no decorrer da história italiana, acentuando o empenho de Gramsci em torno de uma unidade das forças progressistas contra o fascismo. Recorrendo a Gramsci, Togliatti propunha “uma unidade da classe operária, dos partidos operários na luta em defesa da democracia, unidade com os partidos não operários na luta contra o fascismo, unidade

---

<sup>213</sup> TASCA, Angelo, um dos companheiros de Gramsci na fundação e organização do jornal **L'Ordine Nuovo**; com ele Gramsci manteve uma grande polêmica em torno do papel dos sindicatos no processo revolucionário.

<sup>214</sup> BADALONI, N. Espansione democratica e controllo sulle catastrofi in Togliatti ‘politico’ e ‘interprete’ di Gramsci. p. 30.

<sup>215</sup> TOGLIATTI, P. L’eredità letteraria di Gramsci. In: **L'Unità**, 30 aprile 1944, p. 3; citado por Liguori como de atribuição segura, embora sem assinatura.

das massas operárias socialistas com as massas trabalhadoras católicas para criar um grande bloco nacional” com o objetivo de “fechar todos os caminhos ao fascismo”.<sup>216</sup> Ora, esse era o discurso de Gramsci já em 1930, quando o Partido Comunista Italiano, alinhado ao stalinismo, defendia uma passagem direta da ditadura fascista à ditadura proletária. Se, em 1930-1931, a referência gramsciana a uma constituinte e a uma “fase democrática” causou o seu isolamento no cárcere, agora servia de bandeira para a reconstrução do partido.

Na política de unidade nacional Gramsci também era lembrado na definição (genérica) de revolução democrática enquanto uma política de direção popular: ante as especificidades da situação italiana se fazia necessário reunir as forças democráticas sob a direção da classe operária, modo mais eficaz para encaminhar a reconstrução econômica de pós-guerra que, Togliatti acentuava, devia se realizar “segundo princípios de justiça social e solidariedade nacional”, respeitando as particularidades da situação concreta (que, em seu entender, implicavam a preservação da propriedade privada, como esclarece nesse texto, para frisar a diferença com uma revolução socialista).<sup>217</sup>

O claro domínio do conteúdo dos Cadernos e a orientação política da interpretação emanam do prefácio ao primeiro volume dos Cadernos na edição temática – **Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce**: salientando que Gramsci desejava escrever alguma coisa “fur ewig”, de acordo com as exigências “de objetividade, probidade, seriedade científica e de pesquisa desinteressada da

---

<sup>216</sup> TOGLIATTI COMEMORA GRAMSCI A NAPOLI: Nello spirito di Gramsci sulla via della rinascita. *L'Unità* (ed. romana), 01.05.1945, fl. 2, Biblioteca Fundação Feltrinelli, Milão.

<sup>217</sup> TOGLIATTI, P. La rivoluzione democratica. *L'Unità*, 10.06.1945, Ano XXII, n. 54, L.2. Biblioteca Fundação Feltrinelli, Milão

verdade”,<sup>218</sup> Togliatti retoma o esboço programático delineado por Gramsci na carta de 1927 endereçada a Tatiana para demonstrar que Gramsci, já nos primeiros anos de cárcere, reorientou sua pesquisa no sentido de privilegiar o problema dos intelectuais no contexto do qual desenvolveu a crítica a Croce:

Quando Gramsci declara, na carta supra citada, que existe homogeneidade entre os quatro argumentos que se propõe estudar enquanto em sua base está o espírito popular criativo, ele não disse tudo, até porque devia continuamente considerar a censura e evitar qualquer suspeita que se traduziria imediatamente na impossibilidade de receber os livros e o material necessário para estudar e trabalhar.<sup>219</sup>

Togliatti segue afirmando que o interesse de Gramsci girava em torno do problema da criação de um novo Estado operário, ou seja, o “problema da hegemonia da classe operária na sociedade moderna e a função dos intelectuais e da cultura neste novo Estado e sociedade”.<sup>220</sup> Descrevendo o percurso teórico dos Cadernos, Togliatti acentua que os escritos do volume ora publicado eram, em certo sentido, “o coroamento de todas as pesquisas conduzidas por Gramsci nos anos do cárcere”.<sup>221</sup> Acrescenta ainda que esse trabalho só poderia ser entendido e valorizado em todo o seu significado e extensão a partir da “atividade teórica e prática de Lenin e de Stalin”.

<sup>218</sup> Prefazione. In: GRAMSCI, A., Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce. Torino : Einaudi, 1949, p. XVII.

<sup>219</sup> Prefazione, p. XV. Segue-se uma nota que salienta que na carta citada existe uma indicação de sua intenção de estudar Croce.

<sup>220</sup> Idem, ibidem.

<sup>221</sup> Desse ponto de vista, a obra começou a ser apresentada pelo final. A edição crítica, que foi publicada em 1975 e apresenta os cadernos em ordem cronológica, situa a redação dos escritos sobre a filosofia de Benedetto Croce (Caderno 10), entre 1932-35. A partir do trabalho filológico de Gerratana, nada autoriza a dizer que esses escritos sejam o coroamento das pesquisas de Gramsci.

Para comprovar essa afirmação, Togliatti retoma um fragmento dos Cadernos em que Gramsci relaciona “cristianismo e paulinismo” como a expressão histórica mais exata do cristianismo, para deduzir, a partir daí, que o “marxismo de Gramsci é o marxismo-leninismo”.<sup>222</sup>

A parte mais evidente de interpretação fundada nos interesses políticos imediatos ocorre a partir de uma citação de Gramsci, que Togliatti retoma com o objetivo de mostrar que Gramsci precisava vencer os obstáculos impostos pela censura carcerária. A citação é permeada entre parêntesis pela interpretação de Togliatti: acentuando que Lenin, na opinião de Gramsci, valorizou a questão cultural no contexto da doutrina da hegemonia, Togliatti esclarece “hegemonia do proletariado, isto é, das alianças da classe operária” e elimina completamente a classe camponesa dessa aliança, questão que era fundamental para Gramsci, que frisou claramente o absurdo de jogar a classe operária contra as classes potencialmente aliadas (que foi a tática stalinista). Em seguida, interpreta Estado-força como ditadura do proletariado e acentua que a referência gramsciana à doutrina da revolução permanente tem como objeto “a doutrina de Marx e não a falsificação realizada por Trotski”.<sup>223</sup>

Mais adiante, afirma que “não seria difícil traduzir na linguagem usual dos marxistas todas as notas” gramscianas, mas acevera que não houve, “em nenhum caso”, intenção “de modificar o texto”. Na sequência do prefácio Togliatti procura justificar o

---

<sup>222</sup> Prefazione, p. XV e XVI. Podemos considerar que a observação de Gramsci sobre o Cristianismo, por motivos de censura, se apresente como uma forma de reflexão em torno da relação entre a teoria de Marx e a teoria de Lenin; mas concluir daí que Gramsci foi um marxista-leninista, que teria aderido ao stalinismo, é realmente forçar a leitura.

<sup>223</sup> Prefazione, p. XIX e XX; percebe-se claramente a intenção de vincular o pensamento de Gramsci à teoria stalinista.

reagrupamento das notas por ordem temática, argumentando que a descontinuidade do texto gramsciano se devia (apenas) às circunstâncias que dificultaram o seu livre acesso ao material bibliográfico necessário para desenvolver uma pesquisa continuada. Subentende-se que, ao reordenar os fragmentos, Togliatti está efetuando um trabalho de acabamento que visa não apenas facilitar a leitura mas realizar a própria intenção do autor.<sup>224</sup>

Togliatti entende ainda que as alterações são de forma e não de conteúdo. O prefácio finaliza com o esclarecimento do que foi tecnicamente alterado, de acordo com o que se entendia útil e estritamente necessário para a compreensão do leitor: a ordem temática, o título, a divisão em capítulos, as notas de pé de página.

Essa “estrita intromissão”, que se pretende inocente, realmente alterou o conteúdo e a compreensão do texto e apresentou ao mundo uma interpretação que, por ser realizada na primeira edição, exerceu enorme influência na leitura posterior dos escritos gramscianos.

Na verdade, a interpretação que Togliatti fez dos textos gramscianos foi permeada das contradições que caracterizaram as suas atitudes ante os desdobramentos do stalinismo e os interesses do PCI no decorrer do processo político de pós-guerra. Uma leitura que adaptou a teoria gramsciana às necessidades da política imediata, o que não se podia efetivar sem contradições.

No entender de Liguori, a publicação de **Il materialismo storico e la filosofia de Benedetto Croce** (1948) ocorreu num momento em que havia um recrudescimento da

---

<sup>224</sup> Prefazione, p. XX.

repressão stalinista num cenário que se chamou “os anos de chumbo”, o que acentuou a distância entre o conteúdo anti-mecanicista e profundamente dialético dos escritos gramscianos e a política do momento. Dessa forma, o texto surpreendeu e gerou muitos questionamentos produzindo uma renovação das pesquisas em áreas como a história, a literatura e principalmente a ciência política.

A reinterpretação togliattiana da teoria política de Gramsci a partir das exigências imediatas da prática continuou no decorrer dos anos. A nova situação da política internacional no pós-guerra e os desdobramentos do stalinismo levaram Togliatti a repropor uma nova linha de ação que predominou até 1956: essa nova política se propunha uma releitura da história italiana no sentido de formular uma cultura de conteúdo socialista e nacional-popular enraizada no conhecimento e na valorização de pensadores como Spaventa, De Sanctis e Labriola, para desembocar finalmente em Gramsci. Para Liguori, a tradição italiana e o método de Gramsci eram o modo e o meio de, nessa nova situação, tomar distância do modelo stalinista, o que se deve reconhecer em Togliatti, apesar de suas contradições.<sup>225</sup> Essa questão é polêmica e outros intérpretes, como Fiori e Vacca, discordam dessa conclusão.

Outra leitura importante no esclarecimento dos liames entre o pensamento de Gramsci e a interpretação de Togliatti é a de Paolo Spriano que, como já frisamos, pesquisou uma vasta documentação sobre as tentativas de liberação de Gramsci da prisão fascista e os pontos obscuros a esse respeito. Spriano localiza o dissenso radical de Gramsci da linha do partido como evidente a partir de março de 1931, conforme o

---

<sup>225</sup> LIGUORI, G. *Tradizione e identità di partito...*, p. 265-366.

conteúdo de uma carta de Terracini. Isso não significou porém, na opinião de Spriano, motivo de abandono do prisioneiro à sua sorte por parte do partido, mas se continuou a buscar vias para a sua liberação. Spriano reconhece, no entanto que, depois de dezembro de 1933 (ocasião em que Longo cita o ensaio gramsciano de 1926 sobre a questão meridional), “não se encontra mais nenhuma referência político-teórica a Gramsci” nas publicações dos comunistas italianos.<sup>226</sup>

Resta comparar as pesquisas de Giuseppe Fiori e o trabalho de Giuseppe Vacca: embora Vacca critique como apressadas algumas conclusões de Fiori, sobressai nas duas pesquisas a intenção clara de Togliatti de esconder ou amenizar o dissenso de Gramsci com o Comintern e, depois de 1930, com as orientações políticas do Partido Comunista Italiano, principalmente depois do VI Congresso da Internacional Comunista.

Vacca salienta ainda que a edição temática evitou que viesse à luz a ruptura política que se expressava na “radicalidade da crítica dos fundamentos do bolchevismo”. Cartas da época demonstram que Togliatti “regulou a difusão do pensamento de Gramsci tendo como base a compatibilidade que ele próprio (Togliatti) estabelecia entre a política do ‘partido novo’ e o seu fazer parte do movimento comunista internacional”.<sup>227</sup> As novas cartas de Gramsci, Togliatti e Tatiana, publicadas na década de 90, permitem esclarecer as divergências teóricas de Gramsci. Além das cartas, a sua crítica ao marxismo-leninismo emana da edição crítica dos **Cadernos do Cárcere**.

---

<sup>226</sup> SPRIANO, P. Gramsci in carcere e il partito. Roma : L’Unità, 1988, p. 60-62.

<sup>227</sup> VACCA, G. Appuntamenti con Gramsci, p. 140-141.

Fiori salienta as mudanças de atitude de Togliatti desde a carta de 1926 para mostrar que seu posicionamento político pode parecer contraditório mas se desdobra no sentido de um alinhamento com a diretiva de Stalin. Um exemplo citado por Fiori é o modo como Togliatti agiu em relação a Tasca, companheiro de fundação do jornal *L'Ordine Nuovo*: de um tratamento cordial em 1928, Togliatti passou à crítica depois da clara manifestação de Tasca contra os métodos de Stalin, acusando Tasca de “ultraoportunista” ante o executivo ampliado do Comintern reunido em julho de 1929. Sabe-se que o acirramento da caça aos dissidentes, em certo momento, colocou também Togliatti sob suspeita mas, conforme Fiori, “Togliatti se adequou”, assumiu o discurso stalinista e pediu medidas enérgicas contra os “oportunistas”.<sup>228</sup>

Depois da expulsão de Tasca do partido seguiu-se a de Bordiga e, em seguida, a de Leonetti, Tresso, Ravazzoli e Silone (1930), por refutarem a tese staliniana, assumida por Togliatti, da próxima catástrofe do fascismo.<sup>229</sup> Na leitura de Spriano, que tem como referencial um testemunho de Bruno Tosin, que esteve na prisão com Gramsci em 1930, Gramsci apoiou o procedimento do partido. A sua discordância incidia apenas na interpretação que o partido fazia das relações de força do momento e da crença em uma ruptura do regime fascista de modo a possibilitar a retomada da revolução socialista na Itália. Gramsci sustentava que se deveria pensar num “período de transição com a queda do fascismo, que ele não julgava iminente”.<sup>230</sup>

Fiori, por sua vez, acentua que Gramsci dissentia do encaminhamento dado pelo

---

<sup>228</sup> FIORI, G. Gramsci, Togliatti, Stalin, p. 32-35.

<sup>229</sup> Idem, p. 37.

<sup>230</sup> SPRIANO, P., Gramsci in carcere e il partito, p. 56-58.



partido no caso das expulsões, que entendia precipitadas, e não perdia ocasião de manifestar sua opinião entre os companheiros de cárcere. Togliatti tomou conhecimento da posição de Gramsci por intermédio de Terracini, que criticava as medidas contra os dissidentes e ainda ironizava dizendo que os “hóspedes de Regina Coeli, em 1928”, não apenas discutiam um período democrático como pensavam nas táticas que o partido deveria seguir para participar, ou seja, estavam “imersos até o nariz no pântano oportunista”.<sup>231</sup>

Retomando comentários de Raul Mordenti, a leitura de Fiori acentua que, se Togliatti merece reconhecimento porque sem ele Gramsci poderia terminar como sempre temeu, ou seja, “desaparecer sem deixar traços”, é necessário salientar também que Togliatti apresentou ao mundo o Gramsci que interessava a um partido alinhado com o stalinismo, isto é, um teórico que se ocupou pouquíssimo com a economia (o que não é verdadeiro: Gramsci faz uma reflexão heterodoxa sobre a economia) e que polemizou de forma não muito áspera com Croce. Somente depois de 1957 com a publicação, na Itália, da carta de 1926 e, após a morte de Togliatti, da correspondência inédita, se pode, enfim, conhecer “o Gramsci de Gramsci” e esclarecer o “uso” que o seu pensamento sofreu na interpretação de Togliatti.<sup>232</sup>

Para Vacca, uma das estratégias que Togliatti desenvolveu a partir da leitura de Gramsci foi a da política da unidade nacional que se traduziu na “via italiana ao socialismo”, via diversa tanto da experiência soviética quanto das outras tentativas em

---

<sup>231</sup> TERRACINI, U. *Sulla Svolta*, Milano, 1975, p. 26; apud. FIORI, G. *Gramsci, Togliatti, Stalin*, p. 41. Regina Coeli foi um dos cárceres em que esteve Gramsci.

<sup>232</sup> FIORI, G. *Gramsci, Togliatti, Stalin*, p. 101-102.

curso em outros países europeus. A diferença, conforme Vacca, “estava na relação que Togliatti estabelecia entre democracia e socialismo (entendido como modelo definido de sociedade”, como a experiência soviética ou uma sua variante, ditada por condições históricas e nacionais diversas). Um socialismo “por via democrática, pacífica, gradual, porém, capaz de dar vida a um processo de transformações políticas e econômicas entrelaçadas para configurar, no final, uma ‘nova idéia de socialismo’”.<sup>233</sup>

A partir do encaminhamento da política interna e a colaboração com a Democracia Cristã e com o Partido Socialista na concretização da Constituinte, o PCI desenvolveu uma política autônoma, não stalinista, mas desembocou numa prática de reformas que se distanciou da base teórica inicial, que foi o pensamento gramsciano. Na leitura de Vacca, o que se produziu com a “democracia progressiva” (a prática gradualista) foi “uma forma de democracia parlamentar que não pode ser assimilada às concepções de ‘democracia popular’, antes se distingue claramente” delas.<sup>234</sup>

Ligada à democracia em curso, o PCI propunha uma política econômica de reconstrução que visava o incremento da produtividade com um forte apelo à iniciativa privada e à liberdade de especulação, ou seja, uma política que se constituía num reformismo que buscava explicitamente inspiração não na Rússia stalinista mas no modelo de “controle da produção e das trocas semelhante ao existente na Inglaterra e nos Estados Unidos”.<sup>235</sup>

Conforme o momento, Gramsci assumia um novo papel na leitura de Togliatti. Para

---

<sup>233</sup> VACCA, G. Gramsci e Togliatti, p. 119.

<sup>234</sup> Idem, p. 123.

<sup>235</sup> Discurso de Togliatti citado por VACCA, G. Gramsci e Togliatti, p. 124.

refazer o percurso das reflexões de Togliatti, Vacca salienta alguns discursos de 1957-1958 em que Togliatti procurou “sublinhar a importância de Lenin no desenvolvimento do pensamento de Gramsci”, bem como salientar aspectos da leitura gramsciana da história. Acentuando uma certa originalidade de Gramsci, tanto na concepção de partido como intelectual coletivo quanto no aprofundamento de Maquiavel e da história do *Risorgimento*, Togliatti indicou “na categoria de guerra de posição e no conceito de hegemonia as bases de uma nova interpretação da época inaugurada com o fracasso da revolução na Europa dos primeiros anos Vinte”.<sup>236</sup>

Apesar de salientar momentos originais na leitura gramsciana e reconhecer a necessidade de entender os escritos de Gramsci no contexto dos momentos concretos e específicos de sua ação, Togliatti “procurou conter a figura de Gramsci no horizonte do leninismo”. Com a publicação de **Duemila pagine di Gramsci**, em 1964, se conclui o período de interpretação togliattiana e, para Vacca, essa obra assinalou a verdadeira diferença entre o texto gramsciano e “todas as imagens que até então o próprio Togliatti tinha sugerido de Gramsci”.<sup>237</sup>

Na reflexão que acompanha a antologia, Togliatti reconhece que o texto de Gramsci é muito mais profundo e vivo que a sua apresentação poderia ter feito supor. Ainda na leitura de Vacca, Togliatti parece sugerir a desvinculação “da obra de Gramsci não apenas do liame muito estreito com a elaboração da ‘via italiana’ mas também com o leninismo e o marxismo”. Essa nova imagem de Gramsci começa a emergir das

---

<sup>236</sup> VACCA, G. Appuntamenti con Gramsci, p. 155-156.

<sup>237</sup> Idem, p. 158.

novas pesquisas e interpretações que foram desenvolvidas depois da publicação da edição crítica.<sup>238</sup>

Há que acentuar que o empenho de Togliatti em recolher, organizar e publicar parte da obra de Gramsci foi importante para o reconhecimento de seu papel político e teórico mas, considerando que “não existe interpretação mais influente de um autor inédito que aquela apresentada na forma e na época de sua primeira publicação”,<sup>239</sup> a instrumentalização da reflexão gramsciana na seleção temática e na adaptação de sua teoria às exigências da política imediata condicionaram uma imagem de Gramsci que, por ter sido a primeira e a mais divulgada, tornou-se difícil de mudar. Mesmo depois de 25 anos da publicação da edição crítica Gramsci continua a ser lido e interpretado, em muitos países, com base na edição togliattiana.

Conforme novos documentos publicados, Togliatti estudou a fundo o material que reteve em mãos por dez anos e, consciente da heterodoxia da teoria gramsciana, procurou a solução mais viável para a sua publicação num momento de severo controle e repressão por parte do regime stalinista, atuação controladora que se estendia ao movimento comunista internacional. Uma nota informativa de 1941, a partir de alguns depoimentos de comunistas espanhóis, levantou-se suspeitas sobre a atuação de Togliatti na Espanha.<sup>240</sup>

---

<sup>238</sup> Idem, p. 159.

<sup>239</sup> Idem, p. 151.

<sup>240</sup> Idem, p. 126. A viúva de Gramsci se impacientava com a demora de uma publicação e acusava Togliatti de desinteresse e falta de confiança, porque não revelava à família o destino que pretendia dar aos escritos. Togliatti se defendia dizendo que confiava plenamente em Giulia, mas se tratava de “segurança organizativa – para hoje e, em particular, para o futuro – de que tudo seja utilizado conforme os objetivos e como é necessário”. Apud. VACCA, G. Appuntamenti con Gramsci, p. 131.

Nesse contexto, entende-se que Togliatti fez uma escolha política para preservar o texto, optando por realizar adaptações. Se não, por que, “consciente do fato de que os Cadernos contrastavam com o quadro conceitual do marxismo-leninismo”,<sup>241</sup> se empenhou em se ocupar da publicação?

A edição crítica de 1975, porém, permitiu perceber que, muito além de preservar, a edição temática e as releituras de Togliatti, ao longo dos anos, alteraram o conteúdo dos textos e criaram uma imagem de Gramsci: em alguns momentos um marxista-leninista, em outros, um intelectual ligado à tradição italiana, sempre um dirigente do partido comunista preocupado com as questões italianas. Enfim, com a queda do regime soviético se começou a descobrir um novo Gramsci, crítico tanto do stalinismo quanto do bolchevismo, que manteve uma constante interlocução com o texto de Marx. Gramsci aparece como um político que sempre defendeu o internacionalismo buscando repensá-lo no contexto da nova realidade política de pós-guerra. Internacionalista, mas com uma posição diversa de Trotski e original também em relação a Lenin, que ele desenvolveu na apresentação de uma nova teoria da hegemonia.

---

<sup>241</sup> Idem, p. 137.

## SEGUNDA PARTE

# **A RECEPÇÃO DE GRAMSCI NO BRASIL CONJUNTURA HISTÓRICA E TRABALHO INTELECTUAL**

## CAPÍTULO I

### **INTELECTUAIS E AMBIENTE CULTURAL**

A leitura desenvolvida até aqui teve a intenção de mostrar que: um texto fragmentário pode servir a múltiplas leituras. Uma das leituras possíveis, que procura contemplar o conjunto da obra gramsciana, é a que se elabora em torno da noção de revolução, no sentido de mostrar como esse conceito, vinculado à redefinição da noção de Estado, não se enquadra a uma leitura por etapas, mas se produz como uma interpretação da realidade que busca entender o processo contraditório em seu interior (como as classes se interrelacionam e disputam o poder e como a classe dominante mantém o poder). Para Gramsci, entender esses mecanismos significava dar instrumentos de luta à classe operária.

A reformulação do conceito de Estado mostra o modo como Gramsci reinterpretou

Marx e Lenin e realizou a crítica tanto ao economicismo quanto ao idealismo, nas várias expressões que estas tendências assumiram tanto no pensamento liberal quanto no marxismo oficial. Já nos escritos pré-carcerários<sup>242</sup> Gramsci acentuava que a inovação de Marx não estava em ter tratado a economia como a causa determinante da história, mas em ter mostrado como as determinações econômicas, sociais e ideológicas interagem umas sobre as outras, tendo como base a ação de homens que se unem, desenvolvem uma vontade coletiva, compreendem este processo e, com sua força e empenho, alteram, mudam, dirigem os fatos. Todo esse conjunto de relações faz de cada momento histórico um momento único e, do futuro, uma realidade a inventar.

O fragmento citado inicia uma interlocução com o texto de Marx que se estende ao longo dos **Cadernos do Cárcere** e que se desdobra como uma leitura inovadora e autônoma em relação às interpretações que predominavam no interior do movimento socialista da época.

Mais do que pode ocorrer com um escrito sistemático, um texto fragmentário pode servir a “usos” diversos, conforme as necessidades políticas do leitor e a partir de sua inserção, enquanto intelectual, em uma determinada conjuntura histórica. A teoria política de Gramsci é crítica e profundamente revolucionária, porque apontou os limites da política liberal burguesa e procurou desenvolver uma nova concepção de mundo a fim de construir uma “nuova civiltà”.

Seu caráter fragmentário possibilitou modificações já na primeira apresentação dos escritos, no sentido de responder a expectativas políticas imediatas.

---

<sup>242</sup> GRAMSCI, A., Il nostro Marx, 04.05.1918, NM., p. 3-7.

Embora se reconheça a importância do trabalho de Togliatti enquanto divulgador da herança literária e política de Gramsci, a imagem que Togliatti produziu do político italiano resultou de uma interpretação feita a partir dos limites colocados pela conjuntura histórica do pós-guerra na Itália e da necessidade de reconstruir as bases políticas do Partido Comunista Italiano.

A inserção do pensamento de Gramsci no Brasil se fez a partir tanto da obra temática organizada por Togliatti, quanto da imagem que este produziu de Gramsci, conforme as condições de sua publicação e divulgação na Itália por meio da reconstrução e da atuação do PCI. Como acentua Juan Carlos Portantiero, além do “Gramsci precursor da política prudente do comunismo italiano” no segundo pós-guerra, “considerada por alguns como uma reedição da política da social-democracia alemã às vésperas de primeira guerra mundial”, existe “outro Gramsci”, que está no extremo oposto.<sup>243</sup>

Conforme Portantiero, a divulgação de Gramsci na América Latina esteve vinculada à interpretação dos comunistas italianos e Gramsci “foi sempre suspeito de ‘socialdemocratismo’”.<sup>244</sup> Outras leituras também permaneceram quase desconhecidas no Brasil onde, como na América Latina, a versão mais difundida foi a apresentada por Togliatti.

A publicação brasileira (1966) veio acompanhada da intenção, proposta por um grupo de jovens intelectuais, de renovar o debate no interior do PCB. Trata-se de verificar se houve a possibilidade de realizar esse objetivo a partir das condições

---

<sup>243</sup> PORTANTIERO, J. C., Los usos de Gramsci. p. 67.

<sup>244</sup> Idem, p. 69.



culturais e históricas, bem como dos limites do ideário que predominava no partido: cabe perguntar por que uma teoria heterodoxa como a de Gramsci interessava a uma determinada facção da intelectualidade de esquerda no PCB? Havia condições de realizar uma leitura diferente da que se fez no interior do partido?

Buscar os limites de realização da proposta dos tradutores implica esclarecer os vínculos entre o trabalho intelectual e a conjuntura histórica, por meio de uma leitura da história política e cultural brasileira da década de 60. Cabe também salientar o modo como o PCB e seu conceito de revolução se inseriam no contexto de mobilização da sociedade em torno de um projeto de modernização desenvolvimentista, implementado no país já nos anos 50, a partir do Governo de Juscelino Kubitschek. Enfim, procurar entender como o PCB, apesar de suas crises internas, geradas pelos limites impostos à crítica ao regime stalinista, buscava manter sua influência sobre parcelas da intelectualidade de esquerda por meio do controle efetivo dos mecanismos de produção e divulgação do pensamento.

## 1. A CONJUNTURA HISTÓRICA DOS ANOS 60:

O início da década de 60 foi marcado por ideais e práticas muitas vezes contraditórios, que revelavam tensões políticas emergentes: os sonhos de modernização da parte das classes dominantes, que se empenharam na implementação de uma política desenvolvimentista, eram partilhados também por

setores de esquerda, que se expressavam na variada gama de movimentos que se estendiam desde o PCB, que procurava adaptar as estratégias políticas da Terceira Internacional à análise da realidade econômica e social brasileira, até as vanguardas artísticas (cinema e teatro, principalmente) e os grupos mais radicais que se organizavam em torno de projetos revolucionários socialistas. Os ideais desenvolvimentistas, por sua vez, assumiam características diversas, desde o discurso nacionalista, passando pelo populismo, até as propostas de internacionalização da economia; entre as esquerdas, a noção de desenvolvimento desempenhava um papel importante no contexto da formação das forças produtivas, como pressuposto necessário à implantação do socialismo.

As profundas contradições sociais se manifestavam na participação da sociedade civil<sup>245</sup> na vida política do país, expressando-se de várias maneiras: havia setores que apoiavam medidas nacionalistas e movimentos que reivindicavam reformas sociais e mudanças políticas urgentes. A organização política dos trabalhadores urbanos e rurais convivia com as diferentes posições de setores da classe média, que iam desde a participação nas manifestações urbanas em favor de mudanças radicais até o apoio à intervenção militar.

Embora da parte da estrutura estatal e do governo prevalecessem atitudes e políticas paternalistas e populistas, na sociedade civil grandes parcelas da população

---

<sup>245</sup> O termo "sociedade civil" tem um sentido abrangente. Referimo-nos a parcelas da sociedade civil que se organizavam no sentido de reivindicar mudanças sociais; no final da década de 60, setores da sociedade civil brasileira se organizavam tanto para propor mudanças sociais radicais, quanto para defender posições sociais conservadoras, como o movimento da Família com Deus pela Liberdade.

deixavam a indiferença política e passavam a defender projetos de reformas sociais de conteúdo popular. Estabelecia-se um processo de interlocução entre sociedade e governo, tanto que políticos como João Goulart, por exemplo, buscavam sustentar seus projetos de reformas com o apoio de amplas massas, que participavam de comícios e manifestações em praça pública. A ampliação dos espaços de participação política da sociedade civil era acompanhada de uma efervescência cultural mobilizadora de segmentos da sociedade que desejavam viabilizar as reformas sociais. Temas políticos permeavam as novas temáticas teatrais dos grupos Arena e Oficina, o Cinema novo mostrava ao mundo as contradições do cotidiano brasileiro e a música refinada da Bossa Nova chegava ao exterior.

Ante o processo de modernização e desenvolvimento econômico, imposto pela dinâmica do capital internacional, ampliavam-se as manifestações nacionalistas de vários matizes, bem como a luta pela reforma agrária e as novas propostas educacionais de alfabetização, que se integravam a projetos mais ousados de mudanças sociais radicais. Enquanto setores da sociedade civil organizada se conscientizavam de seu papel político, o Congresso Nacional formava Frentes Parlamentares, que agregavam deputados e senadores de diferentes partidos políticos, em defesa de objetivos comuns. A composição dessas Frentes demonstrava a ambigüidade da estrutura partidária vigente, organizada em torno de questões regionais, sem definir sua postura ideológica, situação propícia a acordos suprapartidários.<sup>246</sup> Tornou-se prática de muitos políticos brasileiros, ao longo da

---

<sup>246</sup> NEVES, L. A., Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo : Marco Zero, vol. 14, n. 27, 1994, p. 61-71.

história da República, vincular-se a um Partido apenas com finalidade eleitoral, sem compromisso com programas ou ideologias, o que torna viável a composição de grupos suprapartidários ou grupos que, independentemente de posições ideológicas, dão sustentação ao governo.

As Frentes Parlamentares representavam um coletivo diversificado que, sem um perfil ideológico bem definido, conseguiam encaminhar reivindicações da sociedade junto ao Executivo. Na década de 60, essas Frentes mantinham uma interlocução com setores da sociedade civil, tanto no sentido de satisfazer os objetivos suprapartidários quanto de responder às expectativas da sociedade em relação a reformas estruturais de base. Dessa forma, na conjuntura do início da década de 60, conforme Lucília Neves:

A sociedade civil organizada penetrou no aparelho do Estado com suas reivindicações e projetos. Por meio de uma relação contraditória em que se expressavam concomitantemente impulsos de maior independência por parte dos cidadãos organizados e pendoros autoritários protecionistas por parte do Estado, constituiu-se um processo no qual o Parlamento teve expressivo papel.<sup>247</sup>

Assim, por meio das Frentes Parlamentares o ideal nacionalista, nos vários matizes que assumiu, encontrou expressão no Congresso Nacional. No âmbito da sociedade civil, o nacionalismo mobilizou diversos setores, tanto de industriais quanto de intelectuais e também de operários, que se expressaram em partidos políticos como o PTB, o PSD e o PCB ou em instituições que agregavam intelectuais que atuavam em vários setores da sociedade civil.

---

<sup>247</sup> Idem, p. 64. A expressão “sociedade civil organizada” parece um truísmo, porque não pode existir sociedade sem algum tipo de organização.

Entre as instituições que se dedicaram ao estudo de questões nacionais, pode-se citar a CEPAL<sup>248</sup> e o ISEB<sup>249</sup>. Nos diversos nuances que assumiu o discurso nacionalista, encontramos o esforço em combinar um projeto de desenvolvimento nacional com a defesa de reformas que visavam alçar nosso país ao nível dos mais desenvolvidos. Os fins dos vários grupos em questão eram diversos e iam desde o ideal de superação do subdesenvolvimento até a realização de uma revolução socialista. Os pressupostos, para todos, se constituíam na necessidade de expansão do capitalismo como condição preliminar para a concretização de seus projetos.

O ideal de desenvolvimento nacional, que visava inserir o Brasil no campo do progresso e da modernidade próprias do capitalismo avançado, tinha como porta-vozes os meios de comunicação de massa, cujo papel era tanto o de incentivar o consumo das novidades lançadas no mercado, quanto de mostrar em imagens a “bela” face do desenvolvimento que políticos e intelectuais desenhavam. O entusiasmo, porém, não ocultava as contradições emergentes do processo de implementação das novas medidas econômicas, principalmente no agravamento da miséria entre parcelas da

---

<sup>248</sup> A CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina) foi fundada por Raúl Prebisch, um economista argentino, de acordo com os propósitos de desenvolvimento econômico e social da América Latina colocados pelas Nações Unidas. A CEPAL atingiu os meios intelectuais brasileiros já na década de 50, tendo em Celso Furtado um dos seus principais expoentes no Brasil. A partir da orientação cepalina foram produzidas as teorias sobre reforma desenvolvimentista e planejamento (1960-63) nos quadros de um projeto de expansão capitalista para os países da América Latina.

<sup>249</sup> O ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) foi criado em 1955 por um decreto de Café Filho; ligava-se ao Ministério de Educação e Cultura e tinha como objetivo principal realizar estudos interdisciplinares políticos e sociais sobre a realidade brasileira, para o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Entre seus fundadores estão Álvaro Vieira Pinto e Nelson Werneck Sodré.

população urbana e rural, desencadeando a crítica e a manifestação da sociedade, que se mobilizava e propunha mudanças mais profundas na estrutura social e política.

No bojo da mobilização da sociedade civil, no início dos anos 60, era evidente o crescimento das forças de esquerda, na proliferação de grupos e organizações que atuavam tanto na cidade quanto no campo. As manifestações políticas evidenciavam tanto as contradições geradas nos grandes centros quanto o problema crucial da realidade brasileira: a reforma agrária era uma das grandes reivindicações do movimento político e social trazendo para o cenário político nacional os trabalhadores rurais, cuja consciência política vinha sendo formada por grupos e partidos de esquerda voltados para os problemas do campo.

A permear o processo de organização política das massas de trabalhadores, o sonho da revolução: para uns, como o PCB, era preciso superar a etapa da revolução democrático-burguesa, de acordo com o modelo proposto pela Terceira Internacional Comunista. Para outros, participantes das Ligas Camponesas e do PCdoB (Partido Comunista do Brasil), por exemplo, a ação revolucionária dos camponeses e grupos armados poderia levar de modo direto à revolução socialista.

Cabe acentuar que a idéia de revolução socialista era alimentada por outros modelos, além daquele da União Soviética: a Revolução Cubana, de 1959, que inicialmente desdobrou-se como um movimento anti-imperialista de libertação nacional, desvinculado de um projeto socialista, apenas sustentada pelas teorias emancipatórias de José Martí, Luz de Cabalero e Che Guevara, foi um dos referenciais de grupos de esquerda no Brasil. Somente em 1961 Fidel Castro declarou o caráter socialista do novo regime. Com essas características, a Revolução Cubana se apresentava a uma

nova geração de revolucionários<sup>250</sup> como uma forma alternativa de ação que abria caminho para uma revisão das práticas políticas ortodoxas que se traduziam na aceitação do rígido modelo de uma história a se desenrolar por etapas.

O cenário político se completava com o chamado populismo de esquerda, que tinha raízes na política de Getúlio Vargas e teve sua maior expressão, na década de 60, no governo de João Goulart e na atuação de Leonel Brizola, que atuou na organização dos chamados “grupos de 11”, cujo objetivo principal era planejar e dar respaldo ao governo Goulart na realização de reformas sociais de base. O governo João Goulart agregava também em torno de si os comunistas. Os “grupos de 11” ligavam-se ao PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e seu discurso nacionalista e anti-imperialista coincidia, em parte, com o ideário do PCB, de tal forma que Prestes chegou a afirmar que, com Goulart, o PCB já estava no governo, embora não tivesse, ainda, tomado o poder.

Em linhas gerais, as várias noções de revolução que compunham o tecido político na década de 60 e que alimentaram as diversas vertentes do movimento revolucionário antes e durante a ditadura militar, cuja expressão mais forte foram as guerrilhas urbana e rural, permeavam os dois extremos que delimitam a natureza da revolução brasileira: um, que acentuava a necessidade de realizar inicialmente a revolução burguesa a fim de criar as condições para as mudanças estruturais a serem alcançadas por vias pacíficas e legais, por reformas graduais; outro, que partia do pressuposto de que as condições sociais e políticas para a revolução socialista estavam dadas e se deveria avançar no sentido da tomada do poder para a sua realização.

---

<sup>250</sup> Essa idéia alimentou o sonho de jovens que se lançaram à guerra de guerrilhas depois do golpe militar de 64.

Em síntese, os acontecimentos políticos e sociais que marcaram os primeiros anos da década de 60 revelam que se vivia um momento de tensão a partir do entrecruzamento de interesses contraditórios entre si, que compartilhavam de uma idéia difusa: a do desenvolvimento. Essa foi a perspectiva de abordagem política, tanto das classes dominantes, que tentavam readaptar as estruturas econômicas, sociais e políticas a fim de defender seus interesses e consolidar um Estado nos moldes das democracias burguesas, quanto dos diversos grupos de esquerda e setores populares, principalmente dos grandes centros urbanos, que desejavam realizar mudanças profundas na estrutura política e social por meio da revolução socialista. As tensões se acentuaram, até o momento do golpe militar de 64. Conforme a leitura de Marcelo Ridenti, no movimento contraditório do social, os líderes não se mostraram à altura da tarefa que lhes atribuiu o que os próprios líderes denominavam “massa” ou “povo”.

Os líderes populistas, nacionalistas, como Goulart e Brizola, movimentos sindicais, as Ligas Camponesas, o próprio PCB e outras entidades eram, de alguma forma, representantes das massas trabalhadoras. O golpe foi dado quando tal representação ameaçou sair dos marcos da ordem capitalista, com a tendência crescente das massas irem superando seus antigos representantes, para constituírem propriamente uma classe.<sup>251</sup>

O golpe de Estado de 1964 representou a vitória dos grupos conservadores que temiam a concretização dos ideais mais radicais. O regime de força que se instaurou destruiu todas as expectativas de reformas sociais de base, como pretendia Goulart,

---

<sup>251</sup> RIDENTI, M., O fantasma da Revolução Brasileira. São Paulo : EdUNESP, 1993, p. 244. Os termos “massa” e “povo” são ambíguos. Parece que Ridenti recorre ao termo “massas trabalhadoras” no sentido de “classes trabalhadoras”; a aproximação desses conceitos, porém, não é concensual.



reorientou a política econômica no sentido da internacionalização do capital e decretou mudanças profundas na política partidária e sindical.

Para Renato Ortiz, o “advento do Estado militar possui um duplo significado: por um lado, se define por sua dimensão política; por outro, aponta para transformações mais profundas que se realizam no nível da economia”, mudanças que se caracterizam por “aprofundar medidas econômicas tomadas no governo Juscelino”. Esse processo pode ser denominado “segunda revolução industrial” no Brasil”.<sup>252</sup>

O regime militar imposto em 64 tinha como objetivo consolidar o modelo capitalista reorganizando a economia, ampliando as condições já existentes para a concretização do processo de internacionalização do capital.

Ao longo do processo histórico, desdobra-se a tensão política gerada pela colocação frente a frente de dois projetos ideológicos diversos e excludentes que partilhavam de uma tradição nacionalista: nos vários matizes socialistas preconizava-se, de maneira difusa, um desenvolvimento voltado para os interesses internos da maioria da sociedade brasileira; da perspectiva das classes no poder, o projeto de associação com o grande capital proposto por Jucelino convivia com a defesa de interesses nacionais. O golpe de Estado resolveu este impasse: a reorganização econômica permitiu a integração definitiva da economia brasileira na dinâmica do grande capital. No âmbito político, as medidas militares inicialmente controlaram e, em seguida, suprimiram os grupos radicais de esquerda, instaurando um período de terror

---

<sup>252</sup> ORTIZ, R., A Moderna Tradição Brasileira. São Paulo : Brasileinse, 1999, p. 113-114.

que recrudesceu no início dos anos 70. A repressão violenta e sistemática desencadeada pela ditadura militar atingiu todos os segmentos da esquerda brasileira.

As profundas modificações por que passaram as esquerdas brasileiras na década de 60, por força das restrições impostas pelo golpe militar, que levaram à luta armada do período subsequente, deixaram marcas profundas e a repressão sistemática ocasionou o fim de várias organizações políticas, bem como a redefinição dos objetivos políticos nas décadas posteriores.

## 2. O PCB E A REVOLUÇÃO BURGUESA:

A noção de revolução defendida pelo PCB na década de 60 pressupunha tanto a relação do Partido com a Terceira Internacional Comunista e a sua aceitação das determinações políticas daquela organização partidária, quanto a inserção do Partido no debate político nacional, onde prevalecia, desde o final da década de 50, o ideário nacionalista, que pretendia implementar um processo de modernização econômica e reformas sociais, a partir de ações governamentais, com apoio da sociedade civil.

Quanto ao primeiro ponto, é preciso esclarecer que a Terceira Internacional Comunista se estruturou em torno da necessidade de realização da revolução mundial, tida como pressuposto para a realização do socialismo na União Soviética: não só Lenin, mas também Trotski, entendia que a sustentação e concretização das mudanças desencadeadas na Rússia dependiam do sucesso do movimento revolucionário

européu. A conjuntura européia de 1917-1920 apresentava uma situação potencialmente revolucionária que deveria ser incentivada. Para tanto, a criação de uma nova organização internacional, ligada ao partido que dirigia a União Soviética, era necessária e urgente, já que a social-democracia européia não respondia mais a essas expectativas.

Os desdobramentos da política internacional, o cerco que as potências imperialistas impuseram à União Soviética e as exigências colocadas pela necessidade de implementar o processo de industrialização a qualquer custo a fim de defender o território já conquistado, geraram uma subordinação da Internacional ao Partido Russo e às suas determinações. As disputas internas, as lutas pelo poder e o abandono do projeto internacionalista pela teoria stalinista do “socialismo em um só país” influenciaram os caminhos dos PCs ocidentais que, em linhas gerais, aceitavam as determinações da União Soviética.

Conforme a leitura de Michel Zaidán,<sup>253</sup> a América Latina só passou a ter alguma significação no âmbito do movimento internacional a partir do IV Congresso, realizado em 1922, quando se designou um responsável para assuntos latino-americanos. A política para a região era a mesma aplicada aos países chamados coloniais ou semicoloniais e as especificidades históricas ou políticas regionais não eram consideradas, fazendo-se uma transposição de esquemas e estratégias de modo

---

<sup>253</sup> ZAIDÁN, M. O grande Tournant: o VI Congresso da Internacional Comunista (1928-1929). In: REIS FILHO, D. A. et al. História do Marxismo no Brasil. O impacto das revoluções. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991, p. 89-104. Sobre as origens do PCB e seus vínculos com a Terceira Internacional, também PINHEIRO, P. S., Política e Trabalho no Brasil, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975, p. 107-181.

mecanicista. Essa forma de atuação gerou impasses que, em algumas ocasiões, foram resolvidos com a cisão de grupos que se reorganizavam em novos partidos.

No percurso histórico do PCB inúmeras querelas e dissidências aconteceram, geradas basicamente por sua direção partidária subordinada às determinações políticas advindas da União Soviética. Um dos problemas que o Partido enfrentou no decorrer dessa história foi precisamente o de definir a natureza da revolução confrontando as estratégias políticas da Terceira Internacional com a análise da realidade brasileira, onde as especificidades da nossa formação social foram, na maioria das vezes, reduzidas ao denominador comum colocado pela interpretação soviética, basicamente apresentado na teoria da revolução por etapas. A adesão à ortodoxia marxista-leninista, em geral de forma sectária e sem um distanciamento crítico, marcou a política pecebista durante as décadas de 30 a 60.<sup>254</sup>

---

<sup>254</sup> Esse período foi estudado por DE DECCA, E., 1930: O Silêncio dos Vencidos. São Paulo : Brasiliense, 1981. Também em LÖWY, M. (Org.) O Marxismo na América Latina - Antologia (de documentos) de 1909 aos dias atuais. São Paulo : Ed. Perseu Abramo, 1999. Para Löwy, um dos problemas do marxismo na América Latina foi o de sucumbir ao “excepcionalismo indo-americano”, que hipostasia as particularidades do continente, ou ao dogmatismo implícito no “eurocentrismo”, caracterizado por “transplantar mecanicamente” para o continente “os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX”, adaptando a realidade às exigências do modelo. Assim, “a estrutura agrária do continente foi classificada como feudal, a burguesia local considerada como progressista, ou mesmo revolucionária, o campesinato definido como hostil ao socialismo coletivista, etc.”, o que levou a negar toda a especificidade da América Latina e a concluir que não haviam condições para uma revolução socialista, devendo-se, antes, “concretizar uma etapa histórica democrática e antifeudal”. Não é casual que os que defendem uma “aplicação criativa do marxismo à realidade latino-americana” a partir da superação dessas duas tendências (como Mariátegui e Che Guevara, por exemplo,) afirmavam: “a revolução na América Latina será socialista ou não será”. (Idem, p. 11 e 12).

Tal política se delineia a partir de documentos do Partido.<sup>255</sup> a Resolução do PC brasileiro de março de 1952, as conclusões do IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955), o Projeto de Resolução do Comitê Central, de 1956, que absorveu orientações do XX Congresso do PC Russo, e a Declaração sobre a Política do P.C.B., (março de 1958), ou seja, as posições imediatamente anteriores e posteriores às denúncias do Relatório Krushev (1956). Neles se configura uma história em que o Partido se defronta com a necessidade de autocrítica, porém, não pode levá-la às últimas consequências porque precisa se legitimar junto às “massas” ou ao “povo”, que lhe dá sustentação política.

A Resolução do PC brasileiro de março de 1952 foi escrita num momento crucial da Guerra Fria, que se caracterizou pela perseguição aos partidos comunistas na América Latina e por alianças de governos latino-americanos com os Estados Unidos. O documento se apresenta como franca oposição ao acordo de assistência militar, firmado entre Vargas e os Estados Unidos. A Guerra Fria foi o pano de fundo que definiu o posicionamento do Partido tanto na oposição radical ao imperialismo americano, quanto na estratégia política de não abrir publicamente a polêmica em torno das declarações de Krushev, porque fazê-lo implicaria em dar instrumentos de crítica à direita e correr o risco de se desintegrar enquanto partido.

A política antiimperialista defendida pelo PCB nesse momento correspondia tanto ao direcionamento dado pelos soviéticos no contexto da Guerra Fria, como aos

---

<sup>255</sup> Os documentos aqui referidos a partir de fonte primária são: Resolução do PC brasileiro, março de 1952 e Declaração sobre a política do Partido Comunista Brasileiro, Rio de Janeiro, março de 1958, transcritos in: LÖWY, M. (Org.) O Marxismo na América Latina, p. 197-200 e 223-226. As demais referências são de fontes secundárias.

interesses de setores populares que se definiam ante a política do governo em relação ao petróleo. O documento do PCB apresenta-se como a expressão da busca de um equilíbrio entre as diretivas da Internacional e os objetivos nacionalistas com a integração do PCB em frentes de luta, que lhe permitiriam manter a sua influência em âmbito nacional.

Tal estratégia se confirma no programa retirado do IV Congresso que, conforme a leitura de Leôncio Martins Rodrigues, “era um programa radical de desenvolvimento econômico nacionalista baseado nos investimentos estatais e sob a chefia do PCB”.<sup>256</sup> A proposta da instauração de um “Estado Democrático Popular” dependia teoricamente das proposições ideológicas que alimentavam os discursos dos PCs vinculados à orientação soviética. A aceitação da doutrina determinava a análise da conjuntura econômica e social brasileira, que se fazia com base na divisão do desenvolvimento por etapas, conforme a ciência marxista-leninista e os ensinamentos de Stalin. A análise da história do Brasil procurava mostrar que os resíduos feudais continuavam presentes nos grandes latifúndios, retrógrados e aliados ao imperialismo norte-americano. A burguesia nacional era descrita como progressista, mas enfraquecida, não conseguindo realizar sua tarefa revolucionária de independência nacional.

Assim, a partir dos pressupostos do marxismo-leninismo, afirmava-se que a revolução brasileira, naquele momento histórico, deveria ser uma revolução democrático-popular de cunho antiimperialista e agrária antifeudal. Nessa fase, a burguesia nacional (industrial) não era considerada uma inimiga e sim uma aliada, já

---

<sup>256</sup> RODRIGUES, L. M. O PCB: os Dirigentes e a Organização (1930-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III, São Paulo : Difel, 1981, p. 418.

que se tratava de combater o imperialismo e realizar a revolução burguesa e o desenvolvimento industrial nacional. O inimigo a combater naquele momento era o latifúndio e tudo o que ele representava de arcaico e não a burguesia industrial, interessada no progresso e na modernização do país. Não se pretendia tocar nas raízes do capitalismo e a aliança proposta implicava na reformulação da própria reforma agrária, tão temida pela burguesia nacional. A proposta de reforma agrária visava dar impulso à pequena produção capitalista no campo, com o objetivo de preparar as condições para a industrialização intensiva, base para um regime socialista posterior.<sup>257</sup>

Conforme a leitura de Leôncio Martins Rodrigues, embora esta proposta “não falasse em nacionalização da terra e insistisse na garantia de liberdade de iniciativa para os industriais e para o comércio interno, isto é, para a ‘burguesia nacional’, a natureza do Estado proposto pelo PCB” tornava difícil um engajamento dos industriais e outros setores sociais na “grande frente patriótica e democrática” que o partido propunha.<sup>258</sup>

A distância histórica permite perceber limitações que, possivelmente, não se podia detectar no calor da luta política e na tentativa de manter a influência do partido junto às massas (na disputa com outras organizações de esquerda) e no enfrentamento ou nas alianças com as elites dominantes. As mudanças conjunturais da sociedade brasileira exigiam uma revisão de programas e de ação, para dar respostas mais efetivas à situação que se delineava. Embora houvesse a tentativa de entender o processo de

---

<sup>257</sup> Conclusões extraídas do IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). Apud. CARONE, E. O P.C.B. (1943-1964). São Paulo : Difel, 1982, p. 135.

<sup>258</sup> RODRIGUES, L. M. O PCB: os Dirigentes e a Organização (1930-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III, p. 418-419.

industrialização do país, a análise da estrutura econômica e política brasileira continuava a ser submetida ao conceito stalinista de “etapas” e questões específicas colocadas pela situação histórica, muitas vezes, não eram contempladas.

O processo de modernização da economia e a crise interna eram enfrentados com a reafirmação do marxismo-leninismo e de uma política de defesa da soberania nacional, de paz e de desenvolvimento independente da economia brasileira, de defesa das liberdades democráticas e constitucionais (via eleições regulares) e da reforma agrária. A base para a realização desses objetivos era a ampliação da frente única sob a direção da classe operária, ou seja, a situação política brasileira continuava a ser definida como exigindo a união das amplas forças patrióticas e democráticas, desde a classe operária até importantes setores da burguesia, em defesa dos interesses nacionais (em defesa das riquezas naturais e por uma política sobre o petróleo e a energia atômica) contra o imperialismo norte-americano.<sup>259</sup>

A tensão interna que vivia o partido e que se traduzia na necessidade de um posicionamento teórico claro “entre a via ‘revolucionária’ e a via ‘reformista’”,<sup>260</sup> foi resolvida, na prática cotidiana, com a opção do PCB pelo reformismo. O partido procurou aproximar-se do PTB e de outras tendências nacionalistas”, tendências que apoiou na eleições de 1955.<sup>261</sup>

---

<sup>259</sup> IV Congresso do PCB (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). Apud. CARONE, E. O P.C.B. (1943-1964). p. 146-147.

<sup>260</sup> Entende-se “reformista” a política que pretende mudanças estruturais por meio de reformas graduais a serem realizadas a partir da participação pacífica nas instituições do aparato estatal, participação alcançada por vitórias eleitorais. O termo “reformista” é utilizado por vários intelectuais com referência à política do PCB nesse período.

<sup>261</sup> RODRIGUES, L. M. O PCB: os Dirigentes e a Organização (1930-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III, p. 422.



Uma das crises internas que o PCB enfrentou nesse período eclodiu com a divulgação do Relatório Kruchev no XX Congresso do PC soviético, em fevereiro de 1956. Para Raimundo Santos, “após anos de assimilação acrítica, não era nada simples pôr em dúvida o marxismo-leninismo codificado por Stalin”, nem fácil “acreditar na veracidade dos crimes” denunciados.<sup>262</sup> Conforme Leôncio Martins Rodrigues, alguns dirigentes do PCB se “recusaram a dar credibilidade ao relatório, considerando-o uma ‘invenção da CIA’.”<sup>263</sup> Sem enfrentar a discussão sobre a realidade da política stalinista, a direção do PCB tendia a restringir a discussão e a preservar os princípios que pautavam as orientações do Partido não abrindo mão, no período posterior às declarações de Kruchev, das linhas gerais do marxismo-leninismo.

Somente em outubro de 1956 o Comitê Central do PCB se manifestou a respeito: o projeto de resolução do PCB reconhecia a gravidade das revelações, entendia os crimes de Stalin como atos de violação da legalidade socialista decorrentes do “culto à personalidade”, que não podiam ser justificados, mas deviam ser entendidos no contexto da resistência socialista às tentativas de ataque da reação que vinha do mundo capitalista. De certo modo, essa apresentação dos acontecimentos amenizava os fatos e não deixava de ser uma justificativa. O documento de 1956 salientava a necessidade de autocrítica, mas não abandonava a atitude dogmática e afirmava inquestionáveis os princípios do marxismo-leninismo.

---

<sup>262</sup> SANTOS, R. Crise e pensamento moderno no PCB dos anos 50. In: REIS FILHO, D. et. al História do Marxismo no Brasil – O impacto das revoluções. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991, p. 140.

<sup>263</sup> RODRIGUES, L. M. O PCB: os Dirigentes e a Organização (1930-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III., p. 423. Rodrigues cita, aqui, declaração de Agildo Barata.

Ante os rumos que tomava a discussão em torno das declarações sobre os desmandos de Stalin, Luís Carlos Prestes se manifestou no sentido de alertar a direção do Partido para um controle dos debates e da imprensa partidária, ocasionando novos afastamentos. Os debates foram encerrados em abril de 1957, por decisão do Comitê Central do PCB, o que caracterizou a “vitória da antiga direção stalinista contra o grupo que se intitulava ‘renovador’, liderado por Agildo Barata e que “preconizava principalmente a ‘democratização interna do Partido’, a ‘independência’ frente ao PC da União Soviética e a procura de um ‘caminho brasileiro para o socialismo’”, por meio de uma frente democrático-nacionalista. No período que se seguiu ao fim dos debates, os “renovadores” romperam com o Partido e se renovou a Comissão Executiva do PCB, com o afastamento da antigo “grupo stalinista”.<sup>264</sup>

A nova fase se expressa no programa proposto na Declaração sobre a política do PCB, de 1958, que esclarecia a nova linha política do partido. A Declaração reafirma o discurso antiimperialista, mas assume uma orientação mais moderada, que tem como estratégia central a tese de uma via pacífica para a revolução. Nesse documento se faz uma leitura mais aproximada da conjuntura nacional daquele momento e também se explicitam as aproximações com as idéias desenvolvimentistas que se difundiam e predominavam nos meios políticos da época.

O texto inicia com uma análise detalhada da situação econômica do Brasil apontando, como elementos progressistas importantes para uma política contra o imperialismo, a superação de uma estrutura econômica agrícola atrasada, a existência

---

<sup>264</sup> RODRIGUES, L. M. O PCB: os Dirigentes e a Organização (1930-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III, p. 425-426.

de uma *burguesia nacional*, o desenvolvimento de um capitalismo de Estado de caráter nacional e o surgimento de um proletariado industrial em fase de organização. Constatava também um processo de democratização e ampliação dos direitos políticos e o declínio da influência conservadora, mas reconhecia entraves herdados do passado, que davam ao país a característica de subdesenvolvido, mantendo-se a dependência do capital estrangeiro que aqui aportava na forma de monopólios, que dominavam ramos fundamentais da economia.<sup>265</sup> A oposição entre os interesses de uma *burguesia nacional* contra o avanço imperialista, bem como a influência conservadora dos latifundiários, vai se delineando no decorrer do texto, na análise da situação política expressa no governo Kubitschek.

A Declaração constata a existência de duas contradições fundamentais na sociedade brasileira, a primeira “entre a nação e o imperialismo norte-americano e seus agentes internos (...)” e a segunda “entre as forças produtivas em desenvolvimento e as relações semifeudais na agricultura”.<sup>266</sup> A existência de contradições entre *burguesia* e *proletariado* era reconhecida nas várias formas da luta de classes entre operários e capitalistas, mas o texto acentuava que tal situação não exigia uma solução radical naquela etapa. Apontava, ao contrário, para uma política de alianças ao afirmar que, “nas condições presentes de nosso país, o desenvolvimento capitalista corresponde

---

<sup>265</sup> Além da Declaração sobre a Política do P.C.B., (março de 1958). transcrita In: LÖWY, M. (Org.) O Marxismo na América Latina, recorremos a CARONE, E. O P.C.B. (1943-1964). São Paulo : Difel, 1982, V. 2, p. 176-177.

<sup>266</sup> LÖWY, M. (Org.) O Marxismo na América Latina, p. 224.

aos interesses do proletariado e de todo o povo. A revolução no Brasil, por conseguinte, não era ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática”.<sup>267</sup>

O texto, permeado pela crença de que o socialismo estava em ascensão, acentuava ainda que a nova situação internacional gerada por movimentos de libertação nacional, que se desdobravam no mundo, criava condições favoráveis à luta contra o imperialismo e por um desenvolvimento independente e progressista no Brasil. Para tanto, conclamava uma aliança entre todas as forças interessadas na mudança social e política (portanto, aliança entre proletariado e burguesia nacional, além de camponeses, pequena burguesia urbana e até latifundiários descontentes com o imperialismo) numa frente nacionalista.

Por conseguinte, a partir da Declaração de 1958, os objetivos do PCB se limitavam à consolidação da revolução burguesa com o desenvolvimento do capital nacional e a oposição ao capital estrangeiro, por meios pacíficos e eleitorais, a serem alcançados pela constituição de uma “frente única nacionalista e democrática”. Nessa aliança, os comunistas deviam “ser um fator por excelência unitário”, mas sem condicionar sua participação à “total aceitação de suas opiniões”, nem a uma “prévia direção do movimento”.<sup>268</sup>

A Declaração de 1958 procura, ainda, determinar a direção da política de alianças, acentuando as diferenças entre burguesia e proletariado no contexto da frente única como “contradições de interesse e divergências de opinião” que, “embora não devam ser ocultadas e venham a causar dificuldades, podem ser abordadas e superadas sem

---

<sup>267</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>268</sup> Apud. CARONE, E. O P.C.B. (1943-1964). São Paulo : Difel, 1982, V. 2, p. 186 e 188.

romper a unidade”.<sup>269</sup> Ante a situação internacional e as possibilidades internas de aliança, o caminho da revolução brasileira devia ser pacífico, isto é, o povo precisava enfrentar os seus problemas básicos, como “a acumulação, gradual, mas incessante, de reformas profundas” na estrutura econômica e nas instituições políticas, por meio do Congresso Nacional e de vitórias em pleitos eleitorais para a conquista de um governo nacionalista e democrático.<sup>270</sup> Ao mesmo tempo, o Partido pretendia dirigir a luta por objetivos revolucionários, que impunham a necessidade de uma atividade de agitação e propaganda junto às massas. Posicionava-se contra as “concepções dogmáticas e sectárias”, mas não questionava nem abria mão dos “princípios universais do marxismo-leninismo”, sem os quais ocorria, na opinião dos dirigentes, a “desfiguração do caráter de classe do Partido” e a “degenerescência revisionista”.<sup>271</sup>

Em linhas gerais, a orientação política e a interpretação da conjuntura nacional contidas na Declaração de 1958 foram reafirmadas no V Congresso, realizado em agosto de 1960. O Partido entendia, então, que a luta anti-imperialista poderia se processar por vias pacíficas e legais, por reformas graduais, o que resultou na busca de vias de atuação no âmbito do sistema vigente.

Nesse contexto, um dos exemplos a salientar na polêmica em torno da noção de revolução no âmbito partidário é a contribuição de Caio Prado Jr.: seu livro **A Revolução Brasileira**, publicado em 1966, situou-se inicialmente num contexto de

<sup>269</sup> LÖWY, M. (Org.) O Marxismo na América Latina, p. 226.

<sup>270</sup> Apud. CARONE, E. O P.C.B. (1943-1964). São Paulo : Difel, 1982, V. 2, p 192.

<sup>271</sup> Idem, p. 195. Os princípios do marxismo-leninismo nunca são questionados ou discutidos nos textos que lemos, apenas afirmados como pressupostos que devem ser aceitos por todos os militantes.

contestação da linha política do PCB, tendo como referência e parâmetro de comparação a teoria de revolução defendida pelo partido, ante a qual se delineava.

As divergências entre Caio Prado Jr. e o Partido já vinham da década de 30, quando de sua participação na A.N.L. (Aliança Nacional Libertadora) e da leitura histórica que começou a desenvolver na época, leitura em que questionava a tese do feudalismo no Brasil,<sup>272</sup> assinalando uma ruptura entre o período escravocrata e o desenvolvimento de novas condições econômicas e sociais com base na expansão das forças produtivas. Na obra **Formação do Brasil Contemporâneo**, de 1942, Caio Prado Jr. salientava a singularidade da nossa experiência histórica em relação ao capitalismo europeu mostrando os laços de dependência estabelecidos pela economia extrativista européia, que instauraram um regime de exploração agrícola voltada para a produção extensiva e em larga escala, fundada no trabalho assalariado ou semi-assalariado.<sup>273</sup> Conforme o autor, as transformações políticas porque passou o país ao longo de sua história não alteraram substancialmente o quadro econômico calcado na exploração da terra. Nesse contexto se desenvolveram as condições econômicas de produção da mais-valia, mas o país, reduzido à situação de semicolônia, não podia “constituir para si uma estrutura econômica nacional, própria e autônoma”.<sup>274</sup>

Do programa da A.N.L., que pressupunha as reflexões de Caio Prado Jr., constavam a criação de um mercado interno, com o incentivo à indústria nacional, a

---

<sup>272</sup> PRADO, Jr. C., História Econômica do Brasil. São Paulo : Brasiliense, p. 213-214. Essa obra foi publicada pela primeira vez em 1945.

<sup>273</sup> PRADO, Jr. C. O Programa da Aliança Nacional Libertadora. Artigo de 1935, publicado em: **Nova Escrita - Ensaio**, São Paulo : Ed. E Livr. Escrita, 1982, p. 122. Também em: PRADO, Jr. C., História Econômica do Brasil. São Paulo : Brasiliense, p. 213-214.

<sup>274</sup> PRADO, Jr. C. O Programa da Aliança Nacional Libertadora, p. 122.

“anulação das dívidas estrangeiras e a nacionalização das empresas imperialistas”.<sup>275</sup> A análise da estrutura econômica brasileira levava à formulação da necessidade de mudanças estruturais profundas, com a ampla democratização da organização política por meio da “intervenção direta e efetiva da grande massa popular brasileira”,<sup>276</sup> capaz de extirpar o imperialismo e o latifúndio, de transformar o sistema agrário e reorientar a política nacional. A A.N.L. propunha uma frente comum para a conquista da democracia, constituída por amplas liberdades populares, para realizar uma política econômica de acordo com os interesses do país.

Salientamos algumas polêmicas que aconteceram em torno do livro **A Revolução Brasileira**, polêmicas que ressaltam as divergências na interpretação de seu sentido teórico e político. Para Quartin de Moraes a concepção de revolução “sustentada por Caio Prado Jr., longe de marcar uma ruptura com a elaboração teórica anterior”, dava margem a uma leitura processual da revolução em detrimento da ruptura histórica e “prolongava, sintetizando-a, a linha de pensamento da *Revista Brasiliense*”. Na base dessa reflexão, explicita-se uma nova interpretação das relações de produção no Brasil de modo a privilegiar a percepção de uma “continuidade histórica, as mudanças (abolição da escravidão, industrialização) sendo tratadas como meras sobreposições à realidade originária de uma economia colonial articulada em torno do latifúndio explorador”.<sup>277</sup>

---

<sup>275</sup> Idem, p. 132.

<sup>276</sup> Idem, p. 135.

<sup>277</sup> MORAES, J. Q. A Evolução da Consciência Política dos Marxistas Brasileiros. In: MORAES, J. Q. (Org.), História do Marxismo no Brasil - Os influxos teóricos. São Paulo, Ed. UNICAMP, 1995, p. 78. Quartin de Moraes retoma aqui uma afirmação de Marco Aurélio Garcia.

Carlos Guilherme Mota acentua, por outro lado, que **A Revolução Brasileira**, de Caio Prado Jr., “sintetiza as críticas à esquerda ortodoxa, em seu despreparo para a análise e interpretação da realidade social contemporânea, que levou-a inclusive à não-percepção do golpe militar de 1964”.<sup>278</sup>

Outra controvérsia que o texto de Caio Prado Jr. gerou foi em torno da existência de uma burguesia nacional e da natureza da exploração imperialista atuante no Brasil. Para Prado Jr., embora houvessem contradições na influência imperialista no país, havia uma relação de troca e entendimento entre os industriais brasileiros e o capital internacional, em benefício da economia nacional. Essa combinação e interação se tornava tão forte que era difícil identificar uma burguesia nacional com interesses claramente antiimperialistas. Essas duas constatações permitiam expor as fragilidades do Partido e demonstrar “a inconsistência da aliança com a burguesia nacional preconizada pelo PCB.”<sup>279</sup>

O questionamento da linha programática do PCB “exerceu forte impacto sobre o debate político-estratégico em que se envolveu a esquerda brasileira em 1967-68”, no momento em que se desencadeava a luta armada. Desconhecendo os argumentos que o livro lançava no sentido de uma revolução processual com base em objetivos estritamente reivindicatórios e sindicais, resultado de sua versão economicista do marxismo, mas valorizando sua oposição frontal à linha programática adotada pelo

---

<sup>278</sup> MOTA, C. G. As Ciências sociais na América Latina: proposta de periodização (1945-1983). In: MORAES, R., ANTUNES, R. E FERRANTE, V.B. (Orgs.) Inteligência Brasileira. São Paulo : Brasiliense, 1986, p. 293.

<sup>279</sup> MORAES, J. Q. A Evolução da Consciência Política dos Marxistas Brasileiros. In: MORAES, J. Q. (Org.), História do Marxismo no Brasil - Os influxos teóricos, p. 79.



Partido, muitos extraíram de “**A Revolução Brasileira** munição polêmica para justificar sua ruptura com o PCB”<sup>280</sup> e voltar-se para a opção da guerrilha urbana.

Muitos intelectuais vinculados ao Partido se manifestaram sobre o livro de Caio Prado Jr. e as polêmicas permitem delinear a noção de revolução que orientava a atuação político partidária. Alguns lances desse debate podem ser acompanhados nos primeiros números da *Revista Civilização Brasileira* de 1966-1967.

Assis Tavares julgava “ser um erro imperdoável a negativa total de tudo o que várias gerações foram formulando durante quase meio século”. Salientava que a negação de uma fase feudal no Brasil “se afastava completamente das teses marxistas sobre o capitalismo”, seus conceitos eram “impróprios do ponto de vista do marxismo” e a leitura mais aceitável era a que constatava uma “predominância de relações de produção pré-capitalistas”, que se coadunava com “a definição da etapa atual da Revolução como agrária e antiimperialista”. Quanto à negação de uma burguesia nacional, Tavares reconhecia que o tema era controverso, mas rebatia os argumentos do autor com exemplos da política mais recente (de Kubitschek a Castelo Branco) para demonstrar que a burguesia nacional existia e se manifestava contra o imperialismo.<sup>281</sup>

Já na opinião de César Malta, ao tentar “ser original e o único a conhecer corretamente a realidade nacional”, Caio Prado Jr. “cometeu graves equívocos, mostrou-se incoerente e confuso”, assumiu uma posição dogmática e parcial no ataque

---

<sup>280</sup> Idem, p. 79.

<sup>281</sup> TAVARES, A Caio Prado e a Teoria da Revolução Brasileira. In: **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Ano I, n. 11 e 12, dez. 1966 /março 1967.

aos comunistas e aos que participaram da política e do governo no período que antecedeu o 1º. de abril de 1964.<sup>282</sup>

Esses debates se inserem na orientação política que se firmou no período pós-64 e que se definiu no VI Congresso do Partido, em 1967: nesse momento o partido, já enfraquecido por inúmeras dissidências, condena as concepções “esquerdistas” e “aventureiras” e assume como “linha política correta” aquela que se anunciou na Declaração de março de 1958.<sup>283</sup>

Quanto ao modo como o PCB participou e contribuiu para a elaboração e divulgação de um conceito de nacionalismo, tem-se um debate sustentado tanto por documentos programáticos do Partido quanto pela produção editorial em torno do assunto. Conforme Pécaut, “em torno do Partido comunista e de sua interpretação do nacionalismo formou-se toda uma cultura política singularmente fecunda”, que “teve entre 64 e 68 a época de sua maior influência”.<sup>284</sup>

Embora houvessem várias vertentes nacionalistas, bem como leituras do processo histórico brasileiro que colocavam em questão as interpretações do PCB sobre as relações entre burguesia e proletariado e sobre a situação do capitalismo no Brasil, o pano de fundo das reflexões era a possibilidade de uma política de desenvolvimentismo nacional. Além disso, havia muitas coincidências entre o discurso pacifista e anti-imperialista do PCB e os nacionalismos e populismos que permeavam os vários

---

<sup>282</sup> MALTA, C., “A Revolução Brasileira” de Caio Prado Jr. In: **Revista Civilização Brasileira**, Rio de Janeiro, Ano I, n. 9 e 10, set./nov. 1966, p. 76.

<sup>283</sup> PANDOLFI, D. Camaradas e Companheiros (História e Memória do PCB). Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1995, p. 204.

<sup>284</sup> PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil, São Paulo : Ática, 1990, p. 141.

discursos da época, de modo que as propostas de aliança e de reformas vindas do PCB, apesar do seu forte tom antiimperialista, respondiam plenamente aos interesses burgueses dominantes.

Como acentua Pécaut havia, em 1964, uma disposição para a modernidade, traduzida numa “cultura política”, no sentido de “um fenômeno de sociabilidade política”, que ocorria entre as camadas intelectuais, bem como “uma adesão implícita a uma mesma leitura do real”, gerador de “um processo de comunicação tal que as idéias se transformavam num sentido comum”.<sup>285</sup>

É no bojo dessa “cultura política”, em que prevalecem ideais nacionalistas e um forte empenho em abrir caminho para a modernidade, cujo sentido se vincula ao desenvolvimento econômico capitalista, que o PCB, a partir de sua linha programática e da sua compreensão da natureza da revolução brasileira, conseguiu exercer influência no plano político e intelectual e uma certa liderança na luta política e sindical do início dos anos 60, durante o governo de João Goulart. Sua plataforma, caracterizada pelo nacionalismo vinculado a uma política de reformas, propunha alianças com a burguesia nacional e setores progressistas para a concretização da revolução burguesa no Brasil e conseguia aglutinar setores sociais que não se vinculavam diretamente ao partido.

Na opinião de Schwarz, a política pecebista centrava-se em um equívoco: o PCB “transformou em vasto movimento ideológico e teórico as suas alianças e acreditou nelas, enquanto a burguesia não acreditava nele”.<sup>286</sup> Ao mesclar a teoria populista com

---

<sup>285</sup> Idem, p. 184. As definições de Pécaut se baseiam em conceitos de Gramsci, Augustin Cochin e Alain Touraine.

<sup>286</sup> SCHWARZ, R. Cultura e Política, 1964-1969. In: O pai de família e outros estudos. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978, p. 65.

o marxismo, o partido redefiniu a luta de classes e a idéia de revolução como expropriação do capital, transformando o marxismo num bom referencial teórico para a defesa dos interesses de setores das classes dominantes. Formou-se, no dizer de Schwarz, “uma espécie desdentada e parlamentar de marxismo patriótico, um complexo ideológico ao mesmo tempo combativo e de conciliação de classes”. O “aspecto conciliatório prevalecia na esfera do movimento operário” mantendo-o nos limites das reivindicações econômicas e o “aspecto combativo era reservado à luta contra o capital estrangeiro, à política externa e à reforma agrária”, o que beneficiava a “burguesia populista, que precisava da terminologia social para intimidar a direita latifundiária” e acentuava o “nacionalismo, autenticado pela esquerda, para infundir bons sentimentos nos trabalhadores”.<sup>287</sup> Nessa política o PCB depositou sua confiança, deixando-se levar pela crença de realizar a revolução com o apoio do “dispositivo militar da Presidência da República”. A ilusão se desfez com o golpe militar de 1964.<sup>288</sup>

As contradições internas geradas por esse posicionamento levaram o Partido a fragmentar-se. A partir das decisões do V Congresso, ocorreram várias dissidências que se lançaram por outros caminhos de luta. As cisões que aconteceram a partir de 1961 e se estenderam até 1968, alteraram a configuração do PCB, mas não levaram o Partido a romper definitivamente com seus velhos esquemas de direção política e a renovar-se internamente.

Por outro lado, a natureza e o sucesso da Revolução Cubana davam uma nova dimensão à luta política de uma geração de jovens que vislumbravam no movimento

---

<sup>287</sup> Idem, p. 63.

<sup>288</sup> Idem, p. 65-66.

cubano uma nova via revolucionária a ser seguida. A ascensão do movimento estudantil nos centros urbanos e do movimento operário em nova fase de organização no início da década de 60 davam argumentos aos que entendiam a ação revolucionária como a melhor alternativa a seguir, principalmente depois do golpe militar de 64, seguindo a estratégia da “guerra de guerrilhas”.

Entre os grupos dissidentes, encontra-se o grupo POLOP (Política Operária), que nasceu em 1961 e que tinha suas bases principalmente entre os universitários, defendendo a luta armada para a realização da revolução socialista; a formação do PCdoB, que reivindicou o nome de fundação do partido e se tornou um dos organizadores do movimento de guerrilha rural (1972-1974), centralizando-se na região do Araguaia; as dissidências no movimento estudantil que desembocaram, depois de 1968, em movimentos revolucionários como o MR-8, a ALN (liderada por Carlos Mariguela), o PCBR (liderado por Mário Alves) a VAR-Palmares (formada por dois grupos dissidentes do POLOP: a VPR e o COLINA) e outros, que desencadearam o movimento de guerrilha urbana como forma de resistência ao regime ditatorial.

Entre os grupos que buscaram no movimento cubano um referencial de atuação estão o POLOP, as Ligas Camponesas dirigidas por Francisco Julião no Nordeste e o PCdoB, que relacionava a solução cubana com a via chinesa. Ao contrário do PCB e seu discurso etapista e pacifista, esses grupos enfatizavam o caráter socialista da revolução e a via armada para a tomada do poder.

No contexto político nacional cabe considerar, ainda, a Ação Popular, que surgiu em 1962, nascida do antigo movimento estudantil liderado pela Igreja Católica com o nome de JUC (Juventude Universitária Católica), fundado em 1950. Esse movimento

tentava elaborar uma proposta política transformadora que se constituísse em alternativa tanto ao capitalismo quanto ao comunismo. O discurso da JUC por ocasião da comemoração de seus 10 anos de existência mostrava a assimilação de conceitos próprios do ideário marxista, embora sem aderir a nenhum modelo político-partidário. Tratava-se de uma leitura particular de Marx, mesclada com o conteúdo dos documentos da Igreja Católica e com a filosofia de Emmanuel Mounier (o personalismo). Com os desdobramentos das lutas dos anos 60 a AP passou a posições mais radicais de esquerda (na linha de Mao e Guevara) acabando por desintegrar-se. Muitos de seus antigos militantes ligaram-se a grupos revolucionários que se empenhavam em ações armadas.

Além desses grupos e movimentos, havia ainda a participação do PSB (Partido Socialista Brasileiro), que propugnava um socialismo democrático, as Ligas Camponesas, que reuniam camponeses, estudantes e intelectuais e se organizavam na luta pela reforma agrária, bem como grupos menores que se formaram a partir da tendência trotskista. Esses grupos fundaram o PORT (Partido Operário Revolucionário Trotskista), que atuou tanto na guerrilha rural quanto na urbana já antes de 1964, sofrendo violenta repressão após o golpe militar.<sup>289</sup>

As lutas e cisões internas fragilizaram muito o Partido Comunista. Retomando a análise de Leôncio Martins Rodrigues, se conclui que as oscilações na linha do partido,

---

<sup>289</sup> Detalhes sobre as organizações de esquerda em: RIDENTI, M. O fantasma da revolução brasileira. Um trabalho que aborda o lado obscuro de nossa história recente, até porque a clandestinidade e a repressão não permitiram que a sociedade tivesse conhecimento da história da esquerda que se empenhou na luta armada. Ridenti esclarece e elucida questões fundamentais para a compreensão da luta revolucionária no Brasil.

que dificultaram a sua ação, residiam “na incapacidade (ou na impossibilidade) demonstrada pelo PCB de optar consequentemente por uma via revolucionária ou por uma via reformista”. O “dilema ‘reforma ou revolução’, conjugado à contradição ‘nacionalismo’ vs. ‘internacionalismo proletário’ dificultou a elaboração de uma linha política mais adequada ao meio brasileiro”.<sup>290</sup> Esta oscilação teve como pano de fundo tanto a guerra fria quanto a tentativa permanente do PCB em manter sua influência junto às massas, base de sustentação do partido. Em certa medida, a ausência de uma autocrítica radical se deve às condições históricas concretas.

Procurando definir-se entre revolução ou reforma, o PCB desempenhou um papel importante no contexto político da década de 60 em torno da natureza da revolução, a partir de duas situações fundamentais que ampliavam a sua atuação para muito além dos limites da estrutura partidária: 1) a atração que o Partido exercia sobre uma grande parcela de intelectuais, não só militantes, mas simpatizantes que, ao longo da década, se vincularam ou se manifestaram em torno da concepção de revolução brasileira. 2) a participação do partido na interpretação e divulgação de um conceito de nacionalismo, que permitiu agregá-lo aos vários segmentos nacionalistas que se manifestaram no decorrer da década.

Considerando o modelo de revolução burguesa que orientava a análise da realidade brasileira, pode-se atribuir ao PCB o que José Aricó diz das esquerdas latino-americanas: suas desventuras “derivam do fato de que seus estreitos paradigmas ideológicos as impediram de compreender a singularidade de um continente habitado

---

<sup>290</sup> RODRIGUES, L. M. O PCB: os Dirigentes e a Organização (1930-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III, p. 443.

por profundas e violentas lutas de classes” e, por isso, não puderam se tornar “os principais atores de sua história”.<sup>291</sup>

### 3. CULTURA E POLÍTICA: O TRABALHO INTELECTUAL E A INDÚSTRIA EDITORIAL.

O início da década de 60 se caracterizou como um período de efervescência política e mobilização da sociedade civil em torno da problemática do desenvolvimento e da revolução. Foi também o período em que se implantaram novos mecanismos de comunicação de massa (a indústria sonora e televisiva) e se ampliaram os mecanismos já existentes (indústria editorial e de publicidade).

Conforme Renato Ortiz, a evolução e as razões de fundo que mobilizaram a indústria cultural se vincularam “às transformações estruturais por que passou a sociedade brasileira”. O golpe militar de 64, em sua dimensão política, causou danos imensos à sociedade civil por meio da repressão, da censura e da destruição dos mecanismos que possibilitavam sua participação política. A truculência do Estado autoritário cumpriu o objetivo de evitar mudanças profundas na estrutura social e de reorganizar a economia a fim de “consolidar no Brasil o ‘capitalismo tardio’” por meio da internacionalização do capital. A consequência cultural foi que, “paralelamente ao

---

<sup>291</sup> ARICÓ, J. La cola del diablo (Itinerário de Gramsci en América Latina). Venezuela, Ed. Nueva sociedad, 1988, p. 90.



crescimento do parque industrial e do mercado interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e o mercado interno de bens culturais”.<sup>292</sup>

Entender o modo como se estruturou esse mercado interno de bens culturais a partir do golpe de Estado de 64 permite explicitar os limites da inserção do pensamento de Gramsci no âmbito do PCB e da indústria editorial que divulgava o pensamento de esquerda.

Como acentua ainda Ortiz, no período de repressão a censura tinha um papel seletivo e disciplinador com o objetivo de impossibilitar a emergência de um determinado pensamento. A censura possuía, portanto, uma face negativa, que reprimia a divulgação de determinadas idéias contrárias aos objetivos do regime ditatorial, e outra face afirmativa, que incentivava as orientações ideológicas que expressavam valores que poderiam referendar a política dos que detinham o poder.<sup>293</sup>

Para a sociedade em geral, o Estado autoritário impunha a censura disciplinadora das atividades político-culturais por meio de uma política de cultura cujo objetivo era incentivar medidas empresariais que implementassem os meios de produção cultural e de comunicação de massa, dentro dos parâmetros ideológicos impostos pelo regime ditatorial. O Estado não deixou de investir em cultura nesse período, ao contrário, incentivou certas atividades, desde que submetidas à ideologia da Segurança Nacional. Conforme Renato Ortiz, o Estado autoritário desempenhou, naquele momento, um papel “repressor e incentivador das atividades culturais”, no sentido de “integrar, a partir

---

<sup>292</sup> ORTIZ, R., A Moderna Tradição Brasileira, p. 113.

<sup>293</sup> Idem, p. 114.

de um centro, a diversidade social” e transformar o sistema de comunicações do país, a fim de cumprir os objetivos econômicos e políticos que motivaram o golpe.<sup>294</sup>

É nesse contexto que se insere a nova indústria de comunicação, que procurou associar o discurso e os objetivos da “integração nacional” com o desenvolvimento do mercado de bens culturais. Para Ortiz, os interesses globais dos empresários e do Estado eram os mesmos, diferiam apenas no modo de abordagem da questão cultural: a “ideologia da Segurança Nacional era ‘moralista’”, não apenas “no sentido amplo, de costumes, mas também político”; a ideologia dos empresários era mercadológica. Porém, considerando que “a indústria cultural opera segundo um padrão de despolitização de conteúdos, temos nesse nível, senão uma coincidência de perspectiva, pelo menos uma concordância”. O rigor da censura prejudicou, em alguns momentos, o lado empresarial, e, quando “a TV Globo e a TV Tupi assinaram um protocolo de autocensura em 1973, procurando controlar o conteúdo de suas programações, o que essas emissoras estavam fazendo era circunscrever a vontade de se conquistar o mercado a qualquer preço” aos limites impostos pelo regime militar.<sup>295</sup>

Na leitura de Roberto Schwarz, a repressão que caiu sobre os sindicatos e os movimentos camponeses a partir do golpe de Estado, no período de 1964-68, poupou inicialmente a intelectualidade de esquerda, cuja produção continuou dominante no panorama cultural brasileiro. O marxismo, em suas várias versões, continuou a ser

---

<sup>294</sup> Conforme Ortiz, muitas novas instituições foram criadas com o incentivo do Estado com o objetivo de implementar uma política cultural: Conselho Federal de Cultura, Instituto Nacional do Cinema, FUNARTE, EMBRAFILME. Idem, p.115-116.

<sup>295</sup> Consolidam-se, a partir de 64 até final de 70, os “grandes conglomerados que controlam os meios de comunicação e da cultura popular de massa”. Idem, p. 119-121.

divulgado até a promulgação do AI-5 (1968). A ditadura de direita convivia com a “*relativa hegemonia cultural da esquerda no país*”; tal “*hegemonia*”<sup>296</sup> se exercia a partir de “grupos diretamente ligados à produção ideológica”, como estudantes, artistas, jornalistas, sociólogos, economistas, parcela do clero, arquitetos, etc.<sup>297</sup>

Conforme Jacob Gorender, na introdução ao livro de Marcelo Ridenti, o “movimento pelas reformas de base manifestou sua legitimidade histórica, entre outros aspectos, nas formas de expressão cultural que inspirou”. O “golpe de 64 não foi capaz de sufocar de imediato as forças dessa nova cultura”. Ainda na leitura de Gorender, Marcelo Ridenti procurou mostrar como a agitação cultural dos anos 60 caracterizou um florescimento das esquerdas e como se esboçou uma contra-hegemonia que a indústria cultural, que ocupava espaço no país, “procurou manipular, cooptar e absorver para seus próprios fins mercantis”. Essa “cultura anticonformista” se desdobrava em “concomitância com o lançamento e o recrudescimento das ações da guerrilha urbana” de modo que, ao se desencadear a repressão e a censura a partir do AI 5, parte dessa esquerda se orientou para a luta armada.<sup>298</sup>

Essa efervescência cultural, que se estendeu até 1968, também é referida por Daniel Pécaut, que diz existirem indícios de que “a ‘hegemonia cultural’ da esquerda revelaria a força da cultura política anterior a 1964”, embora tal situação supusesse que

---

<sup>296</sup> O termo “hegemonia cultural de esquerda” se refere a uma predominância da literatura de esquerda, sem implicar em uma direção cultural, já que se iniciava, por parte do Estado autoritário, a repressão ideológica e política.

<sup>297</sup> SCHWARZ, R. Cultura e política, 1964-1969. In: SCHWARZ, R. O pai de família e outros estudos, p. 62. – grifos do autor.

<sup>298</sup> GORENDER, J., Apresentação - Anos de Chumbo: Criativos e Funestos. In: RIDENTI, M. O fantasma da revolução brasileira, p. 13.

a “modernização, o desenvolvimento e a democratização operados pelo Estado avançassem em sintonia”, o que gerava a aparência de que essa cultura se firmava “sobre o pano de fundo de sua ruptura”.<sup>299</sup>

A partir dessas leituras, cabe refletir sobre o papel da indústria editorial e a estrutura partidária na divulgação desse pensamento de esquerda. Para tanto, é preciso entender também a atuação dos intelectuais no interior da estrutura partidária. Ainda na leitura de Pécaut, o PCB contava “em suas fileiras e mesmo em seu aparelho, com numerosos intelectuais”, entre eles Jorge Amado, Graciliano Ramos, Caio Prado Jr., Cândido Portinari, Mário Schemberg e Oscar Niemeyer como alguns de seus expoentes. Além disso, em 1963 o partido incentivou a criação de um Comitê de Trabalhadores Intelectuais (CTI) com a finalidade de participar de um movimento que visava a formação de uma frente única, democrática e nacionalista, com o objetivo de implementar mudanças estruturais na sociedade brasileira.<sup>300</sup>

Como este, outros grupos se formaram, com a participação de membros do Partido e simpatizantes, de modo que, por meio desses grupos, direta ou indiretamente, o Partido intervinha nos debates e sedimentava um conceito de revolução.

Os motivos principais dessa atração, na opinião de Pécaut, eram três: primeiro, o modo como o PCB “recuperou em proveito próprio o legado getulista quanto à atribuição ao Estado de uma grande responsabilidade no desenvolvimento nacional”; segundo, a forma como os rígidos esquemas ideológicos colocavam, principalmente a

<sup>299</sup> PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil, p. 203.

<sup>300</sup> Idem, p. 202. Pécaut cita informações de RODRIGUES, L. M. O PCB: os Dirigentes e a Organização (1930-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III, p. 141-143.

partir de 1958, a questão do imperialismo, pondo em discussão as condições de ingresso do país na modernidade; terceiro, o modo de conceber as massas populares, designando-as com três noções diversas e ambíguas (proletariado, massas populares e povo) conforme o momento do discurso, sendo que “a particularidade dos setores sociais assim designados ficava subordinada, em boa medida, ao fato de encarnarem simbolicamente a nação”.<sup>301</sup>

Entretanto, apesar do empenho partidário em incentivar e criar grupos intelectuais, Pécaut acentua que o PCB os considerava “simples instrumentos a serviço dos partidos políticos” e, “apesar de suas derrotas e divisões, o PCB não via por que relaxar sua tutela sobre a intelectualidade”.<sup>302</sup>

Essa constatação também aparece no livro de Marcelo Ridenti, que diz que “na tradição da esquerda comunista brasileira, pelo menos até o final dos anos 60, os intelectuais propriamente ditos raramente gozavam de posição orgânica de destaque no interior do grupo político”.<sup>303</sup> O mesmo encontramos na leitura de Leôncio Martins Rodrigues, que acentua:

Provavelmente foi entre a intelligentsia que o Partido obteve maior influência, controlando numerosas revistas e publicações, assim como entidades culturais. (...) Porém, nenhum grande nome da intelectualidade brasileira chegou à cúpula do PCB. Os intelectuais de prestígio geralmente permaneceram afastados do centro do aparelho partidário, ocupando-se de tarefas transacionais na fronteira entre o mundo social externo e a máquina partidária. (...) Ocorre que a ascensão na hierarquia de um

---

<sup>301</sup> Idem, p. 144-146.

<sup>302</sup> PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil, p. 202. Pécaut cita informações de RODRIGUES, L. M. O PCB: os Dirigentes e a Organização (1930-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III, p. 141-142.

<sup>303</sup> RIDENTI, M. O fantasma da revolução brasileira, p. 161.

partido como o PC exige, entre outras qualidades, dedicação integral ao Partido como 'revolucionário profissional'.<sup>304</sup>

Esta forma de participação, ainda na opinião de Rodrigues, decorria do fato de o trabalho intelectual exigir liberdade de expressão e de criação e, portanto, não se coadunar com a disciplina partidária e a rigidez ideológica.<sup>305</sup>

Um dos exemplos da situação do intelectual no interior do Partido está em Caio Prado Jr.: embora tenha sido eleito deputado estadual pelo PCB, em 1947, em São Paulo e, ainda, "ser reconhecido como o mais importante historiador marxista brasileiro",<sup>306</sup> não teve posição de destaque na direção do Partido. Suas divergências teóricas em torno da análise da estrutura econômica brasileira datam de 1942-1945, porém, o partido não as incorporou à sua leitura histórica.

As constatações que levantamos sobre o papel dos intelectuais no interior do PCB se confirmam com o testemunho dos tradutores de Gramsci, que falam em uma "divisão de trabalho" (político e intelectual) no interior do Partido.<sup>307</sup> Tal situação possibilitava que intelectuais se dedicassem a novas pesquisas, propostas como formas de renovação, porém, tais pesquisas não alteravam diretamente o curso político determinado pela direção partidária. Conforme salienta Edmundo Fernandes Dias, esta

---

<sup>304</sup> RODRIGUES, L. M. O PCB: os Dirigentes e a Organização (1930-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III, p. 411-412.

<sup>305</sup> Idem, p. 412.

<sup>306</sup> Conforme RODRIGUES, L. M. O PCB: os Dirigentes e a Organização (1930-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III, p. 392.

<sup>307</sup> COUTINHO, C. N., A recepção de Gramsci no Brasil. In: Cultura e Sociedade no Brasil (ensaios sobre idéias e formas). Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1990, p. 201.

situação era cômoda para o partido e “permitia, por uma coexistência entre o dito marxismo ocidental e o stalinismo,” a legitimação da política e da ideologia stalinista.<sup>308</sup>

Autores como Roger Chartier, que discorrem sobre o tema da história intelectual, salientam a formação de um ambiente cultural ou de um “círculo intelectual” em que germinam e se difundem determinadas idéias em torno das quais se agregam grupos.<sup>309</sup> Neste sentido, pode-se aproximar a leitura de Antonio Gramsci que, nas suas reflexões sobre a intelectualidade italiana, mostrou como havia, na Itália, grandes intelectuais como Benedetto Croce e Giustino Fortunato, que formaram gerações de jovens intelectuais que atuavam nas mais variadas áreas e concretizavam um ambiente cultural onde se veiculavam determinadas concepções de mundo.<sup>310</sup>

O PCB empenhava-se em exercer uma tutela sobre a intelectualidade e, a partir de sua influência política, exercia uma força atrativa sobre grande parcela dos intelectuais de esquerda, de modo que possuía militantes e simpatizantes.

Cabe lembrar também que havia, fora do PCB e buscando espaços de manifestação cultural, uma gama de jovens intelectuais que faziam leituras críticas do marxismo, mas não encontravam espaço editorial.<sup>311</sup> Essa situação se vincula ao fato

<sup>308</sup> DIAS, E. F., Gramsci no Brasil: o rabo do diabo. In: O Outro Gramsci. São Paulo : Xamã, 1996, p. 184.

<sup>309</sup> CHARTIER, R. A História cultural. Entre práticas e representações. Lisboa : Difel; Rio de Janeiro : Bertrand do Brasil, 1990.

<sup>310</sup> GRAMSCI, A., A Questão Meridional. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987. Também em: GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 19 (X), Par. 24, p. 2010-2034.

<sup>311</sup> Conforme Emir Sader, os jovens liam “Caio Prado, Ruy Mauro Marini, André Gunder Frank, Régis Debray, Che Guevara, Trotsky, Isaac Deutscher, o Programa Socialista para o Brasil da POLOP, além de Marcuse, Sartre, Fromm, Reich, Brecht e, com um peso particular na juventude, Carmem da Silva”. SADER, E. Nós que amávamos tanto *O Capital*. In: **Praga**, n. 1, set./dez. 1996, p. 76.

de, com a ditadura militar, não haver condições políticas para evidenciar um confronto ou para abrir um debate, mas pode se dever também ao fato de que esses jovens intelectuais não possuíam vínculos com os grupos que controlavam as editoras que divulgavam as idéias de esquerda. Parece haver uma forte ligação entre os grupos que militavam no PCB e a Editora Civilização Brasileira, por exemplo, que publicou, em meados da década de 60, obras de Gramsci, Lukács, Sartre, Marcuse, entre outros. O responsável pela edição era Ênio Silveira e, conforme Carlos Guilherme Mota, entre 1965-68 intelectuais expressivos participavam do que ele denominou “grupo ‘Civilização’”, no qual se incluíam “Sodré, Konder, Carpeaux, até José Honório Rodrigues, Callado, Ianni, Mário da Silva Brito e Cavalcanti Proença”.<sup>312</sup> Ora, podemos dizer que o grupo era constituído de intelectuais de várias vertentes, mas havia uma grande participação de integrantes e simpatizantes do PCB.

A Editora publicava textos heterodoxos. Conforme Carlos Nelson Coutinho, essas publicações visavam renovar o debate no interior do Partido, supõem-se que com a intenção de questionar as suas linhas programáticas. Isso, na verdade, não ocorreu. O debate cultural se alimentava de uma produção teórica heterodoxa, procurando assimilar determinadas linhas teóricas que prevaleciam no debate internacional, porém, essas novas tendências não alteravam significativamente o curso do debate político partidário. Assim, Lucien Goldmann, que predominava nas leituras e escritos de 1965 foi, aos poucos, sendo superado por outras análises de Marcuse e Adorno, em 1967 e

---

<sup>312</sup> MOTA, C. G., Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974). São Paulo : Ática, 1977, p. 208.



1968. Embora tais leituras abrissem a possibilidade de renovação, a direção partidária continuava a manter a sua linha de orientação.

Se os textos clássicos, ante a rígida estrutura hierárquica mantida pelo partido, não possuíam força de renovação, podemos atribuir o mesmo a qualquer leitura crítica ou heterodoxa vinda de um autor brasileiro. Isso se confirma na observação de Edmundo Fernandes Dias que acentua que a “maioria dos intelectuais de esquerda não vinculadas ao PCB não tinha onde publicar”.<sup>313</sup> Reconhece-se que tal situação se vincula ao empenho em exercer um controle editorial por parte do PCB.

Ora, as esquerdas brasileiras se defrontaram, principalmente a partir do AI-5, com uma outra realidade menos sutil e profundamente violenta de repressão político-cultural, com o afastamento de muitos intelectuais das instituições acadêmicas, a cassação dos direitos políticos daqueles que exerciam mandatos públicos e, para muitos, com o exílio.

Guardadas as proporções, pode-se dizer que ocorreu, por um lado, a repressão e a censura oficial, que exerciam um papel seletivo no sentido de veicular uma imagem do país e inviabilizar a emergência ou a solidificação de um pensamento de esquerda. Por outro lado, aconteceu também um controle no interior do PCB e, deste, em relação aos demais grupos de esquerda. Isso se torna mais claro quando se retoma a leitura das diretivas políticas do PCB no período: a partir das declarações de Kruchev sobre Stalin e da premência em se manifestar publicamente, o PCB iniciou uma discussão em torno do assunto, mas não renunciou aos pressupostos marxistas-leninistas, o que significa

---

<sup>313</sup> DIAS, E. F., Gramsci no Brasil: o rabo do diabo. In: O Outro Gramsci, p. 184.

que não assumiu profundamente o processo de autocrítica necessário para uma renovação política.

A partir da conjuntura histórica e do embate das forças políticas, pode-se dizer que, enquanto entre os grupos vinculados ao poder, tratava-se de conquistar um espaço no mercado de bens culturais em expansão, para o PCB colocava-se a necessidade de sustentar uma linha programática e submeter o diverso a seus paradigmas ideológicos que, apesar das crises e cisões internas, se mantiveram como matriz teórica.

É necessário frisar a importância do trabalho editorial e das grandes contribuições da Editora Civilização Brasileira, no sentido de criar mecanismos de manifestação intelectual, principalmente por meio do debate aberto no âmbito do jornalismo e da atividade editorial. Conta-se entre suas produções os *Cadernos do Povo*, que visavam a formação de uma consciência política abordando as questões nacionais de modo simples e acessível, num discurso muito próximo ao que se elaborava no interior do PCB. Por meio dos *Cadernos do Povo*, o PCB procurava responder às necessidades de seu público e ampliar a sua área de influência entre as classes trabalhadoras. Após o golpe de Estado de 1964, este foi um dos instrumentos de formação cultural que passou a ser alvo de suspeita do regime.<sup>314</sup>

Também vinculados aos *Cadernos do Povo* estavam os CPCs (Centros Populares de Cultura), que reuniam artistas e intelectuais comprometidos com a formação das classes populares, empenhados em difundir entre essas classes as idéias revolucionárias. Embora o CPC do Rio de Janeiro tenha se tornado o mais conhecido, o

---

<sup>314</sup> PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. p. 107-115.

primeiro CPC surgiu em São Paulo, em 1961, fundado por Oduvaldo Vianna Filho, que reunia artistas ligados ao teatro, principalmente à proposta estética do grupo do Teatro de Arena. Na leitura de Pécaut, o “CPC adquire uma forma definitiva articulando-se com o ISEB e com a UNE” mas, embora contribua ativamente para o debate político nessas instituições, preserva sua autonomia,<sup>315</sup> vindo a exercer um importante papel no movimento revolucionário.

As revistas se tornaram núcleos de debate político desde a década de 50 e o espaço onde intelectuais exerceram um papel cultural importante nos anos 60. Na opinião de Roberto Schwarz, o sucesso editorial da esquerda já vinha da época de Kubitschek e se devia, em grande parte, às deformações populistas do marxismo que, até certo ponto, beneficiavam os interesses da burguesia nacional e serviam à resolução de problemas do capitalismo. Daniel Pécaut apresenta uma avaliação semelhante a partir de um levantamento estatístico que confirma a ampliação do mercado cultural no período citado.<sup>316</sup> Nesse cenário o PCB se empenhava, conforme acentua Rodrigues, em controlar o maior número de jornais, revistas e publicações, bem como entidades culturais, reforçando sua influência e força de atração “entre a intelligentsia brasileira”.<sup>317</sup>

*A Revista Brasiliense*, que teve seu primeiro número publicado em outubro de 1955

---

<sup>315</sup> Idem, p. 153-154.

<sup>316</sup> Produção de livros: 52 milhões em 1964 a 189 milhões em 1967; quanto à TV, 8,2% dos lares possuíam um aparelho em 1962; em 1968 são 20,4%. “A cultura de esquerda’ é colhida nesse processo de modernização, um processo, porém, que já não tem muita relação com um projeto de sociedade”. PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. p. 203.

<sup>317</sup> RODRIGUES, L. M. O PCB: Os Dirigentes e a Organização (1930-1964). In: História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III, p. 411-412.

tornou-se um centro de debates e divulgação intelectual e político da esquerda brasileira, principalmente no que se refere à análise de problemas estruturais e conjunturais da realidade brasileira, até fevereiro de 1964, quando deixou de ser editada.

A *Revista Brasiliense* é considerada um documento histórico da trajetória intelectual e política de segmentos da esquerda brasileira e dos debates em torno do programa nacional-democrático que esses intelectuais, em geral, propunham para a sociedade brasileira. O historiador Caio Prado Jr. foi um de seus principais autores e articuladores do debate intelectual em torno da história econômica do Brasil. Além dele, a Revista contava com nomes como: Sérgio Milliet, Sérgio Buarque de Holanda, João Cruz Costa, Florestan Fernandes e Fernando de Azevedo, entre outros. Propunha-se como espaço aberto, sem “ligações de ordem política e partidária”, a todos os que se interessassem em discutir os problemas sociais que implicavam a posição da economia nacional no quadro da economia mundial, com o objetivo de “defesa dos interesses nacionais, da melhoria das condições de vida do povo e da renovação e dos progressos da cultura”.<sup>318</sup>

Outra revista que marcou época foi a *Revista Civilização Brasileira*, que começou a circular em 1965, isto é, um ano após o golpe de 64. Até o seu fechamento, em 1968, a revista exerceu um papel significativo no contexto do pensamento de esquerda, tanto que Carlos Guilherme Mota a considerou “um dos marcos fundamentais na história da cultura e do pensamento político progressista no Brasil no século XX”.<sup>319</sup>

---

<sup>318</sup> Declaração de abertura. In: **Revista Brasiliense**, n. 1, set./out. 1955.

<sup>319</sup> MOTA, C. G., Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974), p. 205.

Na leitura de Daniel Pécaut, apesar de a revista apresentar entre seus colaboradores dirigentes do PCB, “seria um erro tomá-la como uma revista partidarista”. Pécaut acentua que “o PCB pretendeu influir diretamente em sua orientação, principalmente no início e, em muitos artigos, nota-se uma fidelidade às suas teses”. Não faltaram tentativas dos dirigentes do PCB no sentido de não aceitar que “fossem postas em dúvida as suas concepções da burguesia nacional nem do ‘povo’”.<sup>320</sup>

A partir da proposta editorial, a revista se apresentava como um espaço aberto a todas as tendências de esquerda e nela se manifestavam intelectuais que, à medida que o regime de força se implantava, acreditavam que estava em suas mãos defender a manifestação democrática do pensamento e da cultura brasileira. Esse objetivo transparece no editorial de seu primeiro número:

Em seus variados campos de atuação e de pesquisa, (esses intelectuais) serão os que, acima de injunções ou posições partidárias, poderão estudar em seus mínimos pormenores a complexidade da vida brasileira. Unidos em torno de um princípio básico, qual seja o de que sem liberdade no mais amplo sentido não será possível retirar a Nação e seu povo do limbo em que se encontram, marcharão por um mesmo caminho, ou por vários caminhos paralelos, em busca desse equacionamento indispensável à solução dos problemas que há tanto tempo nos afligem.<sup>321</sup>

---

<sup>320</sup> Entre os organizadores da Revista se encontram: Ênio Silveira (que também foi responsável pela publicação da edição brasileira das obras de Gramsci), Moacir Félix e Manoel Cavalcanti Proença, mais tarde substituído por Dias Gomes; para Pécaut, os nomes que compõe o conselho de redação “permitem supor que a revista pretenda de início permanecer na linha teórica do campo nacionalista da época de Goulart”... entre “os colaboradores há veteranos do ISEB, como Roland Corbisier, e dirigentes do PCB, como Assis Tavares”. PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. p. 206-207.

<sup>321</sup> Princípios e Propósitos. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, Ano I, março/1965, n. 1, p. 3.

A revista propunha tornar-se um “amplo e dinâmico fórum de debates” sobre a realidade nacional. O editorial afirma que a revista não seria “orientada por qualquer partido ou concepção sectária”, o que não significava, porém, uma amplitude “ecumênica ao ponto de abranger todas as correntes de pensamento”.<sup>322</sup>

Conforme análise de Pécaut, a consciência de sua missão social levava esses intelectuais a acentuar seu papel crítico e a questionar a tutela partidária exercida pelo PCB, reivindicando “sua autonomia enquanto categoria social que não podia mais se acomodar à antiga disciplina”.<sup>323</sup>

A influência partidária se evidencia, em alguns momentos, em pressupostos que fundam e delimitam um campo de ação: é o caso da definição de Revolução Brasileira que, nesse primeiro número da Revista, se delineia a partir de uma determinada avaliação e abordagem da realidade nacional que privilegia básica e fundamentalmente os interesses nacionais contra qualquer interesse imperialista. Embora reconhecesse a complexidade do momento e a necessidade de rever posições, a análise da situação brasileira mantinha uma certa continuidade em relação aos esquemas teóricos e aos encaminhamentos políticos que prevaleciam no âmbito do PCB. É o que sobressai na noção de revolução implícita no editorial, que salienta que as reformas discutidas e encaminhadas antes do golpe de Estado de 64 “não continham o mínimo elemento socialista: eram todas reformas destinadas a desimpedir o livre desenvolvimento das forças produtivas, a possibilitar a ampliação do capitalismo brasileiro”. A análise das classes sociais acentua a fragilidade da burguesia nacional e, apesar da constatação

---

<sup>322</sup> Idem, p. 4.

<sup>323</sup> PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. p. 202.

da existência de contradições entre burgueses e operários, não se rompe com os antigos esquemas interpretativos da realidade brasileira, chegando-se a afirmar que “a esmagadora maioria das forças populares tinha a consciência ou a intuição do caráter da revolução brasileira, situando-a na etapa nacional e democrática e não na etapa socialista”, a partir do conhecimento do “desenvolvimento material do país e da correlação de forças vigente”.<sup>324</sup>

A avaliação do momento histórico levava a demarcar as posições dos intelectuais ante a perplexidade e a crise geradas pelo golpe de Estado e a afirmar a necessidade de um “esforço comum para o retorno à normalidade democrática”, “respeitando as opiniões, as posições, as tendências” e interesses diversos. Essa era a atitude imediata a tomar e para a qual se abria a revista. A convocação aos intelectuais se respaldava na necessidade de contrapor-se ao regime instituído (que o texto avalia como retrocesso político transitório), para retomar os rumos da Revolução Brasileira, cujo conteúdo nacional e democrático implicava a necessidade de: a) “defender, preservar e ampliar as riquezas nacionais”, desenvolvendo a acumulação interna e opondo-se ao imperialismo; b) defender e ampliar as liberdades de expressão, reunião, organização e locomoção e de todos os instrumentos necessários para a efetivação desses objetivos.<sup>325</sup> Basicamente, a revista se respaldava nos pressupostos da teoria das

---

<sup>324</sup> Princípios e Propósitos. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, Ano I, março/1965, n. 1, p. 9-10.

<sup>325</sup> Idem, p. 19-20. Também Carlos Guilherme Mota acentua a ênfase que a revista deu aos temas nacionais e ao antiimperialismo, denotando uma “ligação estreita com o passado e a ausência de perspectivas concretas, inclusive no plano teórico”. MOTA, C. G., Ideologia da Cultura Brasileira, p. 206.

etapas e no modelo de revolução burguesa que resultava ainda da aplicação de esquemas da Terceira Internacional à análise da realidade brasileira.

O grupo responsável pela edição da revista afirma ainda a sua especificidade enquanto categoria de intelectuais que faziam seus os interesses do povo e que se declaravam contrários a qualquer golpe de Estado, seja de direita ou de esquerda, convencidos de que só a retomada da revolução em sua etapa nacional e democrática poderia resolver o impasse criado pelo golpe de abril, que atrasou tanto o desenvolvimento político quanto material da sociedade brasileira e instaurou um clima de perplexidade. O argumento, além de referendar as táticas e o discurso do PCB, não esclarecia o alcance e o papel da ditadura militar implantada no sentido de cumprir os objetivos de um projeto de desenvolvimento tecnológico, base da nova política econômica que se pretendia implementar para integrar o país no sistema capitalista internacional, embora este seja o tema de um artigo escrito por Francisco de Oliveira publicado no primeiro número da revista.<sup>326</sup>

A declaração de propósitos, que compromete a categoria dos intelectuais com a cultura e a defesa dos interesses nacionais, termina por afirmar o compromisso de “combater a intolerância, respeitar as opiniões divergentes honestas e considerar a discussão livre como o meio único de harmonizar os pontos de vista” em torno de fins comuns.<sup>327</sup> No final, temos a afirmação de fidelidade à cultura brasileira que soa, no

---

<sup>326</sup> OLIVEIRA, F. O Plano de Ação Econômica do Governo Castelo Branco: porque não terá êxito. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, Ano I, março/1965, n. 1, p. 114-128.

<sup>327</sup> In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, Ano I, março/1965, n. 1, p. 21.



dizer de Pécaut, como “um convite para preservar a cultura política erigida de 1930 a 1960”,<sup>328</sup> isto é, a defesa de uma revolução burguesa a ser alcançada por meio de uma política conciliadora articulada com um discurso anti-imperialista.

Ao longo dos quatro anos de publicação a intenção de abrir-se ao debate e de romper com a tutela do PCB tomou forma na preocupação em divulgar pensadores heterodoxos como Marcuse, Sartre, Benjamin e Adorno, entre outros, além de trazer um leque amplo de assuntos, não só políticos e econômicos, como culturais. Conforme Mota, por volta de 1967 a revista tomou um novo impulso e o “debate político e cultural tomou rumos mais concretos”. A nova orientação ocorreu a partir da mudança do grupo intelectual que orientava a revista: a fase inicial, mais populista, deu lugar a uma “abordagem mais sociológica e científica” a partir da participação de “professores de Ciências Sociais como Marialice Foracchi, Leôncio Martins Rodrigues e Otávio Ianni”. De 1964 a 1968 a revista redimensionou e aprimorou o debate político e cultural: no “confronto entre formas de pensamento progressista e formas de pensamento conservador, o pensamento progressista mudou de qualidade”, numa viragem que foi de um estilo panfletário e epistolar a uma reflexão profunda sobre a realidade social brasileira.<sup>329</sup>

Embora contraditória, a convivência entre fidelidade partidária e ecletismo intelectual parece comprovar a situação em que, em geral, se encontravam os intelectuais comunistas: sem condições de manifestar-se ante o arbítrio e a força do regime militar, também não conseguiam transformar-se em força orgânica no interior do

---

<sup>328</sup> PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. p. 201.

<sup>329</sup> MOTA, C. G., Ideologia da Cultura Brasileira(1933-1974), p. 207-208.

partido a fim de desenvolver um pensamento que pudesse, no limite, levar a uma crítica radical da atuação do PCB. Ante as circunstâncias históricas evidenciadas na Guerra Fria e na oposição radicalizada entre direita e esquerda, capitalismo e socialismo, a função que exercia o PCB era de aglutinar as forças de resistência. Ao atrair os intelectuais para o interior de sua estrutura hierárquica e cristalizada, o partido delimitava os espaços de autonomia intelectual e política, a partir da “divisão de trabalho” que transformava a atividade intelectual em instrumento legitimador da política e da ideologia assumidas pela direção partidária.

No decorrer do período em que foi publicada, a *Revista Civilização Brasileira* se constituiu num dos centros mais expressivos da formação do pensamento progressista. Nela se encontram trabalhos que procuraram refletir sobre a cultura brasileira e se pode vislumbrar a formação de tendências que expressam forças que atuavam no âmbito do PCB: assim, ao longo dos quatro anos de edição, análises monolíticas como as de Nelson Werneck Sodré partilhavam espaço com ensaios como os de Francisco Weffort sobre o populismo no Brasil e de Mário Pedrosa sobre Revolução e Cultura. Às polêmicas em torno do livro de Caio Prado Jr. sobre a revolução burguesa, que mostravam o esforço do historiador em questionar as teorias sobre feudalismo, burguesia nacional e desenvolvimento antiimperialista, que prevaleciam no PCB, seguiam-se ensaios de Roberto Schwarz e Ferreira Gullar, algumas das expressões da diversidade de tendências que abrigava a revista. A impressão que permaneceu ao longo da edição foi a de que, ao tentar cumprir seu propósito de ser um espaço aberto a diversas manifestações do pensamento, a Revista se tornou também uma das

---

expressões da contradição entre ecletismo intelectual e fidelidade partidária, fonte de divergências que permeavam o próprio Partido.

Ainda publicadas pela Editora Civilização Brasileira, as revistas *Paz e Terra* e *Política Externa Independente* veiculavam as idéias e análises dos intelectuais de esquerda que, no dizer de Pécaut, “apesar de muitos continuarem próximos ao PCB, fazem-se ouvir mais facilmente do que o aparelho de um partido desarticulado”, “impotente para enfrentar o regime, ocupado com as divergências internas” e “assistindo à multiplicação das rupturas e dissidências”.<sup>330</sup>

Embora defendessem, em muitos casos, a continuidade das táticas conciliadoras apresentadas pelo partido, os intelectuais afirmavam sua função social e política, reivindicando sua autonomia em relação a um partido que não conseguia resolver seus problemas internos e se esfacelava. Essa postura se traduzia em questionamentos da continuidade das perspectivas políticas anteriores a 64 por parte do PCB, estendidas à Editora Civilização Brasileira que patrocinava as publicações, mas não chegava ao limite do rompimento com a estrutura partidária, até porque se pretendia garantir um espaço de manifestação cultural, muito mais difícil para quem se encontrava desvinculado do partido.

Outras são as características dos grupos intelectuais que se desenvolveram fora das fileiras partidárias, concentrando-se nas Universidades de São Paulo. Essa intelectualidade não tinha compromisso nem com o partido nem com o ideário nacionalista, o que lhe permitiu empenhar-se na reinterpretação da teoria marxista.

---

<sup>330</sup> PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. p. 210.

Roberto Schwarz, na sua análise desse período, fala do rompimento de um “monopólio do PC” em torno dos textos de Marx e Lenin, a partir da atuação de intelectuais no interior das Universidades que, particularmente em São Paulo, decidiram dedicar-se ao “estudo de Marx e do imperialismo”. O discurso acadêmico devolvia a vitalidade aos textos e abria novos horizontes, dando aos jovens militantes as condições de defenderem “o rigor marxista contra os compromissos de seus dirigentes”.<sup>331</sup>

Outras tendências, na início da década de 70, tentavam renovar o debate no interior do marxismo com base em autores como: Althusser, Marcuse, Lukács, Adorno, ou em propostas políticas como as do maoísmo, entre outras. Esses novos referenciais também serviram para reinterpretar o pensamento de Gramsci.

Cabe salientar o trabalho do grupo de intelectuais que, a partir da organização de Seminários sobre Marx (1958), desenvolveu uma nova abordagem dos problemas históricos da realidade brasileira e se reuniu, mais tarde, no CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento). Conforme Pécaut, o grupo se orientou em torno de temas que se inseriam na mesma conjuntura teórica dos trabalhos do ISEB, porém, com um tratamento completamente novo que resultava do estudo rigoroso dos textos de Marx. “O nascimento desse marxismo universitário é um acontecimento considerável, que irá comandar o desenvolvimento das ciências sociais”.<sup>332</sup> O CEBRAP tornou-se um centro de incentivo à pesquisa e deu sustentação ao trabalho intelectual de muitos dos atingidos pelo AI-5.

---

<sup>331</sup> SCHWARZ, Cultura e Política, 1964-1969. In: O pai de família e outros estudos, p. 68.

<sup>332</sup> PÉCAUT, D., Os intelectuais e a política no Brasil. p. 219.

A orientação metódica assumida pelos intelectuais do Seminário pode ser retomada em duas leituras que demonstram divergências quanto à interpretação do papel político desse grupo. Conforme depoimento de Roberto Schwarz, um dos participantes dos Seminários, a intenção do grupo não era questionar a esquerda nem a nação, mas sim a *Faculdade de Filosofia* e seus critérios de pesquisa e de abordagem dos problemas: “queriam promover um ponto de vista mais crítico e também uma concepção científica superior; (...) a reflexão sobre a dialética e a luta de classes parecia sintonizar com a realidade, ao contrário das outras grandes teorias sociais mais voltadas para a ordem e o equilíbrio do que para a transformação”. A contribuição maior e menos esperada pelo grupo, conforme Schwarz, foi “influir de forma decisiva sobre o marxismo local”, na visão doutrinária defendida e divulgada pelo PCB.<sup>333</sup>

Schwarz também enfatiza a diferença entre a intelectualidade paulista e a carioca acentuando que, enquanto esta apostava no nacional-populismo e assumia uma posição ambígua ao colaborar com o Estado (ISEB) aquela, “sofrendo da falta de ecologia nacional e tendo como bandeira o padrão científico”, voltava-se a compreender a dinâmica interna da luta de classes. A “facilidade com que em 64 a direita iria desbaratar a esquerda, em aparência tão aguerrida, demonstrou o infundado das alianças desta, acabando por dar razão aos paulistas”.<sup>334</sup>

Na leitura de Emir Sader, também participante dos Seminários, “se o pensamento nacionalmente hegemônico, ancorado no Rio de Janeiro, repousava numa espécie de nação *sem* classes, em São Paulo a descoberta de *O Capital* centrava as análises nas

---

<sup>333</sup> SCHWARZ, R. Um Seminário de Marx. **Folha de São Paulo**, 08.10.95, Mais!, p. 4-7.

<sup>334</sup> Idem, *ibidem*.

classes, mas com ausência da *luta de classes*”, cujas raízes estão na influência francesa (Alain Touraine) e “que tem na própria tese de Fernando Henrique Cardoso sobre o empresariado nacional outro bom modelo desse tipo de método castrado do marxismo”.<sup>335</sup>

Conforme Sader, as idéias que predominavam na esquerda paulista eram bem mais radicais do que as que pretendiam alguns intelectuais do Seminário, o que pode ser comprovado pelo conteúdo da revista *Teoria e Prática*, que teve seu primeiro número publicado em 1967 por ocasião da vinda de Perry Anderson à USP. O conselho editorial da revista “praticamente coincidia com a segunda geração do seminário de *O Capital*”, que pretendia uma ação direta, com a “intervenção na luta de classes e não apenas uma eventual renovação do trabalho acadêmico”.<sup>336</sup>

O editorial da revista *Teoria e Prática*, republicado em 1996 na revista *Praga*, demonstra que o grupo que organizava a revista *Teoria e Prática* se orientava muito mais pelo conteúdo da *Ideologia Alemã*, de Marx e Engels, recusando-se a assumir um programa que o identificasse com uma doutrina. Para o grupo, uma revista deveria “ser segura e imprevisível como um bom ensaio, que começa onde valha a pena e navega e combate em curso incerto, ao sabor do interesse e do raciocínio cerrado”.<sup>337</sup>

Retomando o conteúdo dos três primeiros números da revista, Emir Sader mostra a riqueza de um debate que ocorria “muito mais num horizonte político que acadêmico”.

---

<sup>335</sup> SADER, E. Nós que amávamos tanto *O Capital*. In: **Praga**, n. 1, set./dez. 1996, p. 75. A partir da leitura dos trabalhos de Fernando Henrique Cardoso, concordamos com Sader.

<sup>336</sup> Idem, p. 76. Sader se contrapõe à análise de Schwarz acentuando que Fernando Henrique Cardoso não tinha a ascendência política que Schwarz lhe atribuiu e suas obras “estavam afastadas dos debates reais da época”

<sup>337</sup> Apresentação da ‘Teoria e Prática’. In: **Praga**, n. 1, set./dez. 1996, p. 79.

Muito mais que a falta de um debate em torno das idéias dos frankfurtianos, lamentada por Schwarz, Emir Sader diz que a “ausência mais importante era a das mediações históricas e políticas concretas, presentes nos textos de Gramsci, nas análises históricas de Marx, nas obras de Lenin e de Trotsky”. A falta dessas mediações teóricas prejudicou a análise da realidade nacional e internacional. “Tanto assim que a herança daquele período ficou relativamente com a teoria da dependência”.<sup>338</sup>

Sader procura mostrar o elo entre o trabalho intelectual desenvolvido no Seminário e a postura política posterior de figuras que assumiram papel relevante na política brasileira, como Fernando Henrique Cardoso. Se a conjuntura histórica do final da década de 60 fechava os caminhos da revolução e dava lugar à repressão violenta, ao AI-5, ao exílio e à dispersão, nem assim ficam isentos os intelectuais: a “miséria da teoria abriu caminho para a miséria da política ... sem força para recriar um pensamento anti-capitalista”.<sup>339</sup> Portanto, os desdobramentos políticos posteriores não contradizem posturas teóricas assumidas na década de 60.

Outro referencial importante é Daniel Pécaut, que circunscreve a trajetória da intelectualidade paulista, no período anterior a 64, procurando mostrar as suas peculiaridades em relação aos intelectuais cariocas no que se refere à função dos

---

<sup>338</sup> Idem, p. 77.

<sup>339</sup> Idem, ibidem. Sader salienta que houve uma importante polêmica entre Fernando Henrique Cardoso e Ruy Mauro Marini, que questionava a teoria da dependência e direcionava sua pesquisa em torno da teoria do imperialismo. Esse debate foi publicado na *Revista Mexicana de Sociologia*, no final dos anos 70. Sader observa que a revista *Estudos CEBRAP* publicou a versão de Fernando Henrique Cardoso, sem fazer o mesmo com o artigo de Marini. (Idem, p. 67) Pode-se concluir que um controle semelhante àquele que desempenhava o PCB em relação à produção editorial também ocorria no âmbito do grupo dos Seminários.

intelectuais no âmbito da política. No dizer de Pécaut, os paulistas, “impregnados pelo estilo de seus mestres franceses”, orientavam o debate no sentido de um apego e um “respeito aos métodos científicos, bem como às regras e à hierarquia universitárias”, distantes de objetivos políticos mais imediatos, como os que propunham os intelectuais cariocas do período do ISEB e de Goulart.<sup>340</sup>

Embora participassem de alguns movimentos sociais, como a defesa da escola pública, os paulistas mantinham um distanciamento e manifestavam reservas quanto a um engajamento efetivo. A diferença de posicionamento político entre paulistas e cariocas aparece, conforme Pécaut, no livro **Política e revolução no Brasil**, com ensaios de Gabriel Cohn, Octavio Ianni, Paul Singer e Francisco Weffort.

O ensaio de Octavio Ianni se apresenta como uma reflexão sobre as contradições que dividiram a burguesia entre os interesses da industrialização e aqueles da economia agrário exportadora, acentuando que tais conflitos fragilizavam a sociedade capitalista em formação e eram relevantes na configuração histórica da revolução brasileira mas, nem por isso, se traduziam em oposição excludente de interesses. Para Ianni, “o capital externo estava presente em todos os momentos da existência da burguesia agrária ou industrial”, havendo incorporação ou integração aberta com ambas e, a partir da reelaboração de suas técnicas, o capital externo se infiltrava profundamente “inclusive nas áreas julgadas abstratamente nacionais”.<sup>341</sup> Ianni procurava mostrar que a separação entre burguesia nacional e capitalismo estrangeiro,

---

<sup>340</sup> PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. p. 212.

<sup>341</sup> IANNI, O. Processo político e desenvolvimento econômico. In: Política e Revolução social no Brasil. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1965, p. 55-56.



que dava sustentação à noção de revolução do PCB naquele momento, era fictícia, o que significava dizer que o PCB fazia uma avaliação equivocada da realidade brasileira e que, portanto, o projeto de revolução construído sobre esse pressuposto também não correspondia à realidade.

Nesse contexto, não se tratava de pensar em alianças da classe trabalhadora com a burguesia industrial e nacional, mas de salientar que as contradições determinantes eram as existentes entre burguesia e proletariado e que, numa sociedade capitalista em formação como a brasileira, eram contradições que “se encontravam disfarçadas, submersas, sob as disputas entre as facções burguesas em luta pela apropriação de maiores parcelas do excedente econômico” que implicavam a redefinição da estrutura de poder e da política econômica.<sup>342</sup>

A partir desses pressupostos e do reconhecimento da “insuficiente maturação do sistema de classes”, que se traduzia na “incompleta maturação das condições de existência e da própria consciência de classe”, Ianni procurava mostrar os equívocos das lideranças operárias na sua avaliação da realidade brasileira e na compreensão de seus papéis, o que levava a “organização e o sentido da liderança a se lançarem em caminhos ambíguos, estéreis”.<sup>343</sup>

Já o ensaio de Francisco Weffort buscava explicitar o papel e a importância das massas no processo de democratização da política, bem como da influência do populismo e do nacionalismo no ideário e na política das esquerdas ligadas ao PCB. Procurando desfazer mitos como os de “povo”, “nação” ou “comunidade do povo”, que

---

<sup>342</sup> Idem, p. 56.

<sup>343</sup> Idem, p. 57.

dissolvem ou eludem os conflitos de interesses entre as classes sociais, além de tentar elucidar o conteúdo da chamada “unanimidade de esquerda”, Weffort mostrava os limites mas também a força das ideologias que deram cobertura aos governos brasileiros desde Jucelino Kubitschek e que fragilizaram a política de esquerda: “incapazes de se organizar de maneira revolucionária, os homens de esquerda”, cujo discurso se aproximava tanto do discurso populista quanto do nacionalista, se viam “na contingência de se orientar pela própria sensibilidade pessoal ao andamento do processo político”, o que levava a “uma sobrevalorização das circunstâncias e das aparências e a uma prática de natureza oportunista”.<sup>344</sup>

A diferença de abordagem da teoria trazia implícito o modo de intervenção do intelectual no processo político: no Rio de Janeiro, o exemplo do ISEB mostrou que o “papel do intelectual implica uma intervenção direta no campo político e a reivindicação de uma representatividade popular e nacional”. Em São Paulo, a função do intelectual se definia principalmente pelas condições que presidiam a produção científica que determinavam o reconhecimento intelectual dos pares. Tratava-se de um estilo intelectual, de um método de abordagem dos textos de Marx, que implicava uma clara opção política.<sup>345</sup>

---

<sup>344</sup> WEFFORT, F. Política de massas. In: Política e revolução social no Brasil, p. 194.

<sup>345</sup> PÉCAUT, D. Os intelectuais e a política no Brasil. p. 215. Na verdade, ao subtrair da teoria o seu caráter mais radical, os paulistas negavam o projeto do ISEB, mas se aproximavam do arcabouço teórico cepalino, que também não tocava nas contradições de classe. A “importância de Fernando Henrique Cardoso veio depois da derrota insurrecional à ditadura” num contexto de oposição constitucional (SADER, E., In: **Praga**, n. 1, set./dez. 1996, p. 77); o que acabou prevalecendo da orientação nascida do seminário sobre Marx foi essa versão mais liberal e mais fácil de ser apropriada pelo discurso da burguesia.

A postura teórica do grupo paulista ligado aos Seminários o mantinha à distância das massas populares, até porque sempre desconfiaram do nacional-populismo e, embora fazendo-lhe a crítica, não avançavam a ponto de propor-lhe alternativas. A leitura de Marx dava sustentação a um discurso teórico que se traduzia em política apenas como instrumento de interpretação da conjuntura nacional, mas não como opção por um projeto de transformação social em benefício das classes trabalhadoras.

Se, a partir dos anos 60 ocorreu a busca dos originais, esmiuçados com rigor teórico nos centros universitários, a pesquisa renovada e crítica dos textos dos vários autores marxistas conviveu com uma leitura que mesclava marxismo e funcionalismo ou reproduzia antigas interpretações que faziam parte do ideário social-democrata. Nos grupos ligados ao partido comunista predominavam leituras economicistas do marxismo. É nesse momento pleno de paradoxos que os textos de Gramsci foram publicados, com a intenção manifesta (pelos tradutores) de renovar o debate político em torno do marxismo.

Questiona-se a possibilidade de realizar esse objetivo a partir das condições culturais e históricas, bem como dos limites do ideário que predominava no partido. Ante o contexto político apresentado e o esforço do PCB em exercer uma tutela sobre os intelectuais, bem como de sua influência sobre a imprensa e a produção editorial de esquerda, entende-se que não era possível concretizar o objetivo de renovação.

O texto de Gramsci possibilitaria a renovação proposta, desde que lido sem subordiná-lo a matrizes teóricas aceitas a priori como inquestionáveis, como o leninismo e a própria noção de revolução burguesa que predominava nos quadros do Partido e era construída com base em pressupostos tanto do marxismo-leninismo quanto do

discurso nacional-desenvolvimentista. A conjuntura histórica e os ideários adotados como modelos lógicos delimitavam a natureza da revolução brasileira, que tomava corpo na prática política conciliatória. Eram condições objetivas que formavam o tecido político daquele momento histórico e que delimitaram a leitura dos tradutores.

Nas condições históricas dadas e ante a função que o PCB desempenhou na política nacional, aliadas ao modo como os intelectuais se inseriam no partido, a recepção e interpretação de Gramsci respondeu a interesses políticos objetivos, no contexto partidário.

## CAPÍTULO II

### OS LIMITES DO PCB E O GRAMSCI “PROCESSUAL” DE TOGLIATTI

A introdução do pensamento de Gramsci no Brasil se insere num contexto mais amplo de divulgação do seu pensamento na América Latina. Embora o peruano José Carlos Mariátegui já faça, em 1920, uma leitura da realidade nacional peruana tendo como fonte de inspiração os textos dos jovens militantes de *L'Ordine Nuovo*, a inserção do pensamento de Gramsci na América Latina se desenvolveu a partir de 1950 com a publicação, em Buenos Aires, das **Cartas do Cárcere** e partes dos Cadernos, em 1958 e 1962.

Na Argentina, como no Brasil, a “inserção do pensamento de Gramsci na cultura política da esquerda ocorreu no interior do Partido Comunista Argentino”.<sup>346</sup> E tanto lá como aqui, a política partidária delimitou a leitura e interpretação do pensamento de Gramsci.

Como acentua José Aricó, ensaísta político e historiador argentino, a inserção das idéias de Gramsci na Argentina “fez parte de uma proposta, jamais explicitamente

---

<sup>346</sup> ARICÓ, J., Geografia di Gramsci in America Latina. In: **Critica Marxista**, 1985, n. 5, p. 17-34. Também em: ARICÓ, J., Geografia de Gramsci na América Latina. In: COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p. 27.

declarada, de atualização ideológica e cultural” de dirigentes do Partido Comunista Argentino. A publicação do pensamento de Gramsci na Argentina se ligou à história de um movimento de intelectuais que discordava das diretivas políticas ortodoxas de um partido alinhado com as propostas da Terceira Internacional e se conclui com a “sua marginalização da esfera de decisões até mesmo em seu próprio ambiente de trabalho, de seu choque e de sua ruptura com o comunismo dos anos 60”.<sup>347</sup>

A inserção do pensamento de Gramsci na cultura política de esquerda no Brasil seguiu um caminho semelhante ao argentino, salientando-se que, naquele país, houve efetivamente um rompimento com o comunismo oficial e um distanciamento da ortodoxia marxista-leninista, enquanto no PCB, os “gramscianos” conviveram por longo tempo com a direção partidária stalinista.

No caso argentino, José Aricó salienta a experiência de *Pasado y Presente*, revista publicada de 1963 a 1965, em torno da qual se agregaram os intelectuais gramscianos. Aricó procura “explicitar as razões da difusão de um pensador que, por diversos motivos, não podia aspirar ao reconhecimento” quase geral que obtiveram outros.<sup>348</sup> Seu objetivo é refletir sobre o itinerário de Gramsci na América Latina e fazer um “mapeamento” ou “geografia” do pensamento desse político marxista no continente, para realizar a crítica a uma leitura doutrinária do autor, reconhecendo os limites de seu pensamento para “restituí-lo à sua condição de pensamento de uma época”.<sup>349</sup>

---

<sup>347</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>348</sup> ARICÓ, J., La Cola del Diablo - Itinerário de Gramsci en América Latina. Caracas : Nueva Sociedad, 1988, p. 12.

<sup>349</sup> Idem, p. 15.

Entre as dificuldades desse levantamento, Aricó acentua que os escritos sobre Gramsci e os comentários sobre sua obra “foram numerosos, reiterados e de grande circulação”, na Argentina, no México e no Brasil.<sup>350</sup> O exame dessa inserção permite perceber que, no bojo da difusão generalizada dos conceitos gramscianos, ocorreu “um fenômeno de apropriação cultural” e política,<sup>351</sup> que acabou degenerando em “um abuso da terminologia gramsciana que conspira contra seu entendimento cabal e produz um efeito sincrético que banaliza o discurso político”. Uma das categorias exemplares é a de hegemonia, “que se estendeu a um tal ponto que resulta finalmente irreconhecível em suas conotações específicas”.<sup>352</sup>

Considerando a inserção do pensamento de Gramsci no Brasil, percebe-se que o conceito de revolução, principalmente na forma metafórica de “revolução passiva”, seguido do conceito de “guerra de posições”, foi o instrumental retomado para a análise da realidade brasileira.

Aricó salienta que, mesmo nas várias versões que o pensamento de Gramsci recebeu, como a “voluntarista-soreliana, obreirista-consiliar, nacional-popular” ou na “matriz eurocomunista, a figura de Gramsci apareceu sempre revestida de uma aura” pessoal que o distinguia de outros marxistas. Era o único político que fazia da cultura uma dimensão da política. Essa maneira insólita de encarar os problemas e atribuir uma função decisiva à cultura era o elemento novo que Gramsci agregava à tradição leninista e que foi, ainda na opinião de Aricó, o que “possibilitou, em grande medida, a

---

<sup>350</sup> Idem, p. 20.

<sup>351</sup> Idem, p. 21.

<sup>352</sup> Idem, p. 136, nota n. 5.

extravagante recomposição das fontes (marxistas), da qual Gramsci foi uma vítima preferida na América Latina”.<sup>353</sup>

No Brasil, a instrumentalização foi viabilizada precisamente pelo fato de se omitir ou de se relegar a segundo plano a dimensão política da cultura, como se a política pudesse ser um mero ornamento ou como se cultura e política fossem duas instâncias separadas e passíveis de serem tratadas sem qualquer relação no pensamento de Gramsci.

Outro fator que facilitou a apropriação do pensamento gramsciano foi o caráter inacabado e problematizador de seus escritos, a forma fragmentária e não sistemática de redação que, embora cuidadosa com o rigor e a crítica, abre para múltiplas interpretações.

Conforme Aricó, o que mais atraiu a intelectualidade latino-americana foi o fato de Gramsci ser o primeiro marxista a se ocupar com a questão dos intelectuais e sua função no contexto político, enquanto “homens políticos capazes de reter a densidade cultural dos fatos do mundo”, sem sentimentos de culpa. Entre as decorrências práticas das composições que o pensamento gramsciano possibilitou, a partir do entendimento da função social do intelectual está, conforme Aricó, um envolvimento maior dos intelectuais na luta política : “o que foi a experiência da violência armada na América Latina, senão uma tentativa de assunção plena da política por intelectuais radicais de esquerda?”<sup>354</sup>

---

<sup>353</sup> Idem, p. 22-23.

<sup>354</sup> Idem, p. 23-24.



Na busca do itinerário das idéias de Gramsci na América Latina Aricó assume uma postura que nos serve de exemplo:

Para elaborar uma geografia da difusão de Gramsci na América Latina devemos assumir esta diversidade como um dado e recorrer à pluralidade de caminhos e perspectivas que deram lugar à formação de distintos núcleos de elaboração teórica e política nos quais as idéias de Gramsci foram recuperadas, contaminando-se com outras posições e perspectivas e produzindo os mais diversos efeitos.<sup>355</sup>

Esse trabalho implica reconstruir o processo de leitura de Gramsci para encontrar as conexões entre a elaboração de sua teoria política e a apropriação de seus conceitos para análise de outras realidades históricas. A análise da organicidade das relações políticas e das mudanças culturais a cada nova conjuntura, ao lado da consideração do significado do discurso gramsciano, muitas vezes metafórico, são o pressuposto para entender a inserção do pensamento de Gramsci sob a ótica do conceito de revolução.

Também para Juan Carlos Portantiero, no livro **Los usos de Gramsci**, publicado no México em 1987, o texto de Gramsci, a partir de sua fragmentação, serviu para validar orientações políticas opostas. A versão togliattiana que, de certo modo, retomou o discurso da social-democracia alemã do período que antecedeu a primeira guerra mundial, é a “mais difundida e mais estável”, até porque foi divulgada a partir de um forte aparato partidário, que foi o PCI. Uma outra vertente de interpretação, oposta à citada, se funda na leitura dos escritos pré-carcerários para apresentar uma “visão

---

<sup>355</sup> Idem, p. 26-27.

espontaneísta dos processos revolucionários nos quais o papel da organização política, como instrumento de transformação social” seria mínimo.<sup>356</sup>

Para Portantiero, encontrar uma unidade entre os escritos gramscianos pré e pós-carcerários a partir de determinados conceitos teóricos como hegemonia ou bloco histórico é uma tarefa difícil porque Gramsci “não era um professor de ciência política”, ou seja, não elaborou uma obra sistemática. A unidade deve ser buscada com base em “uma concepção sobre a revolução”, porque é o conceito que permeia todo o seu trabalho teórico e sua prática política. Na opinião de Portantiero, é “deste ponto de vista que deve ser lido o seu aparato conceitual”.<sup>357</sup>

A publicação de novas cartas e documentos tem permitido a reavaliação crítica dessas leituras, mas os escritos gramscianos, ainda parcialmente divulgados, fazem com que seu pensamento se preste aos mais variados usos e adaptações conforme a variação das políticas conjunturais. Segue-se, em geral, a prática do PCI, que o interpretou a partir das necessidades políticas imediatas, nos vários momentos do processo de sua reorganização. Portantiero retoma essa trajetória para salientar as leituras controversas e as polêmicas geradas no decorrer desse percurso.

No Brasil, a inserção das idéias de Gramsci foi delimitada tanto pelo modo como a obra foi apresentada no contexto cultural que prevalecia no país na década de 60, quanto por princípios que orientavam a política do PCB desde o final da década de 50. Outras condições conjunturais que atuaram como pressuposto para a leitura de Gramsci foram o nacional-desenvolvimentismo, que dava sustentação à noção de

---

<sup>356</sup> PORTANTIERO, J. C., Los usos de Gramsci, p. 67-68.

<sup>357</sup> Idem, p. 73. Essa é a perspectiva que adotamos nesse trabalho.

revolução burguesa, e a correlação de forças que se desenvolvia no âmbito interno do PCB que, a partir de sua linha programática e de sua compreensão da natureza da revolução brasileira conseguia, apesar de suas crises internas, exercer certa influência no plano político e intelectual. Por último, a ausência de um processo interno de autocrítica para a superação do marxismo-leninismo impossibilitou redimensionar a noção de revolução, de modo que não havia, no interior do Partido Comunista, condições políticas para explicitar o texto gramsciano em sua heterodoxia. Por outro lado, a noção processual de revolução que Togliatti apresentava a partir de sua leitura de Gramsci e que, em linhas gerais, subordinava o pensamento de Gramsci à matriz teórica leninista, o fazia assimilável ao marxismo-leninismo.

Entende-se que não existe leitura neutra e que o texto de Gramsci despertou interesse pela possibilidade de redimensionar a teoria política e renovar o discurso do PCB sem romper definitivamente com um projeto de reformas graduais, já que a renovação implicaria um questionamento radical da ideologia e das linhas programáticas que prevaleciam no PCB e efetivar essa crítica, a partir das condições objetivas dadas, abalaria toda a estrutura partidária. O pensamento de Gramsci não cabia no contexto da matriz teórica do marxismo-leninismo, mas podia ser adaptado a partir da leitura de Togliatti, interpretação que respondia às expectativas de uma renovação parcial do discurso do PCB.

## 1. O GRAMSCI “PROCESSUAL” DE TOGLIATTI:

Conforme a primeira parte, capítulo II, Togliatti fez largo uso tanto da imagem quanto do texto gramsciano e, já nos primeiros discursos pronunciados logo após a morte de Gramsci, procurou ligar o nome do companheiro e revolucionário com as posições fundamentais do marxismo-leninismo. Cabe lembrar ainda que, durante cerca de dez anos, Togliatti foi praticamente o único a ter acesso aos escritos do cárcere, de modo que a sua interpretação, apresentada como “o pensamento de Gramsci”, não podia ser contestada. No decorrer dos anos e também na apresentação da edição temática, Togliatti continuou a vincular o trabalho de Gramsci à “atividade teórica e prática de Lenin e Stalin”: Gramsci foi chamado de restaurador do marxismo na Itália e Togliatti chegou a deduzir que “o marxismo de Gramsci era o marxismo-leninismo”.<sup>358</sup>

A instrumentalização já podia ser percebida com a leitura da edição temática porque vários fragmentos de Gramsci desmentiam essa interpretação (principalmente os que são apresentados em **Passato e Presente**, que não teve tradução no Brasil). Porém, a rigor, a crítica só pode ser efetivada a partir da nova edição dos **Cadernos do Cárcere**, realizada aos cuidados de Valentino Gerratana.

Togliatti, por sua vez, foi uma figura complexa e sua atitude política não foi isenta

---

<sup>358</sup> TOGLIATTI, P. Prefazione. In: GRAMSCI, A. Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce. Torino : Einaudi, 1949, p. XV e XVI (conforme referência já feita na Primeira parte, Segundo capítulo).

de contradições. Assim, os momentos em que vinculava Gramsci ao marxismo-leninismo eram contrabalançados pelo empenho, conforme o desenrolar da conjuntura política internacional, em buscar uma nova linha de ação para os comunistas italianos. Neste sentido, o texto gramsciano serviu novamente, principalmente a partir de 1956, como base de sustentação de uma política particular italiana, caracterizando-se por um afastamento do modelo stalinista.<sup>359</sup>

Portanto, o “uso” do pensamento de Gramsci para legitimar ou criticar uma postura política, conforme as circunstâncias, foi uma prática iniciada por Togliatti. Há um pano de fundo que é a situação de guerra fria que, no contexto internacional de disputa ideológica, impedia um questionamento teórico profundo das orientações oficiais e os dirigentes do PCI recorreram ao pensamento de Gramsci para demarcar um espaço político relativamente autônomo em relação à Terceira Internacional. O que mais marcou o itinerário posterior do pensamento de Gramsci foi a interpretação togliattiana da noção de revolução.

Retornando à Itália (1944) Togliatti procurou colocar o PCI na liderança do processo de reconstrução política republicana. Como acentuou Badaloni, nos escritos de Togliatti não existe nenhuma referência ao seu conflito com Gramsci em 1926, nem à polêmica em torno do pretenso trotskismo de Gramsci. Era preciso cancelar esse passado para lançar as bases da nova política do partido.<sup>360</sup> Ao apresentar Gramsci como “chefe da classe operária italiana”, Togliatti apoiou-se na imagem de Gramsci

---

<sup>359</sup> Esta questão foi acentuada por Guido Liguori em 1987.

<sup>360</sup> BADALONI, N., *Espansione democratica e controllo sulle catastrofi in Togliatti ‘politico’ e ‘interprete’ di Gramsci*. In: **Critica Marxista**, 1985, n. 4, p. 30. De resto, cancelar o inconveniente era uma prática instaurada pelo stalinismo na leitura da história.

para reorganizar o partido e referendar a sua proposta de “revolução democrática” como o caminho de superação dos limites gerados pelo regime fascista durante os anos de poder.

Das interpretações de Togliatti derivaram o gradualismo, a estratégia de transição longa e pacífica e o pluralismo, que abriram o caminho do partido no interior das instituições republicanas. Foi de Togliatti a idéia de mostrar um Gramsci menos interessado na economia, sobretudo porque, como afirma Mordenti, o interesse revelava uma posição heterodoxa, “criticando economistas soviéticos e metendo o nariz nos problemas econômicos da construção do socialismo na URSS”.<sup>361</sup>

Togliatti fez do PCI um grande partido nacional inserindo-o na dinâmica parlamentar da República Italiana, com todos os seus desdobramentos, como a “via italiana ao socialismo”. Como resultado, a obra de Gramsci ficou ligada à história do PCI, assim como sua interpretação vinculada, em certos momentos, à leitura de Togliatti. É verdade que, nos seus últimos escritos sobre Gramsci, no final de sua vida, Togliatti (que faleceu em 1964), reconheceu as limitações de sua leitura e sugeriu que se deveria buscar em Gramsci a sua “luz própria”, que “transcende a trajetória histórica do partido”; mas a obra de Togliatti já havia marcado de forma indelével a leitura de Gramsci.<sup>362</sup>

A partir da tradução brasileira, a interpretação do pensamento de Gramsci realizada

---

<sup>361</sup> MORDENTI, R. Il Gramsci di Togliatti. In: BARATTA, G. E CATONE, A. Gramsci e la critica dell'americanismo. Milano : 1989, p. 416; citado por FIORI, G., Gramsci, Togliatti, Stalin, p. 101.

<sup>362</sup> Nos apoiamos, aqui, na leitura de: VACCA, G., Gramsci e Togliatti. Roma : Riuniti, 1991, Prefazione, p. XXIX.

por intelectuais ligados ao PCB seguiu, em linhas gerais, a noção de revolução implícita na leitura de Togliatti. Entre as principais premissas que determinaram a noção de revolução, pode-se salientar a noção de socialismo, que substancialmente devia reproduzir a experiência soviética, com poucas variantes dadas pelas condições nacionais e históricas; a via democrática, pacífica e com mudanças graduais (que se assemelham muito mais às idéias de Bernstein que às de Gramsci) visando estabelecer um processo de transformações econômicas e políticas institucionais e, principalmente, a nova idéia de socialismo, que se expressou no conceito de “democracia progressiva”.

Consequentemente, transformou-se a relação entre democracia e socialismo: o PCI propunha uma república organizada com base em um sistema parlamentar representativo que efetuasse algumas reformas de conteúdo social. No momento da elaboração da nova constituição da República Italiana, Togliatti teve o cuidado de salientar que se tratava de elaborar uma lei que garantisse o advento de uma nova classe dirigente, democrática, renovadora, progressista, mas não de uma Constituição socialista e sim uma democracia parlamentar pluralista. Esta identificação entre a participação no processo representativo parlamentar com a democracia progressiva deu o tom mais liberal ao processo italiano, diferenciando o PCI do movimento comunista internacional. O PCI passou a ser o porta-voz de uma “terceira via”, caracterizada pela idéia de democracia progressiva.<sup>363</sup>

Mais tarde, essas idéias deram sustentação ao movimento denominado “eurocomunismo”, também retomado pelos intérpretes gramscianos vinculados ao PCB.

---

<sup>363</sup> Essas características podem ser encontradas no estudo de VACCA, G., Gramsci e Togliatti, P. 118-122.

A direção toglattiana e o eurocomunismo, acompanhado das análises de Berlinguer, souberam instrumentalizar o pensamento de Gramsci de acordo com as necessidades partidárias imediatas. No bojo da leitura desenvolvida pelo eurocomunismo, tem-se um marxismo domesticado, adaptável a interesses mais liberais. E esta interpretação amena da realidade é apresentada no Brasil como se fosse a própria teoria política de Gramsci.

## 2. O PCB E A INTERPRETAÇÃO TOGLIATTIANA DE GRAMSCI:

A conjuntura histórica da realidade brasileira dos anos 60, bem como a relativa influência que exercia o PCB no ambiente cultural da época, a partir da tutela que o Partido procurava exercer sobre os intelectuais a ele filiados e do empenho em controlar os meios de produção cultural, permitem entender porque a inserção do pensamento de Gramsci ocorreu a partir da interpretação de Togliatti e do PCI. Embora os tradutores manifestassem a intenção de renovar internamente o debate partidário, em momento algum se questionou radicalmente os pressupostos ideológicos do Partido e nem se colocou em dúvida o ideário do nacional-desenvolvimentismo que permeava o discurso político-partidário e de muitos intelectuais da época. A leitura toglattiana de Gramsci não contrariava as posturas do PCB. A redução da teoria gramsciana à matriz leninista possibilitou a adaptação e confirma, na prática, a força e o domínio da direção



partidária em aplicar seus parâmetros para esterilizar uma contribuição teórica original e autônoma.

De certo modo, seguiu-se no Brasil um caminho semelhante ao italiano: se, na Itália do pós-guerra, Gramsci foi interpretado a partir da política e dos debates internos do PCI, como parte integrante da busca de identidade e afirmação partidária, no Brasil a publicação do pensamento de Gramsci, bem como a leitura dos tradutores esteve, até certo ponto, condicionada ao papel político do PCB e seu conceito de revolução, não apenas porque sua publicação foi delimitada pela estrutura editorial e pela situação de confronto com a ditadura militar, mas também porque a interpretação contida na apresentação do seu texto não se afastou muito da ortodoxia.

O que se fez foi trazer para o Brasil a leitura que se apresentou na Itália, onde o pensamento de Gramsci era o referencial teórico, ora para unificar o partido e construir sua identidade num momento em que se devia renascer das cinzas provocadas pelos longos anos de ditadura fascista, ora para afirmá-lo no confronto com outras forças políticas que atuavam no processo de reconstrução democrática do país. Essa inserção, porém, se realizou sem esclarecer os vínculos com a leitura que se fazia na Itália, isto é, sem explicitar o contexto histórico em que se publicou e se interpretou o pensamento gramsciano no âmbito da política do Partido Comunista italiano.

A divulgação de Gramsci no Brasil permitiu, em determinados momentos, uma crítica política e uma renovação do pensamento de esquerda, mas também serviu a objetivos políticos mais imediatos que levaram, em determinadas circunstâncias, à sua instrumentalização. Embora a sua heterodoxia emane a cada novo parágrafo de seu texto, Gramsci foi inicialmente apresentado pelos tradutores, no momento da primeira

publicação, como um marxista preocupado com a questão cultural desvinculada da questão política, porque era o que se mostrava viável dentro dos limites da política do PCB. Mais tarde, quando deram relevância à questão política, o Gramsci apresentado foi o Gramsci togliattiano, leninista, fundador do PCI, que seguiu essa orientação partidária. No fundo, Gramsci não deixou de ser o “teórico das superestruturas”, em nenhum momento se considerou relevante as suas reflexões sobre economia nem se procurou mostrar a interrelação dialética entre econômico e político, que permite redefinir a questão das superestruturas. Posteriormente ainda, se trouxe para o Brasil a leitura eurocomunista como se fosse própria do ideário gramsciano. É verdade que a esquerda italiana, que ascendeu ao poder com Togliatti e Berlinguer, reivindicava uma herança gramsciana, mas o próprio texto de Gramsci permitiria uma crítica.

Os desdobramentos das teorias e das práticas da esquerda comunista no Brasil mostram que a idéia de uma revolução democrático-burguesa a ser consolidada, com alguns nuances diferentes, serviu como pano de fundo e referência constante na caracterização da realidade brasileira. Este aparato teórico, fundado na matriz ideológica que o partido assumia sem questionamentos, serviu como pressuposto para a leitura de Gramsci.

Outra questão que se deve salientar é a das diferenças históricas: o texto de Gramsci foi construído a partir de polêmicas específicas e da análise da realidade social e política italiana. A realidade brasileira apresenta especificidades históricas e contradições que a tornam diferente, não apenas da história italiana, mas de qualquer outra história do capitalismo ocidental. As leituras dualistas e a aplicação de categorias teóricas abstraídas do contexto em que foram produzidas e transformadas em modelo

de interpretação, como um conjunto lógico e funcional, não contemplam a diversidade. Isso não significa que seus conceitos não tenham uma função generalizadora, mas as especificidades históricas das realidades às quais se aplicam precisam ser consideradas.

É verdade que predominou, na Itália, a partir da leitura de Togliatti e, posteriormente, a partir das leituras de Norberto Bobbio, uma interpretação antinômica dos conceitos de Gramsci, leituras que geraram controvérsias e que serviram para novas instrumentalizações de texto gramsciano. Estas leituras se difundiram porque abriam a possibilidade de pensar em reformas graduais ou em participação nos quadros da democracia instituída.

É preciso acentuar, porém, que Gramsci refletiu sobre a democracia e tentou pensar em formas de sua expansão a partir de um processo de politização da sociedade. Esse objetivo ligava-se ao esforço em preparar as classes trabalhadoras para concretizarem um projeto de uma nova sociedade e, portanto, não se desvinculava da necessidade de uma redefinição do Estado, acompanhada de mudanças profundas na estrutura econômica. A questão de fundo no pensamento de Gramsci sempre foi a revolução socialista.

Entre os fatores que dificultaram as primeiras leituras de Gramsci no Brasil está o acesso a apenas parte de sua obra, fato que se liga ainda às proposições políticas e à influência do PCB. Concentraram-se as interpretações nos **Cadernos do Cárcere** (edição temática) e não se demonstrou interesse em publicar no Brasil uma tradução dos escritos pré-carcerários, isto é, considerou-se o texto de Gramsci conforme a antiga divisão teórica atribuída ao texto de Marx e que o separou em “jovem hegeliano” e

“velho economista”. Tal procedimento permitiu vinculá-los (Marx e Gramsci) a determinadas práticas políticas ortodoxas. Sabe-se que, assim como em Marx, a separação entre o Gramsci “da juventude” e o Gramsci “do cárcere” é questionável: o Marx da maturidade não foi um economista que superou a filosofia (tanto que a questão da ideologia perpassa “O Capital” como uma questão filosófica entre outras) e o Gramsci dos Cadernos é tributário da experiência dos Conselhos e do jornal *L’Ordine Nuovo*, tanto que existem fragmentos em que Gramsci se remete aos escritos de 1916-26. Ora, se a obra gramsciana for considerada em seu conjunto, superam-se as leituras parciais dos Cadernos e se desvela uma outra noção de revolução.

De fato, hoje se percebe a complexidade de uma obra que se produziu ao longo de uma vida e que precisa ser lida em sua totalidade para ser compreendida. Cabe esclarecer as delimitações da leitura do texto gramsciano a partir das exigências da conjuntura histórica e dos pressupostos teóricos que, de certa forma, a direcionaram. Como o conceito de revolução é o conceito que permite buscar a unidade da obra, porque é a noção e o objetivo que permeiam todo o seu trabalho teórico e sua prática política, é dessa perspectiva que a abordagem de seu aparato conceitual é tratada aqui para entender o modo de inserção de seu pensamento no contexto histórico brasileiro.

Cabe também à experiência brasileira o que José Aricó diz da recepção de Gramsci na América Latina: Gramsci foi “uma figura mais evocada que conhecida” e se tornou “parte das combinações ideológicas mais caprichosas”. Entre estas, sua visão da transformação social como “reforma intelectual e moral”, bem como o modo de entender o papel das instituições na construção de uma “nova ordem”, permitiu a alguns

“convertê-lo em um maoísta avant la lettre”.<sup>364</sup> Alguns de seus conceitos foram tão utilizados, nas mais variadas circunstâncias, que perderam o significado que possuíam originalmente (um exemplo é a noção de hegemonia).

Todos os limites apontados não diminuem a importância da publicação de Gramsci no Brasil, porque possibilitou conhecer o pensamento gramsciano, mesmo de modo parcial. O que se pretende mostrar é que, a partir das condições culturais e políticas em que ocorreu a inserção de seu pensamento, produziu-se uma interpretação que pode ser contestada a partir do próprio texto gramsciano. Entende-se que as condições históricas objetivas delimitaram as primeiras leituras no interior do PCB e que o fato da participação dos “jovens gramscianos” nos quadros do partido viabilizou uma forma de apropriação da teoria gramsciana que pode ser caracterizada como um “uso” do pensamento de Gramsci.

---

<sup>364</sup> ARICO, J. La cola del diablo - Itinerário de Gramsci en America Latina, p. 22.

### CAPÍTULO III

#### GRAMSCI NO BRASIL

Gramsci foi lido e interpretado no Brasil já antes da publicação brasileira da edição temática. A partir de um levantamento bibliográfico, tem-se uma noção da produção teórica anterior e posterior à publicação brasileira, o que permite, mais uma vez, perceber a importância do trabalho dos tradutores. A publicação da edição temática, a partir de 1965, se apresenta como um divisor de águas, no sentido de introduzir, também, a interpretação togliattiana.

À leitura do material que foi encontrado até a década de 60 segue-se a abordagem dos escritos publicados até o final da década, muitos dos quais já se remetem à edição publicada no Brasil pela Editora Civilização Brasileira. A noção de revolução não está explícita, mas permeia os vários ensaios. Conforme os desdobramentos da conjuntura histórica, aparecem determinadas temáticas. Uma delas, a da função do intelectual, se apresentou como o meio de abordagem da questão política, num momento em que o regime militar impunha com rigor a censura.

## 1. AS PRIMEIRAS LEITURAS E A DELIMITAÇÃO DAS VERTENTES:

O contexto histórico é condicionante da leitura e compreensão de uma teoria, principalmente se esta for fragmentária como a gramsciana e conhecida de modo parcial, como ocorreu no caso brasileiro.<sup>365</sup> Foi a partir de determinadas exigências políticas circunstanciais que prevaleceu uma determinada leitura de Gramsci e foram deixados de lado outros caminhos de interpretação.

A partir dos pressupostos teóricos levantados até aqui, o objetivo desse capítulo é realizar um levantamento do conteúdo de artigos publicados no Brasil até a década de 60 ou o que se produziu no país no período em que se iniciou a publicação de parte das **Cartas do Cárcere** e da edição temática, procurando salientar as abordagens da noção de revolução.

Nota-se o interesse que o pensamento de Gramsci despertava, já em 1950, na área da educação: a Revista *Fundamentos* publicou, nessa época, uma breve biografia do político italiano, seguida de um artigo sobre Gramsci escrito por Umberto Terracini, militante comunista que também passou pelos cárceres fascistas.<sup>366</sup> Trata-se de um depoimento de um companheiro que esteve ao lado de Gramsci ao longo de sua luta e

---

<sup>365</sup> Nesse ponto, nossa leitura segue o historicismo gramsciano que, juntamente com Korsch, Rosa Luxemburg, Mehring e Lukács, além de Sartre, foi criticado por Althusser na sua concepção de materialismo histórico. Trata-se de uma discussão sobre a cientificidade do materialismo histórico, que pressupõe uma determinada interpretação dos textos de Marx; a tradição historicista representou uma reação ao mecanicismo.

<sup>366</sup> TERRACINI, U. Antonio Gramsci. In: **Fundamentos** Revista de Educação e cultura Moderna. Ano 11, n. 11, jan./abril 1950, p. 24-27.

que faz uma apresentação do político que atuou junto ao movimento operário de Turim. Salientando que as idéias de Gramsci deveriam ser entendidas como “patrimônio de todas as correntes verdadeiramente democráticas do movimento popular italiano”, Terracini evidencia a imagem construída por Togliatti do “fundador e dirigente do comunismo italiano” morto nas prisões de Mussolini.<sup>367</sup>

Uma das primeiras abordagens do pensamento de Gramsci na Universidade brasileira foi a do Prof. Oliveiros S. Ferreira que, na década de 60, ministrava a disciplina “O conceito de hegemonia em ciência Política” no Programa de Pós-Graduação da USP. Tendo conhecido em Paris, no final da década de 50, uma recente publicação de fragmentos dos Cadernos de Gramsci com o título **Obras Escolhidas**, o Prof. Ferreira passou a desenvolver o que ele próprio chamou de “um diálogo” com Gramsci. Das aulas ao longo da década de 60 ele produziu um texto apresentado em concurso de livre-docência na USP. Como salienta o próprio Prof. Ferreira, seu trabalho foi produzido com uma “ausência completa de referências bibliográficas” de comentadores, porque queria apresentar “as idéias que dos textos teve e não aquelas que outros haviam feito de Gramsci”<sup>368</sup>. Publicado em 1986, o texto vem precedido de uma introdução em que o Prof. Ferreira acentua recorrer à edição crítica de Valentino Gerratana para realizar o seu trabalho, por apresentar os Cadernos em sua versão original e trazer, algumas vezes, um texto diverso daquele das outras edições anteriores. Não há, porém, uma preocupação em esclarecer os motivos das diferenças

---

<sup>367</sup> Idem, p. 26.

<sup>368</sup> FERREIRA, O. S. Os 45 cavaleiros húngaros (uma leitura dos Cadernos de Gramsci). Brasília/São Paulo : UNB/Hucitec, 1986. Introdução, p. 1.



de redação e “de numeração” dos Cadernos, ou seja, o Prof. Ferreira parece desconhecer as circunstâncias em que os Cadernos foram produzidos e a importância da edição crítica para o conhecimento de como os conceitos foram sendo construídos ao longo dos escritos de Gramsci.

O Prof. Ferreira, salienta que não trata de um “trabalho de ‘leitura’ dos Cadernos”, mas de um escrito apresentado como a expressão muito pessoal de idéias sobre “a política, a vida e a morte, a arte e a guerra, os simples e sua brutalidade”<sup>369</sup>, sem uma preocupação com o rigor exigido por uma pesquisa dessa natureza, muito menos com um trabalho filológico minucioso ou com a historicidade do texto de Gramsci. Na verdade, o trabalho tem o mérito de não ter como pressuposto a interpretação de Togliatti, embora se apoie em uma bibliografia heterogênea, constituída de nomes que representam o pensamento mais radical de esquerda, ao lado de figuras do positivismo. Com esse referencial teórico, Oliveiros S. Ferreira aborda questões relevantes no pensamento gramsciano, mas não consegue superar a fragmentariedade do texto de Gramsci, nem a diversidade de métodos que orientam sua própria leitura. A questão da hegemonia, tema que perpassa o livro, é reduzida à formação de uma visão de mundo. Sem buscar a interrelação do cultural com o processo de relações econômicas e sem fundar-se no processo antagônico de constituição das classes sociais, a hegemonia apresenta-se como mecanismo de conservação do poder pela dominação ideológica.

Desse modo, o texto de Gramsci perde a sua dialeticidade e a sua dimensão

---

<sup>369</sup> Idem, p. 2.

revolucionária, à medida que seus conceitos são reduzidos a pressupostos das teorias de Weber e de Durkheim. Esses são, em nosso entender, alguns dos motivos pelos quais o livro do Prof. Ferreira não teve uma grande repercussão nos meios acadêmicos.

Um dos primeiros artigos a fazer referência à teoria revolucionária de Gramsci foi escrito por Michael Löwy e apareceu em 1962, na *Revista Brasiliense*. Partindo do pressuposto de que a “ciência política marxista só se torna inteligível se abordada à luz da própria filosofia da praxis, para a qual a interpretação do mundo real e o projeto de sua transformação são dialeticamente indissolúveis”,<sup>370</sup> Löwy procura explicitar a relação entre as teorias do partido revolucionário de Lenin, Rosa e Gramsci e mostrar como cada uma dessas teorias respondia a determinadas exigências colocadas pelo contexto histórico.

Depois de frisar as características jacobinas ou mesmo blanquistas da estrutura do partido bolchevique dirigido por Lenin e que ressaltam de seus escritos, principalmente “*Que fazer?* (1902) e *Um passo para frente e dois para trás* (1904)”, bem como os desdobramentos desse tipo de organização partidária no processo de formação da consciência de classe<sup>371</sup>, Löwy retoma alguns pontos da concepção organizatória de Rosa Luxemburg acentuando a sua contraposição à teoria leniniana, principalmente na defesa da ação direta e autônoma do proletariado, capaz de desenvolver uma consciência de classe prática e ativa no processo de luta revolucionária. Para Löwy, Rosa demonstrava uma clara desconfiança em relação às estratégias políticas que se

---

<sup>370</sup> LÖWY, M. Consciência de classe e partido revolucionário. In: **Revista Brasiliense**. São Paulo, n. 41, maio/jun. 1962, p. 129.

<sup>371</sup> Idem, p. 142-143.

fundavam na “superestimação do papel da organização na luta de classes” seguida de uma “subestimação da maturidade política do proletariado ainda não organizado, esquecendo a ação educadora” das lutas de classes.<sup>372</sup>

A partir dessa configuração, Löwy descreve (em apenas seis páginas) a teoria política elaborada por Gramsci desde os Conselhos de fábrica até os **Cadernos do Cárcere**, para dizer que Gramsci passou do extremo de uma teoria revolucionária anti-jacobina, muito próxima da teoria luxemburguista, para o outro extremo da organização de um partido disciplinado e centralizado, não só na linha de Lenin, mas principalmente como reinterpretação do legado de Maquiavel. Na raiz dessa transformação “tão radical que quase se pode falar de ruptura total” estão, conforme Löwy, as mudanças profundas que o movimento comunista italiano e internacional sofreu no decorrer de 15 anos. Assim, “o ‘espontaneísmo’ implícito na obra de Gramsci no período de 1919-1920 espelha as condições políticas da luta revolucionária nesta época, na Europa e na Itália” (a ascensão do movimento operário em vários países da Europa),<sup>373</sup> enquanto a organização interna do partido revolucionário desenvolvida nos Cadernos retrata o quadro político-social que se formou por volta de 1927-1934 (a ascensão do fascismo na Itália e do stalinismo na Rússia).

Finalmente, conforme Löwy, a síntese teórica das três teorias organizativas que marcaram um período revolucionário tomou expressão nas reflexões de Lukács que, inicialmente valorizando as “energias espontâneas da classe operária” e dialogando com Rosa Luxemburg, acabou por “pender pronunciadamente para o leninismo”, para

---

<sup>372</sup> Idem, p. 148-149.

<sup>373</sup> Idem, p. 151.

descrever o Partido Comunista como a “forma organizacional autônoma da consciência de classe”.<sup>374</sup>

Embora Löwy saliente o pensamento gramsciano do período de sua militância política junto ao movimento dos Conselhos de fábrica e abra a perspectiva de uma relação com a teoria revolucionária de Rosa Luxemburg, a análise da noção de revolução elaborada nos **Cadernos do Cárcere** a partir da teoria do partido parece não corresponder à complexidade das reflexões gramscianas dessa fase. Tomando o conjunto da obra gramsciana a partir da noção de revolução, pode-se dizer que a teoria política dos **Cadernos do Cárcere** se desdobra no sentido de reformular a teoria leniniana a partir da experiência de *L'Ordine Nuovo* e dos Conselhos de fábrica, ou seja, a ruptura radical entre escritos pré e pós-carcerários é questionável, assim como a colocação de Löwy em torno da influência de Maquiavel. Estas, porém, são diferenças de interpretação, não apenas de Gramsci, mas também de Maquiavel. É uma leitura que, no caso do ensaio de Löwy, recorre a recortes de fragmentos para demonstrar uma vinculação de Gramsci com o “marxismo-leninismo” a partir da qual os argumentos de Gramsci, fundamentados em Maquiavel, se teriam elaborado na defesa de um centralismo democrático na organização interna do partido e que as breves críticas ao centralismo burocrático não seriam suficientes para alterar o quadro geral da concepção gramsciana de partido e revolução.<sup>375</sup>

Outra leitura possível é aquela que acentua que Gramsci buscou em Maquiavel os elementos que permitem aprofundar os aspectos político e cultural da noção de

---

<sup>374</sup> Idem, p. 157-159.

<sup>375</sup> Idem, p. 158.

hegemonia: para Maquiavel, o poder se engendra no antagonismo que se estabelece entre os grandes que desejam comandar e oprimir, e o povo que não deseja ser comandado e oprimido. A partir da correlação de forças que se instaura entre os grupos existentes se elege um Príncipe que, para bem governar, precisa considerar as forças vigentes e o seu papel na formação do Estado. Conforme Gramsci, Maquiavel não defendia os mecanismos de dominação ou os tiranos que os aplicavam. O governante virtuoso e sábio era o que criava condições e legislava no sentido de ampliar as possibilidades de manutenção das conquistas e liberdades instituídas, isto é, empenhava-se em criar mecanismos de fortalecimento da vontade dos homens e de participação política.

Para explicitar sua leitura, Gramsci faz uma aproximação entre **O Príncipe** de Maquiavel e o “mito” soreliano, para afirmar que Maquiavel elaborou uma teoria política “que se apresenta não como fria utopia, nem como raciocínio doutrinário, mas como uma criação da fantasia concreta que atua sobre um povo disperso e pulverizado, para despertar e organizar a sua vontade coletiva”.<sup>376</sup> A teoria organizativa revolucionária que se expressa no decurso desse fragmento mostra que o elemento passional, de espontaneidade das massas, é a base de uma ação revolucionária, mas precisa ser criticado e elaborado para que o movimento político tenha continuidade na formação de uma vontade coletiva.

A experiência política do início da década de 20 deu a Gramsci condições de se posicionar de modo autônomo tanto ante o leninismo quanto ante o marxismo-leninismo

---

<sup>376</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), frag. 1, p. 1556.

da Terceira Internacional na década de 30. É necessário salientar que Gramsci não se ligou incondicionalmente à linha política da Terceira Internacional e não pode, por isso, ser interpretado como um “marxista-leninista”, mas sim como um político que desenvolveu um pensamento autônomo que se tornou um grande referencial crítico aos dogmatismos e ortodoxias.

As leituras com base nos escritos pré-carcerários só aparecem no Brasil a partir de meados de 70, nos trabalhos do Prof. Francisco Weffort. Mais tarde (1984), tem-se a tese de Doutorado do Prof. Edmundo Fernandes Dias, que apresenta um estudo minucioso do movimento revolucionário italiano de 1919-1920, principalmente a experiência dos Conselhos de fábrica. O Prof. Dias entende que a noção de hegemonia, central nos **Cadernos do Cárcere**, redefine a problemática que ocupou Gramsci no movimento dos Conselhos, que era a de mostrar a necessidade das classes trabalhadoras elaborarem a sua identidade de classe como pressuposto da criação de uma nova civilização. As noções de hegemonia e revolução se transformam na proposição de uma política entrelaçada à cultura e na formulação da luta hegemônica como construção de uma “nova Weltanschawng”.<sup>377</sup>

A via de interpretação que entrecruza a produção teórica dos **Cadernos do Cárcere** com os escritos anteriores, do período dos Conselhos, reaparece em 1991 no trabalho de Giuseppe Staccone: **Gramsci – 100 anos: Revolução e política**, onde o autor procura mostrar que a estratégia revolucionária elaborada no cárcere redefine

---

<sup>377</sup> DIAS, E. F., Hegemonia: racionalidade que se faz história. In: O outro Gramsci. São Paulo : Xam~, 1996, p. 37.

posições assumidas no período dos Conselhos, reformula a noção de Estado e defende a necessidade de tentar “traçar os rumos de uma ‘nuova civiltà’”.<sup>378</sup>

Cabe salientar ainda a leitura de Pedro Celso Uchôa Cavalcanti, que viveu no exílio de 1964 a 1980 e publicou no Brasil (por volta de 1990) uma coletânea de artigos de Gramsci dos primeiros anos de sua atividade jornalística, precedidos de introduções escritas em 1976 (edição portuguesa) e 1979 (edição brasileira não publicada na época). Nessa introdução Cavalcanti salienta algumas características originais do pensamento de Gramsci, a partir de uma abordagem da totalidade de seus escritos. Questiona também a “falta de uma visão histórica da obra de Gramsci” nos Estados Unidos, o que permitiu a instrumentalização de seu texto para “‘resolver’ problemas para os quais a esquerda norte-americana não encontrava resposta”. Conforme Cavalcanti, Gramsci se tornou fonte recorrente para “‘consertar’ o marxismo” porque a leitura de sua obra, como todas as leituras, parte “de posições teóricas e ideológicas já adquiridas”, que se tornam parâmetro de comparação ou de avaliação de seu texto.<sup>379</sup>

Cavalcanti acentua ainda que a vinculação do pensamento de Gramsci aos desdobramentos da política e da história do PCI comprometeu e até subverteu a sua interpretação, já que Gramsci discordava radicalmente da linha adotada pelo partido a partir das decisões do VI congresso da Internacional Comunista, atitude que o levou ao isolamento na prisão.<sup>380</sup>

---

<sup>378</sup> STACCONE, G., Gramsci – 100 anos: Revolução e política. Petrópolis : Vozes, 1991, p. 16 (prefácio).

<sup>379</sup> CAVALCANTI, P. C. U., Convite à leitura de Gramsci. São Paulo : Achiamé, s.d., p. 10-11; essa é uma interpretação que já considera o dissenso entre Gramsci e Togliatti e, encaminhada para publicação no Brasil em 1979, só foi publicada em 1990.

<sup>380</sup> Idem, p. 16.

O que é importante frisar é que houve uma abordagem dos escritos pré-carcerários no Brasil já em 1962, que só foi retomada em meados dos anos 80 e, após esse período, apenas em poucos trabalhos, o que se deve em grande parte ao desconhecimento dos textos gramscianos dessa fase, que não foram traduzidos no Brasil. Cabe salientar mais uma vez as dificuldades editoriais e a influência do PCB neste setor, bem como a forma como foi traduzida e divulgada a edição temática no Brasil.

As condições históricas em que atuava o PCB na década de 60, caracterizadas pela Guerra Fria, pela crise gerada com as denúncias da repressão stalinista, bem como por disputas internas com outras vertentes de esquerda para conquistar e manter uma influência junto às classes trabalhadoras, acrescidas do golpe militar de 64, seguido do AI-5, além das condições culturais que predominavam entre as esquerdas que orbitavam em torno do partido e da influência da Terceira Internacional, formaram o pano de fundo para a inserção do pensamento de Gramsci. O Partido empenhou-se, ao longo dos anos, na tutela da atividade intelectual de esquerda, mantendo um aparato editorial ou procurando exercer influência sobre revistas, jornais e entidades culturais, enquanto os grupos dissidentes que optavam por uma ação política mais radical não possuíam condições materiais para divulgar, na mesma medida, as suas idéias.



## 2. OS ESCRITOS E ABORDAGENS NA DÉCADA DE 60:

Entre os autores que escreveram sobre Gramsci em meados de 60 está Otto Maria Carpeaux que, além de um ensaio sobre a vida de Gramsci, apresentou também, em 1966, uma resenha de **Concepção Dialética da História** com o título italiano na chamada, embora sem esclarecer o motivo da sua mudança na edição brasileira.

O referido ensaio salienta que o fundador do Partido Comunista da Itália, mártir nos cárceres fascistas, desenvolveu “atividades de ativa independência” que “o tornam caro a todos os que apreciam a heresia, ‘the right to dissent’, em suma: a liberdade”. Carpeaux diz ainda não ter a intenção de escrever um livro sobre a vida de Gramsci porque “os fatos já são bem conhecidos, de modo que basta recordá-los”.<sup>381</sup>

A partir desse delineamento, acentua a importância de Gramsci enquanto teórico do PCI que exerceu uma fascinação entre muitos intelectuais italianos que aderiram ao partido e, acentuando a influência de Croce no pensamento gramsciano, procura mostrar como seus escritos serviram tanto ao PCI, em defesa da ortodoxia de Moscou, quanto aos seus adversários revisionistas como Trotski, Lukács, Bloch, entre outros. “A verdade é que nos escritos e manifestações de Gramsci se encontram trechos e frases capazes de justificar esta e aquela interpretação”. Carpeaux percebia que tais conflitos interpretativos demonstravam a complexidade das reflexões de Gramsci. Termina por

---

<sup>381</sup> CARPEAUX, O. M., A vida de Gramsci. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Ano I, n. 7. Maio.1966, p. 337-338.

afirmar estar convencido de que as contradições que parecem permear o texto "se revelarão, futuramente, como elos de seu pensamento dialético".<sup>382</sup>

O texto de Carpeaux revela que, por volta de 1966, momento do início da publicação do pensamento de Gramsci no Brasil, se tinha clara consciência das dificuldades que permeavam os escritos gramscianos e suas interpretações. Carpeaux acentua que não pretende escondê-las, o que é um mérito de seu trabalho. Já se encontra no ensaio um esforço em buscar na teoria gramsciana elementos de atualidade, no sentido de aplicá-los à análise da realidade brasileira: assim, o seu exemplo de resistência à ditadura, o estudo do papel da intelectualidade italiana e a questão meridional, embora tendo reconhecidas as especificidades históricas, são lidos como de "validade universal". Carpeaux teve o cuidado de mostrar, de modo didático, os vínculos da formulação gramsciana com as especificidades da realidade italiana e sugeriu, no final, um caminho para transpor os conceitos de Gramsci para a análise de nossa realidade ao fazer um paralelo claro entre o Sul da Itália e o Nordeste brasileiro.<sup>383</sup>

A referência a um conhecimento difuso de Gramsci já na época de sua primeira publicação reaparece na resenha de Carpeaux do livro **Concepção Dialética da História**, saudada como "uma das maiores e das mais valiosas iniciativas da Editora Civilização Brasileira". A apresentação salienta, mais uma vez, a influência de Croce na formação de Gramsci e a importância do livro não apenas para o conhecimento do pensamento gramsciano mas, também, para um "conhecimento profundo da filosofia de

---

<sup>382</sup> Idem, p. 341.

<sup>383</sup> Idem, p. 344-345.

Croce”, bem como para estudar “as definições exatas do materialismo histórico” por meio da crítica ao materialismo mecanicista e ao determinismo econômico.<sup>384</sup>

Entre os intelectuais que publicaram artigos sobre Gramsci em meados de 60 cabe citar Leandro Konder, que foi não apenas leitor de Gramsci, mas também o co-autor da introdução ao primeiro volume da edição brasileira dos Cadernos, na versão togliattiana. Konder demonstrou, ao longo de seus trabalhos, uma preocupação crítica, aberta ao diálogo com outras fontes teóricas e à superação dos limites de uma postura dogmática. Seus textos demonstram a preocupação com a historicidade dos autores que aborda e com a possibilidade de entrecruzar pensamentos de modo criativo e enriquecedor.

Em 1965, Gramsci é referido no livro **Marxismo e alienação**, porém, o esboço de uma teoria política, que evidencia a noção de revolução, pode ser encontrado num artigo de 1967 a propósito da atitude rebelde. Tal atitude é expressão da vida dos jovens que, por sua espontaneidade e romantismo, não conseguem formular objetivos a longo prazo, de modo que a rebeldia acaba se diluindo ou se deixando neutralizar. A tendência ao irracionalismo não permite concretizar a crítica e desfaz sua eficácia em superar a situação que denuncia. Tomando exemplos de artistas e filósofos que evoluíram da rebeldia para um engajamento no movimento revolucionário marxista (PCs), Leandro Konder procura mostrar que a revolta se afirma no momento

---

<sup>384</sup> CARPEAUX, O. M., Resenha. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Ano I, n. 8, Julho.1966, p. 324-325. Não dá para conhecer profundamente o pensamento de Croce sem ler o próprio texto de Croce, que é pressuposto por Gramsci. O que se pode deduzir das colocações de Carpeaux, é que o pensamento de Gramsci tem uma profunda influência idealista.

insurrecional, de negação do instituído, precisando de uma complementação coerente e conseqüente, para não se perder enquanto força renovadora.

Konder entende que à rebeldia dos jovens deveria aliar-se a experiência dos intelectuais, cuja função seria “elaborar para eles (jovens) uma rigorosa teoria da revolução brasileira”, aprofundar “a legítima conduta revolucionária, desfazendo os equívocos românticos e superando os graus inconseqüentes da rebeldia”.<sup>385</sup> Konder não esclarece o que entende por “rigorosa teoria da revolução brasileira”: seria a teoria então vigente no PCB? Essa pergunta é pertinente porque, considerando o momento em que foi escrito esse artigo, parece uma clara referência aos dissidentes do PCB (geralmente jovens) que defendiam uma atitude revolucionária mais radical.

Ainda de 1967, é o ensaio intitulado *Gramsci*, publicado no livro **Os marxistas e a arte**, onde Konder apresenta uma breve biografia do político sardo, desde a infância até a fundação do PCI, bem como uma primeira interpretação dos textos gramscianos a propósito do papel da arte no contexto da cultura.

Konder procura superar as leituras que tomam como referencial de interpretação a dicotomia entre estrutura e superestrutura a partir do conceito gramsciano de “bloco histórico”, entendido como ‘a realização a cada momento da totalidade constituída pela interação entre a infra e a superestrutura’. Assim, conforme Konder, “sem abandonar a base essencial do materialismo”, Gramsci incorporou o conceito soreliano que lhe possibilitou compreender a natureza e a função da ideologia.<sup>386</sup>

---

<sup>385</sup> KONDER, L. A rebeldia, os intelectuais e a juventude. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : n. 15, 1967, p. 145.

<sup>386</sup> KONDER, L. Os marxistas e a arte. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967, p. 114.

A partir das noções de bloco histórico e ideologia, Konder discorre sobre a arte como um aspecto da cultura, para mostrar que Gramsci procurou diferenciar o papel cultural (e ideológico) da arte de sua característica estética, acentuando que a arte possui uma especificidade que não se confunde com seu aspecto histórico-cultural.

É necessário esclarecer dois pressupostos que entendemos existir nessa leitura: 1) a partir do golpe de Estado de 64 houve uma tendência, principalmente com a situação política de exceção, isto é, com a implantação de medidas autoritárias e coercitivas no sentido de impor normas de conduta, de atribuir à política um caráter acentuadamente moral.<sup>387</sup> A atitude assumida por intelectuais de esquerda, ante esta situação, foi tentar colocar as questões políticas indiretamente, discutindo problemas culturais. 2) Os anos de 64-68 se caracterizaram, também, como um período em que os intelectuais vinculados ao PCB reivindicavam maior autonomia. Pécaut refere-se a um artigo de 1965 escrito por Leandro Konder para mostrar que “os intelectuais não poderiam mais ser considerados simples instrumentos a serviço dos partidos políticos, como entendia o PCB” e eram “levados, dentro do novo contexto político, a reivindicar sua autonomia enquanto categoria social que não podia mais se acomodar à antiga disciplina”.<sup>388</sup>

O livro **Os Marxistas e a Arte**, em sua estrutura geral, procura explicitar a teoria estética que integra o pensamento de vários autores marxistas colocando, implicitamente, a teoria política. O ensaio sobre Gramsci é acompanhado de mais 27 autores marxistas. A exposição das diversas posições teóricas no interior do marxismo funciona como pretexto para mostrar que o marxismo não se constitui em uma teoria

---

<sup>387</sup> Confr. ORTIZ, R., A Moderna Tradição Brasileira, p. 115-119.

<sup>388</sup> PÉCAUT, D., Os Intelectuais e a política no Brasil, p. 202.

“acabada” e sistemática, isto é, “ortodoxa”, bem como para defender, mais uma vez, a posição autônoma do intelectual diante das determinações de uma instituição ou grupo político. O livre debate é a condição indispensável para o exercício do trabalho intelectual. Trata-se de um posicionamento ante as pretensões de tutela ao trabalho de intelectuais de esquerda em que se empenhava o PCB no decorrer da década de 60.

A defesa da posição do intelectual e a reivindicação de autonomia da atividade teórica aparece na descrição do trabalho de Gramsci que, para Konder, na “dupla polêmica contra o dogmatismo e contra o revisionismo”, não perdeu de vista “as exigências da urbanidade”, que “não é um requinte de tolerância aristocrática”, mas sim o básico respeito às posições do adversário, “ao direito do interlocutor expor os seus pontos de vista enquanto uma condição para que o participante de um debate não venha a perder o respeito de si mesmo”.<sup>389</sup> Essa defesa do respeito à diferença pode se referir tanto à situação imposta com a ditadura militar quanto à situação ambígua do intelectual em relação ao Partido: o intelectual vivia entre a exigência de defender a liberdade de expressão e os limites impostos pela fidelidade partidária, num partido cuja orientação política se determina pela rigidez ideológica da doutrina stalinista.

Konder, além de defender a liberdade necessária ao exercício do pensamento, explicita o papel político da arte no contexto do marxismo. É o que se encontra na introdução de **Os Marxistas e a Arte**, com uma referência a Gramsci:

---

<sup>389</sup> KONDER, L. Os marxistas e a arte, p. 112.

Quando o artista, ao invés de obedecer com sinceridade a um comando interior, dispõe-se a exprimir artificiosamente um determinado conteúdo que nele é matéria surda e rebelde, (...) é natural que fracasse, pois não estará agindo como artista criador e sim como criado que quer agradar ao patrão. O fracasso artístico pode servir ao crítico político para mostrar-lhe que o artista é, no caso, um comediante da política, alguém que está procurando se fazer passar por aquilo que não é, quer dizer: um oportunista.<sup>390</sup>

Leandro Konder, ao longo de seus trabalhos, reconhece a complexidade e sutileza dos textos gramscianos e adverte para as dificuldades de interpretação de um autor sempre atento às contradições que permeiam a vida social e que assumiu, ao longo de sua vida, uma postura historicista,<sup>391</sup> com base no pressuposto de que a questão do poder, como todas as outras que fazem parte da vida, deveriam ser entendidas historicamente. Ao acentuar a historicidade da reflexão gramsciana, Konder também entende que existem alguns aspectos do pensamento de Gramsci que são de extrema vitalidade e que incitam a fazer relações com a nossa realidade. Ao entrecruzar o pensamento de Gramsci com o de outros autores como, por exemplo, Walter Benjamin, Konder procura mostrar que o pensamento de Gramsci traz implícito um elemento de radicalismo e de originalidade que permite novas leituras e interpretações.

A partir de meados de 70 ampliou-se a leitura de Gramsci no Brasil e uma das preocupações que seus escritos despertaram foi em torno do papel dos intelectuais, que alguns tomavam como referencial para refletir sobre o seu lugar e papel na

---

<sup>390</sup> KONDER, L. Os Marxistas e a Arte, p. 8.

<sup>391</sup> A questão do historicismo em Gramsci é polêmica: para Althusser, ao afirmar que o marxismo é um historicismo absoluto Gramsci incorreu no erro de incorporar de modo eclético a herança croceana ao marxismo; polêmicas em torno do relativismo, da cientificidade do marxismo e da noção de ideologia, podem ser acompanhadas nas leituras de Nicola Badaloni e Perry Anderson, entre outros. Para os que defendem o historicismo gramsciano, este foi um recurso metodológico ao qual Gramsci recorreu para confrontar e superar o idealismo croceano.

sociedade. Um dos exemplos que tomamos é Alfredo Bosi, que publicou na Revista *Debate e Crítica*, em 1975, um artigo em que acentua a contribuição de Gramsci no sentido de entender “como funciona a cultura no interior de uma sociedade complexa” e, nesse contexto, o papel das hierarquias profissionais e os matizes ideológicos que cada estrato assume.<sup>392</sup>

Bosi salienta a tipologia que Gramsci elabora para entender o processo de inserção dos intelectuais na sociedade e suas relações com a estrutura de poder, que os divide em duas categorias principais: a dos intelectuais orgânicos (técnicos) e a dos eclesiásticos (humanistas ou tradicionais). Bosi acrescenta ainda que Gramsci deve ser entendido como um pensador revolucionário e não um puro historicista (ou seja, esboça-se aqui uma crítica à leitura apresentada por ocasião da publicação da edição brasileira, embora sem uma referência àquela edição) porque somente assim se põe a possibilidade de um projeto para o intelectual moderno. Na base dessa reflexão, o nexo entre subjetivo (a vontade) e objetivo (as condições materiais), ou seja, a natureza do trabalho intelectual só se explicita no contexto mais amplo das relações sociais e políticas, na relação dialética entre vontade e estrutura, na “reciprocidade entre as forças materiais e as práticas da cultura”.<sup>393</sup>

Esta relação se concretiza no bojo do bloco histórico, conceito que supõe, ao contrário do economicismo, “um processo de conversão sempre aberto de um momento a outro da sociedade: do econômico ao político, do político ao teórico, deste ao

---

<sup>392</sup> BOSI, A. O trabalho dos intelectuais, segundo Gramsci. In: **Debate e Crítica**, 1975, n. 6, p. 105.

<sup>393</sup> Idem, p. 112.



econômico, valendo também o sentido inverso”. A noção de bloco histórico se apresenta como uma “teoria da reciprocidade” que abre para a compreensão das estruturas da História, “com suas coincidências e contrastes, seus espelhamentos e refrações e, sobretudo, com as suas forças internas postas em certo equilíbrio que um dia, afinal, poderá romper-se”.<sup>394</sup>

O papel dos intelectuais e da organização da cultura foi tratado em outros artigos no final dos anos 70, sempre com o objetivo de buscar orientações práticas para a atuação em áreas como a educação, o jornalismo, o sindicato, etc.

O pensamento de Althusser representou, na década de 70, um novo referencial na leitura de Gramsci. A proposição teórica althusseriana teve uma repercussão mais ampla no contexto das ciências sociais, apresentando-se como mais uma via de interlocução com a teoria gramsciana.

Tem-se, assim, linhas de interpretação que abordam aspectos da obra gramsciana. Neles, não se encontra explicitamente uma abordagem do conceito de revolução, embora este conceito esteja implícito. Cabe salientar que este tema não é contemplado porque a situação histórica dos anos 70, anos de repressão violenta, de plena escuridão, é bem diversa da conjuntura histórica da década de 60. O tema dos intelectuais permitia redimensionar a discussão política e refletir sobre caminhos de atuação nas mais variadas áreas da sociedade civil, que procurava se rearticular. Colocava-se, nesse contexto, a questão da formação do dirigente como um articulador da política, cujo papel se enraizava na estrutura da sociedade.

---

<sup>394</sup> Idem, p. 113.

## TERCEIRA PARTE

### A TRADUÇÃO BRASILEIRA DA EDIÇÃO TEMÁTICA

#### CAPÍTULO I

#### O MOMENTO E AS CIRCUNSTÂNCIAS

O início da década de 60 se caracterizou como um período de profundas contradições sociais, de grande efervescência política e de existência de grupos diversos que alimentavam a expectativa de mudanças estruturais por meio da aplicação de seus projetos renovadores. No PCB, um grupo de intelectuais apresentou a intenção de renovar as práticas políticas internas do partido com a divulgação de textos heterodoxos, que permitissem abrir novas linhas de debate; entre os autores escolhidos, a obra de Gramsci.

Pode-se dizer que a trajetória do PCI repercutiu na inserção do pensamento de Gramsci no Brasil: a tradução e publicação da edição temática, a partir de 1966, pela

Editora Civilização Brasileira, deu-se num momento em que o regime militar imposto com o golpe de Estado de 1964 ainda não havia prescrito a censura dos textos marxistas (embora já houvesse editado o AI-2), o que aconteceu em 1968, com a intensificação da repressão aos movimentos de oposição ao regime e a imposição do AI-5, que determinou o afastamento de intelectuais das funções públicas, cassou direitos políticos, implantou o terror e inviabilizou o debate público. O projeto de publicação das cartas de Gramsci e das seis obras temáticas ficou incompleto: foram divulgadas, em 1966, **Cartas do Cárcere e Concepção Dialética da História**; em 1968, foram publicadas **Literatura e vida Nacional, Os Intelectuais e a Organização da Cultura e Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**; as duas obras restantes da edição temática - **II Risorgimento e Passato e Presente** - não tiveram tradução.

Entre os tradutores brasileiros, Noênio Spínola foi o responsável pela seleção e tradução das **Cartas do Cárcere** e Luiz Mário Gazzaneo, pelo texto **Maquiavel, a política e o Estado Moderno**. As três outras obras de Gramsci editadas no Brasil foram traduzidas por Carlos Nelson Coutinho, sendo que a introdução de **Concepção Dialética da História**, vem assinada por Coutinho e Leandro Konder.

Os livros de Gramsci, retirados de circulação em 1968 juntamente com todas as obras marxistas, só retornaram ao mercado em 1978. A mesma tradução de 1966-68 foi reeditada ao longo dos anos. O número de livros, artigos e ensaios que foram apresentados em jornais e revistas entre 1966 e 1980, inclusive no período de censura política, permite dizer que Gramsci era lido e interpretado por intelectuais de várias áreas do conhecimento e tendências políticas. A década de 70 também foi o período

em que mais se editaram textos sobre Gramsci na Itália, muitos deles traduzidos e publicados no Brasil nos anos 80.<sup>395</sup>

Pretendemos levantar aqui, inicialmente, algumas questões a respeito do trabalho de tradução em geral para, em seguida, considerar as especificidades da tradução brasileira da edição temática, salientando tanto as dificuldades de uma tarefa desse porte quanto as implicações de se introduzir no Brasil a interpretação togliattiana de Gramsci.

## 1. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE TRADUÇÃO:

Não se põe como objetivo dessa abordagem desenvolver uma teoria da tradução, mas apenas colocar a questão na perspectiva de Gramsci, que dedicou alguns fragmentos dos Cadernos a esse assunto. A temática envolve duas questões: por um lado, os problemas gerados pela transposição de uma língua para outra e, por outro, os problemas de interpretação que, de uma forma ou de outra, acabam alterando, em maior ou menor grau, o conteúdo de um texto. Os dois aspectos apresentam conotações ideológicas e o segundo não exclui o primeiro, ao contrário, o implica.

---

<sup>395</sup> Conforme a Bibliografia Gramsciana editada em 1989, entre artigos e livros que foram publicados no decorrer da década de 70, tivemos 2485 títulos, sendo 1.606 publicados na Itália; do total, 576 somente no ano de 1977, ano em que se completou 40 anos da morte de Gramsci e, destes, 468 na Itália. De 1980 a 1987, ano em que se concluiu a pesquisa, foram editados 1671 títulos sobre Gramsci, sendo 564 no ano de 1987 (359 na Itália).

A tradução do texto de uma língua para outra, em geral, não se limita a transpor com fidelidade o original, mas acaba sempre por modificar e interpretar o original a partir do contexto cultural para o qual um autor está sendo traduzido, ou seja, a tradução pressupõe uma “expressão cultural fundamentalmente idêntica, mesmo que a linguagem seja historicamente diversa”,<sup>396</sup> em função da tradição particular de cada sociedade. Com referência à língua italiana, enriquecida por várias expressões dialetais, esse problema se torna mais complexo.

O aspecto mais importante a considerar é a possibilidade de tradução a partir da organicidade das situações históricas (a realidade que originou os conceitos e a que se torna objeto de aplicação dos conceitos). Gramsci acentua que é preciso considerar que a linguagem tem significações metafóricas e extensivas, a partir das transformações de toda civilização, da singularidade dos processos culturais e do conteúdo ideológico que as palavras tiveram a cada período da história.<sup>397</sup> A possibilidade de tradução decorre da organicidade das relações políticas e da consideração do significado metafórico do discurso, a partir das mudanças culturais. Esse posicionamento deve ser característica da abordagem teórica da filosofia da praxis.

Levantar os limites de compreensão da língua é um primeiro passo para esclarecer a questão da ideologia implícita no trabalho de interpretação do texto. As representações são fenômenos históricos, vinculam-se a situações reais, a uma estrutura social e econômica, embora se apresentem, a maioria das vezes, como

---

<sup>396</sup> GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 11 (XVIII), p. 1468; CDH, p. 80.

<sup>397</sup> GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 11 (XVIII) p, 1438; CDH, p. 175-176.

autônomas. Toda tradução deve considerar o aspecto ideológico da linguagem e seu significado e importância no contexto das relações sociais e políticas, bem como seu caráter dinâmico e ambíguo. A complexidade e riqueza de uma produção teórica constitui como obra aberta a interpretações diversas e é o conhecimento da obra em sua complexidade e historicidade que permite uma interpretação mais aproximada do original. Toda tradução é uma interpretação e, conseqüentemente, pode ser entendida como uma traição (do original).

A partir dessas colocações, pode-se dizer que um conceito pode ser aplicado na análise de outras situações e propicia contribuições para a compreensão da estrutura social e política de outras realidades, desde que se considere a historicidade e as características específicas da linguagem. As leituras que abstraem a produção teórica de seu contexto histórico e a transformam em um esquema lógico ou um modelo aplicável a qualquer outra realidade a partir de interesses políticos ou ideológicos que desejam defender é o que chamamos “uso ou abuso” do texto.

Além das limitações colocadas no contexto da linguagem, a tradução dos escritos de Gramsci sofreu também da limitação gerada tanto pelo caráter fragmentário de sua obra quanto pelo fato de não se ter um conhecimento de tudo o que Gramsci produziu ao longo de sua vida. Conforme Portantiero, as circunstâncias históricas e o modo gradual de apresentação dos textos possibilitaram submeter a teoria gramsciana a usos diversos, conforme as necessidades de cada momento.<sup>398</sup>

---

<sup>398</sup> PORTANTIERO, J. C., Los usos de Gramsci, p. 69.

No Brasil, o “uso” dos textos de Gramsci se concretiza tanto na abstração de seus conceitos do sentido de historicidade que apresentam, quanto na redução de seu pensamento à matriz teórica leninista, de acordo com a estratégia política do PCI. Transformada em seu conteúdo porque destituído de sua historicidade, reduzido a um esquema aplicável à qualquer situação, a teoria passou a servir como instrumento lógico para a análise da realidade brasileira. Essa forma de leitura, embora funcional, facilitando o acesso ao texto, restringiu o pensamento de Gramsci aos limites da interpretação do PCI e, em seguida, a uma interpretação liberal de esquerda.

## 2. CONSIDERAÇÕES SOBRE A TRADUÇÃO BRASILEIRA:

Inicialmente deve-se frisar que o estudo da inserção de Gramsci no Brasil implica não só a consideração de problemas ligados à tradução (nos dois aspectos citados) em nosso país, mas também das dificuldades que envolveram a publicação do original na Itália, divulgação que teve início em 1947, com uma coletânea de **Cartas do Cárcere**. A partir de 1948 até 1951 foram publicados seis livros, produzidos a partir de seleção, por critério temático, de textos dos **Cadernos do Cárcere**, na ordem seguinte: **Il Materialismo Storico e la Filosofia de Benedetto Croce** (1948); **Gli Intellettuali e la Organizzazione dela Cultura, Il Risorgimento e Note sul Macchiavelli, sulla Politica e sullo Stato Moderno** (1949); **Letteratura e Vita Nazionale** (1950) e **Passato e**

**Presente** (1951).<sup>399</sup> Os critérios de seleção e agrupamento dos textos gramscianos seguiram interesses políticos da época e a interpretação pessoal de Togliatti, preocupado em “preservar” a memória e a produção teórica de Gramsci ante o fascismo e o stalinismo. Durante as décadas de 40 e 50, Togliatti produziu uma imagem de Gramsci a partir da qual procurou reconstruir os caminhos do Partido Comunista Italiano.

Ainda conforme Nosella, esta primeira interferência não só na ordem dos escritos gramscianos mas também na omissão de certos fragmentos, abstraiu das circunstâncias em que os textos foram elaborados e não deixou perceber o processo histórico de reflexão e de redação gramsciana, direcionando a interpretação a partir da disposição temática.

No decorrer da década de 70 e, depois, com a crise do socialismo, a história do PCI e da apropriação do pensamento gramsciano por meio da interpretação de Togliatti começou a ser criticada. Atualmente se sabe, com base em novas pesquisas, que esse direcionamento foi bem mais amplo que se supunha.

A edição crítica (1975) tentou superar os problemas colocados pela divisão em temas, mas a questão fundamental, que era a da ingerência e conseqüente alteração do conteúdo do texto gramsciano ainda não foi esgotada. Leituras mais recentes procuram mostrar o quanto Gramsci se distanciava do stalinismo buscando, nas dobras e entrelinhas do seu texto, a crítica aos desdobramentos do regime soviético.

A promessa de uma nova publicação da obra completa, conforme o critério

---

<sup>399</sup> Cfr. NOSELLA, P. na apresentação à tradução do Caderno 12, publicado na Revista **Historia & Perspectivas**, n. 5, Uberlândia, jul-dez. 1991, p. 125-165.



filológico de interpretação, pretende permitir uma leitura mais detalhada dos escritos de Gramsci, que possibilitará considerar o texto em toda a sua complexidade.

A partir dessa primeira observação, cabe salientar as mudanças que afetaram a tradução brasileira, por determinação dos editores: um dos grandes problemas para a recepção do pensamento de Gramsci foi colocado pela própria apresentação da tradução. O leitor brasileiro merecia, no momento da primeira publicação, uma explicitação não apenas do esforço de Togliatti em elaborar a primeira publicação dos fragmentos dos Cadernos, mas também do significado da edição temática no contexto da política do movimento comunista italiano e de reconstrução do PCI, os critérios de seleção e agrupamento dos textos e as dificuldades que envolveram a publicação do original na Itália no início de 1947, com uma coletânea de **Cartas do Cárcere**. Esses esclarecimentos (ao menos os oficiais) se encontravam, em parte, nos prefácios que foram literalmente suprimidos da publicação brasileira por determinação dos editores. O leitor, que desconhecia completamente a obra do autor e o processo de sua elaboração, recebia nas mãos um trabalho que em nada facilitava a compreensão de um texto já difícil pela forma não sistemática e fragmentada de composição.

Um fato a salientar é que, mesmo constatada posteriormente a falta dessas explicações, a mesma tradução foi reeditada várias vezes a partir da década de setenta no decorrer dos mais de vinte anos até os dias atuais sem qualquer correção. A omissão do prefácio e das informações históricas, em novas circunstâncias políticas, demonstram que realmente não se deu muita importância a essas informações. Publicá-las a partir da nova edição de 1978 exigiria uma explicação da sua ausência na

publicação anterior. Seria a oportunidade de dar a conhecer ao público os temores ou mesmo os impedimentos reais colocados pela censura na década de 60.

Outra mudança que afetou a tradução brasileira foi a do título da primeira obra temática: o livro que, originalmente, se intitulava **Il Materialismo Storico e la Filosofia de Benedetto Croce**, recebeu o título de **Concepção Dialética da História**, o que alterou pela segunda vez o sentido da obra, já que a primeira alteração se efetuou quando da seleção temática e da escolha do título da publicação italiana. Na nota introdutória há uma referência aos títulos italianos, porém, da explicação devida pela troca efetuada na publicação brasileira, nem sequer uma palavra. Para saber da mudança o leitor precisa buscar a referência ao nome original que se imprime no verso da folha de rosto, no alto, como se costuma fazer com traduções.

Existe ainda uma referência ao título original na introdução às **Cartas do Cárcere**, primeiro livro dos escritos de Gramsci publicados no Brasil pela Editora civilização Brasileira: Noênio Spínola, tradutor das cartas, faz uma síntese dos momentos que precederam a prisão de Gramsci e remete o leitor à introdução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder referindo-se à obra no título italiano.<sup>400</sup> Entende-se que, no momento da publicação das cartas, o primeiro livro da edição temática ainda não tinha o título modificado. Tem-se a impressão de que houve um grande descaso com o leitor.

Em ensaio publicado em 1990, Coutinho esclarece que a mudança do título foi decidida pelo editor brasileiro, por temor da censura.<sup>401</sup> É certo que havia uma

---

<sup>400</sup> SPÍNOLA, N. Nota sobre Antonio Gramsci. In: GRAMSCI, A. Cartas do Cárcere. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira (out.1965), p. 4.

<sup>401</sup> COUTINHO, C. N., *A recepção de Gramsci no Brasil*, In: COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 202.

As restrições políticas vigentes em 1966 preservaram a produção cultural de esquerda, tanto que Carlos Guilherme Mota identifica um momento de revisões radicais das linhas da *Revista Civilização Brasileira*, justamente no período de 1965-1966.<sup>402</sup> Pode-se vincular a mudança de título a uma censura prevalentemente interna, a partir das orientações emanadas do partido e não externa, porque a repressão se instaurou em toda sua crueza e violência a partir de 1968, com a repressão do movimento estudantil e o AI-5.

A partir de um distanciamento histórico, entende-se que a mudança de título, efetuada pouco antes da publicação e não explicada, respondia a interesses políticos imediatos e visava uma resposta positiva de mercado (poucos se interessariam pela filosofia de Benedetto Croce). Dentro desse contexto, tanto a situação política de exceção quanto as implicações teóricas e práticas da noção “materialismo histórico” poderiam ser aventadas como motivos de mudança. Os intelectuais de esquerda viviam um clima de perplexidade ante o golpe militar e contavam com a sua brevidade.<sup>403</sup> E, como em toda publicação, havia uma expectativa de sucesso editorial, que pode ter sido o motivo que realmente determinou a modificação do título.

Os condicionamentos conjunturais e ideológicos podem ainda ser identificados a partir da tradução de Noênio Spínola, das **Cartas do Cárcere**: a preocupação de Spínola, na nota introdutória, é esclarecer sobre os correspondentes de Gramsci, dando algumas de suas características biográficas.

---

<sup>402</sup> MOTA, C. G. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, p. 205.

<sup>403</sup> Conforme já esclarecemos na Segunda parte, Capítulo I, item 3, a partir da produção editorial da época. .

Embora anunciando a nova edição ampliada das cartas com recente publicação na Itália e que ele já possui em mãos, porque dela retira a cronologia da vida de Gramsci, o tradutor esclarece que seguiu os critérios de seleção das cartas adotado na edição italiana de 1948, excluindo algumas notas por julgar “que, por demasiado minuciosas, interessariam apenas à vida nacional ou a determinadas regiões italianas”.<sup>404</sup> Ora, além do fato de todas as notas serem interessantes para o conhecimento da situação em que as cartas foram produzidas, não se entende porquê não traduzir a edição mais recente, revista e ampliada, apresentando duzentas cartas a mais do que as que fizeram parte do material que foi traduzido.

Sabe-se que a primeira edição italiana apresentava limitações geradas não apenas pela preocupação de salvaguardar a privacidade dos familiares, mas também para criar uma certa imagem de Gramsci com a omissão de cartas que faziam referência a políticos que não se encaixavam mais nos parâmetros da política comunista (como Trotsky e Bordiga, por exemplo). A segunda edição veio para corrigir algumas falhas da primeira mas, no Brasil, mesmo assim, se preferiu traduzir a edição mais limitada. Não se conhecem os critérios dessa escolha, mas ela nos dá mais um indicativo de que os elementos conjunturais e os limites da política interna do PCB podem ter atuado como fatores condicionantes.

Não pretendemos entrar em detalhes sobre as traduções em si, isto é, o significado deste ou daquele conceito, embora se tenha salientado que não existe tradução neutra e que a linguagem é sempre metafórica.

---

<sup>404</sup> SPÍNOLA, N. Nota sobre Antonio Gramsci. In: GRAMSCI, A. Cartas do Cárcere, p. 8.

A publicação de **Maquiavel, a Política e o Estado Moderno**, traduzida por Luiz Mário Gazzaneo, é importante tanto pelo seu conteúdo político quanto por ter sido anunciada por Konder e Coutinho na introdução do primeiro livro temático. Mais uma vez o Prefácio da edição italiana foi suprimido sem explicações, o que evidencia uma intenção em não explicitar os vínculos da obra com a política do PCI nem os critérios seguidos por Togliatti na seleção e ordenamento das notas gramscianas. O Prefácio desse livro, na edição italiana, se remete ao prefácio contido em **Il materialismo storico e la filosofia di Benedetto Croce**. Publicá-lo exigiria, mais uma vez, explicação da omissão anterior.

Na interpretação que pretende orientar a leitura da edição italiana **Note sul Machiavelli**, há um esforço em mostrar que esta obra dá continuidade à reflexão precedente de Gramsci sobre os intelectuais: “os problemas do partido político da classe operária e da fundação do Estado socialista – os problemas do ‘moderno príncipe’- estão estreita e diretamente vinculados àqueles tratados nos dois volumes precedentes”.<sup>405</sup> E o Prefácio acentua, ainda, que tais problemas são de “política cultural e, portanto, por certos aspectos, de política tout-court”.<sup>406</sup>

Por fim, o prefácio procura mostrar ainda que a obra do cárcere “se constitui em um aprofundamento e um amplo desenvolvimento do ensaio sobre a questão meridional” escrito em 1926.<sup>407</sup> Evidencia-se uma preocupação em esclarecer a trajetória seguida por Togliatti na elaboração da edição temática. É óbvio que se trata de uma

---

<sup>405</sup> Prefazione. In: GRAMSCI, A., Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato moderno. Torino : Einaudi, 1974, p. XIX.

<sup>406</sup> Idem, p. XX.

<sup>407</sup> Idem, p. XXI.

interpretação vinculada a uma história política, a situação em que se inseria o PCI, porém, seria a oportunidade de introduzir a leitura togliattiana, já que a ela se aderiria sem questionamentos.

### 3. A INTRODUÇÃO À CONCEPÇÃO DIALÉTICA DA HISTÓRIA:

Uma nova orientação de leitura e interpretação do texto é dada pelos tradutores na introdução a **Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce** (ou **Concepção Dialética da História**), escrita por Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder.<sup>408</sup> Gramsci é apresentado como um “filósofo da praxis”, isto é, sua atuação como dirigente político revolucionário fica em segundo plano, para nos aparecer como um pensador relevante por seu humanismo e historicismo. O texto é contraposto “às vulgatas soviéticas do stalinismo” porque não se apresenta como “um ‘sistema’ completo e acabado”, mas como “uma série de indicações e de problemas, todos eles revestidos de um caráter polêmico”.<sup>409</sup> Na verdade, o fato de não ser sistemático é muito pouco para definir a heterodoxia do texto de Gramsci.

---

<sup>408</sup> Considerando-se o arranjo temático da publicação italiana e as dificuldades de tradução, essa seria já a terceira interpretação do texto gramsciano, mediando o contato do leitor brasileiro com o pensamento do autor.

<sup>409</sup> COUTINHO, C. N. e KONDER, L., Nota sobre Antonio Gramsci. In: GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966, p. 4.

A primeira parte da introdução apresenta uma breve biografia de Antonio Gramsci. A segunda inicia acentuando que o livro ora lançado “contém o essencial da pesquisa filosófica de Gramsci” para salientar, a seguir, as duas vertentes teóricas com as quais Gramsci se confrontou, a saber, o materialismo vulgar, na filosofia de Bukharin e o idealismo, no seu expoente italiano, Benedetto Croce. A atualidade de Gramsci estaria em empreender a “luta contra o dogmatismo e contra o revisionismo, ainda vivos e atuantes”.<sup>410</sup> Não se esclarece em momento algum que as polêmicas de Gramsci nessas duas frentes tinham um significado preciso no bojo das lutas políticas do proletariado italiano ante as novas formas que assumia o capitalismo depois da grande guerra, pano de fundo de toda a reflexão carcerária.

Não se pode esquecer que Croce exerceu influência sobre uma geração de intelectuais italianos, à qual Gramsci se inclui, mas é também verdade que Gramsci se tornou um ardoroso crítico de Croce e dos limites do seu pensamento que, na Itália, estão na origem do liberalismo. A crítica à tradição croceana significava para Gramsci, entre outras coisas, rediscutir a questão da herança cultural na elaboração da filosofia da praxis, para redimensionar as condições de renovação política na Itália.

Nas notas de Coutinho e Konder, embora se aborde o problema da herança cultural, a questão política assume um caráter secundário e subordinado à filosofia. A partir desse pressuposto, o marxismo passa a ser definido como uma ideologia e uma “religião (no especialíssimo sentido croceano da palavra), isto é, uma concepção atuante de mundo, com uma moral que lhe é adequada”.<sup>411</sup>

---

<sup>410</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>411</sup> Idem, *ibidem*.

Esse percurso filosófico atua como pressuposto da “tarefa política do marxismo” e, “neste ponto, o pensamento de Gramsci se encontra com o de Lenin”, ou seja, subentende-se, primeiro, que antes de conhecer o pensamento de Lenin, Gramsci seguia a trilha do idealismo (Labriola, Croce) e, segundo, que a “tarefa política” seja uma tarefa meramente intelectual, teórica, tanto que os autores fazem questão de frisar que, na próxima publicação sobre Maquiavel, se verá que Gramsci “desenvolve a teoria da vontade coletiva, apenas esboçada em **Concepção Dialética da História**”.<sup>412</sup>

Ainda se referindo ao próximo livro sobre Maquiavel, os tradutores completam: Gramsci “define o Partido - o ‘moderno-príncipe’, ‘o novo imperativo categórico’ - como o organizador e condutor da vontade coletiva, feita ação revolucionária, no sentido da hegemonia político-econômica e cultural”.<sup>413</sup>

Tem-se, portanto, uma leitura que acentua o aspecto filosófico da obra de Gramsci, a ele subordinando a questão política. Em escritos posteriores (1990) Coutinho atribui esse acento a elementos da conjuntura cuja dinâmica passava a ser dimensionada pelas forças da repressão, de modo que as questões políticas passavam a se apresentar sob uma angulação cultural. As fontes históricas que sustentam nossa argumentação<sup>414</sup> mostram, em 1966, uma situação em que as tendências de esquerda conservaram um espaço cultural suficientemente aberto para permitir a abertura de novas frentes de reflexão com a edição de novas revistas. Pode-se citar novamente

---

<sup>412</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>413</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>414</sup> Como se pode constatar em citações anteriores, Carlos Guilherme Mota, Daniel Pécaut, Roberto Schwarz, Jacob Gorender, entre outros.



como exemplo a *Revista Civilização Brasileira* que começou a ser publicada em 1965 e, no número 13 de abril de 1967, trazia na capa a foto de Mao Tsé-Tung.<sup>415</sup>

Parece-nos que as restrições se deveram muito mais à orientação de Ênio Silveira que, ainda retomando Mota, fazia parte de um grupo de intelectuais que representavam um pensamento progressista, mas profundamente ligado com o populismo.<sup>416</sup>

Ora, a subordinação da questão política à angulação filosófica, embora possa ser justificada a partir de elementos da conjuntura política e da sombra da repressão, alteraram o conteúdo político e o caráter anti-mecanicista e profundamente dialético do texto gramsciano que, na época de sua publicação na Itália, surpreendeu e gerou muitos questionamentos renovando o debate político, mesmo na sua vertente leninista.

A introdução faz uma abordagem do pensamento gramsciano que contradiz o próprio conteúdo de **Il Materialismo Storico e la Filosofia di Benedetto Croce**: acentuar que Gramsci define o marxismo assim como Croce define a religião tendo, antes, separado a filosofia da política, significa subverter o significado que Gramsci procurou dar à filosofia da praxis. O fragmento do qual foi retirada a citação<sup>417</sup> faz a crítica à interpretação croceana do marxismo e, retomando a tese XI contra Feuerbach, acentua que “não se trata de ‘suplantar’ a filosofia em geral pela atividade prática” mas de afirmar a unidade dialética entre teoria e prática o que, em outras palavras, implica interrelacionar filosofia e política. E todo o argumento de Gramsci visa mostrar o quanto Croce soube tirar proveito do seu estudo da filosofia da praxis refazendo o caminho

---

<sup>415</sup> MOTA, C. G. *Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974)*, p. 206.

<sup>416</sup> Idem, p. 206-207.

<sup>417</sup> GRAMSCI, A. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978, p. 264. GRAMSCI, A., *Quaderni del Carcere*, 10, p. 1269.

inverso de Marx: se Marx tornou concreta e histórica a herança filosófica até então especulativa, Croce “retraduziu em linguagem especulativa” as conquistas da filosofia da praxis.<sup>418</sup>

Apenas para ilustrar, a crítica gramsciana ao Ensaio Popular escrito por Bukharin é perpassada de ponta a ponta pelo esforço em esclarecer a relação entre filosofia, política e história. Trata-se de um trabalho realizado por Gramsci por volta de 1932-1933 no Caderno 11 e que acentua que uma filosofia não pode ser entendida como simples fato intelectual, mas é inseparável da ação política. A “função e o significado da dialética só podem ser concebidos em toda a sua fundamentalidade se a filosofia da praxis é concebida como uma filosofia integral e original”, precisamente porque “supera (e, superando, integra em si os seus elementos vitais) tanto o idealismo quanto o materialismo tradicionais”.<sup>419</sup> Ao realizar essa crítica Gramsci mostra a ferida aberta pelo stalinismo no corpo do movimento revolucionário: a “redução da filosofia da praxis a uma sociologia representou a cristalização da tendência vulgar, já criticada por Engels (cartas publicadas no Sozial Akademiker) e que consiste em reduzir uma concepção de mundo a um formulário mecânico, que dá a impressão de poder colocar toda a história no bolso”.<sup>420</sup>

Que se trata de uma crítica ao stalinismo se torna claro ao se perceber que a mesma citação de Engels reaparece em carta de 1936 ao filho Délío, a propósito do ensino escolar na União Soviética.<sup>421</sup> Que se trata também de uma renovação da leitura

---

<sup>418</sup> Idem, p. 264-265.

<sup>419</sup> Idem, p. 159.

<sup>420</sup> Idem, p. 152.

<sup>421</sup> GRAMSCI, A. Cartas do Cárcere. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978, p. 375.

marxista se pode perceber no fato de Gramsci retomar justamente uma carta de Engels para criticar o materialismo mecanicista. Gramsci distinguia o pensamento de Engels do de Marx e mostrava que, além de pressupor as dificuldades inerentes ao estudo de uma teoria não sistemática e indissoluvelmente entrelaçada com a atividade prática, não se podia “subestimar a contribuição de Engels”, mas também “não era necessário identificar Engels com Marx e nem pensar que tudo o que Engels atribui a Marx fosse autêntico em sentido absoluto”. Esse rigor se fazia necessário para criticar reducionismos e reconhecer os méritos de cada um. Se alguns escritos de Engels deram margem a uma leitura mecanicista de Marx e se Engels é considerado numa “posição subalterna em confronto com Marx”,<sup>422</sup> também deu algumas contribuições importantes que só podem ser valorizadas a partir de uma distinção da produção teórica dos dois amigos.

Gramsci procurou mostrar como Engels se tornou um dos pontos de sustentação do marxismo-leninismo, principalmente com a obra sistemática **O Anti-Düring**, assumido como fonte autêntica de interpretação de Marx. Em Engels estão as origens de alguns desvios teóricos do **Ensaio Popular**, escrito por Bukhárin. Um exemplo é a idéia de objetividade do mundo exterior, acolhida de modo acrítico, bem como as questões a respeito da cientificidade e da ideologia. Salientando a necessidade de considerar as questões de um ponto de vista histórico em que a objetividade só pode ser entendida na sua relação com a subjetividade, Gramsci acentua: “Esquece-se que Engels, embora tenha trabalhado por muito tempo, deixou escassos materiais sobre a

---

<sup>422</sup> GRAMSCI, A. *Quaderni del Carcere*, 4 (XIII), 1930-1932, Par. 1, p. 420.

obra prometida para demonstrar a dialética lei cósmica e se exagera ao afirmar a identidade de pensamento entre os dois fundadores da filosofia da práxis”.<sup>423</sup>

Conforme a leitura de Edmundo Fernandes Dias, é necessário considerar também que a crítica ao **Ensaio Popular** se fez num momento em que Bukhárin tinha ainda um papel atuante na política soviética e representava, portanto, a linha de interpretação teórica dos dirigentes russos. A falta de um esclarecimento sobre o itinerário político de Bukhárin no interior do Partido Comunista Russo foi mais um fator a prejudicar o conhecimento de Gramsci, já que não se esclarece que a crítica foi escrita antes de Bukhárin cair em desgraça e ser eliminado pelo stalinismo. Ora, a contextualização cronológica é, aqui, fundamental para marcar o divisor de águas entre Gramsci e o stalinismo porque, se tal não se faz, acaba parecendo que Gramsci confirma a atitude do partido stalinista contra Bukhárin.<sup>424</sup>

Por outro lado, é necessário lembrar que a aceitação dogmática de uma matriz teórica à qual o diferente deve ser comparado e submetido não só dificultou o exercício do pensamento, mas principalmente a prática política na história do movimento operário internacional. Entre os vários exemplos ocorridos ao longo da história, salientamos o final do século XIX e início do século XX quando se firmou, no bojo do processo de organização política, uma leitura determinista de Marx e Engels e esse marxismo passou a prevalecer como versão oficial dos partidos social-democratas. Essa matriz teórica predominou na política e determinou a interpretação da história e os

---

<sup>423</sup> GRAMSCI, A. Quaderni del Carcere, 11 (XVIII), 1932-1933, Par. 34, p. 1449; Trata-se de um caderno que retoma e reelabora alguns fragmentos do Q. 4 (XIII).

<sup>424</sup> DIAS, E. F., Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos. In: O outro Gramsci. São Paulo : Xamã, 1996, p. 105.

encaminhamentos da prática revolucionária socialista. As tendências políticas que, por sua radicalidade, não podiam ser incorporadas a essa interpretação predominante, eram excluídas. Por exemplo, pouco se sabe hoje do significado histórico das teorias de Blanqui ou de Bakunin para a construção do movimento operário internacional porque suas contribuições foram minimizadas ou até anuladas.

Pode-se aventar que as condições conjunturais do momento em que a edição brasileira foi apresentada ao público não permitiam essa leitura, porque realizá-la exigiria uma postura crítica ante a prática comunista no Brasil e, como já acentuamos, uma crítica radical, naquele momento, ante as condições da Guerra Fria, do confronto com a direita no poder e da disputa interna por influência política junto às classes populares, tornaria inviável a política do PCB que, já envolto em crises internas, certamente se esfacelaria.

Reconhecer os condicionamentos conjunturais não significa desconhecer a postura ideológica que orientou a inserção do pensamento gramsciano no Brasil. Se, na Argentina, a leitura de Gramsci levou a uma ruptura dos gramscianos com as orientações partidárias, no PCB houve um processo de adaptação em que os intelectuais que se autodenominaram “jovens gramscianos” se contentaram com uma “divisão de trabalho” interna, na qual detinham a atividade cultural sem questionar a direção política stalinista. Tratou-se de uma opção política, que teve como pressuposto a adesão ao leninismo como matriz teórica inquestionável, que serviu de parâmetro para a interpretação da teoria gramsciana.

Percebe-se ainda, na introdução, os caminhos que se tentaria abrir na renovação interna que se propunha ao partido: ao se referir ao livro sobre Maquiavel, os tradutores

ressaltam que o papel do Partido, conforme Gramsci, seria o de “condutor da vontade popular”, mas um partido que “não substitui esta vontade – que depende de condições históricas – pelos mitos ou pelas palavras-de-ordem vazias de conteúdo” e, a partir dessa definição, afirmam que “a atualidade de Gramsci é evidente”.<sup>425</sup> A força crítica e renovadora do texto de Gramsci abria uma grande margem de crítica ao “marxismo-leninismo” que prevalecia nos quadros do PCB. No entanto, a forma de apresentação esvaziou seu conteúdo e não levou em conta a complexidade dos escritos gramscianos. Se as condições políticas e intelectuais foram o pano de fundo em que determinadas idéias e práticas políticas se desenvolveram, o controle partidário a partir de uma matriz dogmática, exerceu um papel fundamental.

---

<sup>425</sup> COUTINHO, C. N. e KONDER, L., Nota sobre Antonio Gramsci. In: GRAMSCI, A. Concepção Dialética da História. p. 6.

## CAPÍTULO II

### A TEORIA DE GRAMSCI E A LEITURA DE CARLOS NELSON COUTINHO

O pensamento de Gramsci, juntamente com outros autores denominados heterodoxos (em relação ao marxismo que prevalecia nos quadros do PCB), foi tomado como suporte teórico para uma renovação dos debates políticos no interior do Partido. O modo como as leituras heterodoxas foram contrapostas ao pensamento monolítico que prevalecia no partido pode ser delineado no contexto da produção editorial, principalmente a *Revista Civilização Brasileira*, que se constituiu num marco da formação do pensamento progressista da década de 60. Estudos sobre Sartre, Lukács, Goldmann e Marcuse, entre outros, publicados ao longo de 1965-1968, demonstram como intelectuais de esquerda, muitos vinculados ao PCB, buscavam outras linhas de pensamento, muitos voltando-se para questões culturais. A revista parece expressar uma correlação de forças que, na leitura de Carlos Guilherme Mota, lhe deu uma característica ora mais nacionalista, ora “revisionista moderada” passando para uma fase mais radical (1967).<sup>426</sup>

---

<sup>426</sup> MOTA, C. G. Ideologia da Cultura Brasileira (1933-1974), p. 208-219.

Nesse período, Leandro Konder e Otto Maria Carpeaux faziam reflexões sobre a cultura brasileira e recorriam a Gramsci e Carlos Nelson Coutinho escrevia sobre literatura e demonstrava em seus trabalhos uma forte influência lukacsiana.

Publicado a partir de 1966, o pensamento de Gramsci não teve uma repercussão significativa nesse primeiro momento. As explicações podem estar no fato de se tratar de um autor de difícil compreensão, tanto pela complexidade de sua teoria quanto pela forma fragmentária de redação do texto. O vínculo da produção gramsciana com a política do PCI pode também ser uma causa de desinteresse, num momento em que se buscava inspiração na Revolução Cubana ou em outras teorias políticas mais radicais.

Carlos Nelson Coutinho atribui o fato ao processo de repressão instaurado com o AI-5, aliado à influência do marxismo-leninismo sobre grande parcela da esquerda brasileira.

Em nosso entender, a inserção do pensamento gramsciano em nosso país foi delimitada pela conjuntura histórica e pelo contexto da política do PCB nos anos 60, basicamente pelo marxismo-leninismo e sua noção de revolução. Para tanto, a maior contribuição foi dada pelo próprio Carlos Nelson Coutinho que, como militante do PCB, introduziu a leitura togliattiana de Gramsci, tomada como suporte teórico para a leitura da realidade brasileira que desenvolveu a partir dos anos 70.



## 1. CARLOS NELSON COUTINHO E A S IDÉIAS DE GRAMSCI:

Retomando a opinião de Giuseppe Vacca, a primeira interpretação de um autor é fundamental para a recepção de seu pensamento. Neste sentido, entendemos que Carlos Nelson Coutinho, como um dos principais tradutores dos textos de Gramsci publicados no Brasil e divulgador do pensamento gramsciano por meio de seus escritos, é uma figura importante. Ao longo dos anos 70, em ensaios e comunicações, Coutinho não só procurou explicitar os conceitos de Gramsci como desenvolver a análise da realidade brasileira com o apoio de suas categorias. No bojo desse trabalho, tem-se uma formulação do conceito de revolução, que é atribuída a Gramsci, mas se elabora sobre a interpretação construída por Togliatti.

Nos anos 80, Coutinho passou também a desenvolver um trabalho de historiador, fazendo o inventário da inserção do pensamento de Gramsci no Brasil, inicialmente em comunicações apresentadas em Seminários realizados na Itália (Ferrara, 1985 e Formia, 1989) e, posteriormente, traduzidas pelo próprio Carlos Nelson Coutinho, para publicação no Brasil.<sup>427</sup>

---

<sup>427</sup> COUTINHO, C. N. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. In: COUTINHO, C. N. E NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p. 103-127. Esse trabalho, apresentado em Ferrara, foi publicado inicialmente na Revista **Crítica Marxista** n. 5, 1985, p. 35-55, juntamente com outras comunicações do evento. No Brasil, foi apresentado inicialmente na Revista **Presença**, n. 8, 1986, p. 141-162. COUTINHO, C. N. *A recepção de Gramsci no Brasil*. In: COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 199-213. Esse artigo foi publicado em italiano com outro título: COUTINHO, C. N. *In Brasile*. In: HOBBSBAWM, E. Gramsci in Europa e in America. Bari : Laterza, 1995, p. 123-140. O que se tem, na verdade, são publicações repetidas ou do mesmo texto e, se em novo texto, do mesmo argumento, com pequenas variantes de redação.

Iniciamos com escritos da década de 60, período em que Coutinho se dedicou a refletir sobre questões ligadas à literatura e se mostrou um claro simpatizante de Lukács. Um exemplo da influência lukacsiana pode ser encontrado no livro **Literatura e Humanismo**.<sup>428</sup> Um dos capítulos do livro citado aborda a evolução da literatura soviética, procurando analisar como se confrontavam as diversas tendências literárias e como a política cultural stalinista se posicionava ante a tradição literária russa. A influência lukacsiana neste ensaio foi evidenciada por Fritz Teixeira Salles, como uma inspiração que convive com resquícios do chamado zdanovismo,<sup>429</sup> ou seja, o crítico percebia que Coutinho se movia no interior de uma conjuntura histórica e política em que o ambiente cultural de influência marxista-leninista, de uma forma ou de outra, deixava resíduos em seu trabalho.

Carlos Nelson Coutinho recorreu aos escritos gramscianos no início dos anos 60, fazendo referências a Gramsci em *Problemática atual da Dialética* (1961) e *Do existencialismo à dialética: a trajetória de Sartre* (1963).<sup>430</sup> Nesse momento, a leitura de Gramsci sofria a mediação de Lukács, como acentua o próprio Coutinho em Prefácio a um livro sobre cultura e realidade brasileira, em que publicou ensaios escritos ao longo de 20 anos: “O uso de categorias gramscianas se acentua nos ensaios mais recentes, matizando e requalificando a ortodoxia lukacsiana facilmente perceptível nos mais

---

<sup>428</sup> COUTINHO, C. N. Literatura e Humanismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1967.

<sup>429</sup> In: **Revista Civilização Brasileira**. março/abril, 1968, n. 18. O termo zdanovismo se refere a um dos desdobramentos do marxismo ortodoxo.

<sup>430</sup> O primeiro publicado em **Ângulos**. Salvador : n. 17, dez. 1961; o segundo em **Estudos Sociais** Rio de Janeiro : 18 dez. 1963.

antigos (sobretudo os de crítica literária)...”.<sup>431</sup>

Ivete Simionatto também acentua que houve uma “forte influência lukacsiana na produção de Coutinho” na década de 60, período em que se “valeu frequentemente de Gramsci”. Conforme Simionatto, tratava-se do “velho Lukács”. Ora, sabe-se que o Lukács dessa fase não esteve tão distante do stalinismo como às vezes se pretendeu apresentar. É interessante notar que o próprio Coutinho admite que sentia “um certo mal-estar com as concepções filosóficas e estéticas de Gramsci, que são muito diferentes das do Lukács da maturidade”.<sup>432</sup>

Na verdade, as referências a Gramsci se tornam mais freqüentes nos anos 70, mostrando um processo de assimilação das categorias gramscianas. O interesse por Gramsci coincide com o período em que Coutinho entrou em contato, na Itália, com as idéias de “Togliatti e do eurocomunismo”.<sup>433</sup> Nos anos que se seguiram à morte de Gramsci, Togliatti se referia ao companheiro como um autêntico marxista que assimilou os ensinamentos de “Marx, Lenin e Stalin”.<sup>434</sup> Considerando as bases teóricas acima descritas, que orientavam as reflexões de Coutinho, a interpretação de Togliatti e dos eurocomunistas se mostrou a leitura que permitia adaptar as categorias gramscianas às condições políticas que orientavam a prática do PCB.

---

<sup>431</sup> COUTINHO, C.N., Cultura e Sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas). Belo Horizonte ; Oficina de Livros, 1990, p.9.

<sup>432</sup> COUTINHO, C. N., Democracia e socialismo. São Paulo : Cortez, 1992, apud SIMIONATTO, I. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social, Florianópolis : Ed. Da UFSC, São Paulo : Cortez, 1995, p. 123-124.

<sup>433</sup> SIMIONATTO, I. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social, p. 124.

<sup>434</sup> TOGLIATTI, P. In memoria di Antonio Gramsci. In: **Crítica Marxista**, 1991, n. 6, p. 132.

Na interpretação que Coutinho fez de Gramsci nos primeiros anos de sua leitura deve-se pressupor, portanto, a teoria do “velho Lukács”, que serviu de referência e comparação ao longo de seus trabalhos, bem como a matriz leninista presente na leitura togliattiana de Gramsci, traduzida na criação de uma imagem do político sardo, de modo a torná-lo aceitável pela ortodoxia marxista.

A partir desses pressupostos, Coutinho valeu-se constantemente das categorias gramscianas para desenvolver uma interpretação da realidade brasileira. Togliatti e o eurocomunismo foram influências fundamentais na definição de democracia e socialismo em meados da década de 70 e posteriormente.

Para evidenciar esse processo de leitura das categorias de Gramsci, retomamos um dos textos em que transparece a influência marcante de Lukács: o ensaio sobre Graciliano Ramos (1965). Nesse trabalho, a crítica literária abre caminho para uma análise política da realidade brasileira e permite delinear um conceito de revolução.

A fim de acentuar os limites históricos para a criação de uma estrutura romanesca realista, bem como a passagem de uma construção naturalista para uma autêntica obra realista em Graciliano Ramos, Coutinho assim descreve a realidade brasileira:

Entre nós, a penetração e evolução do capitalismo ganha características bastante originais, pela existência simultânea e contraditória de vários de seus estágios: em determinados casos ele representa um estímulo à perpetuação de nossa velha sociedade estagnada; em outros, apresenta-se como possibilidade de renovação e de progresso; finalmente, revelando prematuramente as suas naturais limitações e contradições internas, cria condições para a abertura de uma perspectiva – ainda abstrata nos anos 30 – rumo à nova sociedade pela qual será superado, o socialismo.<sup>435</sup>

---

<sup>435</sup> COUTINHO, C. N. Graciliano Ramos. In: COUTINHO, C. N. Cultura e Sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 120.

Tal descrição da evolução do capitalismo no Brasil, identificada na estrutura romanesca de Graciliano Ramos, é construída e interpretada a partir de categorias como “inconformismo” ou “inquietação demoníaca”, expressões retiradas ou adaptadas do ideário lukacsiano. É interessante notar como Coutinho acentua que a originalidade estrutural da obra de Graciliano “tem as suas raízes na própria realidade brasileira, em sua especificidade com relação à européia”.<sup>436</sup>

Mais tarde, ao aplicar as categorias gramscianas para a análise dessa mesma realidade, Coutinho passou a buscar as semelhanças e aproximações com a situação italiana, base das reflexões de Gramsci. A partir da leitura da situação brasileira, desenvolvida no ensaio de 1965, tem-se a percepção de uma originalidade estrutural do texto de Graciliano, que traduz uma realidade contraditória, com especificidades históricas importantes em relação à Europa. Ao longo dos anos, essa leitura se modifica e, com ela, também a noção de revolução.

Uma das características do ensaio sobre Graciliano Ramos é que a noção de revolução implícita parece alicerçar-se numa leitura que pressupõe o socialismo desdobrando-se quase mecanicamente das contradições do capitalismo:

Graciliano procurou transcrever artisticamente aspectos da nossa realidade, daquela complexa realidade na qual, em alguns casos, o capitalismo já surge como limitação e como fator de redobramento da alienação (determinando assim, ainda que abstratamente, uma aspiração e uma tendência para o socialismo).<sup>437</sup>

O trabalho de Graciliano Ramos serve de motivo, ainda, para considerações sobre

---

<sup>436</sup> Idem, p. 133.

<sup>437</sup> Idem, p. 156.

o papel do intelectual que, renunciando o suporte teórico gramsciano, se explicita como atividade que deve tornar “coerente e orgânica” a “visão do mundo apenas esboçada ou intuída” – “em composições orgânicas com outras visões do mundo – pelas classes sociais das quais são os representantes ideológicos”.<sup>438</sup> Essa atividade intelectual tem a função de esclarecer para a classe social a “consciência possível”, como sua verdadeira expressão ideológica implícita em sua “consciência real”. A partir desses pressupostos, Coutinho procura explicar a passagem de Graciliano Ramos do naturalismo ao realismo como uma tomada de posição política, do “ponto de vista de um grupo social que criticava a sociedade, que expressava em sua praxis uma potencial subversão da ordem vigente”. Esse posicionamento colocou em evidência o humanismo de Graciliano, como “o máximo de consciência possível do povo brasileiro”, quase como uma formulação de “uma perspectiva socialista, ainda que abstrata”, em função das condições históricas da década de 30.<sup>439</sup>

Coutinho procura mostrar, ainda, a diferença entre “consciência possível” e “utopia”, na comparação do romance realista de Graciliano Ramos com o sentido do romance do primeiro Jorge Amado: no primeiro caso, o artista contribuiu para explicitar uma consciência implícita na concepção de mundo da realidade cotidiana; no segundo caso, ocorreu uma “negação radical da realidade” e a produção de um “romantismo ‘revolucionário’” caracterizado como “anti-realismo”.<sup>440</sup>

Percebe-se, ao longo do ensaio, a forte influência das categorias de Lukács e o

---

<sup>438</sup> Idem, p. 158.

<sup>439</sup> Idem, p. 158-159. O termo “consciência possível” nos remete a Lucien Goldmann.

<sup>440</sup> Idem, p. 160.

esforço em fazer da teoria um instrumento de interpretação da realidade. Essa perspectiva se modifica no ensaio sobre Lima Barreto (1972), agora com o aporte teórico leninista, ao qual se vincula a teoria gramsciana. Descrevendo “a evolução” do “quadro histórico-social” em que se inseria o trabalho de Lima Barreto, Coutinho salienta que o “caminho do povo brasileiro para o progresso social” ocorreu dentro de um “quadro de uma conciliação com o atraso, seguindo aquilo que Lenin chamou de ‘via prussiana’ e Gramsci designou como ‘revolução passiva’”. Em oposição à “via francesa”, que se caracterizou pela extinção das “velhas forças e relações sociais” com a ação de “amplos movimentos populares de massa”, a “via prussiana” é descrita como um movimento político cujas mudanças se fazem por meio de um “reformismo ‘pelo alto’, que exclui inteiramente a participação popular”.<sup>441</sup>

A partir dessa leitura, Coutinho identifica “via prussiana” e “revolução passiva”, fazendo uma adaptação da noção gramsciana à situação brasileira. A noção “revolução passiva” ou “revolução-restauração”, desenvolvida por Gramsci para entender o processo de unificação italiana e, posteriormente, a instauração do fascismo, já havia sido adaptada por Christine Buci-Glucksmann e Göran Therborn à análise da ação da social-democracia europeia no período entre guerras.

Para Coutinho, tanto a “via prussiana” quanto a “revolução passiva” são formas particulares de constituição do capitalismo tardio em realidades como o Brasil, onde os compromissos com as antigas oligarquias e a exclusão das classes populares marcou a

---

<sup>441</sup> COUTINHO, C. N., O significado de Lima Barreto em nossa literatura. In: COUTINHO, C.N., Cultura e Sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 70-71.

revolução burguesa, dando relevância ao papel do Estado no encaminhamento das reformas estruturais para a implantação do capitalismo industrial.

Ao longo de todo o texto, a teoria de Lenin serve de matriz teórica à qual se agrega e se subordina, sem mediações, a teoria gramsciana. Salientando que o “‘modelo’ prussiano se apresenta como “algo permanente na evolução brasileira”,<sup>442</sup> Coutinho identifica as conseqüências dessa condição conjuntural na atitude dos intelectuais e entre as tendências que caracterizaram a literatura brasileira.

Entre os dois ensaios tem-se uma mudança tanto na função dos intelectuais quanto na perspectiva da criação estética: em 1965, mesmo afirmando que a estrutura econômica e política do Brasil da década de 30 afastava “o povo de qualquer participação criadora em nossa história”,<sup>443</sup> Coutinho procurou identificar na obra de Graciliano Ramos elementos da elaboração de uma “consciência possível”, como forma de expressão realista e de um socialismo abstrato. Já no ensaio sobre Lima Barreto, Coutinho atribui ao intelectual brasileiro a atitude evasiva descrita por Thomas Mann como “intimismo à sombra do poder”. Quanto à criação artística afirma que, “nas condições de um país semicolonial imerso na ‘via prussiana’ de desenvolvimento”, não havia espaço para “autênticas obras estéticas realistas”.<sup>444</sup>

Coutinho reconhece algumas exceções, como as obras de Manuel de Almeida e de Machado de Assis, que são apresentadas como demonstrações do que poderia ser

---

<sup>442</sup> Idem, p. 72.

<sup>443</sup> COUTINHO, C. N. Graciliano Ramos. In: COUTINHO, C. N. Cultura e Sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 118.

<sup>444</sup> COUTINHO, C. N., O significado de Lima Barreto em nossa literatura. In: COUTINHO, C.N., Cultura e Sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 73-74.



desenvolvido em termos estéticos se “fossem efetivamente rompidas as ataduras retrógradas e sufocantes impostas pela ‘via prussiana’”.<sup>445</sup>

A análise do papel dos intelectuais se desenvolve, a partir desse ponto, com o suporte das categorias de Gramsci: identificando uma “profunda ligação” na literatura russa entre Górkí, Dostoiévski e a “vida nacional-popular” de seu país, Coutinho acentua que, “nos países que adotaram a ‘via prussiana’ ou a ‘revolução passiva’ como forma de desenvolvimento” ocorreu uma “radical separação entre os intelectuais e o povo-nação” e uma “fragmentação e heterogeneidade sociais decorrentes da ausência de um sujeito nacional-popular unitário”.<sup>446</sup>

Nessas condições, Machado de Assis não conseguiu romper com os limites do “intimismo à sombra do poder” e Lima Barreto, isolado do contexto, combatia Machado de Assis. Coutinho acentua que, “embora objetivamente injusto, o combate de Lima à herança machadiana” se inseria na “sua luta mais geral, histórica e esteticamente correta, por um autêntico realismo crítico nacional-popular”.<sup>447</sup> Esse termo, uma das categorias gramscianas utilizadas por Coutinho, torna-se o ponto de distinção da estética de Lima Barreto, acrescido do valor “justo”, que delimita o critério de avaliação de Coutinho sobre o papel político dos intelectuais abordados.

Comparando-se os dois ensaios, nota-se que a análise da realidade brasileira é

---

<sup>445</sup> Idem, p. 76.

<sup>446</sup> Idem, p. 78. Além da noção de “revolução passiva”, também o conceito “nacional-popular” vem da teoria gramsciana, onde tem um sentido específico, não explicitado por Coutinho. A avaliação do que é “justo” ou “injusto” se efetiva a partir dos pressupostos teóricos que orientam a leitura de Coutinho. Temos dúvidas quanto à aplicação desses critérios de valor no âmbito da literatura.

<sup>447</sup> Idem, p. 80.

orientada e dirigida por teorias que, assumidas como pressuposto teórico, redefinem a leitura a cada novo momento. As noções gramscianas que, no ensaio de Lima Barreto, são freqüentes, são transformadas em um corpo lógico e abstrato que permite explicar as diferenças entre esses dois escritores brasileiros no âmbito de uma história orientada ao longo de seu percurso pela 'via prussiana'. Esta forma de abordagem das categorias gramscianas, como um modelo esquemático de interpretação aplicado à realidade brasileira, bem como sua redução ao pensamento de Lenin, sem mediações, se repete sem muitas modificações ao longo dos escritos de Coutinho.

A questão dos intelectuais é retomada e aprofundada no ensaio *Cultura e sociedade no Brasil* (1977-1979): nele Coutinho procura inserir-se num debate em torno de um ensaio de Roberto Schwarz sobre a cultura brasileira ou sobre as "idéias fora do lugar".<sup>448</sup> Trata-se de um problema que gerou grande polêmica nas várias áreas do saber na década de 70 e que tinha como objetivo explicitar a relação da cultura brasileira com a cultura européia, base para a elaboração de uma identidade cultural nacional.

O problema que Coutinho coloca como central para a "análise da relação entre cultura brasileira e cultura universal" é a da articulação entre "a evolução das formações econômico-sociais brasileiras", a cultura e o "desenvolvimento do capitalismo em nível mundial".<sup>449</sup> O ensaio retoma algumas colocações de Schwarz em torno da

---

<sup>448</sup> Referência a um ensaio de Roberto Schwarz em torno de Machado de Assis, publicado em: SCHWARZ, R. Ao vencedor as batatas. São Paulo : Duas Cidades, 1977. Da polêmica, salientamos o trabalho de FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As idéias estão no lugar. In: **Cadernos de Debate**. São Paulo : Brasiliense, 1976, p. 61-64.

<sup>449</sup> COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil*. In: COUTINHO, C. N. Cultura e Sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 34.

inadequação entre as idéias européias e a realidade brasileira, principalmente na recepção do liberalismo no século XIX, para salientar o papel de Lima Barreto, agora como intelectual que conseguiu expressar “o máximo de consciência possível” das “camadas urbanas inferiores que vão sendo geradas direta ou indiretamente pelo crescimento da indústria”.<sup>450</sup>

Novamente Coutinho retoma o argumento da “via prussiana”, a ele aliando a noção gramsciana de Estado para acentuar a importância de uma cultura nacional-popular e redefinir o papel dos intelectuais junto às classes sociais. Defendendo um “vínculo estrutural da cultura brasileira com a cultura universal”, Coutinho procura definir o espaço de uma “cultura nacional-popular”, sempre dificultado por uma política exercida nos moldes da “via prussiana”.<sup>451</sup>

Para Coutinho, as dificuldades de elaboração de uma cultura nacional-popular decorrem da natureza do Estado, mais uma vez esboçada a partir da interpretação e aplicação das noções gramscianas: com o “fortalecimento do que Gramsci chama de ‘sociedade política’ (os aparelhos burocráticos e militares que exercem a dominação através do Executivo)” e o enfraquecimento “da ‘sociedade civil’ (do conjunto de aparelhos ideológicos através dos quais uma classe ou bloco de classes luta pela hegemonia ou pela capacidade de dirigir o conjunto da sociedade)”, tem-se uma forma específica de representação de classe por parte dos intelectuais. A sociedade civil, debilitada, gera uma “minimização de um dos papéis essenciais da cultura” que é o de

---

<sup>450</sup> Idem, p. 42.

<sup>451</sup> Idem, p. 42-43.

expressar a consciência de classe.<sup>452</sup> Desse modo, colocam-se neste ensaio alguns elementos para a formulação posterior de um “Gramsci liberal”: não apenas se dissocia sociedade política de sociedade civil e coerção de consenso, numa oposição dicotômica, como se atribui à sociedade política, implicitamente identificada com o Estado, a simples função de governo.

Tem-se um trabalho de transposição de categorias de forma lógica e instrumental, que se efetiva por meio da aplicação direta, sem mediações, como esquemas. Um exemplo é a citação de Gramsci, referente à realidade da Rússia pré-revolucionária, diretamente transposta à realidade brasileira:

O escasso peso dos aparelhos privados de hegemonia e dos partidos políticos de massa na formação social brasileira – onde ‘o Estado era tudo (e) a sociedade civil era primitiva e gelatinosa’ – condenou os intelectuais que se recusavam à cooptação pelo sistema dominante à marginalidade no plano cultural e, para nos expressarmos com certa vulgaridade, a seríssimos problemas no plano da subsistência econômica.<sup>453</sup>

Assim como Coutinho instrumentaliza a noção gramsciana de Estado, também recorre ao termo “nacional-popular”, procurando identificar uma “tendência alternativa no seio da cultura brasileira” ao chamado “intimismo à sombra do poder”, que entende como característico da atuação dos intelectuais. Os virtuais representantes das classes populares foram assimilados, ao longo da história, às classes dominantes, por um processo de cooptação e de formação de “blocos de poder que resultam da conciliação”. O processo de cooptação não implica uma adesão direta do intelectual às

---

<sup>452</sup> Idem, p. 44.

<sup>453</sup> Idem, p. 45. Coutinho cita Gramsci de um fragmento da Edição crítica elaborada por Valentino Gerratana e publicada na Itália em 1975 e remete também à edição brasileira.

classes dominantes, mas se traduz em delimitar o trabalho intelectual a “formulações culturais anódinas, ‘neutras’, socialmente assépticas”, como se houvesse um “compromisso tácito de não pôr em discussão os fundamentos daquele poder a cuja sombra ele é livre para cultivar a própria ‘intimidade’.”<sup>454</sup>

Nesse contexto, gera-se uma cultura elitista e antipopular que não se restringe apenas aos “pensadores autoritários e de direita. A conciliação social e política encontra um reflexo ideológico na tendência” ao ecletismo, que se manifesta tanto entre liberais moderados quanto entre intelectuais progressistas.<sup>455</sup>

As categorias de Lukács dão lugar a uma forte recorrência a conceitos gramscianos, que possibilitam a Coutinho algumas boas intuições mas, em outros momentos, aparecem como mera aplicação de esquemas abstratos:

A descrição gramsciana adequa-se muito bem ao caso brasileiro: o nacional-popular, assim, é antes de mais nada a quebra desse distanciamento entre os intelectuais e o povo, distanciamento que está na raiz do florescimento da cultura ‘intimista’ ou do elitismo cultural e que, no mais das vezes, não resulta de uma escolha voluntária do intelectual.<sup>456</sup>

Essa forma de transposição de categorias facilitou o acesso ao texto gramsciano e possibilitou a Coutinho tornar-se um ponto de referência na leitura de Gramsci, mas também abriu um largo caminho à instrumentalização.

Neste sentido, cabe salientar o sucesso de um ensaio de 1979, denominado *A Democracia como Valor Universal*. Coutinho retoma quase literalmente, nesse ensaio,

---

<sup>454</sup> Idem, p. 44-46.

<sup>455</sup> Idem, p. 47-48.

<sup>456</sup> Idem, p. 51.

algumas argumentações desenvolvidas no escrito sobre Lima Barreto e no ensaio *Cultura e Sociedade no Brasil*: “as transformações políticas e a modernização econômico-social no Brasil foram sempre efetuados no quadro de uma ‘via prussiana’, ou seja, através da conciliação entre frações das classes dominantes”, com arranjos que possibilitaram aproveitar forças da estrutura agrária existente, caracterizando o que se chama modernização conservadora e dependente do capitalismo internacional. Essa “modalidade de ‘via prussiana’ (Lenin, Lukács) ou de ‘revolução-restauração’ (Gramsci) encontrou seu ponto mais alto no atual regime militar...”<sup>457</sup> Dessa forma, conforme Coutinho, não houve necessidade de um movimento violento nos moldes jacobinos, mas uma mudança gradual e “pelo alto”, por meio da qual a propriedade fundiária adaptou-se para se tornar empresa capitalista agrária e a industrialização se beneficiou do capital estrangeiro para criar o complexo industrial moderno, com um processo de crescente urbanização e de formação da estrutura social.

No contexto da chamada “via prussiana”, há a necessidade da existência de um Estado forte e autoritário, capaz de resolver os problemas colocados a cada nova fase do capitalismo. As frações das classes dominantes se solidarizam no sentido de controlar o aparato estatal. As massas populares são permanentemente marginalizadas do processo das grandes decisões nacionais, servindo apenas como massas de manobra no âmbito de interesses eleitorais.

---

<sup>457</sup> COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. In: COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. São Paulo : Livraria Editora Ciências Humanas, 1980, p. 32-33. O ensaio que dá nome ao livro foi publicado pela primeira vez in: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 9, março.1979, p. 33-48. Coutinho acentua que, entre “os autores que analisaram aspectos da história brasileira valendo-se do conceito de ‘via prussiana’” estão: ele próprio, J. Chasin, Luiz Werneck Vianna e Ivan de Otero Ribeiro.

Todo o processo político no decurso da história brasileira é entendido como desenvolvendo-se a partir de decisões “pelo alto”, isto é, como arranjos dos blocos que se mantinham no poder pela cooptação de líderes políticos e da opinião pública assegurando, ou pela repressão, ou pela demagogia, a neutralização das classes populares, permanentemente excluídas “tanto dos frutos do progresso quanto das decisões políticas”.<sup>458</sup> As tentativas históricas de desenvolvimento capitalista culminaram no regime militar implantado com o golpe de 64, que “criou as condições políticas para a implantação em nosso país de uma modalidade dependente (e conciliada com o latifúndio) de capitalismo monopolista de Estado”.<sup>459</sup>

Esse encaminhamento histórico de implantação do capitalismo, num contexto de reprodução da dependência e de modernização conservadora, gerou uma profunda debilidade estrutural da democracia no Brasil. A recorrência à “via prussiana”, elitista e oligárquica serve para demonstrar a fragilidade da classe burguesa e sua dificuldade em se articular sem o respaldo de um Estado forte. Na leitura de Coutinho, a história da revolução burguesa no Brasil foi a história da instauração e ampliação de um Estado forte e impositivo e de uma sociedade civil “de natureza amorfa e atomizada”, com poucas condições de desenvolver um projeto alternativo. Essa debilidade da sociedade civil teve expressão, ao longo da história, tanto no “caráter conciliador do liberalismo”

---

<sup>458</sup> COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal, p. 32-33.

<sup>459</sup> Idem, p. 33.

quanto nas “tradições autoritárias e ‘golpistas’ que marcaram e marcam ainda boa parte do pensamento de esquerda”.<sup>460</sup>

O diagnóstico da função dos intelectuais, implícito nessa leitura, reformula o argumento anterior do “intimismo à sombra do poder” e o instrumental teórico de interpretação se concentra, agora, nas categorias gramscianas: assim, mesmo nos períodos “formalmente liberais”, os “organismos de massa tenderam quase sempre a ser ‘correias de transmissão’ do Estado”, que “cooptava seus burocratas”, em atuações que “encaminhavam a conciliação ‘pelo alto’”.<sup>461</sup>

Essa análise da função dos intelectuais traz implícita uma noção de revolução e democracia: o desafio que se colocou às classes populares ao longo da história foi “a luta pela eliminação do ‘prussianismo’”, que se “confunde com uma profunda *renovação democrática* do conjunto da vida brasileira”, que seria o “modo de realizar em condições novas as tarefas que a ausência de uma revolução democrático-burguesa deixou abertas em nosso país” e gerar os pressupostos para um futuro socialismo.<sup>462</sup>

Identificado o processo histórico conservador o autor esboça, a partir da correlação de forças no âmbito do regime militar vigente, uma proposta de encaminhamento da ação política por etapas, onde as conquistas graduais (liberdades formais, democracia-política) são pressupostos que deverão ser conservados e aprofundados ao longo do processo de luta pelo socialismo.

---

<sup>460</sup> COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal, p. 33 (grifos do autor).

<sup>461</sup> Idem, p. 33.

<sup>462</sup> Idem, p. 33.



Como já havia efetuado no ensaio *Cultura e Sociedade no Brasil*, Coutinho também identifica entre os intelectuais brasileiros a tendência elitista e autoritária que formava os quadros de direita e, mais ainda, mostra os elementos condicionadores da reflexão liberal e das tendências conciliadoras de esquerda (entre as quais pode-se incluir o PCB, embora Coutinho não avance nessa linha):

A conciliação social e política encontra um reflexo ideológico na tendência do pensamento brasileiro ao ecletismo, ou seja, à conciliação igualmente no plano das idéias. Infiltrações de ‘prussianismo’ aparecem assim também no nosso pensamento liberal tornando-o por vezes acentuadamente moderado e mesmo conservador. (...) Essa tendência ao ecletismo – à conciliação ideológica – não se manifesta apenas nos pensadores liberais moderados. Até mesmo intelectuais progressistas (...) são pressionados pela situação objetiva a confusas sínteses ecléticas, que minimizam ou danificam seriamente o caráter em última instância progressista da ideologia que professam. Werneck Sodré registrou processos desse tipo na produção de Euclides da Cunha...<sup>463</sup>

Ora, tomemos como referência a estrutura hierárquica do PCB e sua prática em relação às classes populares no decorrer da história, a sua política conciliatória em determinados momentos de sua trajetória e o sua atitude dogmática e cristalizadora. Consideremos o modo como os jovens intelectuais vinculados ao partido recorriam, na década de 60, às mais variadas leituras vindas da Europa sem, contudo, transformarem seu conhecimento teórico em renovação política concreta, permanecendo num campo em que o ecletismo convivia com a direção política partidária stalinista. A análise relativa aos literatos brasileiros da década de 30 cabe perfeitamente ao PCB da década de 60. Nesse contexto, podemos dizer que Coutinho também formulou teoricamente os

---

<sup>463</sup> COUTINHO, C. N. *Cultura e Sociedade no Brasil*. In: COUTINHO, C. N. Cultura e Sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 47-48.

limites de sua própria atuação no interior do PCB, condicionamentos que ele não percebia como seus, mas que delimitaram a sua própria leitura de Gramsci.

O ensaio *Cultura e Sociedade no Brasil* permite mostrar que, na identificação da “tendência ao confucionismo ideológico (e) ao ecletismo teórico”, que se reconhece não resultarem “simplesmente de uma escolha subjetiva dos intelectuais, de um seu eventual oportunismo constitutivo, mas sim de condicionamentos objetivos de nossa formação histórica e social”,<sup>464</sup> Coutinho intuiu os limites de sua própria reflexão no interior do PCB.

O reconhecimento dessa intuição, porém, precisa ser acompanhado de um esclarecimento dos limites ideológicos aos quais Coutinho reduziu o texto gramsciano, a partir de suas opções políticas no contexto mais amplo da política do PCB. Porque, embora o conhecimento das limitações geradas pelas condições sociais objetivas dificilmente possa ocorrer a partir do envolvimento político partidário e da conjuntura em que o intelectual se insere, exigindo um distanciamento histórico, a opção político-ideológica do intelectual se realiza de modo consciente, no momento de sua atuação. Dessa perspectiva, a escolha de Coutinho por uma leitura “liberal” de Gramsci, a partir da interpretação de Togliatti, pode ser questionada, principalmente se tivermos em conta a intenção de renovação interna do debate político no PCB.

O Prefácio de **A democracia como valor universal** deixa claro que essa renovação era pretendida no sentido de superar o que se entendia como concepções “esquerdistas” e “aventureiras”, na linha de um discurso de Prestes, pronunciado em

---

<sup>464</sup> Idem, p. 49.

1961, em que Prestes afirmava que os comunistas lutavam pela democracia e eram favoráveis à pluralidade partidária, que exprimia os diversos interesses e tendências do povo brasileiro, “herdeiro de um rico patrimônio de tradições liberais”.<sup>465</sup>

Acentuando o valor das conquistas liberais e democráticas para a construção do socialismo, Coutinho afirma sua adesão às decisões do VI Congresso do Partido, realizado em 1967, que confirmou a direção política tomada na Declaração de 1958, no sentido de um projeto político que se limitava à consolidação da revolução burguesa com o desenvolvimento do capital nacional e a oposição ao capital estrangeiro, por meios pacíficos e eleitorais, a serem alcançados pela formação de uma frente única nacionalista e democrática.

Cabe perguntar se havia outra possibilidade de leitura naquele momento histórico: havia o próprio texto de Gramsci, além de leituras que eram produzidas e divulgadas na Itália.

O processo de elaboração dessa interpretação liberal de Gramsci, que se esboça principalmente no ensaio *A Democracia como valor universal*, despertou polêmica na época em que foi publicado. A defesa de valores universais, da forma como se apresenta no ensaio, implica uma reformulação da noção de revolução. A idéia de “valor universal” tem raízes na teoria de Lukács. Para Gramsci, a realidade se transforma continuamente e o conceito, embora distinto do real que concebe, deve remeter-se continuamente à historicidade e ao movimento do real. Do modo como foi

---

<sup>465</sup> Discurso de Luiz Carlos Prestes, citado por Coutinho em: COUTINHO, C. N., A Democracia como valor universal. São Paulo : Ciências Humanas, 1980, Prefácio, p. 14.

desenvolvida, a idéia de democracia como valor universal abre caminho para a interpretação liberal de Gramsci.

Na verdade, o liberalismo cria uma armadilha na qual se pode cair com facilidade: suas categorias, como a própria lógica do capital, adjudicam uma universalidade que não podem realizar, mas que permitem criar uma expectativa pacificadora.<sup>466</sup> Sabe-se, porém, que nenhum valor pode ser tomado como universal numa sociedade cindida em classes sociais antagônicas. Isso cabe também à noção de democracia, que não pode ser tomada de forma abstrata, mas deve ser definida a partir de especificidades históricas. Coutinho hipostasia a noção de democracia e, ao tratá-la como um valor universal, abstraindo das contradições que permeiam o social, transforma-a em uma nova categoria metafísica. A idéia de democracia universal no âmbito do capitalismo é complexa e pode envolver as esquerdas levando-as para o campo do reformismo institucional.<sup>467</sup>

Nesse contexto, redefine-se a noção de revolução, que se apresenta como um processo de conquista da hegemonia por meio de uma atuação nos limites da política institucional, “mesmo deixando de lado as profundas transformações econômicas e sociais” necessárias, que se caracterizariam, na opinião de Coutinho, por uma “gradativa abolição da propriedade privada dos meios de produção e da diferenciação em classes”, que implicaria uma democracia socialista.<sup>468</sup>

---

<sup>466</sup> Podemos citar artigos e fragmentos em que Gramsci explicita esta questão. Um exemplo são os artigos *A tua herança* e *Três Princípios, três Ordens*, de 1917.

<sup>467</sup> COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. COUTINHO, C. N. A Democracia como Valor Universal, p. 25 (grifo nosso).

<sup>468</sup> Idem, *ibidem*.

Ora, essa argumentação, além de atribuir à noção de democracia um caráter abstrato, toma o Estado burguês (sociedade política) como uma instituição neutra, homogênea e, mais ainda, sugere que seja possível construir uma nova democracia a partir do seu interior, suprimindo gradativamente o domínio burguês. Defende-se a “mudança de função de alguns velhos institutos liberais” buscando referência em Marx, sem esclarecer que, antes, se subverteu a base de argumentação marxiana abolindo os antagonismos de classe.

Esta é uma forma de leitura que ignora, ainda, uma observação importante de Gramsci sobre a facilidade com que as classes dominantes procuram tirar proveito dos processos de mudança no interior das relações de poder.<sup>469</sup> As práticas liberalizantes servem para integrar as forças renovadoras ao próprio processo de reprodução do sistema econômico e político vigente.

Depois de abstrair os conceitos, deixando à parte as contradições que permeiam o real, bem como depois de tomar o Estado como instância neutra, delimita-se a luta das classes trabalhadoras no âmbito da democracia liberal. Reconhece-se como um dos elementos essenciais dessa democracia “a afirmação da soberania popular, de que todos são cidadãos e participam igualmente na formação da vontade política geral”. Admite-se que “nos primeiros regimes liberais, tal afirmação não tinha correspondência com a realidade” mas, a partir das conquistas da classe operária ao longo da história, tenta-se mostrar que esta realidade se transformou e, portanto, nas democracias modernas, existe a possibilidade de concretização dessa soberania nos limites

---

<sup>469</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 7, p. 1565-1567.

institucionais existentes.<sup>470</sup> E se completa o discurso atribuindo a Gramsci esta interpretação.

A descrição de uma nova estrutura democrática em que Coutinho entende acontecer uma “socialização objetiva da participação política”, é pressuposta por considerações sobre a economia capitalista: Coutinho acentua que, “na medida em que o capitalismo socializava a produção e intervinha nos setores de serviços”, criava condições para a organização coletiva, de grupos e classes sociais, num processo em que “a própria burguesia tem de criar organismos coletivos fora do Estado a fim de concorrer com as associações operárias e das demais classes”. Nessa situação, supera-se a oposição entre o indivíduo, com seus interesses puramente privados, e os “aparelhos estatais como únicos representantes de um pretenso interesse ‘público’”. Criou-se, dessa forma, conforme Coutinho, condições para “a passagem de uma democracia liberal clássica para uma democracia de massas”.<sup>471</sup>

A descrição dessa mudança estrutural se encaminha no sentido de mostrar que esta política é possível porque houve a ampliação do Estado. Porém, a noção de um poder estatal “ampliado” tem como pressuposto a dicotomia entre sociedade política (entendida como o Estado) e sociedade civil, de modo que “ampliado” sugere um acréscimo por justaposição. Embora não faça referência a Bobbio, a dicotomia entre sociedade política e sociedade civil, pressuposto para as leituras de Coutinho, foi

---

<sup>470</sup> COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. COUTINHO, C. N. A Democracia como Valor Universal, p. 26-27.

<sup>471</sup> Idem, p. 27.

inicialmente formulada por Bobbio num ensaio que gerou polêmicas na Itália, no momento de sua publicação.<sup>472</sup>

De fato, a leitura da estrutura social fundada na oposição dicotômica entre as duas instâncias que compõe o Estado e, em decorrência, na oposição simples entre coerção e consenso, obscurece a inovação teórica implícita no conceito gramsciano de Estado, que permitiria aprofundar os aspectos que assume a dominação política na modernidade. Em seu lugar, gera a crença na possibilidade de mudanças na sociedade civil contra o Estado e permite a proposição da “guerra de posições” ou a conquista de espaços nos limites institucionais, como se evidencia, mais tarde, na afirmação de que “Gramsci concebe a luta pela hegemonia e pela conquista de posições como algo que se processa apenas no seio da sociedade civil (dos ‘aparelhos privados de hegemonia’)”.<sup>473</sup> A conquista de espaços (“guerra de posição”) na sociedade civil se transforma em disputa do consenso como base da direção política. É necessário relembrar que o consenso pode ser um instrumento de absorção das classes dominadas ao projeto hegemônico da burguesia.

Preparando sua defesa de uma “democracia de massas”, a ser construída no bojo das relações sociais e políticas instituídas, Coutinho acentua que o “socialismo não consiste apenas na socialização dos meios de produção, o que se tornou possível pela prévia socialização do trabalho realizada sob o impulso da própria acumulação capitalista”, mas deve consistir também numa “progressiva socialização dos meios de

---

<sup>472</sup> BOBBIO, N., Saggi su Gramsci. Milano : Feltrinelli, 1990, p. 38-65 (Apresentado pela primeira vez no Convegno internazionale di studi gramsciani, Cagliari, Abril de 1967).

<sup>473</sup> COUTINHO, C. N., A Dualidade de Poderes. São Paulo : Brasiliense, p. 76.

governar”. Uma das referências de Coutinho para essa argumentação é o próprio Lenin em **O Estado e a Revolução**,<sup>474</sup> obviamente reinterpretado, porque Lenin, pelo que conhecemos de sua teoria e de sua prática, sequer cogitava de uma conquista *progressiva do aparato estatal*.

A “democracia de massas”, conceito retomado de Pietro Ingrao, é entendida como superestrutura de transição para a construção de uma sociedade socialista. Para descrever as características dessa democracia, Coutinho recorre a Rousseau, Marx e Gramsci, cujos conceitos são retomados e reinterpretados para esclarecer que tal regime “não anula, antes impõe, a busca constante da unidade política, do que Gramsci chamou de ‘vontade coletiva’”, a ser construída por meio “da obtenção hegemônica do consenso majoritário”. Tudo se encaminha no sentido de esboçar um processo gradual de mudanças, no âmbito da sociedade civil.<sup>475</sup>

Concretiza-se nessa leitura o que já se anunciava na Introdução à **Concepção Dialética da História**, na publicação de 1966, onde Gramsci é apresentado como um “filósofo da praxis”, um pensador relevante por seu humanismo e historicismo que, de certo modo, resultavam da influência do idealismo croceano.

Percebe-se que a intenção de se contrapor a uma leitura marxista, fortemente concentrada no economicismo, que predominava no PCB, a partir das orientações da Terceira Internacional, levou a mostrar Gramsci como um “filósofo das superestruturas” que contribuiu com uma interpretação cultural humanista.

---

<sup>474</sup> COUTINHO, C. N. A democracia como valor universal. COUTINHO, C. N. A Democracia como Valor Universal, p. 27. Além de Lenin, Coutinho se remete aos teóricos italianos do PCI que interpretam Gramsci, entre eles Umberto Cerroni, Luciano Gruppi e Pietro Ingrao.

<sup>475</sup> Idem, p. 31.



A separação entre político-ideológico e econômico, que percorre outros ensaios de Coutinho, demonstra que ele assume alguns postulados croceanos. Um exemplo está nas afirmações feitas em *Gramsci e nós* (1980): “Gramsci como que se abstrai da esfera econômica e concentra sua atenção no âmbito político-ideológico” (...) “o antieconomicismo gramsciano é responsável por certa subestimação da economia e de seu papel na vida social” (...) “é na esfera político-ideológica (que Gramsci considera a esfera da liberdade, em contraste com o determinismo que reina no mundo da economia)”.<sup>476</sup>

No mesmo ensaio, Coutinho retoma artigos do período “juvenil” para dizer que Gramsci tinha uma “inclinação excessivamente voluntarista e idealista” e um “antieconomicismo” que marcou inclusive “as reflexões maduras contidas nos **Cadernos do Cárcere**”, na “subestimação da economia e de seu papel na vida social”.<sup>477</sup> Coutinho não só se empenha em mostrar um descaso de Gramsci com a questão econômica, o que consideramos questionável, como afirma que esse acento idealista (“erro fecundo”) permitiu a Gramsci desenvolver a questão ideológica. Essa leitura, apresentada como a totalidade do pensamento gramsciano, permite mostrar Gramsci como um liberal.

Na trilha da redução do pensamento de Gramsci aos limites do idealismo encontramos o polêmico conceito de “catarse”, de uso recorrente em vários autores. Na obra de Gramsci (cerca de duas mil páginas) esse termo aparece em um fragmento,

---

<sup>476</sup> COUTINHO, C. N., Gramsci e nós. In: COUTINHO, C. N. A Democracia como Valor Universal, p. 43-44.

<sup>477</sup> Idem, p. 47. Já questionamos essa divisão do texto gramsciano a partir da periodização da vida do autor, que a divide em “juvenil” e “madura”.

com um significado preciso, que não deixa margem de dúvida quanto a uma interpretação dialética:

Pode-se empregar a expressão ‘catarsis’ para indicar a passagem do momento puramente econômico (ou egoísta-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa também a passagem do ‘objetivo ao subjetivo’, da ‘necessidade à liberdade’. A estrutura da força exterior que subjuga o homem, assimilando-o e o tornando passivo, transforma-se em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, em fonte de novas iniciativas. A função do momento ‘catártico’ torna-se assim, parece-me, o ponto de partida de toda filosofia da praxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético. (Recordar os dois pontos entre os quais oscila este processo: que nenhuma sociedade se coloca tarefas para cuja solução já não existam ou estejam em vias de aparecer as condições necessárias e suficientes – e que nenhuma sociedade perece antes de haver expressado todo o seu conteúdo potencial).<sup>478</sup>

Qualquer leitura idealista desse fragmento, só pode ser feita ignorando a referência ao Prefácio de **Para a Crítica da Economia Política**, de Marx, que Gramsci cita de memória para reiterar o sentido dialético da sua formulação. Trata-se do processo de formação de uma nova concepção de mundo no movimento histórico de organização política da classe operária, cuja expressão maior (momento catártico) é a consciência revolucionária. Recoloca-se aqui a problemática do sentido concreto da vontade ou das “forças subjetivas”, pensadas no processo de constituição das relações políticas e da construção de uma nova ordem social. A possibilidade de concretizar a liberdade se funda na ruptura com uma visão dualista da realidade, que contrapõe estrutura e superestrutura ou materialismo e idealismo como posturas opostas e irreconciliáveis. Os pressupostos gramscianos são dados por uma concepção historicista da realidade.

---

<sup>478</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 10 (XXXIII), par. 6, p. 1244.

Uma interpretação idealista do conceito “catarse”, além de ignorar a citação de Marx, presente no texto de Gramsci, bem como partir do pressuposto que estrutura e superestrutura são opostos dicotômicos e não instâncias que se produzem e interagem dialeticamente, ignora também a crítica gramsciana à teoria de Croce. Gramsci acentua que a leitura croceana da história da Itália se constituiu em “reduzir a dialética a um processo de evolução reformista ‘revolução-restauração’, na qual apenas o segundo termo é válido”,<sup>479</sup> ou seja, Croce reduziu a dialética à lógica tradicional e transformou a história num processo definido por desígnios pré-determinados, prescindindo dos momentos de luta, que permitem perceber como a estrutura se modifica, como um sistema de relações sociais se desagrega dando lugar a uma nova ordem social. Na senda da leitura croceana, também a história tornou-se uma história formal, isto é, uma história de conceitos que não consegue explicitar o devir e, conseqüentemente, se apresentam como incompreensão do materialismo histórico.

Buscar no texto gramsciano a influência de Croce valorizando determinados fragmentos, possibilitou a alguns intérpretes de Gramsci como, por exemplo, Norberto Bobbio, defender um conteúdo liberal da teoria gramsciana, que se expressaria numa inspiração idealista, na dicotomia entre estrutura e superestrutura e na subestimação das questões de economia. Outras leituras procuram demonstrar que Gramsci superou o idealismo croceano e que a questão econômica permeia o seu texto, sendo tratada tanto diretamente quanto no bojo da reflexão sobre a estrutura do Estado.

---

<sup>479</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 10 (XXXIII), p. 1327-1328.

São possibilidades de interpretação. Reduzir a totalidade do pensamento de Gramsci a uma leitura, por motivos político-ideológicos, se concretiza como um uso da teoria.

Togliatti é nomeado, em vários momentos, por Coutinho e, da leitura que Togliatti apresentou de Gramsci, Coutinho retomou e desenvolveu o que poderia se tornar uma ponte para a revisão do stalinismo vigente no PCB e que possibilitaria reorientar os caminhos políticos sem desmantelar o partido. Uma dessas noções é a de revolução socialista que ele denomina transição “processual” ao socialismo.<sup>480</sup> A interpretação togliattiana do pensamento de Gramsci possibilitou fazer a ponte entre o stalinismo e o liberalismo, buscando o que havia de comum entre estas duas posições políticas.

O que Coutinho realizou ao longo de seu trabalho foi, inicialmente, apresentar a leitura togliattiana como se fosse o próprio pensamento de Gramsci e, mais tarde, atribuir a Gramsci a sua própria interpretação liberal.<sup>481</sup> É isso que caracterizamos como “uso” da teoria gramsciana. Essa é uma das várias formas de adaptação que sofreu o pensamento de Gramsci, como outras que aconteceram ao longo da história do marxismo, entre elas a revisão da história da revolução de 1917 realizada por Stalin e o ocultamento da carta de Gramsci, de 1926, efetuado por Togliatti.

---

<sup>480</sup> A essa visão “processual” de transição ao socialismo, que ele defende, Coutinho contrapõe a posição de Althusser, que ele denomina visão “explosiva” da revolução. In: COUTINHO, C. N., A Dualidade de poderes, p. 63, nota n. 8.

<sup>481</sup> Vejamos um exemplo: “A ‘sociedade regulada’ – o comunismo – é concebida por ele (Gramsci) como uma ordem consensual, autogovernada, na qual os conflitos podem encontrar uma solução negociada, não coercitiva”. COUTINHO, C. N., Democracia e Socialismo. In: VV. AA. PT: um projeto para o Brasil, p. 20.

São opções políticas que podem ser “explicadas” no contexto da conjuntura histórica, mas não eximem, a longo prazo, o intelectual, porque sua função reflexiva lhe dá condições de realizar a crítica.

## 2. CARLOS NELSON COUTINHO E A RECEPÇÃO DAS IDÉIAS DE GRAMSCI:

Em 1985, Coutinho começou a fazer o inventário da recepção do pensamento de Gramsci no Brasil, com uma comunicação sobre o assunto, apresentada em Seminário realizado na Itália (Ferrara, 1985)<sup>482</sup>. Nova leitura foi apresentada nos artigos que resultam da comunicação de Coutinho no evento de Fórmia,<sup>483</sup> em 1989. Nos dois casos, trata-se de uma versão da história que, de certa forma, atua como uma justificação de um trabalho pessoal.

Por meio desses ensaios, esboçam-se algumas das condições objetivas que caracterizaram a conjuntura histórica em que se inseriu o pensamento de Gramsci na década de 60.

Coutinho aponta como dificuldades para a recepção do pensamento de Gramsci no Brasil não só as medidas de exceção da ditadura militar, mas também a “própria cultura

---

<sup>482</sup> COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A (Orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

<sup>483</sup> COUTINHO, C. N. *A recepção de Gramsci no Brasil*. In: COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 199. A partir de agora citaremos a página correspondente ao ensaio publicado com o título *In Brasile*, que é uma reprodução deste.

então dominante nos ambientes culturais brasileiros de esquerda”, influenciada por modelos interpretativos e pela tradição da Terceira Internacional que predominava no PCB, situação que levava a entender o Brasil como um país com uma “formação social atrasada, semicolonial e semifeudal, que teria necessidade, para superar suas contradições e encontrar o caminho do progresso social, de uma revolução ‘democrático-burguesa’ ou de ‘libertação nacional’”. Essa era, ainda na leitura de Coutinho, a posição do PCB desde os anos 30.<sup>484</sup>

Coutinho acentua ainda que existiam algumas conincidências na interpretação da realidade brasileira entre o PCB (e sua leitura marxista-leninista que orientava para práticas gradualistas) e os grupos que “a partir de 1964, afastaram-se da política do PCB, escolhendo o caminho da luta armada sob a influência ideológica e política do maoísmo e/ou do ‘foquismo’”. O que “ligava o ‘gradualismo’ do PCB ao ‘militarismo’ dos grupos de ultra-esquerda” era a interpretação da realidade brasileira e a “convicção de que o Brasil, enquanto país atrasado, deveria adotar os modelos revolucionários do bolchevismo, do maoísmo ou do castrismo”. Eram poucos os intelectuais que percebiam que o país se encontrava em uma nova fase de desenvolvimento capitalista e “até mesmo de capitalismo monopolista avançado”.<sup>485</sup>

Por outro lado, ainda na análise de Coutinho, ocorria “uma estranha (mas não paradoxal) convergência entre as posições mais reacionárias da ditadura e a orientação terceiro-internacionalista do marxismo brasileiro”, o que dificultou a recepção

---

<sup>484</sup> COUTINHO, C. N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A (Orgs.) Gramsci e a América Latina, p. 104.

<sup>485</sup> Idem, p. 104-105.

do pensamento de Gramsci no momento de sua primeira publicação. Foi com o declínio da ditadura e a crise da velha esquerda que a influência de Gramsci, a partir da metade dos anos 70 se fez sentir, em “análises políticas e historiográficas” de “autores comunistas, social-democratas, cristão-progressistas e até mesmo liberais”.<sup>486</sup>

Tem-se, ao longo dos ensaios de Carlos Nelson Coutinho, uma interpretação da revolução burguesa no Brasil em que existem elementos novos, que possibilitariam uma crítica ao ideário que prevalecia no PCB e, ao mesmo tempo, elementos que aproximam e adaptam as categorias de Gramsci.

A inserção das idéias de Gramsci no Brasil é dividida por Coutinho em dois momentos: um primeiro ciclo, que vai da primeira publicação de parte da obra de Gramsci (1966) até meados dos anos 70 e um segundo ciclo, que inicia com a segunda edição da tradução brasileira, de 1978. Nos dois ensaios Coutinho faz um esboço histórico da situação política pós-68 e do ambiente cultural vivido pelas esquerdas brasileiras para justificar a pequena influência ou o quase desinteresse pelas primeiras edições do texto de Gramsci: o movimento de esquerda aparece polarizado entre, por um lado, o PCB, com sua “tradição terceiro-internacionalista”, em que predominava uma concepção do marxismo “fortemente economicista” e, por outro, grupos que Coutinho denomina de “ultra-esquerda”, entre os quais inclui os que se dedicavam ao estudo da teoria de Althusser. Coutinho acentua que, embora opostos, esses lados coincidiam na análise da realidade brasileira, entendendo-a como uma realidade constituída de uma formação social “‘atrasada’, semicolonial e semifeudal”, que deveria, por suposto,

---

<sup>486</sup> Idem, p. 105.

passar necessariamente por uma revolução ‘democrático-burguesa’,<sup>487</sup> antes de se lançar à construção de um projeto socialista.

Essa composição dificultou, no entender de Coutinho, a recepção da obra de Gramsci no Brasil. O texto de Gramsci começou a ser lido e amplamente discutido a partir da metade dos anos 70, ou seja, “simultaneamente ao início (ainda tímido) do processo de abertura política e à crise cada vez mais explícita das organizações marxistas tradicionais”.<sup>488</sup>

Se no primeiro texto se admite a existência de “grupos que, a partir de 1964, afastaram-se da política do PCB, escolhendo o caminho da luta armada”,<sup>489</sup> no segundo ensaio tudo se apresenta como se o PCB centralizasse as forças de esquerda e determinasse ou estivesse à frente de um processo de divulgação da cultura marxista:

Embora a direção do PCB não tenha promovido a renovação, o fato é que não obstaculizou o seu encaminhamento por parte de alguns jovens intelectuais ligados então ao Partido: a direção parecia ter compreendido que a renovação do marxismo era um pressuposto necessário para que o PCB continuasse a exercer influência sobre uma esquerda que se expandia, sobretudo entre os intelectuais e os estudantes universitários, num contexto onde já se faziam presentes, como alternativa ao PCB, as primeiras expressões do cristianismo de esquerda.<sup>490</sup>

Como se percebe, a “alternativa ao PCB” não eram mais os grupos de esquerda que propunham outras vias de luta política, mas o “cristianismo de esquerda”. Essa já é

---

<sup>487</sup> COUTINHO, C. N. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. In: COUTINHO, C. N. E NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Gramsci e a América Latina*, p. 104.

<sup>488</sup> Idem, p. 104-105. O mesmo, com algumas pequenas variações, encontramos nos textos: *Gramsci e nós*. In: COUTINHO, C. N. *A democracia como valor universal*, p. 45-46.

<sup>489</sup> COUTINHO, C. N. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. In: COUTINHO, C. N. E NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) *Gramsci e a América Latina*, p. 104.

<sup>490</sup> COUTINHO, C. N. *A recepção de Gramsci no Brasil*, In: COUTINHO, C. N. *Cultura e sociedade no Brasil* (Ensaio sobre idéias e formas), p. 200; *In Brasile*, p. 125.



uma leitura feita a uma certa distância histórica, que permitiria fazer correções, mas não alterar o contexto histórico que constituiu a realidade pré e pós 64 (no primeiro texto caracterizada na oposição entre o PCB e a “ultra-esquerda”).

Outra questão implícita nas afirmações de Coutinho é a intenção do Partido Comunista em manter a tutela da atividade intelectual, bem como a direção política, apesar da crise interna gerada pelas revelações do Relatório Krushev de 1956 sobre os horrores do stalinismo. O PCB não promoveu a renovação, diz Coutinho, mas também não obstaculizou o seu encaminhamento por parte de “alguns jovens intelectuais ligados então ao Partido”. A direção do Partido havia compreendido a importância da renovação como pressuposto para que o “PCB continuasse a exercer influência” sobre a esquerda.<sup>491</sup> Portanto, uma renovação consentida.

Este esclarecimento coincide com a argumentação de Leandro Konder sobre a necessidade de um debate livre para a polêmica e para o exercício do pensamento,<sup>492</sup> bem como corrobora nosso argumento de que o PCB procurava exercer um controle sobre o trabalho intelectual de esquerda. Em artigo da mesma época, Konder reverencia a atitude de intelectuais e artistas, para quem “a rebeldia aparece aureolada pela dignidade da recusa à integração em manadas, pela dignidade da repulsa à militarização da vida em termos de formigueiro”.<sup>493</sup> Trata-se de uma crítica à situação

---

<sup>491</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>492</sup> “Mesmo nas mais duras condições de trabalho intelectual, o pensador italiano sabia que um certo respeito básico ao direito do interlocutor expor os seus pontos de vista é uma condição para que o participante de um debate não venha perder o respeito de si mesmo”. Konder se apoia em Gramsci; a leitura que fazemos segue argumento de Pécaut. KONDER, L., Gramsci. In: Os Marxistas e a Arte, p. 112.

<sup>493</sup> KONDER, L., A rebeldia, os intelectuais e a juventude. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro, n. 15, 1967, p. 136.

política vigente no país, mas pode ser estendida à própria estrutura do PCB, à sua hierarquia e estagnação.

As primeiras menções a Gramsci surgiram, no dizer de Coutinho, “em publicações culturais ligadas ou influenciadas pelo PCB” de modo que, as características desse “primeiro ciclo da presença de Gramsci no Brasil”<sup>494</sup> se colocam a partir da influência do PCB sobre a produção cultural. Sabe-se que haviam outras leituras, mas a influência do partido, que procurava manter a tutela sobre seus meios de comunicação (produção editorial) deram uma direção às primeiras interpretações.

Na versão italiana desse mesmo ensaio, Coutinho modifica a nota em que cita os seus artigos e os de Leandro Konder e acrescenta: “Também Michael Löwy se refere a Gramsci em um artigo publicado em 1962 na *Revista Brasiliense* (São Paulo). Embora Löwy não fosse vinculado ao PCB, a revista era dirigida por intelectuais ligados ao partido, como Caio Prado Jr.”. A nota segue fazendo uma observação que parece inocente e até ingênua: “é interessante observar que, diversamente de Coutinho e Konder, Löwy não se refere ao Gramsci filósofo mas, ao contrário, ao teórico dos conselhos operários”. Acrescenta que se trata, porém, de uma linha de pesquisa que só teve seguimento a partir de 1984, “quando o tema do jovem Gramsci reaparece em tese de doutorado redigida por Edmundo Fernandes Dias e apresentada na Universidade de São Paulo”.<sup>495</sup>

---

<sup>494</sup> COUTINHO, C. N., *A recepção de Gramsci no Brasil*, In: COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 200; *In Brasile*. In: HOBBSBAWM, E., Gramsci in Europa e in America, p. 125

<sup>495</sup> COUTINHO, C. N. *In Brasile*. In: HOBBSBAWM, E., Gramsci in Europa e in America, p. 125.

Como evidenciamos, esse encaminhamento se liga ao papel dos meios editoriais e da influência do PCB, acrescido de seu esforço em tutelar a atividade intelectual no período: trata-se de duas vertentes de leitura, uma que evidencia o pensamento do militante político do movimento dos Conselhos, outra que se concentra na análise da edição temática dos Cadernos e salienta a filosofia e o humanismo gramsciano. O quase desconhecimento dos escritos gramscianos do período de atividade política, aliado ao modo como se difundiu o pensamento elaborado no cárcere, fizeram com que prevalecesse a segunda das vertentes de leitura.

Cabe notar que a atitude controladora e censora do Partido Comunista ocorria, conforme o próprio Coutinho, já antes do golpe militar de 1964, ou seja, era principalmente a direção stalinista que impunha uma “tácita ‘divisão do trabalho’” intelectual no interior do partido e restringia a si “a tarefa de dar a última palavra nas questões especificamente políticas”.<sup>496</sup> Tem-se, na exposição de Coutinho, uma referência explícita à disciplina partidária que, acontecendo no interior do PCB na forma de “divisão do trabalho”, poderia perfeitamente se estender ao controle da produção cultural, veiculada em publicações vinculadas ou influenciadas pelo Partido.

O próprio Coutinho reconhece como “emblemática a escolha da ordem de publicação dos volumes programados” da edição brasileira da obra de Gramsci, acentuando que, “não se previu, para nenhum momento, a publicação de seus escritos pré-carcerários”. Esse desinteresse pela obra pré-carcerária entendemos dever-se ao caráter dos escritos, marcados pela experiência revolucionária.

---

<sup>496</sup> Idem, p. 201; *In Brasile*, p. 126.

A questão central é que houve uma orientação determinada de introdução do pensamento gramsciano, que não pretendia privilegiar os escritos políticos. Essa orientação é reconhecida por Coutinho, que acentua que a publicação se constituiu em uma “operação” que tinha “uma finalidade clara: apresentar ao leitor brasileiro um Gramsci sobretudo filósofo e crítico literário, no qual a dimensão estritamente política tinha um peso secundário”, conforme a “linha de interpretação ‘oficial’ do PCI”.<sup>497</sup>

Portanto, a redução de Gramsci a um “filósofo da praxis”, centralizada na dicotomia entre cultura e política, foi intencional, orientada por um posicionamento político-ideológico. Foi tal redução que produziu a pequena repercussão da obra de Gramsci nesse primeiro período e não o clima político e o “vazio cultural” gerados pelo AI-5 (1968), como afirma Coutinho. A predominância do “marxismo-leninismo” nos ambientes culturais brasileiros de esquerda teve o seu papel, porém, a postura inicial, que deu conformação a uma posterior leitura liberal, só fez restringir o alcance crítico e anti-dogmático da obra gramsciana.

A dicotomia entre cultura e política, acentuada nas notas introdutórias à **Concepção Dialética da História**, não é fruto das circunstâncias históricas, mas de um posicionamento de Coutinho ante o texto de Gramsci.

Pode-se argumentar que tanto a situação histórica brasileira quanto os limites da interpretação do PCI togliattiano não permitiam a Coutinho fazer uma outra apresentação do texto no momento da publicação da edição brasileira. A leitura da obra de Gramsci que o próprio Coutinho traduziu o permitiria, mas o momento político com a

---

<sup>497</sup> COUTINHO, C. N., *A recepção de Gramsci no Brasil*, In: COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 202; *In Brasile*, p. 127.

decretação do AI-5 e a repressão às esquerdas (além das restrições internas ao partido) não propiciavam recolocar as idéias no lugar. Isso, porém, poderia ser realizado num momento posterior: o ensaio em que Coutinho assume explicitamente o vínculo de sua interpretação com a leitura “oficial” do PCI togliattiano é de 1989 e já poderia, portanto, ter absorvido elementos da crítica à instrumentalização das idéias de Gramsci efetuada por Togliatti. O que Coutinho fez, ao invés disso, foi acentuar que, no momento da publicação, não havia a intenção de utilizar a obra de Gramsci para “reavaliar radicalmente a questão da democracia e do socialismo no Brasil”, bem como mostrar que reproduziu na introdução da edição brasileira o conteúdo da apresentação de Gramsci feita na introdução da edição italiana, isto é, transferiu implicitamente a Togliatti a responsabilidade da interpretação.<sup>498</sup>

A falta de interesse e da escassa repercussão da obra de Gramsci no momento de sua publicação no Brasil se deve a essas circunstâncias.

Implicitamente Coutinho reconhece que o problema da escassa repercussão do pensamento de Gramsci entre o público brasileiro se liga ao vínculo estabelecido entre o autor italiano e o PCB:

Nosso autor chegava ao Brasil num momento em que amplos setores da intelectualidade de esquerda, radicalizando sua oposição a uma ditadura que também se radicalizava, *não mais reconheciam nas formulações políticas do PCB* (e da cultura marxista que permanecia sob sua influência) uma resposta adequada aos desafios da nova situação.<sup>499</sup>

---

<sup>498</sup> COUTINHO, C. N., *A recepção de Gramsci no Brasil*, In: COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas,) p. 202-203; *In Brasile*, p. 127.

<sup>499</sup> Idem, p. 203; *In Brasile*, p. 128; grifo nosso.

Coutinho superestima o papel do PCB no contexto da política de esquerda: o partido e sua orientação política continuam sendo o referencial para a consideração da ação dos outros setores de esquerda que, aqui, têm sua importância reduzida e sua atividade minimizada. Na verdade, o confronto desses outros setores (bem diversos entre si) com a ditadura militar foi muito violento. Tratou-se de um banho de sangue que, no texto de Coutinho, aparece como uma simples oposição de outros setores de esquerda à postura política do PCB.

Outra questão complexa foi a vinculação de Gramsci a Lukács: “O racionalismo histórico-dialético de Gramsci e de Lukács (cuja diferença nem sempre eram devidamente apontadas) passou a ser visto como expressão de uma tendência conservadora e anacrônica”.<sup>500</sup>

Sem querer entrar na polêmica que gera uma noção tão ambígua e carregada de significados históricos como “racionalismo histórico-dialético”, a relação entre Gramsci e Lukács é complicadíssima se levarmos em conta as circunstâncias em que seus pensamentos foram produzidos e as mudanças de posicionamento político de Lukács que, em determinado momento de sua vida, aproximou-se do stalinismo.

Após uma rápida descrição das forças e tendências diversas que formavam a esquerda brasileira no início dos anos 70, Coutinho salienta que o “ambiente cultural

---

<sup>500</sup> COUTINHO, C. N., *A recepção de Gramsci no Brasil*, In: COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 204; *In Brasile*, p. 129. A versão italiana exclui a relação de Gramsci com Lukács e acrescenta que “as propostas nacionais-populares no plano cultural e literário eram identificadas com uma atitude estritamente nacionalista e populista”.

permaneceu hostil a uma justa recepção de Gramsci”.<sup>501</sup> Subentende-se: hostil à interpretação que os intelectuais ligados ao PCB divulgavam de Gramsci.

A idéia de “justa recepção” é polêmica: o que seria, no entender de Coutinho, uma recepção “justa”? A interpretação togliattiana, de acordo com a orientação “oficial” do PCI? Ou a redução das categorias de Gramsci à matriz teórica leninista, mais apta a conviver com o stalinismo predominante no PCB? Quem sabe a leitura liberal, a partir dos postulados croceanos? O conceito “justo”, além de apresentar um sentido moral, demonstra uma atitude dogmática que exclui todas as outras possibilidades de leitura.

A esta noção polêmica, Coutinho acrescenta a de “visão global”, capaz de “resgatar plenamente a dimensão universal da obra” de Gramsci. Este seria o mérito de seu próprio trabalho, isto é, Coutinho reduz a totalidade da obra de Gramsci à sua própria leitura.

Também essa é uma questão profundamente polêmica, primeiro, porque não se pode construir uma “visão global” de um autor com base em uma edição parcial como a edição temática dos textos de Gramsci. A obra completa não foi divulgada no Brasil e nem sequer a edição temática foi integralmente traduzida. Segundo, porque não existe uma “forma global” de qualquer pensamento, menos ainda do pensamento gramsciano, um escrito dialético, fragmentado e permeado por polêmicas bem definidas. Essa questão foi abordada por Portantiero, para mostrar as limitações tanto teóricas quanto históricas para um conhecimento integral do pensamento gramsciano. Seu texto se

---

<sup>501</sup> Idem, *ibidem*.

presta, mais que qualquer outro, a “ser submetido a usos diversos segundo as necessidades de cada momento”.<sup>502</sup>

Ao mesmo tempo em que defende uma “visão global” do pensamento de Gramsci, Coutinho aplica conceitos gramscianos para explicar a nova eficácia das táticas do PCB, em meados dos anos 70:

Embora houvesse condenado a luta armada e proposto uma tática gradualista, que começava de resto a se revelar eficaz, o PCB não conseguiu ser o beneficiário da crise da ultra-esquerda: como vimos, sua justa tática – que correspondia na prática à gramsciana ‘guerra de posições’ – era legitimada com argumentos inspirados em paradigmas ‘terceiro- internacionalistas’.<sup>503</sup>

É necessário esclarecer que, com as constantes crises internas e cisões ocorridas nesse período, o PCB não possuía a força e a influência que Coutinho pressupõe. Depois, não existe “tática justa” em si, mas para alguém, segundo os interesses políticos de um grupo ou partido. Não se pode dizer também que a tática do PCB era “justa” porque se tornou eficaz no contexto de uma abertura lenta e gradual, enquanto a da “ultra-esquerda” não o era porque resultou em fracasso. Mais complicado ainda é identificar a tática gradualista do PCB com a categoria gramsciana de “guerra de posições”. Esta argumentação, porém, tem o objetivo de apresentar uma leitura do pensamento de Gramsci, que visa satisfazer interesses políticos imediatos, como se fosse a “visão global” do pensamento gramsciano. Coutinho afirma ainda que havia uma “duplicidade” entre “justa tática” gradualista do PCB e os “paradigmas” da Terceira

---

<sup>502</sup> PORTANTIERO, J. C., Los usos de Gramsci. p. 69.

<sup>503</sup> COUTINHO, C. N., *A recepção de Gramsci no Brasil*, In: COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 207; *In Brasile*, p. 131.



Internacional, vale dizer, do stalinismo. Esse impasse foi superado com o surgimento do eurocomunismo e suas repercussões em nosso país.<sup>504</sup> Ora, o impasse ou duplicidade que Coutinho evidencia não existiu, de modo que, o que aconteceu, na prática, foi reduzir uma das categorias gramscianas mais polêmicas ao modelo dogmático vigente no partido. Não conseguimos identificar, nesse contexto, “o ponto de ruptura definitiva” dos intelectuais gramscianos vinculados ao PCB e o ideário político do partido, como acentua Coutinho.

A crise interna do partido, que dificultava a sua “influência na cultura política da época” para tornar-se “beneficiário da crise da ‘ultra-esquerda’”, exigiram rever a análise da realidade brasileira, reconhecer a sua “ocidentalidade” e reavaliar a “questão democrática” no Brasil, visando adotar “uma nova atitude em face do vínculo entre democracia e socialismo”.<sup>505</sup> Esse quadro é esboçado para justificar a retomada do pensamento de Gramsci, ainda na leitura de Togliatti, acrescida da interpretação de Berlinguer.

A instrumentalização da teoria gramsciana se apresenta tanto na sua aplicação à análise da realidade brasileira, quanto na sua adaptação ao marxismo-leninismo vigente no partido para responder a objetivos políticos circunstanciais: “fazer do PCB o principal representante dessa nova teoria do socialismo” e “transformá-lo em pólo de atração da nova esquerda”.<sup>506</sup>

---

<sup>504</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>505</sup> Idem, p. 207; *In Brasile*, p. 131-132; a instrumentalização da política se evidencia na tentativa de procurar beneficiar-se politicamente do fracasso de um movimento que se constituiu em verdadeira oposição ao regime militar e que foi violentamente reprimido.

<sup>506</sup> COUTINHO, C. N., *A recepção de Gramsci no Brasil*, In: COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 208; *In Brasile*, p. 133.

O que se pode constatar, nesse processo, é que as condições político-institucionais e as limitações internas do PCB atuaram no sentido de delimitar o espaço de inserção das idéias de Gramsci, mas o que determinou que “a herança gramsciana fosse então apresentada como conciliável com uma visão ‘marxista-leninista’ tradicional da realidade brasileira e da luta pelo socialismo”<sup>507</sup> foi a forma como as idéias de Gramsci foram apresentadas e interpretadas. Os condicionamentos históricos não liberam o intelectual de uma opção político-ideológica que, embora delimitada pelas condições sociais objetivas, é sempre fruto de uma escolha.

Se houve desconfiança em relação ao texto de Gramsci na década de 60 e início dos anos 70, esta se deveu precisamente ao modo de sua apresentação, à “conciliação” com o stalinismo, acompanhada de uma interpretação parcial, pouco esclarecedora da sua teoria porque lida a partir de um interesse político específico, comprometido com uma tática partidária.

---

<sup>507</sup> COUTINHO, C. N., *A recepção de Gramsci no Brasil*, In: COUTINHO, C. N. Cultura e sociedade no Brasil (Ensaaios sobre idéias e formas), p. 205; *In Brasile*, p. 129.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tratamento instrumental que o pensamento Gramsci tem recebido ao longo de nossa história é o tratamento que recebe qualquer autor cuja obra é dada a conhecer aos pedaços. Seu texto fragmentário, resultado provavelmente de um projeto inacabado, se tornou propício a usos diversos por meio da extração de fragmentos escolhidos para apoiar esse ou aquele interesse político. Isso não se constitui em novidade e muitos teóricos, principalmente os que escreveram de forma aforística ou fragmentária, foram objeto de interpretações que acabaram por difundir conceitos que deslocam a teoria para problemáticas estranhas ou até opostas às que motivaram a reflexão.

O propósito de analisar a recepção e divulgação do pensamento de Gramsci no Brasil sob a perspectiva e os limites da política do PCB na década de 60, bem como o uso de suas categorias a partir da tradução da edição temática teve como referencial básico o conceito de revolução, tomado como ponto de unidade da teoria gramsciana, porque é um conceito que permeou todo o trabalho teórico e a prática política de Gramsci. Este conceito também permitiu questionar a influência do pensamento de Lenin e do marxismo-leninismo na interpretação que prevaleceu a partir da tradução brasileira e dos limites políticos colocados no âmbito do PCB.

Desse modo, procuramos evidenciar os pontos essenciais da teoria de Lenin e da revisão efetuada a partir da política do marxismo-leninismo para, em seguida, contrapor

a teoria de Gramsci, tanto em suas diferenças com a teoria de Lenin quanto em sua crítica ao stalinismo. Evidentemente, trata-se de uma leitura que, embora tenha um extenso referencial teórico, é uma das possibilidades de interpretação de um texto que, por ser construído a partir de polêmicas com outros discursos, se constitui como um pensamento aberto.

Entretanto, também não se constitui como uma leitura aleatória, no sentido que procura abranger a totalidade dos escritos gramscianos e o processo de construção do conceito de revolução ao longo da obra gramsciana, evidenciando momentos de ruptura ou de retomada do sentido do conceito, a partir da análise que Gramsci realiza das circunstâncias históricas.

A maior contribuição de Gramsci, em nosso entender, está em explicitar as novas perspectivas de dominação política geradas a partir da complexidade da estrutura estatal e da relação dinâmica entre econômico, político e ideológico. Uma dominação política que se efetiva como direção cultural, num processo ao longo do qual os valores de uma classe social são assimilados pelas outras classes. No bojo das relações de hegemonia, assumem particular significação as manifestações e especificidades culturais da classe que luta por uma nova ordem social e política.

Na base da argumentação gramsciana, tem-se a vinculação da vontade consciente, cuja expressão é a organização da vontade coletiva na forma da intervenção política, com as condições estruturais de formação da economia capitalista. A reflexão gramsciana é construída como uma explicitação das relações dialéticas entre “condições objetivas” e “forças subjetivas” em determinadas circunstâncias históricas. A interrelação entre o econômico, o político e o cultural permite a Gramsci redefinir a

noção de revolução de Lenin, conforme já anunciavam seus escritos de 1924-1926, bem como contrapor-se à teoria das etapas do marxismo-leninismo.<sup>508</sup>

Esse pressuposto se desdobra no esforço em demonstrar, a partir da análise da história italiana, que as classes sociais em luta precisam estar conscientes não apenas de sua tarefa histórica mas também do papel que o adversário desempenha e defende.

Assim, ao desvelar os mecanismos por meio dos quais as classes dominantes procuram instaurar um processo de mudanças no interior das relações de poder sem grandes traumatismos sociais, Gramsci não o faz para que as classes trabalhadoras se insiram ou se adaptem ao projeto burguês, mas sim para que o questionem e criem seus próprios instrumentos de luta. É preciso conhecer para subtrair-se do discurso e das práticas hegemônicas e dar respostas concretas e revolucionárias. Gramsci não propõe aos trabalhadores uma estratégia de busca do consenso no sentido de alianças com a burguesia, mas mostra como o consenso é um instrumento das classes dominantes para manter a dominação, ou seja, procura desmistificar a política do consenso.

Dai a importância dos intelectuais na teoria gramsciana, porque desempenham um papel fundamental na crítica e, conseqüentemente, na elaboração de um modo de pensar autônomo para as classes que aspiram o poder: por meio da teorização de suas práticas (que, ante o saber instituído, se constituem em não-saber) e lutas, bem como

---

<sup>508</sup> Essa abordagem gerou interpretações controversas e problemáticas; entre elas, podemos citar Louis Althusser, Perry Anderson e Norberto Bobbio, cujas interpretações de Gramsci, em que pese as profundas diferenças teóricas, coincidem na dicotomia entre econômico e ideológico, na oposição entre estrutura e superestrutura. Dessa dicotomia decorrem interpretações diferenciadas da noção de Estado, principalmente porque implicam leituras diferenciadas de Marx.

da apropriação da herança cultural (ou saber dos dominantes), reelaborada de acordo com o seu projeto político e revolucionário.

Este é o sentido da relação entre política e cultura: a sociedade deve ser entendida como um conjunto em que as relações de poder e as contradições se engendram formando uma estrutura em que a economia, a política e a ideologia são instâncias que se entrelaçam e interagem dialeticamente. A concepção de Estado como um complexo político e ideológico que tem a finalidade de “adequar a ‘civilização’ e a moralidade das mais amplas massas populares às necessidades do desenvolvimento continuado do aparelho econômico de produção”,<sup>509</sup> permite não só uma crítica radical ao pensamento liberal, mas também se contrapõe frontalmente à teoria das etapas. O Estado tem uma tarefa educativa, que desempenha a partir da interrelação das funções coercitivas e das funções formadoras do consenso.

Essa leitura, por sua vez, supõe que a natureza do Estado seja entendida a partir da interrelação entre sociedade política e sociedade civil: assim como a sociedade política não se identifica com o governo e com os instrumentos de coerção, também a sociedade civil não se restringe à simples esfera do livre mercado de bens materiais, mas ambas desempenham um papel fundamental na produção e aplicação de valores para a consolidação do poder. A vida estatal se concretiza como uma rede ampla de relações de poder e as classes dirigentes desenvolvem, por meio desses mecanismos, uma atividade teórica e prática no sentido de manter a coesão social em torno de seus interesses.

---

<sup>509</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 7, p.1566.

Nos **Cadernos do Cárcere** Gramsci alerta contra o erro teórico que, na relação entre sociedade política e sociedade civil, transforma uma distinção metódica em oposição real, esquecendo que, na verdade, ambas se integram e formam o Estado. Trata-se de desvelar a dinâmica das formações sociais que, na estrutura do Estado, se apresentam como “todo o complexo de atividades práticas e teóricas com que a classe dirigente justifica e não só mantém o seu domínio mas consegue obter o consenso ativo dos governados”.<sup>510</sup> A separação entre a sociedade política como instância do público e a sociedade civil como o lugar dos interesses privados e do livre mercado, posta pelo liberalismo, é um mecanismo que possibilita ocultar a dominação burguesa para melhor exercê-la. Colocada a separação, é possível normatizar a desigualdade real por meio da regulamentação e aplicação do direito, entendendo-a como mera desigualdade formal.

Nesse contexto, uma ação política que pretenda uma nova ordem social deve questionar os limites da estrutura política burguesa. Torna-se difícil conceber ou construir um projeto socialista no interior da sociedade civil contra a sociedade política porque o Estado deve ser questionado no conjunto em que se integram sociedade política e sociedade civil. Gramsci procurou mostrar que o discurso e as práticas liberais cindem a sociedade política da sociedade civil (com base na cisão entre o econômico e o político), para melhor exercer sua dominação. Cabe às classes dominadas desconstruir esse discurso e não incorporá-lo. Propor a luta pela hegemonia como um processo gradual, por etapas, que se caracterizaria primeiro em conquistar a direção

---

<sup>510</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 15 (II), par. 10, p. 1765.

cultural e depois o poder político, consiste em ignorar a dialeticidade do pensamento gramsciano, tornando-o apto a ser utilizado como um instrumental funcional. Para as classes dominadas, as conquistas graduais de espaço (ou posições) são ilusórias porque também se inserem na estratégia dominante de absorção ou incorporação das classes subalternas ao projeto político vigente.

É no conjunto da estrutura estatal (sociedade política/sociedade civil) que se concretiza a hegemonia da burguesia. O que fica em aberto no texto de Gramsci, porque depende das especificidades históricas, é a forma de articular a luta política no sentido de romper internamente a estrutura do Estado. Existem indicativos no modo como Gramsci articula a luta política com a formação de um novo modo de pensar e agir, desconstruindo o discurso dominante para construir as bases de uma nova hegemonia.

Assim, se a hegemonia, nos limites da dominação burguesa, tem o sentido de dominação ideológica por meio da formação do consenso, para as classes trabalhadoras deve ter o sentido de construção de uma “nuova civiltà”, de concretização de seu projeto socialista. É nesse contexto que o consenso assume um outro caráter, a partir da participação ativa e operante dos trabalhadores na concretização de uma verdadeira liberdade política, orgânica e não apenas formal como na democracia burguesa. A construção de uma “nuova civiltà” implica entender a natureza do Estado e perceber a articulação que existe entre consenso e coerção, para não transformar a luta das classes trabalhadoras em “conquista de posições” no interior do Estado burguês.

A revolução tem, portanto, um conteúdo político e um conteúdo cultural: o primeiro, implica questionar e redefinir o conceito de Estado para romper os limites da estrutura



política instituída; o segundo, supõe a elaboração de um pensamento autônomo, essencial para a realização de um projeto revolucionário. A principal medida que pode possibilitar subtrair-se da hegemonia dominante é deixar de pensar como o dominante e elaborar, a partir de sua prática, o seu próprio saber.

Esses dois aspectos não podem ser dissociados: por isso, não se pode separar também “guerra de posições” de “guerra de movimento” ou direção de coerção no bojo da hegemonia. Da perspectiva revolucionária, a “guerra de posições” se caracterizaria como um processo de continuada oposição interna, por parte das classes subalternas, diante das novas formas de controle das massas e de dominação que traduzem a força e o controle hegemônico da burguesia. Essa resistência programada deveria se fazer com o objetivo de abalar o conjunto da estrutura, isto é, deveria combinar-se com a “guerra de movimento”, ou seja, vincular-se a um projeto revolucionário que visasse mudanças decisivas no âmbito da totalidade do Estado e da hegemonia. Esse processo pode ser identificado já na Revolução Francesa, no modo como se configurou o novo pensamento iluminista e na adesão de importantes intelectuais da aristocracia aos princípios da nova filosofia. O ato de força que destituiu os monarcas e instaurou um novo regime foi sedimentado por um processo cultural em que a burguesia assumiu a direção intelectual e moral da sociedade. Essa leitura de Gramsci que, em 1917, parece permeada do idealismo croceano, se desvela nos **Cadernos do Cárcere**, na interrelação entre as instâncias econômica, política e cultural, no bojo da noção de hegemonia.

É preciso ter em conta ainda que, quando Gramsci recorre ao conceito “guerra de posições”, aplica-o em um duplo sentido: tanto como resistência e organização das

classes subalternas quanto como um instrumento de poder das classes burguesas para a restauração ou reorganização do poder e da economia capitalista, no bojo de um processo de “revolução passiva”, isto é, um processo de mudanças no interior das relações de poder sem grandes traumatismos sociais.

Não é supérfluo recordar também que, ao se referir a Maquiavel, Gramsci salienta que esse autor “não escreveu uma ‘memória’ secreta e reservada como ‘instruções’ de um conselheiro a um príncipe”,<sup>511</sup> mas como uma obra aberta, ou seja, a análise das estruturas de poder visava principalmente as classes que “não sabiam” a fim de que pudessem realizar sua tarefa histórica. Ora, ao aplicar o conceito de “revolução passiva” na análise do Risorgimento e do fascismo italiano, Gramsci pretendia esclarecer as formas possíveis da revolução burguesa e o modo peculiar do processo de revolução na Itália, para que as classes trabalhadoras tomassem consciência da situação, até porque nos países capitalistas a única classe que pode realizar uma transformação social real é a classe operária por meio da revolução socialista.

Do mesmo modo que os conceitos “guerra de posições” e “guerra de movimento” não podem ser entendidos como opostos simples, também os conceitos “oriental/ocidental” são formulados numa relação que pressupõe a sua dialeticidade, que implica em remeter-se constantemente à construção das diferenças sociais no processo histórico, às características complexas que assumem os antagonismos de classes nas sociedades capitalistas modernas. A compreensão da dialeticidade entre os conceitos ocidental/oriental, é fundamental para explicitar a noção de “revolução passiva” e, no seu

---

<sup>511</sup> GRAMSCI, A., Quaderni del Carcere, 13 (XXX), par. 25, p. 1617.

contexto, a categoria de “guerra de posição”. É no contexto da oposição simples, porém, que se pode adaptar a teoria gramsciana a uma proposta de conquista progressiva ou ao contexto da teoria das etapas. A forma dicotômica e não dialética de leitura permite tomar o Estado como uma concepção meramente instrumental e propor a “guerra de posições” como uma conquista de espaços nos limites institucionais.

Por isso, acentuamos que os conceitos gramscianos não podem ser tomados abstratamente e sua aplicação depende sempre da análise da correlação de forças de cada situação específica. Como referência teórica na análise de situações concretas, é necessário ter clareza do sentido de historicidade da obra gramsciana, para não reduzi-lo a um pensador liberal de esquerda. Gramsci foi um dirigente revolucionário que não excluía de seu horizonte histórico a construção de uma nova ordem social. Pode-se fazer uma leitura liberal, como realmente aconteceu no Brasil, mas não se pode dizer que seja este “o pensamento” de Gramsci, reduzindo a totalidade de sua teoria a esta leitura.

Depois de esboçar esses pressupostos, desenvolvemos um esboço da primeira leitura de Gramsci, realizada por Togliatti, mostrando como o trabalho desse primeiro intérprete se inseriu numa conjuntura histórica e permitiu a elaboração de uma imagem de Gramsci, que predominou entre as esquerdas. Na verdade, a divisão da obra gramsciana em pré e pós-carcerária, bem como a reinterpretação dos **Cadernos do Cárcere** a partir de uma pretensa unidade temática, respondeu aos interesses estratégicos do PCI no momento de sua reorganização política no contexto da situação italiana pós-fascismo.

Ao apresentar o itinerário político de Togliatti procuramos acentuar o dissenso entre esse político e Gramsci e o modo como Togliatti, como responsável pela herança literária e política de Gramsci, o interpretou segundo as necessidades históricas e políticas do PCI e procurou vincular o pensamento gramsciano não só à teoria de Lenin, mas aos interesses da política de Stalin. Togliatti se mostrou um político astuto, que soube tirar proveito do estudo solitário da teoria gramsciana; pode-se também considerá-lo um diplomata, se é verdade que tentou preservar a obra de Gramsci ao apresentá-lo como um stalinista, numa fase da história em que ser o contrário implicava, no mínimo, em exclusão e esquecimento.

A leitura que Togliatti apresentou de Gramsci realmente possibilitou “adaptar” na Itália a prática stalinista e criar a imagem de uma “renovação” do presente: basta lembrar a experiência do PCI durante a direção de Togliatti e com o eurocomunismo. Adaptar suprimindo o inconveniente: Togliatti apagou da história o seu dissenso com Gramsci, assim como o stalinismo suprimiu da história russa a figura de Trotski. Reduzir Gramsci a uma matriz teórica sem explicitações e transformar seus conceitos em esquemas abstratos, em nosso entender, segue a mesma lógica.

Embora reconhecendo as condições históricas e políticas que delimitaram a leitura de Togliatti, entendemos que, depois de um período histórico, o intelectual tenha condições de reconhecer estes limites e, a partir daí, possa reinterpretar a sua própria atuação política. Tal não aconteceu. Em 1964, pouco antes de sua morte, Togliatti publicou sua correspondência com Gramsci e omitiu a carta de 1926. Perguntado, na ocasião, sobre quem teria razão na polêmica, Togliatti respondeu que, evidentemente, ele estava com a razão, porque se tratava de tomar uma posição imediata e Gramsci

inseriria esta escolha no contexto mais amplo da ordem moral. Procuramos mostrar que a polêmica demonstrava divergências tanto na noção de revolução quanto na compreensão da estrutura e do papel de um partido político.

A partir da interpretação de Togliatti, abriu-se o caminho de uma leitura chamada “processual” da noção de revolução e que gerou a possibilidade de uma apropriação liberal do texto de Gramsci, não só no Brasil, mas na América Latina.<sup>512</sup> As estruturas partidárias dos PCs, bem como o seu acesso aos aparatos editoriais, possibilitaram prevalentemente a divulgação dessa leitura mais liberal ou, no dizer de Portantiero, mais social-democrata do texto de Gramsci.

Na segunda parte esboçamos uma leitura da conjuntura histórica e da atuação do PCB no contexto político dos anos 60, para explicitar o ambiente político e cultural, bem como o papel dos meios editoriais no mercado de bens culturais, que geraram determinadas condições objetivas e sociais em que foram inseridas as obras de Gramsci. Nosso objetivo foi demonstrar como se desdobrava a correlação de forças em que se organizou a nova indústria de comunicação, para esclarecer o modo como o PCB atuava junto aos intelectuais de esquerda, ação que se traduziu na influência sobre revistas e jornais, bem como no esforço em exercer a tutela sobre o trabalho intelectual de parcelas da esquerda.

As considerações em torno da tradução foram feitas no sentido de acentuar os limites conjunturais que delimitaram a leitura que se esboçou na introdução da primeira obra da edição temática publicada em 1966.

---

<sup>512</sup> Conforme PORTANTIERO, J.C., Los usos de Gramsci, p. 69.

Havia uma situação objetiva que se traduzia na política conciliatória do PCB em um determinado momento de sua trajetória, uma hierarquia rígida à qual os jovens intelectuais vinculados ao partido pretendiam renovar recorrendo a novas leituras, um ambiente político em que o ecletismo convivía com a direção política partidária, enfim, limites que os tradutores não percebiam como seus, mas que delimitaram a sua própria leitura de Gramsci.

Dentre os escritos sobre Gramsci que foram produzidos no Brasil na década de 60, concentramo-nos na interpretação feita por Carlos Nelson Coutinho, porque foi um dos principais tradutores e divulgadores de Gramsci no Brasil. Depois de analisar como os conceitos gramscianos foram adaptados à leitura da realidade brasileira, procuramos mostrar os limites ideológicos aos quais Coutinho reduziu o texto gramsciano, a partir de suas opções políticas no contexto mais amplo da política do PCB.

Não questionamos a escolha de Coutinho por uma leitura “liberal” de Gramsci, a partir da interpretação de Togliatti, mas a redução da totalidade do pensamento de Gramsci à sua interpretação liberal. Assim como Togliatti reescreveu os Cadernos do Cárcere ao apresentá-los na ordem temática, Coutinho evidenciou inicialmente as reflexões propriamente filosóficas de Gramsci e a elas subordinou a política. Tal leitura acentuou o papel do intelectual e da cultura, num viés mais idealista que dialético, à medida que a questão política se apresentava como secundária. Mesmo reconhecendo que as circunstâncias históricas desempenharam uma função importante nessa orientação, cabe acentuar que se tratou de uma opção que restringiu o alcance da obra gramsciana, porque imprimiu uma interpretação parcial e a apresentou como a totalidade do pensamento de Gramsci.

Como a idéia de revolução (burguesa ou socialista) fez parte do horizonte dos intelectuais nas décadas de 60 e 70, foi dessa perspectiva que analisamos a apropriação das categorias gramscianas nos ensaios de Coutinho. A inserção do pensamento de Gramsci no Brasil sofreu os condicionamentos da leitura de uma esquerda que tomou como matriz ideológica um modelo de revolução democrático-burguesa, referencial de interpretação da realidade brasileira. A assimilação de um modelo de modo esquemático impediu de revelar e compreender as singularidades da nossa realidade histórica.

No decurso da história do Brasil muitos foram os movimentos, na cidade e no campo, que demonstraram a disposição de luta de setores da sociedade civil. A década de 60, no período que antecedeu o golpe de Estado de 64 estendendo-se até 1968, caracterizou-se por uma efervescência política e um processo intenso de manifestações da sociedade civil, tanto nas cidades, onde movimentos organizados traziam multidões às ruas, quanto no campo, com a organização e a luta pela reforma agrária. Nas grandes cidades brasileiras grupos sociais se mobilizavam, tanto para defender conquistas democráticas quanto para tentar retomar um caminho tradicional conservador, como foi o movimento da família com Deus pela liberdade, uma das bases de sustentação ideológica do golpe de Estado de 64.

O movimento estudantil na universidade brasileira, a mobilização popular ligada ao movimento sindical e o trabalho de alfabetização dos camponeses, acompanhado da conscientização de seus direitos civis que desembocou em movimentos organizados no nordeste, são alguns dos acontecimentos que permitem dizer que a sociedade civil brasileira caminhava em processo acelerado de organização social e participação

política.

Cabe acentuar também que o modo como o Brasil ingressou no contexto das relações capitalistas internacionais, o processo de industrialização, os problemas que os operários brasileiros enfrentaram na sua história, bem como a sua organização política, diferem tanto em forma quanto em conteúdo do que aconteceu na Itália no início do século. A aplicação de esquemas teóricos abstraídos da análise da realidade italiana de pós-guerra não contempla a diversidade e riqueza da nossa realidade.

A dimensão dada ao conceito de democracia e a dificuldade em superar os limites do discurso liberal no âmbito da política é ainda, em nosso entender, uma consequência do ambiente cultural e da política do PCB nas décadas de 60 e 70. O PCB aparece como o lugar de poder de produção de um pensamento sobre a revolução brasileira, pensamento que se diferenciava das tendências que se empenharam na luta armada, mas que prevaleceu apesar das crises internas que o Partido enfrentou. A conjuntura histórica, aliada à matriz teórica leninista e marxista-leninista e à interpretação togliattiana, delimitaram a forma como o pensamento de Gramsci foi inserido no debate nacional.

Sabe-se que o conceito de revolução em Gramsci é muito mais complexo e possibilitaria outras análises muito mais ricas, se não fosse reduzido a uma matriz inquestionável e transformado em um instrumental funcional. Ler a totalidade da obra gramsciana, sem pressupor a descontinuidade entre a experiência dos Conselhos e as reflexões do cárcere, permite recolocar a noção de revolução no contexto de um trabalho teórico que tinha no horizonte a atualidade da revolução, traduzida na crítica



da dominação burguesa e na elaboração de uma nova noção de hegemonia entendida como construção de uma “nuova civiltà”.

Embora os intelectuais não possam se sobrepor às condições objetivas concretas, fazem uma opção político-ideológica e expressam um compromisso que depende de sua escolha. Ao retomar as categorias gramscianas a partir da concepção “processual” de revolução desenvolvida por Togliatti e aplicá-las à análise da realidade brasileira, Coutinho tinha um objetivo claro, que explicita no ensaio denominado *A recepção de Gramsci no Brasil*: “a renovação do marxismo era um pressuposto necessário para que o PCB continuasse a exercer influência sobre uma esquerda que se expandia”,<sup>513</sup> ou seja, não se tratava de realizar uma autocrítica interna, uma mudança de rota, mas sim de manter a influência do PCB e, para isso, o Gramsci togliattiano era um grande instrumento.

Na verdade, não se pretendia romper com a tática gradualista proposta pelo partido. A leitura de Gramsci foi, por isso, adaptada aos interesses da política partidária. Nesse contexto, a opção pela leitura togliattiana e a redução de Gramsci à matriz teórica leninista possibilitou instrumentalizar sua teoria: conceitos que, na teoria gramsciana interagem dialeticamente entre si para apreender a dinâmica interna da estrutura social, na leitura de Coutinho aparecem como conceitos abstratos e dicotômicos, adaptáveis a qualquer situação.

O Gramsci “processual” de Togliatti não se contrapunha à política gradualista e pacífica do PCB, mas possibilitava uma revitalização do discurso interno e um

---

<sup>513</sup> COUTINHO, C. N. A recepção de Gramsci no Brasil. In: Cultura e sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 200.

posicionamento ante as alianças que se produziam no sentido de buscar alternativas democráticas. No dizer de Leandro Konder, a questão democrática vinha recebendo um tratamento novo na elaboração política do PCB, a partir do VI Congresso, realizado em 1967.<sup>514</sup> O chamado “eurocomunismo” vinha de encontro aos interesses políticos de conquistas liberais e democráticas, na linha política de reformas graduais assumidas pelo Partido. Tratava-se de fazer frente a uma direção partidária que se pautava pelo dogmatismo da direção stalinista, mas não em questionar a linha política do Partido.

Se, por um lado, as condições culturais e históricas dos anos 60 no Brasil e os pressupostos do nacional-desenvolvimentismo delimitaram a assimilação das teorias políticas do chamado marxismo ocidental, o projeto político e a influência do PCB no contexto das esquerdas brasileiras delinearam o encaminhamento dado às primeiras leituras de Gramsci.

A inserção do pensamento de Gramsci no Brasil se definiu, portanto, pelo ambiente cultural e pelas condições sociais concretas de luta política, bem como pela política conciliadora e gradualista do PCB. Uma inserção que atuou no sentido de uma renovação do discurso do partido, sem abandonar os pressupostos de um reformismo. No contexto da conjuntura histórica da década de 60, participar dos quadros do PCB significava, para o intelectual, aceitar a posição ortodoxa e adaptar a ela as novidades que se apresentavam no debate político internacional. Nesse contexto, a interpretação de Gramsci serviu, num quadro de “divisão do trabalho” (conforme esclareceu

---

<sup>514</sup> KONDER, L. O “eurocomunismo”, a Democracia e o PCB. In: Oitenta, n. 2, 1980. Apud. COUTINHO, C. N. A Democracia como valor universal. São Paulo ; Ciências Humanas, 1980, Prefácio, p. 14.

Coutinho),<sup>515</sup> para a conciliação com a visão marxista leninista tradicional e com os discursos liberalizantes que possibilitaram a segmentos de esquerda a participação no poder.

No âmbito do PCB, a instrumentalização das categorias de Gramsci confirma a força e o domínio da direção partidária, que concentrava em suas mãos a direção política e deixava aos jovens intelectuais as questões culturais que, no fundo, sempre se subordinaram à questão política. E quando se tenta reverter o jogo sem quebrar as regras impostas pelo pensamento que domina se acaba criando instrumentos de adaptação e de renovação do poder dominante.

O que se depreende dos escritos de Coutinho sobre a história da recepção de Gramsci no Brasil é que, embora conhecendo a riqueza e a possibilidade crítica que o texto gramsciano colocava, não se pretendia questionar radicalmente os pressupostos gradualistas colocados pelo PCB a partir da matriz teórica marxista-leninista. Para tanto, além de Togliatti, outro mediador da leitura de Gramsci foi o chamado “velho Lukács” da fase em que não se distanciava do marxismo-leninismo.

---

<sup>515</sup> COUTINHO, C. N. A recepção de Gramsci no Brasil. In: Cultura e sociedade no Brasil (Ensaio sobre idéias e formas), p. 201.

## BIBLIOGRAFIA

### 1. ESCRITOS DE GRAMSCI:

GRAMSCI, Antonio. Scritti giovanili (1914-1918). Torino : Einaudi Editore, 1975.

\_\_\_\_\_. Sotto la Mole (1919-1920). Torino : Einaudi Editore, 1975.

\_\_\_\_\_. L' Ordine Nuovo (1919-1920). Torino : Einaudi Editore, 1975.

\_\_\_\_\_. Socialismo e Fascismo (L Ordine Nuovo, 1921-1922), Torino, Einaudi Editore, 1978.

\_\_\_\_\_. La Costruzione del Partito Comunista (1923-1926), Torino : Einaudi Editore, 1978.

\_\_\_\_\_. Passato e presente. Torino : Einaudi Editore, 1966.

\_\_\_\_\_. Il Risorgimento. Torino : Einaudi Editore, 1974.

\_\_\_\_\_. Note sul Machiavelli, sulla politica e sullo Stato Moderno. Torino : Einaudi, 1974.

\_\_\_\_\_. Lettere dal Carcere. Torino : Einaudi Editore, 1975.

\_\_\_\_\_. Quaderni del Carcere (Edizione critica dell Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana). 2a. ed., Torino : Einaudi Editore, 1977.

\_\_\_\_\_. Cronache Torinesi (1913-1917), (a cura di Sergio Caprioglio), Torino : Einaudi Editore, 1980.

GRAMSCI, Antonio. La Città Futura (1917-1918), (a cura di Sergio Caprioglio), Torino : Einaudi Editore, 1982.

\_\_\_\_\_. Il nostro Marx (1918-1919). (a cura di Sergio Caprioglio), Torino : Einaudi Editore, 1984.

\_\_\_\_\_. L' Ordine Nuovo (1919-1920) (a cura di V. Gerratana e A. A. Santucci), Torino : Einaudi Editore, 1987.

\_\_\_\_\_. Forse rimarrai lontana. Lettere a Iulca (1922-1937), (a cura di Mimma Paulesu Quercioli), Roma : Albatros/ Riuniti, 1987.

\_\_\_\_\_. Lettere (1908-1926)-(a cura di A. Santucci). Torino : Einaudi, 1992.

\_\_\_\_\_. Scritti di Economia Politica. A cura di F. Consiglio e F. Frosini. Torino : Bellati Boringhieri, 1994.

GRAMSCI, Antonio e SCHUCHT, Tatiana. Lettere (1926-1935) – (a cura di Aldo Natoli e Chiara Daniele). Torino : Einaudi, 1997.

GRAMSCI, Antonio e TOGLIATTI, Palmiro. Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca – Il Carteggio del 1926 (a cura di Chiara Daniele). Torino : Einaudi, 1999.

## 2. TRADUÇÕES:

GRAMSCI, Antonio. Escritos políticos (antologia de artigos escritos até 1926, incluindo Alguns temas da Questão Meridional - A Situação Italiana e as Tarefas do PCI), Lisboa : Editora Seara Nova, 1976, 4 v.

\_\_\_\_\_. Concepção Dialética da História. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. Maquiavel, a política e o Estado Moderno. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a Organização da Cultura. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. Literatura e Vida Nacional. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, Antonio. Cartas do Cárcere. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978.

\_\_\_\_\_. A Questão Meridional. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Novas Cartas de Gramsci (e algumas cartas de Piero Sraffa) Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. Caderno 12 (1932). In: História e Perspectivas, Uberlândia, jul/dez.1991, (Apresentação, comentários e revisão da Tradução - Paolo Nosella), p. 125-165.

### 3. OUTRAS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

#### a) Sobre Gramsci:

ANDERSON, Perry. Ambiguità di Gramsci. Bari-roma : Laterza, 1978. Também In: In: **Crítica Marxista**, São Paulo : Jorúês, 1986.

BADALONI, Nicola. Il fondamento teorico dello storicismo gramsciano. In: ROSSI, Pietro. (Org.) Gramsci e la Cultura Contemporanea I (Atti del Convegno Internazionale di studi gramsciani, Cagliari, 23-27.04.1967), Roma : Editori Riuniti – Istituto Gramsci, 1975, p. 73-80.

\_\_\_\_\_. Espansione democratica e controllo sulle catastrofi in Togliatti “politico” e “interprete” di Gramsci. In: **Crítica Marxista**, 1985, n. 4, p. 25-42.

\_\_\_\_\_. Gramsci e a filosofia da praxis como previsão. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) História do Marxismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987, v. X, p. 13-128.

\_\_\_\_\_. Egemonia e azione politica: una discussione critica. In: **Crítica Marxista**, 1987, n. 6, p. 5-17.

\_\_\_\_\_. Teoria gramsciana delle dislocazioni egemoniche In: **Crítica Marxista**, 1987, n. 2-3, p. 29-53.

\_\_\_\_\_. Gramsci oltre il suo tempo e oltre il suo paese. In: **Crítica Marxista**, 1985, n. 5, p. 5-15. Ed. Brasileira: Gramsci, para além de sua época e de seu país. In: COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p. 11-24.

- BARBOSA, Júlio César T. A filosofia da práxis em Gramsci. In: **Reflexão**. Campinas : n. 19, jan./abril 1981, p. 47-52.
- BERLINGUER, Enrico. La lezione di Gramsci. In: **Critica Marxista**, 1985, n. 2-3, p. 275-286.
- BOBBIO, Norberto. Nota sulla dialettica in Gramsci. In: FERRI, Franco (org). Studi Gramsciani. (Atti del convegno tenuto a Roma – 1958). Roma : Riuniti - Istituto Gramsci, 1973, p. 73-86.
- \_\_\_\_\_. Gramsci e la concezione della società civile. In: ROSSI, Pietro. (Org.) Gramsci e la cultura contemporanea I. Roma : Riuniti-Istituto Gramsci, 1975, p. 75-100.
- \_\_\_\_\_. O conceito de Sociedade Civil. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- \_\_\_\_\_. Saggi su Gramsci. Milano : Feltrinelli, 1990.
- BORGES F. Nilson. Gramsci e a revolução que não houve. In: **Plural** (Revista da Ass. Dos Prof. Da UFSC). Ano 2, n. 2, jan./jun., 1991, p. 10-11.
- BOSI, Alfredo. O trabalho dos intelectuais segundo Gramsci. In: **Debate & Crítica**. São Paulo : n. 6, jul. 1975, p. 105-113.
- BRAGA, Ruy. Risorgimento, fascismo e americanismo: a dialética da passivização. In: VV. AA. O Outro Gramsci. São Paulo : Xamã, 1996, p. 167-182.
- BRUNO, E., Os intelectuais e a organização da cultura: três leituras de Gramsci. 3. Os caminhos de Gramsci. In: **Comunicação e Sociedade**. São Paulo : n. 1, jul. 1979, p. 22-24.
- BUCCI-GLUCKSMANN,Christinne. Sobre problemas políticos da transição classe operária e revolução passiva. In: FERRI, Franco.(org.). Política e História em Gramsci (Atas do Encontro Internacional de Estudos Gramscianos, Florença, 9-11.12.1977). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1978, p. 117-148.
- \_\_\_\_\_. Gramsci e o Estado. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.
- BUTTIGIERG, Joseph A. Il metodo di Gramsci. In: **Critica Marxista**, 1991, n. 6, p. 5-27.
- BUZZI, A. R. La teoria política de Antonio Gramsci. Barcelona : Fontanella, 1969.
- CANCLINI, Nestor Garcia. Gramsci e as culturas populares na América Latina. In: COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M.A.(Orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p. 61-83.

- CADENGUE, R. B. Os intelectuais e a organização da cultura: três leituras de Gramsci. 1. Escola, Jornalismo e Classes sociais. In: **Comunicação e Sociedade**. São Paulo : n. 1, jul. 1979, p. 16-18.
- CALABI, Lorenzo. Gramsci e i classici dell'economia. In: **Critica Marxista**, 1988, n. 3-4, p. 147-173.
- CARPEAUX, Otto Maria. A vida de Gramsci. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Ano 1, n. 7, maio 1966, 337-347.
- \_\_\_\_\_. Resenha do livro de GRAMSCI, A. Concepção dialética da História. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Ano 1, n. 8, julho 1966, p. 324-325.
- CARVALHO, A M. P., A teoria gramsciana da transformação social. In: Id., A questão da transformação e o trabalho social. São Paulo : Cortex, 1986, p. 26-86.
- CERRONI, Umberto. Gramsci e il superamento della separazione tra società e Stato. In: FERRI, Franco (org). Studi Gramsciani. Roma : Riuniti - Istituto Gramsci, 1973, p. 105-114.
- CHIARANTE, Giuseppe. Società civile e riforma intellettuale e morale. In: **Critica Marxista**, 1987, n. 2-3, p. 55-65.
- CIRESE, Alberto M. Concezione del mondo, filosofia spontanea, folklore. In: ROSSI, Pietro. (Org.) Gramsci e la Cultura Contemporanea II. Roma : Riuniti-Istituto Gramsci, 1975, p. 299-328.
- CLARK, Martin N. Il concetto gramsciano di rivoluzione (1919-1920). In: ROSSI, Pietro. (Org.) Gramsci e la Cultura Contemporanea II. Roma : Riuniti-Istituto Gramsci, 1975, p. 161-171.
- COGGIOLA, Osvaldo. Gramsci: história e revolução. In: VV. AA. O Outro Gramsci. São Paulo : Xamã, 1996, p. 97-104.
- \_\_\_\_\_. Bolchevismo, Gramsci, conselhos. In: VV. AA. O Outro Gramsci. São Paulo : Xamã, 1996, p. 193-219.
- COLLETTI, Lucio. "O Estado e a Revolução" de Lenin (Trad. Edmundo F. Dias). In: Textos didáticos. Campinas : IFCH/UNICAMP, n. 6, abril 1992.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Gramsci: pensamento político. Porto Alegre : L. e PM. s/d.
- \_\_\_\_\_. Um certo senhor Gramsci. In: **Jornal do Brasil**. Rio Janeiro : 29.fev. 1976, 3.



COUTINHO, Carlos Nelson. Sobre a "Questão Democrática" em Marx e em alguns marxistas. In: Por que Marx? Rio de Janeiro : Graal, 1983, p. 63-78.

\_\_\_\_\_. Gramsci: universalidade que se amplia geograficamente. In: **Folha de São Paulo**. 25.abril.1987, A-37.

\_\_\_\_\_. Os intelectuais e a organização da cultura no Brasil. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo : Ciências Humanas, n. 10, 1981, p. 93-110. Reproduzido em: Cultura e Sociedade no Brasil (ensaios sobre idéias e formas). Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1990, p. 13-31.

\_\_\_\_\_. Cidadão Brasileiro. In: **Teoria e Debates**, n. 9, jan./março 1990, p. 59-63.

\_\_\_\_\_. Marxismo, democracia e revolução. In: **Teoria & Debate** (O PT e o Marxismo), São Paulo : 1991.

\_\_\_\_\_. Entrevista. In: **Folha de São Paulo**, Caderno 4 – Mais! Domingo, 20 de novembro de 1999, p. 5-6.

COUTINHO, Carlos Nelson e KONDER, Leandro. Nota sobre Antonio Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. Concepção dialética da história. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966, p. 1-7.

DIAS, Edmundo Fernandes. Democracia operária. Campinas : Editora da UNICAMP, 1987, (Série Teses), v. 1 e 2.

\_\_\_\_\_. Cultura, política e cidadania no pensamento gramsciano (1914-1918). **Caderno CEDES - Educação e Política: Gramsci e o Problema da Hegemonia**. São Paulo : Cortez, n. 3, (1980?), p. 31-56.

\_\_\_\_\_. Hegemonia: nova civiltà ou domínio ideológico? In: **História & Perspectivas**. Uberlândia : n.5, jul./dez. 1991, p. 05-43.

\_\_\_\_\_. Hegemonia, racionalidade que se faz história In: VV. AA. O Outro Gramsci. São Paulo : Xamã, 1996, p. 09-80.

DÓRIA, Carlos Alberto. Religião e Política em Gramsci. In: **Religião e Sociedade**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, n. 3, 1978, p. 143-162.

FERMIA, Joseph V. Gramsci e o caminho para o socialismo. In: **O Estado de São Paulo**. 02/dez./1979, 164.

FERREIRA, Oliveiros S. Os 45 cavaleiros húngaros: uma leitura dos Cadernos de Gramsci. Brasília/ São Paulo : EdUNB/Hucitec, 1986.

FIORI, Giuseppe. A vida de Antonio Gramsci. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.

\_\_\_\_\_. Gramsci, Togliatti, Stalin. Bari-Roma : Laterza, 1991.

FRANCIONI, Gianni. Gramsci tra Croce e Bucharin: sulla Struttura Dei Quaderni 10 e 11. In: **Critica Marxista**, 1987, n. 6, p. 19-45.

GALASSO, Giuseppe. Gramsci e i problemi della storia italiana. In: ROSSI, Pietro.(Org.) Gramsci e la Cultura Contemporanea I. Roma : Riuniti – Istituto Gramsci, 1975, p. 305-354.

GARIN, Eugene. Antonio Gramsci nella cultura italiana. IN: FERRI, Franco (org). Studi Gramsciani. Roma : Riuniti – Istituto Gramsci, 1973, p. 03-13.

\_\_\_\_\_. Politica e cultura. In: ROSSI, Pietro.(Org.) Gramsci e la Cultura Contemporanea I. Roma : Riuniti-Istituto Gramsci, 1975, p. 37-74.

\_\_\_\_\_. Con Gramsci. Roma : Riuniti, 1997.

GERRATANA, Valentino. Sulla preparazione di un' edizione critica dei "Quaderni de carcere". In: ROSSI, Pietro. (Org.) Gramsci e la Cultura Contemporanea II. Roma : Riuniti - Istituto Gramsci, 1975, p. 455-476.

\_\_\_\_\_. Stato, partiti, strumenti e istituti dell' egemonia nei "Quaderni del Carcere". Roma : Editora Riuniti, 1977.

\_\_\_\_\_. Antonio Labriola e a introdução do marxismo na Itália. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) História do Marxismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, v. IV, 1984, p. 11-49.

\_\_\_\_\_. Gramsci e il concetto di rivoluzione. In: SANTUCCI, Antonio A. (Org.) Lecture di Gramsci. Roma : Riuniti, 1987, p. 215-246.

\_\_\_\_\_. Gramsci: problemi di metodo. Roma : Riuniti, 1997.

GERVASONI, Marco. Georges Sorel – una biografia intellettuale. Milano : Unicopli, 1997.

\_\_\_\_\_. Antonio Gramsci e la Francia – dal mito della modernità alla "scienza della politica". Milano : Unicopli, 1998.

GIOVANI, B., A catástrofe pressentida. In: **Presença**, São Paulo : n. 17, nov. 1991.

GOMEZ DE SOUZA, L. A. O intelectual orgânico a serviço do sistema ou das classes populares. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. n. 4, 1978, p. 27-41.

- GONZALES, Horácio. As melhores lições de Antonio Gramsci. In: **Isto É**. 6. set. 1978.
- GRIGOR'EVA, Irina V., Il tema dell'Urss nei "Quaderni" gramsciani. In: **Critica Marxista**, 1991, n. 6, p. 29-41.
- GRUPPI, Luciano. O conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro : Graal, 1978.
- \_\_\_\_\_. Concepto de hegemonia en Gramsci. In: Revolucion y Democracia en Gramsci. Barcelona : Fontamara, 1981, p.39-58 (Publicado inicialmente em Dialectique, n.4-5, Paris : março.1974).
- \_\_\_\_\_. La concezione del partito rivoluzionario. In: **Critica Marxista**, 1987, n. 2-3, p. 129-139.
- GUERRA, Adriano. Le peculiarità del PCI nel panorama dei Partiti comunisti. In: **Critica Marxista**, 1988, n. 3-4, p. 227-246.
- HOARE, Quintin. Gramsci y Bordiga frente al Comintern. In: Revolucion y democracia en Gramsci. Barcelona : Fontamara, 1981, p. 87-139. (Publicado em Rinascita, n. 30; Roma : 25.julho.1975).
- HOBSBAWM, Eric J. De Itália a Europa. In: Revolucion y democracia en Gramsci. Barcelona : Fontamara, 1981, p. 25-38. (Publicado em Rinascita, N. 30; Roma : 25.julho.1975).
- \_\_\_\_\_. Gramsci e la teoria politica marxista. In: SANTUCCI, Antonio A. (Org.) Letture di Gramsci. Roma : Riuniti, 1987, p. 183-198.
- \_\_\_\_\_. Gramsci in Europa e in America. Bari – Roma : Laterza, 1995.
- INGRAO, Pietro. Por que o debate sobre Gramsci. In: As Massas e o Poder. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980, p. 151-164.
- INNOCENTINI, M. O conceito de Hegemonia em Gramsci. São Paulo : Tecnos, 1979.
- JOCTEAU, Gian Carlo. Leggere Gramsci. Milano : Feltrinelli, 1977.
- JOLL, James. As idéias de Gramsci. São Paulo : Cultrix, 1979.
- KONDER, Leandro. Gramsci. In: Os marxistas e a arte. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967, p. 109-120.
- \_\_\_\_\_. A rebeldia, os intelectuais e a juventude. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : n. 15, 1967, p. 135-145.

- KONDER, Leandro. Gramsci e os caçadores de dissidentes. In: KONDER, Leandro. O marxismo na batalha das idéias. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1984.
- \_\_\_\_\_. Cartas na rua (Resenha do livro de GRAMSCI, A. Novas Cartas do Cárcere. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987). In: **Jornal do Brasil**, n. 46, 15.08.1987, p. 4.
- \_\_\_\_\_. Nem chumbo, nem pólvora. (Resenha do livro de GRAMSCI, A. A Questão Meridional. Rio de Janeiro : Paz e Terra, ). In: **Leia**, fev. 1988, p. 32.
- \_\_\_\_\_. Gramsci conjugava radicalismo e renovação. In: **Folha de São Paulo**. 06.04.1991, Letras (6), p. 5.
- KOSIK, Karel. Gramsci e la filosofia della " praxis" In: ROSSI, Pietro.(Org.) Gramsci e la Cultura Contemporanea II. Roma : Riuniti – Istituto Gramsci, 1975, p. 45-50.
- KRISTEVA, J. Para que servem os intelectuais. In: **Ensaio de Opinião**. Rio de Janeiro : Inúbia, v. 5, 1977, p. 84-92.
- LEFORT, Claude. A primeira figura da Filosofia da Praxis. In: QUIRINO, C. G. e SOUZA, M.T.S.R. (org.) O pensamento político clássico. São Paulo : T. A. Queiroz Editor, 1980.
- LEPRE, Aurelio. Il prigioniero – vita di Antonio Gramsci. Bari-Roma : Laterza, 1998.
- LIGUORI, Guido. Dieci anni di studi gramsciani in Italia (1978-1987). In: **Crítica Marxista**, 1987, n. 2-3, p. 323-363.
- \_\_\_\_\_. Tradizioni e identità di partito in Togliatti Interprete di Gramsci. In: **Crítica Marxista**, 1988, n. 3-4, p. 247- 285.
- \_\_\_\_\_. La fortuna di Gramsci nel mondo. In: **Crítica Marxista**. Roma, v. 27, n. 6, nov./dez. 1989.
- \_\_\_\_\_. Gramsci conteso. Roma : Riuniti, 1996.
- LÖWY, Michael. Consciência de classe e partido revolucionário. In: **Revista Brasiliense**. São Paulo : n. 41, maio/jun. 1962.
- LUPORINI, Cesare. La metodologia filosofica del marxismo nel pensiero di Gramsci. In: FERRI, Franco (org). Studi Gramsciani. Roma : Riuniti - Istituto Gramsci, 1973, p. 37-46.
- MACHADO, C. E. Gramsci sem contrafações acadêmicas. In: **Folha de São Paulo**, 15 abr. 1977, 32.

- MANACORDA, Mario. Humanismo de Marx e industrialismo de Gramsci In: SILVA, Thomaz T. (Org.) Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991, p. 94-116.
- MANCINA, Claudia. Rapporti di forza e previsione: il gioco della storia secondo Gramsci. In: **Critica Marxista**, 1980, n. 5, p. 41-2.
- \_\_\_\_\_. Um grande revisionista. In: **Presença**, São Paulo : (n. comemorativo – 100 anos de Gramsci), 1997.
- MANCUSO, D. Os intelectuais e a organização da cultura: três leituras de Gramsci. 2. A função orgânica dos intelectuais In: **Comunicação e Sociedade**. São Paulo : n. 1, jul. 1979, p.18-22.
- MANGONI, Luisa. Rivoluzione passiva. In: Antonio Gramsci: le sue idee nel nostro tempo. Roma : Editrice l'Unità, 1987, p. 129-130.
- MARCELINO, N. C., Gramsci e a revolução cultural. In: **Reflexão**. Campinas, n. 27, set./dez. 1983.
- MARGULIES, M. Gramsci, o farisaísmo livresco. In: **Jornal do Brasil**. 15.agosto. 1976.
- MARTINELLI, Renzo. Le “Tesi di Lione”. In: **Critica Marxista**, 1988, n. 3-4, p. 175-197.
- MATTEUCCI, Nicola. Antonio Gramsci e la filosofia della Prassi. Milano : Giuffré Editore, 1977.
- MICELI, Sérgio. Gramsci: ideologia, aparelhos de Estado e intelectuais. In: **Reflexão**. Campinas, n. 19, jan./ abril 1981, p. 05-46.
- MICHELOTO, Antônio R. Intelectuais e classes subalternas. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia, n.5, jul./dez. 1991, p. 95-110.
- MORAES, C. S. V. Ideologia e intelectuais em Gramsci. In: **Educação e Sociedade**. São Paulo : Cortez, n. 1, set. 1978, p. 71-92.
- MORAES, João Quartin, O espírito do legado gramsciano. In: **O Estado de São Paulo**, 19.01.1991, n. 545, p.2-3
- NASCIMENTO, E., Hegemonia em Gramsci: Uma Teoria das Relações Políticas nas Formações Sociais Modernas? In: **Ensaio**. São Paulo, 1984, n. 13, p. 67-84.
- NATOLI, Aldo. Antigone e il prigioniero. Roma : Riuniti, 1990.

- NATOLI, Claudio. I comunisti italiani dalla "svolta" ai fronti popolari. In: **Critica Marxista**, 1988, n. 3-4, p. 199-225.
- NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci, de reformista a pensador original. In: **Folha de São Paulo**, 31.07.1976, p. 27.
- ONETO, P. D., Contra o Economicismo (resenha do livro de STACCONE, G. Gramsci, 100 anos: revolução e política. Petrópolis : Vozes, 1991). In: **Jornal do Brasil**, n. 271, 07.02.1991, p. 9.
- OLIVEIRA, J. C., (resenha do livro de GRUPPI, L. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro, Graal, 1978. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : n. 8, fev. 1979, p. 263-268.
- PAGGI, Leonardo. Gramsci e il moderno principe. Roma : Riuniti, 1970.
- \_\_\_\_\_. Egemonia, Stato, partito in Gramsci. Roma : Riuniti, 1977.
- \_\_\_\_\_. Socialisti italiani e sinistra europea. In: **Critica Marxista**, 1979, n. 1, p. 17-33.
- \_\_\_\_\_. Le strategie del potere in Gramsci – Tra fascismo e socialismo. Roma : Riuniti, 1984.
- PAPI, Fulvio. La concezione della storicità nel pensiero di Gramsci. In: FERRI, Franco (org). Studi Gramsciani. Roma : Riuniti - Istituto Gramsci, 1973, p. 213-222.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Gramsci: a dimensão do poder escapa da cela. In: **Folha de São Paulo**. 25. Abril, 1987, A-36.
- PISTILLO, Michele. Un discorso sconosciuto di Togliatti su Gramsci del 1937. In: **Critica Marxista**, 1991, n. 6, p. 117-122.
- PIZZORNO, Alessandro. Sul metodo di Gramsci: dalla storiografia alla scienza politica. In: ROSSI, Pietro. (Org.) Gramsci e la Cultura Contemporanea II. Roma : Riuniti-Istituto Gramsci, 1975, p. 109-126.
- PORTELLI, Hugues. Jacobinismo y antijacobinismo de Gramsci. In: Revolucion y democracia en Gramsci. Barcelona : Fontamara, 1981, p. 59-86. (Publicado em Rinascita, n. 30; Roma, 25.julho.1975).
- QUERCIOLI, Mimma Paulesu. Le donne di casa Gramsci. Roma : Riuniti, 1991.
- RAGIONIERI, Ernesto. Gramsci e il dibattito teorico nel Movimento operaio Internazionale. In: ROSSI, Pietro. (Org.) Gramsci e la Cultura Contemporanea I. Roma : Riuniti-Istituto Gramsci, 1975, v. 1, p. 101-147.

- REITANI, Luigi. Antonio Gramsci a Vienna. In: **Crítica Marxista**, 1991, n. 6, p. 135-147.
- RICCHINI, C., MANCA, E. e MELOGRANI, L. (org.). Gramsci. Roma : Editrice l' Unità, 1987.
- ROUANET, Sérgio Paulo. Imaginário e Dominação. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1978.
- SALVADORI, Massimo L. Gramsci e il problema storico della democrazia. Torino : Einaudi, 1977.
- \_\_\_\_\_. Actualidad de Gramsci. In: Revolucion y democracia en Gramsci. Barcelona : Fontamara, 1981, p. 141-170. (Dialectiques, N. 4-5; Paris, março. 1974).
- \_\_\_\_\_. Tenere la sinistra: la crisi italiana e i nodi del riformismo. Venezia : Marsilio E., 1992.
- SANGUINETI, Federico. Gramsci e Machiavelli. Bari : Laterza, 1981.
- SANTIAGO, Théo. Gramsci virou moda. Isso é bom ou isso é mau? (Resenha ao livro de GRUPPI, L. O Conceito de hegemonia em Gramsci) In: **Isto É**. São Paulo : 5.jul.1978, p. 44-45.
- SANTOS, João de Almeida. O princípio da hegemonia em Gramsci. Lisboa : Vega, 1986.
- SANTOS, João Agostinho. Gramsci: ideologia, intelectuais orgânicos e hegemonia. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo : Ciências Humanas, n. 9, 1980, p.39-64.
- SANTUCCI, Antonio A.(org.). Letture di Gramsci. Roma : Riuniti, 1987.
- \_\_\_\_\_. Antonio Gramsci (1891-1937). Roma : Riuniti, 1987.
- \_\_\_\_\_. Temi gramsciani per il Cile di oggi. In: **Crítica Marxista**, 1988, n. 6, p. 123-129.
- SCHLESENER, Anita Helena. Hegemonia e Cultura: Gramsci. Curitiba : UFPR, 1992.
- SCHUCHT, Tatiana. Lettere ai familiari. Roma : Riuniti, 1991.
- SECCO, Lincolo. Crise e estratégia em Gramsci. In: VV. AA. O Outro Gramsci. São Paulo : Xamã, 1996, p.81-95.
- SEMERARO, Giovanni. Gramsci e a sociedade civil. Petrópolis : Vozes, 1999.

SILVA, J. I., A educação e a formação de uma nova cultura: uma leitura da obra de Gramsci. In: **Reflexão**. Campinas, n. 25, jan./abr. 1983.

SPÍNOLA, Noênio. Nota sobre Antonio Gramsci. In: GRAMSCI, Antonio. Cartas do Cárcere. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira (out. 1965).

SPRIANO, Paolo. Gli ultimi anni di Gramsci in un colloquio con Piero Sraffa. - II **Contemporaneo Rinascita**, n. 15, 14.04.1967, p. 14-16.

\_\_\_\_\_. L'Occupazione delle fabbriche Settembre 1920. Torino : Einaudi, 1968.

\_\_\_\_\_. "L'Ordine Nuovo" e i Consigli di fabbrica. Torino : Einaudi, 1971, 2a. ed.

\_\_\_\_\_. Storia di Torino Operaia e Socialista. Dall'inizio a Gramsci. Torino : Einaudi, 1972.

\_\_\_\_\_. Storia del partito comunista italiano. Torino: Einaudi, 1975, V.I: Da Bordiga a Gramsci; V.II: Gli Anni della clandestinità; V. III: I fronti popolari, Stalin, la guerra; V. IV: La fine del fascismo. Dalla Riscossa operaia alla lotta armata; V.V: La resistenza. Togliatti e il partito nuovo (Arq. Fun. Feltrinelli, Milano).

\_\_\_\_\_. Marxismo e historicismo em Togliatti. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) História do Marxismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987, v. X, p. 251-306.

\_\_\_\_\_. L'ultima ricerca di Paolo Spriano (i documenti segreti dagli archivi dell'Urss sui tentativi per salvare Antonio Gramsci). Roma : L'Unità, 1988.

\_\_\_\_\_. Gramsci in carcere e il partito. Roma : L' Unità, 1988.

STACCONE, Giuseppe. Gramsci: 100 anos - Revolução e Política. Petrópolis : Vozes, 1991.

TERRACINI, Umberto. Antonio Gramsci. In: **Fundamentos** (Revista de Educação e cultura Moderna). Ano 11, n. 11, jan./abril, 1950, p. 24-27.

\_\_\_\_\_. Sulla Svolta (Carteggio clandestino dal cárcere – 1930-32) - a cura di Alessandro Coletti. Milano : La Pietra, 1975 (Arq. Fund. Feltrinelli, Milano).

TOGLIATTI, Palmiro. L'eredità letteraria di Gramsci. In: **L'Unità**, 30 aprile 1944, p. 3.

\_\_\_\_\_. Gramsci (com apendice de Tatiana Schucht). Milano : Milano-Sera Editrice, 1949. ( Arq. Fund. Feltrinelli).

\_\_\_\_\_. O caminho Italiano para o Socialismo. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1966.



TOGLIATTI, Palmiro. Opere. Roma : Riuniti, 1967, V. 1 a 6.

\_\_\_\_\_. Il leninismo nel pensiero e nell'azione di Antonio Gramsci. In: FERRI, Franco (org). Studi Gramsciani. Roma : Riuniti - Istituto Gramsci, 1973, p. 15-35.

\_\_\_\_\_. Gramsci e il leninismo (relazione). In: FERRI, Franco (org). Studi Gramsciani. Roma : Riuniti - Istituto Gramsci, 1973, p. 419-444.

\_\_\_\_\_. Antonio Gramsci. Lisboa : Seara Nova, 1975.

\_\_\_\_\_. Licções sobre o fascismo. São Paulo : Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. Il partito comunista e la scelta della "democrazia progressiva". In: PRETI, Alberto.(org.), Italia 1943-1945 – La Resistenza. Bologna : Zanichelli, 1978, p. 61-74.

\_\_\_\_\_. In memoria di Antonio Gramsci. In: **Critica Marxista**, 1991, n. 6, p. 123-134.

\_\_\_\_\_. Il partito comunista italiano. 4a. ed., Roma : Riuniti, 1997.

TORRES, João Carlos Brum. Marxismo e teoria da revolução burguesa, parte 3: Gramsci e o Risorgimento - o conceito de revolução passiva. In: **Oitenta**. Porto Alegre : 1980, p. 187-225.

TRONTI, Mario. Alcune questioni intorno al marxismo di Gramsci. In: FERRI, Franco (org). Studi Gramsciani. Roma : Riuniti - Istituto Gramsci, 1973, p. 305-321.

VACCA, Giuseppe. l'Urss staliniana nell'analisi dei "Quaderni del Carcere". In: **Critica Marxista**, 1988, n. 3-4, p. 129-146.

\_\_\_\_\_. Gramsci e Togliatti. Roma : Riuniti, 1994.

\_\_\_\_\_. Appuntamenti con Gramsci. Roma : Carocci, 1999.

\_\_\_\_\_. Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca. In: Gramsci a Roma, Togliatti a Mosca – Il Carteggio del 1926 (a cura di C. Daniele). Torino : Einaudi, 1999, p. 3-149.

VANDER, Fábio. Democrazia, rivoluzione e partito nel giovane Gramsci. In: **Critica Marxista**, 1991, n. 6, p. 95-116.

VASOLI, Cesare. Il "giornalismo integrale". In: ROSSI, Pietro.(Org) Gramsci e la Cultura Contemporanea II. Roma : Riuniti - Istituto Gramsci, 1975, p. 281-296.

- VIANNA, Luís Werneck. A propósito de uma apresentação. In: GRUPPI, Luciano. O Conceito de Hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro : Graal, 1978, p. V-XV.
- VV.AA. Antonio Gramsci. Il pensiero teorico e politico, la "questione leninista". Roma : Città Nuova Editrice, 1979, 2 v.
- WEFFORT, Francisco. Exercícios de idéias de um enfermo. In: **Isto É**. São Paulo : 26.out.1977, 54-57.
- \_\_\_\_\_. Os segredos do mundo e os mistério da obediência. **O Estado de São Paulo**. 23.maio.1987, p. 6-7, (suplemento esp.).
- WINCKLER, C. Gramsci: um caminho para a compreensão da realidade brasileira. In: **Sete Dias**. Caxias do Sul, 3-4.out.1987, p. 6-7.
- ZANARDO, A. Il "manuale" di Bukharin visto dai Comunisti tedeschi e da Gramsci. In: FERRI, Franco (org.) Studi Gramsciani. Roma : Riuniti – Istituto Gramsci, 1973, p. 337-368.
- \_\_\_\_\_. Per la cultura della sinistra. In: **Critica Marxista**, 1987, n. 2-3, p. 5-14.
- ZANGHERI, Renato. Gramsci e la teoria del materialismo Storico. In: **Critica Marxista**, 1983, n. 5, p. 5-22.
- b) História da Itália:
- ABRATE, M. La lotta sindacale nella industrializzazione in Italia (1906-1926), Torino : Lied L'impresa ed., 1968.
- ALATRI, P. Le origini del Fascismo. Roma : Riuniti, 1971.
- ALBIAC, G. Bibliografia sobre Marxismo y Revolucion. Madrid : Dedalo, 1977.
- BARBADORO, I. Storia del Sindacalismo Italiano. Dalla nascita al fascismo. Firenze : "La Nuova Italia" Ed., 1973.
- CORNER, P. Dall'agricoltura all'industria. Milano : Unicopli, 1992.
- DE FELICE, F. Serrati, Bordiga, Gramsci e il problema della rivoluzione in Italia 1919-1920. Bari : De Donato Ed., 1971

- MORANDI, R. Storia della grande industria in Italia. Torino : Einaudi, 1966.
- PARIS, Robert. As origens do fascismo. São Paulo : Perspectiva, 1976.
- PROCACCI, G. La lotta di classe in Italia agli inizi del secolo XX. Roma : Riuniti, 1970.
- RIOS, Alceo. Lezioni di Storia del Movimento Operaio. Bari : De Donato Ed., 1977.
- \_\_\_\_\_. Angelo Tasca Socialista (Con una scelta dei suoi scritti 1912-1920). Venezia : Marsilio, 1979.
- \_\_\_\_\_. Il movimento operaio tra società e Stato. Angeli, 1984.
- VV. AA., Storia del sindacato. Dalle origini al corporativismo fascista. Marsilio, 1982.

c) Teoria Política e História:

- AGOSTI, Aldo. O mundo da Terceira Internacional: os “estados-maiores”. In: HOBBSBAWM, Eric J. (org.) História do Marxismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987, v. VI, p. 129-212.
- ALTHUSSER, Louis. A favor de Marx. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.
- \_\_\_\_\_. Aparelhos Ideológicos de Estado. In: Posições-2. Rio de Janeiro : Graal, 1980, p. 46-101.
- ANDERSON, Perry. Considerações sobre o marxismo ocidental. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- ARICÓ, José. Marx e a América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.
- BERGAMI, G. Il giovane Gramsci e il marxismo (1911-1918). Milano : Feltrinelli, 1977.
- BERLIN, Isaiah. Quatro ensaios sobre a liberdade. Brasília : Ed. UnB, 1981.
- BLACKBURN, Robin.(org.) Depois da queda: o fracasso do comunismo e o futuro do socialismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.
- BOBBIO, Norberto. Liberalismo e Democracia. São Paulo : Brasiliense, 1988.

- BOBBIO, Norberto. O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989.
- \_\_\_\_\_. Estado, governo e sociedade. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- BORNHEIM, Gerd. O conceito de tradição. In: Tradição/ contradição. Rio de Janeiro : Zahar, 1987, p. 13-29.
- BOSI, Alfredo. O ser e o tempo da poesia. São Paulo : Cultrix, 1977.
- \_\_\_\_\_. Cultura como tradição. In: Tradição/ contradição. Rio de Janeiro : Zahar, 1987, p. 31-58.
- CALLINICOS, Alex. A vingança da História - O Marxismo e as Revoluções do Leste Europeu. Rio de Janeiro : Zahar, 1992.
- CARDOSO, Ciro Flamarion e VAINFAS, Ronaldo. Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia. Rio de Janeiro : Campus, 1997.
- CERRONI, Umberto. Teoria do Partido Político. São Paulo : Ciências Humanas, 1980.
- CHARTIER, Roger. A história cultural. Entre práticas e representações. Lisboa : DIFEL, 1990, p.29-67.
- CHATELET, François. Logos e Praxis. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1972.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Literatura e Humanismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1967.
- \_\_\_\_\_. A Democracia como valor Universal. São Paulo : Ciências Humanas, 1980.
- \_\_\_\_\_. Dualidade de poderes. São Paulo : Brasiliense, 1987, 2ª. ed.
- EAGLETON, Terry. Ideologia. São Paulo : Boitempo/Unesp, 1997.
- FERNANDES, Florestan. Em busca do socialismo. São Paulo : Xamã, 1995.
- GOLDMANN, Lucien. A criação cultural na Sociedade Moderna. São Paulo : Difel, 1972.
- \_\_\_\_\_. Dialética e Cultura. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1979.
- \_\_\_\_\_. Ciências Humanas e Filosofia. São Paulo : Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. Epistemologia e Filosofia Política. Lisboa : Presença, 1984.

HELLER, Agnes. O Cotidiano e a História. Rio de Janeiro ; Paz e Terra, 1985.

HOBSBAWM, Eric J. Revolucionários (Ensaio contemporâneos). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

\_\_\_\_\_. Era dos Extremos: o Breve século XX (1914-1991). São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Otávio. Dialética e Capitalismo - Ensaio sobre o pensamento de Marx. Petrópolis : Vozes, 1982.

KONDER, Leandro. O marxismo na batalha das idéias. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1984.

\_\_\_\_\_. Walter Benjamin: o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro : Campus, 1988.

\_\_\_\_\_. A derrota da dialética. Rio de Janeiro : Campus, 1988.

KOSELLEK, R. Le règne de la critique. Paris : Arguments, 1972.

KOSIK, Karel. Dialética do Concreto. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.

LEFEBVRE, Henri. Introdução à modernidade. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1969.

LEFORT, Claude. A invenção democrática Os limites do Totalitarismo. 2a. ed., São Paulo : Brasiliense, 1987.

LENIN, Vladimir Ilitch. Que Fazer? São Paulo : Hicitec, 1978.

\_\_\_\_\_. Política. (Coletânea org. por F. Fernandes). São Paulo : Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. O Estado e a Revolução. São Paulo : Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. Sobre os Sindicatos. São Paulo : Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. O Trabalho do Partido entre as Massas. São Paulo : Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. A falência da II Internacional. São Paulo : Kairós, 1979.

\_\_\_\_\_. Obras Escolhidas. São Paulo : Alfa-Omega, 1980. 3v.

\_\_\_\_\_. Esquerdismo, doença infantil do Comunismo. São Paulo : Global, 1981.

- LÖWY, Michael. (Org.), O Marxismo na América Latina. São Paulo : Ed. Fundação Perseu Abramo, 1999.
- LUKACS, Georg. História e consciência de classe. Lisboa : Escorpião, 1974.
- MARCUSE, Herbert. Razão e Revolução. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.
- MÁREK, Franz. A desagregação do stalinismo. In: HOBBSBAWM, Eric J. (org.) História do Marxismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, v. X, p. 307-319.
- MARX, Karl. Teses contra Feuerbach. São Paulo : Abril Cultural, 1974.
- \_\_\_\_\_. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo : Abril Cultural, 1974.
- \_\_\_\_\_. Manuscritos Econômicos e Filosóficos. São Paulo : Abril cultural, 1974.
- \_\_\_\_\_. Miséria da Filosofia. São Paulo : Grijalbo, 1976.
- \_\_\_\_\_. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel - Introdução. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo : v. 2, 1977, p. 1-14.
- \_\_\_\_\_. A questão judaica. Cadernos Ulmeiro, n. 10, 1978.
- \_\_\_\_\_. O manifesto do Partido Comunista. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.
- \_\_\_\_\_. As lutas de classes em França. Lisboa-Moscou : Avante!/Progresso, 1982.
- \_\_\_\_\_. Crítica da Filosofia do Direito de Hegel. Lisboa : Estampa, 1983.
- \_\_\_\_\_. Formações Econômicas Pré-Capitalistas. Rio de Janeiro : 1986.
- \_\_\_\_\_. Elementos Fundamentais para la Crítica de la Economia Política (Grundrisse) 1857-1858. México : Siglo Veintiuno Ed., 1987, (3 v.).
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã. Lisboa/São Paulo : Presença/Martins Fontes, 1976.
- \_\_\_\_\_. A sagrada família (ou Crítica da crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes). Lisboa /São Paulo : Presença/Martins Fontes, 2a. ed., s/d.
- NEGT, Oskar. Dialética e história: crise e renovação do Marxismo. Porto Alegre : Ed. Movimento/Goethe Institut, 1984.
- NETTO, José Paulo. Notas sobre democracia e transição socialista. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo : L. Ed. Ciências Humanas, n. 7, 1980, p. 31-66.

NETTO, José Paulo. Democracia e transição socialista: Escritos de teoria política. Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1990.

\_\_\_\_\_. Sobre uma dialética do desespero. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo : L. Ed. Ciências Humanas, n. 10, 1981, p. 155-167.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. As desventuras do liberalismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.

OFFE, Claus. Problemas Estruturais do Estado Capitalista. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984.

POULANTZAS, Nicos. As Classes sociais no Capitalismo de Hoje. Rio de Janeiro : Zahar, 1978.

\_\_\_\_\_. O Estado, o Poder, o Socialismo. Rio de Janeiro : Graal, 1985.

RÉMOND, René. (Org.) Por uma História Política. Rio de Janeiro : Editoras UFRJ/FGV, 1996.

SPRIANO, Paolo. O movimento comunista entre a guerra e o Pós-guerra: 1938-1947. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) História do Marxismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987, v. X, p. 129-212.

THOMPSON, Edward P. A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros. Rio de Janeiro : Zahar, 1981.

\_\_\_\_\_. A Formação da Classe Operária Inglesa. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.

\_\_\_\_\_. O Tempo, a Disciplina do Trabalho e o Capitalismo. In: SILVA, Tomaz T. (Org.) Trabalho, Educação e Prática Social. Porto Alegre : Artes Médicas, 1991, p. 44-93.

TROTSKI, Leon. A Revolução Permanente. São Paulo : Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. Revolução e Contra-Revolução na Alemanha. São Paulo : Ciências Humanas, 1979.

\_\_\_\_\_. Literatura e Revolução. Rio de Janeiro : Zahar, 1980.

VACCA, Giuseppe. Qualle democrazia. Bari : De Donatto, 1977.

\_\_\_\_\_. Pensar o mundo novo -Rumo à democracia do século. São Paulo : Ática, 1996.

VV. AA. A Questão do Partido. São Paulo : Kairós, 1978.

d) História do Brasil:

ALEM, Sílvio Frank. O PCB e as outras esquerdas: da anistia de 1945 à posse de Dutra (Contribuição à História da Esquerda Brasileira). In: **Nova Escrita – Ensaio**. São Paulo : Escrita, n. 10, 1982, p. 137-173.

ANTUNES, Ricardo. Caio Prado Jr.: um intelectual Revolucionário. In: **Nova Escrita – Ensaio**. São Paulo : Escrita, n. 10, 1982, p. 117-120.

ARANTES, Paulo Eduardo. Sentimento da Dialética na experiência intelectual brasileira. Dialética e dualidade segundo Antonio Cândido e Roberto Schwarz. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.

\_\_\_\_\_. Um Departamento Francês de Ultramar - Estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana (uma experiência dos anos 60). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1994.

\_\_\_\_\_. O fio da Meada: uma conversa e quatro entrevistas sobre filosofia e vida nacional. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

\_\_\_\_\_. Ressentimento da Dialética. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1996.

BAVA Jr., Augusto Caccia. A resistência dos jovens trabalhadores. In: **História & Perspectivas**. Uberlândia : n. 5, jul./dez. 1991, p. 111-123.

BERRIEL, Carlos Eduardo O. Gramsci e Eles. In: **Nova Escrita - Ensaio**. São Paulo : jan. 1982, n. 9, p. 83-97.

BOSI, Ecléa. Cultura de Massa e Cultura Popular. Petrópolis : Vozes, 1972.

CANCLINI, Néstor Garcia. As Culturas Populares no Capitalismo. São Paulo : Brasiliense, 1983.

CANDIDO, Antônio. A verdade da repressão. In: **Discurso**. São Paulo : de Ciências Humanas, n. 10, maio 1979, p. 1-5.

\_\_\_\_\_. Marxismo e Militância - Entrevista. In: **Praga** (Revista de estudos marxistas). São Paulo : n. 1, set./dez. 1996, p. 05-26.



- CARDOSO, Fernando Henrique. O Modelo Político Brasileiro. São Paulo : Difel, 1979.
- \_\_\_\_\_. As razões do Presidente (entrevista). In: **Revista Veja**, Ed. Abril, Edição 1512, Ano 30, n. 36, 10.09.1997, p. 22-33.
- CARDOSO, M. L. Ideologia do Desenvolvimento: Brasil – JK-JQ. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- CARONE, Edgar. O P.C.B. (1943-1964). São Paulo : Difel, 1982, V. 2.
- CARPEAUX, Otto Maria. A educação moral do combatente. In: **Praga** (revista de estudos marxistas). São Paulo : n. 3, setembro 1997, p. 126.
- CHAUÍ, Marilena. O nacional e o popular na cultura brasileira - Seminários. São Paulo : Brasiliense, 1984.
- \_\_\_\_\_. Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- COMPARATO, Fábio Konder. Muda Brasil: uma constituição para o desenvolvimento democrático. São Paulo :Brasiliense, 1986.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Cultura brasileira: um intimismo deslocado, à sombra do poder. In: **Cadernos de Debate**. São Paulo : Brasiliense, 1976, p. 65-67.
- \_\_\_\_\_. Democracia e Socialismo. Questões de Princípio e contexto brasileiro. São Paulo : Cortez, 1992.
- DE DECCA, Edgar. 1930: O silêncio dos vencidos. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- FAORO, Raimundo. Assembléia Constituinte. São Paulo : Brasiliense, 1981.
- FERNANDES, Florestan. A Revolução Burguesa no Brasil. Rio de Janeiro : Zahar, 2ª. Ed., 1976.
- \_\_\_\_\_. Tarefas dos intelectuais na revolução democrática. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Ed. Civilização Brasileira, n. 14, ag. 1979, p. 25-33.
- FIORI, José Luís. Os Moedeiros Falsos. Petrópolis : Vozes, 1997.
- FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. As idéias estão no lugar. In: **Cadernos de Debate**. São Paulo : Brasiliense, 1976, p. 61-64.
- \_\_\_\_\_. O tempo das ilusões. In: Ideologia e mobilização popular. São Paulo : CEDEC,

1978.

GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas. A Esquerda Brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo : Ática, 1990.

IANNI, Otávio. O colapso do populismo no Brasil. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. O populismo e as classes subalternas. In: **Debate & Crítica**. N. 1, jul./dez. 1973, p. 07-17.

\_\_\_\_\_. O Estado e a organização da cultura. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. n. 1, jul.1978, p.216-241.

\_\_\_\_\_. Estado e Planejamento no Brasil. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1979.

\_\_\_\_\_. O ciclo da revolução burguesa no Brasil. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo : L. Ed. Ciências Humanas, n. 10, 1981, p. 01-34.

\_\_\_\_\_. Estado e planejamento econômico no Brasil. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1986.

\_\_\_\_\_. O Imperialismo na América Latina. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1988.

KRISCHKE, Paulo J. (Org.) Brasil: do "Milagre" à "Abertura". São Paulo : Cortez, 1982.

LAMONIER, Bolivar. O ISEB: Notas à margem de um debate. In: **Discurso**. São Paulo : Ed. Livraria de Ciências Humanas, n. 9, nov. 1978, p. 153-158.

LIMA, L. C. Da existência precária: o sistema intelectual no Brasil. In: **Ensaio de Opinião**. Rio de Janeiro : Inúbia, n. 7, 1978, p. 28-41.

MALINA, Salomão. Problemas Históricos do PCB (Entr.). In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo : L. Ed. Ciências Humanas, n. 10, 1981, p. 35-69.

MALTA, César. "A Revolução Brasileira" de Caio Prado Jr. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, Ano I, n. 9 e 10, set./nov. 1966, p. 75-84.

MARTINS, W. História da intelectualidade brasileira. São Paulo : Cultrix, 1977.

MENDONÇA, Sonia Regina de. Dez anos de economia brasileira: História e historiografia (1954-1964). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo : Marco Zero, vol. 14, n. 27, 1994, p. 87-97.

- MICELI, S. Intelectuais e Classe Dirigente no Brasil. São Paulo : Difel, 1979.
- MORAES, João Quartin de. (Org.) História do Marxismo no Brasil (Os influxos teóricos). Campinas : Ed. UNICAMP, 1995, 2.
- MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). Pontos de partida para uma revisão histórica. São Paulo : Ática, 1977.
- \_\_\_\_\_. (Org.) Brasil em Perspectiva. Rio de Janeiro : Ed. Bertrand Brasil, 1988.
- NEVES, Lucília de A. Frente Parlamentar Nacionalista: utopia e cidadania. In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo : Marco Zero, vol. 14, n. 27, 1994, p. 61-71.
- OLIVEIRA, Francisco. A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista. São Paulo : Brasiliense/CEBRAP, 1977.
- ORTIZ, Renato. A consciência fragmentada (ensaio de cultura popular e religião). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1980.
- \_\_\_\_\_. Cultura brasileira e identidade nacional. 2a. ed., São Paulo : Brasiliense, 1986.
- \_\_\_\_\_. A moderna tradição Brasileira (Cultura brasileira e Indústria cultural). São Paulo : Brasiliense, 1999.
- PANDOLFI, Dulce Chaves. Camaradas e Companheiros (História e Memória do PCB). Rio de Janeiro : Relume Dumará, 1995, p. 204.
- PÉCAUT, Daniel. Os intelectuais e a política no Brasil. Entre povo e a nação. São Paulo : Ática, 1990.
- PEDROSA, Mário. Revolução e Cultura. In: **Revista Civilização Brasileira**. (Caderno especial – 50 anos da Revolução Russa) Rio de Janeiro : Ano III, n. 1, novembro 1967, p. 285-303.
- \_\_\_\_\_. Três artigos sobre os anos 60. In: **Praga** (Revista de estudos marxistas). São Paulo : n. 2, junho 1997, p. 107-122.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. Política e Trabalho no Brasil. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1975.
- PRADO Jr. Caio. A Revolução Brasileira. São Paulo : Brasiliense, 1966.
- \_\_\_\_\_. Adendo à Revolução Brasileira. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, Ano III, n. 14, julho 1967, p. 43-73.

REIS FILHO, Daniel Aarão. A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil. São Paulo ; Brasiliense, Brasília : CNPq, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão (et.al.) História do Marxismo no Brasil (O impacto das revoluções). Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1991.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo : Ed. da UNESP, 1993.

RODRIGUES, Leôncio Martins. O PCB: os Dirigentes e a Organização. In: FAUSTO, Boris. (Org.) História Geral da Civilização Brasileira-O Brasil Republicano III: Sociedade e Política. São Paulo : Difel, 1981, p. 361-443.

\_\_\_\_\_. Sindicalismo e classe Operária (1930-1964). In: FAUSTO, B. (Org.) História Geral da Civilização Brasileira, o Brasil Republicano III, São Paulo : Difel, 1981, p. 507-555.

SADER, Emir. Esquerda (e direita) no Brasil. São Paulo : Brasiliense, 1995.

\_\_\_\_\_. Nós que amávamos tanto O Capital (fragmentos para a história de uma geração). In: **Praga** (Revista de estudos marxistas), São Paulo : n. 1, set./dez/ 1996, p. 55-77.

SAES, D., Coronelismo e Estado Burguês: Elementos para uma reinterpretação. In: **Nova Escrita - Ensaio**. São Paulo : jan. 1982, n. 9, p. 107-127.

SANTIAGO, Silviano. Permanência do discurso da tradição no Modernismo. In: Tradição/contradição. Rio de Janeiro : Zahar, 1987, p. 111-145.

SCHWARZ, Roberto. Ao vencedor as batatas. São Paulo : Duas Cidades, 1977.

\_\_\_\_\_. O Pai de Família e outros estudos. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. Entrevista com G. M. BRANDÃO e O. C. LOUZADA F. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Ed. Civilização Brasileira, n. 15, set. 1979, p. 97-112.

\_\_\_\_\_. Os Pobres na Literatura Brasileira. São Paulo : Brasiliense, 1983.

\_\_\_\_\_. Nacional por subtração. In: Tradição/contradição. Rio de Janeiro : Zahar, 1987, p. 91-110.

\_\_\_\_\_. Um seminário de Marx. In: **Folha de São Paulo**, 08.10.1995, Caderno Mais!, 4-7.

- SEGATTO, José Antônio. Breve História do PCB. Belo Horizonte : Oficina dos Livros, 1989.
- SEGATTO, José Antônio et al. PCB: 1922-1982. São Paulo : Brasiliense, 1982.
- SINGER, Paul. A crise do “milagre”. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1977.
- \_\_\_\_\_. Dominação e Desigualdade. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1981.
- SIRINELLI, Jean-François. Os Intelectuais. In: RÉMOND, René.(Dir.) Por uma História Política. Rio de Janeiro : Ed. UFRJ, 1996, p. 231-269.
- SODRÉ, Nelson Werneck. História da Burguesia Brasileira. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1964.
- \_\_\_\_\_. Posição e responsabilidade dos Intelectuais. In: **Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, n. 18, 1979, p. 99-122.
- \_\_\_\_\_. Contribuição à História do PCB - Infância. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo : Ed. Ciências Humanas, n. 9, 1980, p. 181-217.
- \_\_\_\_\_. Contribuição à História do PCB - A Crise. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo : Ed. Ciências Humanas, n. 10, 1981, p. 169-208.
- TAVARES, Assis. Caio Prado e a teoria da Revolução Brasileira. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, Ano I, n. 11-12, dez. 1966/março 1967, p. 48-80.
- TAVARES, J.A.G. A Estrutura do Autoritarismo Brasileiro. Porto Alegre : Mercado Aberto, 1982.
- TAVARES, Maria da Conceição. Da Fronda ao Front – Entrevista. In: **Praga** (Revista de estudos marxistas). São Paulo : n. 2, junho 1997, p. 05-21.
- TOLEDO, Caio Navarro de. ISEB: Fábrica de Ideologias. São Paulo : Ed. UNICAMP, 1997.
- VIANNA, Luís Werneck. Liberalismo e sindicalismo no Brasil. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1976.
- \_\_\_\_\_. ABC 1980: a dura luta pela conquista da cidadania operária. In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo : Ed. Ciências Humanas, n. 9, 1980, p. 219-227.

VIANNA, Maria Lúcia Werneck. O governo Médici: uma análise de conjuntura. In: Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, n. 14, agosto 1979, p. 59-76.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Política exterior e desenvolvimento (1951-1964: o nacionalismo e política externa independente). In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo : Marco Zero, vol. 14, n. 27, 1994, p. 99-110.

VV. AA., Política e revolução no Brasil (O. Ianni, Paul Singer, G. Cohn e F. Wefort). Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1965.

VV. AA. Inteligência Brasileira. São Paulo : Brasiliense, 1986.

WEFFORT, Francisco. Raízes sociais do populismo em São Paulo. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Ed. Civilização Brasileira, Ano I, n. 2, maio 1965, p. 39-60.

\_\_\_\_\_. Estado e massas no Brasil. In: **Revista Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, Ano I, n. 7, maio 1966, p. 137-158.

\_\_\_\_\_. O populismo na política brasileira. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

\_\_\_\_\_. Por que democracia? São Paulo : Brasiliense, 1984.

\_\_\_\_\_. Qual Democracia? São Paulo : Companhia das Letras, 1992.

e) Recepção de gramsci:

ARICÓ, José. O marxismo latino-americano nos anos da Terceira Internacional. In: HOBBSAWM, E. J. (org.) História do Marxismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987, VIII, p. 419-459.

\_\_\_\_\_. La cola del diablo - Itinerário de Gramsci en América Latina. Caracas : Ed. Nueva Sociedad, 1988.

\_\_\_\_\_. Geografia di Gramsci in America Latina. In: **Crítica Marxista**, 1985, n. 5, p. 17-34. Ed. Brasileira: Geografia de Gramsci na América Latina. In: COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p. 25-46.

COUTINHO, Carlos Nelson e NOGUEIRA, Marco Aurélio (Orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988.

COUTINHO, Carlos Nelson. Le categorie di Gramsci e la realtà brasiliana. In: **Crítica Marxista**, 1985, n. 5, p. 35-55. Ed. Brasileira: As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: **Presença**, n. 8, 1986, p. 141-162. O mesmo In: COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. (Orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p. 103-127.

\_\_\_\_\_. Cultura e sociedade no Brasil. In: Cultura e Sociedade no Brasil (ensaios sobre idéias e formas). Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1990, p.33-68.

\_\_\_\_\_. A recepção de Gramsci no Brasil. In: Cultura e Sociedade no Brasil (ensaios sobre idéias e formas). Belo Horizonte : Oficina de Livros, 1990, p. 199-213. Publicado na Itália com o título: In Brasile. In: HOBBSAWM, E. Gramsci in Europa e in America. Bari : Laterza, 1995, p. 123-140.

DIAS, Edmundo Fernandes. Gramsci e nós (entrevista). In: **Em Tempo**. Nov. 1991, p. 18-20.

\_\_\_\_\_. Gramsci no Brasil: o rabo do diabo. In: VV. AA. O Outro Gramsci. São Paulo : Xamã, 1996, p. 183-191.

\_\_\_\_\_. Sobre a leitura dos textos gramscianos: usos e abusos. In: VV. AA. O Outro Gramsci. São Paulo : Xamã, 1996, p. 105-122.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. O pensamento de Gramsci e o Brasil. In: **Jornal do Brasil**. 13.out. 1985, Caderno Especial, p.6-7.

\_\_\_\_\_. Gramsci, a questão democrática e a esquerda no Brasil. In: COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A.(Orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p. 129-152.

\_\_\_\_\_. Gramsci e il dibattito politico-culturale in Brasile. In: **Crítica Marxista**, 1991, n. 6, p. 43-56.

PORTANTIERO, Juan Carlos. Los usos de Gramsci. México : Folios Ediciones, 1981.

\_\_\_\_\_. O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. In: COUTINHO, C. N. e NOGUEIRA, M. A. (Orgs.) Gramsci e a América Latina. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1988, p. 47-60.

\_\_\_\_\_. O marxismo latino-americano. In: HOBBSAWM, Eric J. (org.) História do Marxismo. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1989, v. XI, p. 333-357.

SIMIONATTO, Ivete. Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo : Cortez / Ed. UFSC, 1995.

f) Outros:

#### DOCUMENTOS:

RESOLUÇÃO POLÍTICA DO CE DA GUANABARA DO PCB (MARÇO DE 1970) - Apresentação Armênio Guedes. In: In: **Temas de Ciências Humanas**. São Paulo : L. Ed. Ciências Humanas, n. 10, 1981, p. 71-91.

#### JORNAIS:

**Rinascita** – consultado desde 1967, selecionando os artigos referentes a Gramsci e à sua relação com Togliatti.

**Avanti!** (Giornale del PSI – Edizione Piemontese)– busca de artigos de Gramsci.

**L'Unità** (Organo del Partito Comunista d'Italia)– procuramos os artigos do período clandestino de 1927 a 1945, referentes a Gramsci e o PCI.

**Folha de São Paulo** (1960 e 1970) – artigos sobre Gramsci

**Jornal do Brasil** (1960 e 1970) – artigos sobre Gramsci

#### REVISTAS CONSULTADAS (COM O EDITORIAL DE APRESENTAÇÃO):

**Debate & Crítica**. N. 1, jul./dez. 1973.

**Discurso**. São Paulo : L. Ed. Ciências Humanas (desde o número ... n. 9, nov. 1978).

**Encontros com a Civilização Brasileira**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira (desde o primeiro número, julho de 1978).



**Revista Brasiliense.** São Paulo : n. 1, set./out. 1955 e n. 41, maio/jun. 1962.

**Revista Civilização Brasileira.** Rio de Janeiro : Civilização Brasileira (desde o primeiro número, março de 1965).

**Revista Brasileira de História.** ANPUH São Paulo : Marco Zero.

**Seleções CEBRAP 1 – Questionando a Economia Brasileira.** São Paulo : Brasiliense, 1977 (3ª Ed.)

**Temas de Ciências Humanas.** São Paulo : L. Ed. Ciências Humanas (desde o número 9, 1980).

**Veja e Isto é** (eventuais artigos que citam Gramsci)